



Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO TOCANTINS

SEÇÃO I

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CRIADO PELO ATO 02/89 DE 17/01/1989–ANO XXIV–DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2994–PALMAS, QUINTA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO DE 2012 (DISPONIBILIZAÇÃO)

DIRETORIA GERAL.....	1
DIRETORIA JUDICIÁRIA.....	4
TRIBUNAL PLENO.....	5
1ª CÂMARA CÍVEL	6
2ª CÂMARA CÍVEL	10
2ª CÂMARA CRIMINAL.....	14
RECURSOS CONSTITUCIONAIS.....	16
DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	17
1ª TURMA RECURSAL.....	19
1º GRAU DE JURISDIÇÃO	20
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	69

DIRETORIA GERAL

Portarias

PORTARIA Nº 2459/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3140/2012, resolve RETIFICAR a Portaria nº 2457/2012, que concedeu 1,50 (uma e meia) diária ao servidor **Acacio Lopes Lima, Auxiliar Judiciário de 2ª Instância - S214, Matrícula 185243**, por seu deslocamento à Guaraí, para onde se lê: período de 01/11/2012 a 02/11/2012, **leia-se:** período de 06 a 07/11/2012.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2460/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3138/2012, resolve conceder ao Magistrado **Jorge Amancio de Oliveira, Juiz de Direito de 1ª Entrância - Juz1, Matrícula 352456**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Lajeado/TO, no dia 31/10/2012, com a finalidade de inspecionar a Cadeia Pública de Lajeado/TO.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 29,00 (vinte e nove reais), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2461/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3142/2012, resolve conceder ao Magistrado **Jorge Amancio de Oliveira, Juiz de Direito de 1ª Entrância - Juz1, Matrícula 352456**, o pagamento de (0,5) meia diária por

seu deslocamento à Palmas/TO, no dia 30/10/2012, com a finalidade de realizar audiências, bem como praticar despachos, decisões e responder pela Vara de Precatórias, Falência e Concordadas, conforme designação da Portaria 594/2012, publicada no DJE 2939, de 17.08.2012.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 87,00 (oitenta e sete reais), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2462/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3143/2012, resolve conceder aos servidores **Luciano Montalvão de Almeida, Primeiro Sargento/Policial Militar e Oziel Damascena Simão, Cabo/Policial Militar**, o pagamento de 2,50 (duas e meia) diárias por seus deslocamentos à Comarca de Araguaina, no período de 05 a 07/11/2012, com a finalidade de **Acompanhar** o Juiz RUBEM RIBEIRO DE CARVALHO, provendo segurança na realização de diligência em processo sigiloso da CGJUS.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2463/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3144/2012, resolve conceder à Magistrada **Gisele Pereira de Assunção Veronezi, Juíza de Direito Substituto - Juzs, Matrícula 352451**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à GURUPI/TO, no dia 26/10/2012, com a finalidade de responder pela 2ª Vara Criminal da Comarca de 3ª Entrância de Gurupi, conforme Portaria nº 712/2012, publicada no DJ nº 2971, de 03/10/2012.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 60,60 (sessenta reais e sessenta centavos), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2464/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3145/2012, resolve conceder à Magistrada **Gisele Pereira de Assunção Veronezi, Juíza de Direito Substituta - Juzs, Matrícula 352451**, o pagamento de 3,50 (três e meia) diárias por seu deslocamento à Gurupi/TO, no período de 29/10 a 01/11/2012, com a

finalidade de responder pela 2ª Vara Criminal da Comarca de 3ª Entrância de Gurupi, conforme Portaria nº 712/2012, publicada no DJ nº 2971, de 03/10/2012.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 60,60 (sessenta reais e sessenta centavos), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2465/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3146/2012, resolve conceder aos Magistrados **Deusamar Alves Bezerra, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 129843 e Álvaro Nascimento Cunha, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 176930**, o pagamento de 6,50 (seis e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seus deslocamentos à Recife/PE, no período de 11 a 17/11/2012, com a finalidade de participar do Curso de Mestrado Acadêmico oferecido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco – ESMape, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - FDUL, conforme autorizado no SEI nº 12.0.000119072-3.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2466/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3147/2012, resolve conceder ao Magistrado **Jossanner Nery Nogueira Luna, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 291148**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Comarca de Natividade/TO, no dia 05/11/2012, com a finalidade de exarar despachos e proferir decisões naquela Comarca.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2467/2012DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, bem como de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, considerando a solicitacao contida na Autorização de Viagem nº 3149/2012, resolve **conceder** ao Magistrado **Álvaro Nascimento Cunha, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 176930**, o pagamento de ajuda de custo no valor de R\$ 323,20 (trezentos e vinte três reais e vinte centavos), em razão do deslocamento a Palmas/TO, em objeto de serviço, para pegar voo no dia 11/11/2012 às 6:00 da manhã para Recife/PE, para participar do Curso de Mestrado Acadêmico da Esmape em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2469/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3151/2012, resolve conceder ao Magistrado **Luatom Bezerra Adelino de Lima, Juiz de Direito de 1ª Entrância - Juz1, Matrícula 352436**, o pagamento de 5,50 (cinco e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seu deslocamento à Recife-PE, no período de 11 a 16/11/2012, com a finalidade de participar da 1ª semana de aulas do curso de mestrado na ESMape, de 12 a 16.11, conforme autorizado no SEI nº 12.0.000119072-3.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2470/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3152/2012, resolve conceder aos servidores **Miguel Cardoso de Oliveira, Chefe de Serviço - Daj3, Matrícula 198524, Lindomar José da Cunha, Matrícula 352230, José Belmiro de Araújo, Colaborador Eventual/Encanador e Lotário Luis Becker, Motorista Efetivo, Matrícula 352928**, o pagamento de 3,50 (três e meia) diárias por seus deslocamentos à Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins, no período de 06 a 09/11/2012, com a finalidade de executar serviços de manutenção elétrica, ar condicionados e reparos em portas, forro e pintura na sala de Audiências do Fórum de Novo Acordo, bem como manutenção no ar condicionado da sala do Juiz de Ponte Alta do TO.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2471/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3153/2012, resolve conceder aos servidores **Julio Cesar Lima de Alencar, Motorista de Desembargador - Daj1, Matrícula 168634 e Nóbio Higa de Figueiredo, Colaborador Eventual/Técnico em Refrigeração**, o pagamento de 1,50 (uma e meia) diárias por seus deslocamentos à Palmeirópolis-TO, no período de 06 a 07/11/2012, com a finalidade de executar serviços de manutenção nos aparelhos de ar condicionados do Fórum.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2472/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3154/2012, resolve conceder ao servidor **João Alberto Mendes Bezerra Junior, Juiz de Direito Substituto - Juzs, Matrícula 352444**, o pagamento de 5,50 (cinco e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seu deslocamento à Recife/PE, no período de 11 a 16/11/2012, com a finalidade de participar do Merstrado em Direito Constitucional - Convênio com a ESMape/FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (FDUL), conforme autorização contida no SEI nº 12.0.000119072-3.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2473/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3155/2012, resolve conceder ao servidor **Jhonne Araujo Miranda, Técnico Judiciário de 2ª Instância - B9, Matrícula 204861**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Porto Ncional, no dia 07/11/2012, com a finalidade de conduzir a equipe da Junta Médica para mutirão na cidade de Porto Nacional/TO.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2474/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem

nº 3156/2012, resolve conceder à Magistrada **Luciana Costa Aglantzakis, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 291050**, o pagamento de 5,50 (cinco e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seu deslocamento à RECIFE/PE, no período de 11 a 16/11/2012, com a finalidade de participar do Mestrado na ESMape-Ciências Jurídicas, conforme SEI nº 12.0.000119072-3.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2475/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3157/2012, resolve conceder à Magistrada **Luciana Costa Aglantzakis, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 291050**, o pagamento de 5,50 (cinco e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seu deslocamento à RECIFE/PE, no período de 25 a 30/11/2012, com a finalidade de participar do Mestrado oferecido pela ESMape, conforme autorização contida no SEI nº 12.0.000119072-3.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2476/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3158/2012, resolve conceder aos servidores **Jurimar Mendes Lima Junior, Assistente Social - As Soc, Matrícula 352797 e Nadir Souza de Moura, Psicólogo - Psic, Matrícula 352803**, o pagamento de (0,5) meia diária por seus deslocamentos à GURUPI/TO, no dia 01/11/2012, com a finalidade de acompanhamento técnico para a internação terapêutica de dois dependentes químicos acompanhados pela CEPEMA desta Comarca, na Comunidade Valente de Davi.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2477/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3159/2012, resolve conceder ao Magistrado **Jossanner Nery Nogueira Luna, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 291148**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Comarca de Almas, no dia 06/11/2012, com a finalidade de realizar fiscalização administrativa da Comarca.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 54,52 (cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2478/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3160/2012, resolve conceder à Magistrada **Renata do Nascimento e Silva, Juiz de Direito de 2ª Entrância - Juz2, Matrícula 290445**, o pagamento de 5,50 (cinco e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seu deslocamento à RECIFE/PE, no período de 25 a 30/11/2012, com a finalidade de participação no Mestrado em Ciências Jurídicas.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2479/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3161/2012, resolve conceder ao Magistrado **Vandré Marques e Silva, Juiz de Direito Substituto - Juzs, Matrícula 352453**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Colinas do Tocantins/TO, no dia 12/11/2012, com a finalidade de realizar audiências da Semana da Conciliação.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 124,12 (cento e vinte quatro reais e doze centavos), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2480/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3162/2012, resolve conceder ao Magistrado **Vandré Marques e Silva, Juiz de Direito Substituto - Juzs, Matrícula 352453**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Colinas do Tocantins/TO, no dia 13/11/2012, com a finalidade de realizar audiências da Semana da Conciliação.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 124,12 (cento e vinte quatro reais e doze centavos), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2481/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3163/2012, resolve conceder ao Magistrado **Vandré Marques e Silva, Juiz de Direito Substituto - Juzs, Matrícula 352453**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Colinas do Tocantins, no dia 06/11/2012, com a finalidade de Realizar audiências.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 124,12 (cento e vinte quatro reais e doze centavos), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2482/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3164/2012, resolve conceder à servidora **Kasia Alline Silva Milhomem, Psicólogo, Matrícula 352889**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à cidade de Barrolândia/TO, no dia 08/11/2012, com a finalidade de fazer avaliação Sócio-Psicológico de assistido, solicitação feita através do Ofício de nº 516/2012, da lavra do Juiz de Direito da Comarca de Miranorte, Dr. Cledson José Dias Nunes.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2483/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3165/2012, resolve conceder ao Magistrado **Jorge Amancio de Oliveira, Juiz de Direito de 1ª Entrância - Juz1, Matrícula 352456**, o pagamento de (0,5) meia diária por

seu deslocamento à Palmas/TO, no dia 05/11/2012, com a finalidade de realizar audiências e praticar despachos e decisões e responder pela Vara de Precatórias, Falência e Concordadas, conforme Portaria 594/2012, publicada no DJE de 17.08.2012.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 87,00 (oitenta e sete reais), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 6 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2484/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3166/2012, resolve conceder ao Magistrado **Jorge Amancio de Oliveira, Juiz de Direito de 1ª Entrância - Juz1, Matrícula 352456**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento à Palmas/TO, no dia 06/11/2012, com a finalidade de praticar despachos e decisões e responder pela Vara de Precatórias, Falência e Concordadas, conforme Portaria 594/2012, publicada no DJ de 17.08.2012, em substituição automática, pela Vara da Infância e Juventude.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 87,00 (oitenta e sete reais), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 7 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2485/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3169/2012, resolve conceder ao Magistrado **Allan Martins Ferreira, Juiz de Direito de 3ª Entrância - Juz3, Matrícula 128258**, o pagamento de 5,50 (cinco e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seu deslocamento à Recife/PE, no período de 11 a 16/11/2012, com a finalidade de participar da 1ª semana de aulas do curso de mestrado na ESMAPE, conforme autorizado no SEI nº 12.0.000119072-3.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 7 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2486/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3168/2012, resolve conceder ao Magistrado **José Eustaquio de Melo Junior, Juiz de Direito de 1ª Entrância - Juz1, Matrícula 352446**, o pagamento de (0,5) meia diária por seu deslocamento ao Distrito Judiciário de Darcinópolis, no dia 30/11/2012, com a finalidade de visitar a Cadeia Pública da cidade.

Conceder ainda, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 004/2007, o pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 34,80 (trinta e quatro reais e oitenta centavos), em razão do deslocamento acima referido.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 7 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2457/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 3140/2012, resolve conceder ao servidor **Acacio Lopes Lima, Auxiliar Judiciário de 2ª Instância - S214, Matrícula 185243**, o pagamento de 1,50 (uma e meia) diárias por seu deslocamento à Guaraí/TO, no período de 01 a 02/11/2012, com a finalidade de entregar o veículo àquela Comarca.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 5 de novembro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2442/2012-DIGER

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com o contido na Resolução 021/2011, do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 2894/2012, resolve **REVOGAR** a Portaria nº 2266/2012/DIGER, de 15.10.2012, que concedeu 3,50 (três e meia) diárias ao Magistrado **Jean Fernandes Barbosa de Castro, Matrícula 352377**, considerando que a referida viagem não se efetivou.

Publique-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, Palmas, 31 de outubro de 2012.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

Processo Nº 12.0.000116006-9

PORTARIA Nº 803/2012 - GAPRE/DIGER/DIADM/DCC, de 06 de novembro de 2012.

O SENHOR DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça Tocantinense e fornecedores de bens e/ou serviços; **CONSIDERANDO**, ainda, o Contrato nº 196/2012, referente ao Processo Administrativo 12.0.000116006-9, celebrado por este Tribunal de Justiça e a Empresa **COSTA & VIEIRA LTDA**, que tem por objeto a aquisição de material de copa e cozinha, para atender as necessidades do Poder Judiciário Tocantinense.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **LUIZ ALBERTO FONSECA AIRES** - matrícula nº 352509, como gestor do Contrato nº 196/2012 para, nos termos do "caput" do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento contratual.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.

Assinado eletronicamente por José Machado dos Santos em 06/11/2012
Diretor Geral

DIRETORIA JUDICIÁRIA
DIRETOR: FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
Intimação às Partes

AGRAVO DE INSTRUMENTO 11261 (11/0090619-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CÍVEL PUBLICA Nº 14173-5/09 – DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS DAZENDAS
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: Juíza CÉLIA REGINA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5003905-18.2011.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

REEXAME NECESSÁRIO 1835 (11/0098821-9)
ORIGEM: COMARCA DE TOCANTINOPOLIS
REFERENTE: INQUERITO POLICIAL Nº .25348-7/08 - DA ÚNICA VARA CRIMINAL
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TOCANTINOPOLIS/TO
IMPETRANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO:ANGELA MARIA AGUIAR DE BRITO
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no

e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5003901-78.2001.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 06 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

APELAÇÃO 13962 (11/0096258-9)
ORIGEM: COMARCA DE ALMAS
REFERENTE: AÇÃO PENAL Nº 17356-6/10 – DA ÚNICA VARA CRIMINAL
T. PENAL: ARTIGO 28, INCISO I, DA LEI Nº 11.343/06
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS RIBEIRO
DEFEN. PUBL.: ELISA MARIA PINTO DE SOUSA
RELATOR: Juíza CÉLIA REGINA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5003904-33.2001.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

APELAÇÃO 13810 (11/0095276-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: AÇÃO DE EMBARGOS A EXECUÇÃO C/C PERDAS E DANOS MATERIAIS E AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGOCIO JURIDICO DE CONSISSAO DE DIVIDA Nº 5174/05 – DA 3º VARA CÍVEL
APENSO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL Nº 5149/05
APELANTE: JULIO CESAR SPINDOLA ITACARAMBY
ADVOGADO: LUIS CARLOS TEIXEIRA DE GODOY
APELADO: GERSON CARNEIRO SPINDOLA JUNIOR
ADVOGADO: EDESIO DO CARMO PEREIRA
RELATOR: Juíza CÉLIA REGINA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5003903-48.2011.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

APELAÇÃO 13809 (11/0095273-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: AÇÃO ANULATÓRIA Nº 93014-8/06 – DA 3º VARA CÍVEL
APENSO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL Nº 5149/05
APELANTE: JULIO CESAR SPINDOLA ITACARAMBY
ADVOGADO: LUIS CARLOS TEIXEIRA DE GODOY
APELADO: GERSON CARNEIRO SPINDOLA JUNIOR
ADVOGADO: MARCELO CARDOSO DE ARAUJO JUNIOR
RELATOR: Juíza CÉLIA REGINA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5003900-93.2011.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

APELAÇÃO 11883 (10/0088769-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO ORDINARIA Nº 13210-0/07 – DA 2º VARA DOS FEITOS DAS DAZENDAS
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: ADEMIR ANTONIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCELO TOLEDO
RELATOR: Juíza CÉLIA REGINA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5000061-94.2010.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

APELAÇÃO 11881 (10/0088756-9)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO ORDINARIA Nº 11667-8/07 – DA 4º VARA DOS FEITOS DAS DAZENDAS
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS

ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: ANTONIO PEREIRA DA CRUZ
ADVOGADO: MARCELO TOLEDO
RELATOR: Juíza CÉLIA REGINA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5000059-27.2010.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

APELAÇÃO 11879 (10/0088752-6)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO ORDINARIA Nº 25883-9/07 – DA 2º VARA DOS FEITOS DAS DAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS
APENSO: AÇÃO ORDINARIA Nº 11667-8/07 E AÇÃO ORDINARIA Nº 13210-0/07
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: ROGERIO ADRIANO BANDEIRA DE MELO SILVA, ANA LUCIA WENDLING AQUINO, JOSILENE CARVALHO DE OLIVEIRA, DORANE RODRIGUES FARIAS, ANDREIA TEIXEIRA MARINHO
ADVOGADO: ROGERIO BEIRIGO DE SOUZA
RELATOR: Juíza CÉLIA REGINA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5000058-42.2010.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

AÇÃO PENAL – PROCEDIMENETO ORDINÁRIO 1659 (08/0065714-4)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: INQUÉRITO N.º 1717 DO TJTO
T.PENAL: ART. 89, DA LEI N.º. 8666/93, C/C O ART. 17 DO CÓDIGO PENAL; ART. 92 DA LEI N.º 8666/93 E ART. 288 DO CÓDIGO PENAL, TODOS EM COMBINAÇÃO COM O ART. 69, TAMBÉM DO CÓDIGO PÁTRIO
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RÉU(S): ELIZABETH DAS CHAGAS TAVARES, JOAO LUIS DA COSTA, EDVALDO ANTONIO DA SILVA, GERALDO MANGELA BATISTA DE ARAUJO, PEDRO REZENDE TAVARES, GABRIEL HENRIQUE DA SILVA, JOSE MARIA BATISTA DE ARAUJO.
ADVOGADO: FRANCISCO SILBERTO BASTOS DE SOUZA, ALMIR SOUSA DE FARIA, PAULO LENIMAN BARBOSA SILVA
RELATOR: Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5000006-17.2008.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL 1547 (11/0098965-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 42189 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
REPRESENTANTE: ADEMAR ALVES DE SOUZA FILHO
ADVOGADO: ANTONIO IANOWICH FILHO
REPRESENTADO: ADRIANO ZIZZA ROMERO
ADVOGADO: RENATO DUARTE BEZERRA
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidades dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes **INTIMADAS** da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no e-ProcTJTO por onde tramitarão exclusivamente sob o nº **5003902-63.2011.827.0000**, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas/TO, 07 de novembro de 2012. Francisco de Assis Sobrinho – Diretor Judiciário.

TRIBUNAL PLENO

SECRETÁRIO: WAGNE ALVES DE LIMA

Intimação às Partes

AÇÃO PENAL Nº 1693/11 (11/0094156-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.943/10 PGJ-TO)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

RÉU: DAVI RODRIGUES DE ABREU (PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO TOCANTINS/TO)
ADVOGADOS: MAURÍCIO CORDENONZI, ROGÉRIO GOMES COELHO, ABEL CARDOSO DE SOUZA NETO, ROGER DE MELLO OTTAÑO, RENATO DUARTE BEZERRA
RELATOR: Juiz convocado PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz convocado PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO – Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de fls. 1123, a seguir transcrito: “O Ministério Público do Estado do Tocantins, na qualidade de autor da presente Ação Penal, e atendendo ao despacho de fls. 1114, indicou endereços de suas testemunhas (fls. 1117/1118). Já o Defensor do Réu, requereu prazo de 10 (dez) dias para indicar os endereços atuais das testemunhas de defesa. Assim, visando seja dada celeridade necessária ao caso, determino as seguintes providências: 1. Defiro o prazo postulado pela defesa, devendo o feito aguardar na Secretaria do Tribunal Pleno, pelo prazo de 10 (dez) dias a juntada da peça contendo os endereços das testemunhas de defesa. 2. Findo o prazo, certifique a Secretaria o cumprimento, ou não, da determinação e, imediatamente, remetam-se os autos para o Juízo de Direito da Comarca de Peixe, para o qual delego poderes, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.038/90, intimar e para ouvir as testemunhas da acusação, fls. 1117, e da defesa. 3. Expeça-se as competentes cartas de ordem. Cumpra-se. Palmas – TO, 03 de outubro de 2012. Juiz convocado PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO – Relator”.

AÇÃO PENAL Nº 1706 (11/0097739-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8914/2010 DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR: CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
RÉU: MANOEL DE SOUZA PINHEIRO (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITACAJÁ – TO)
ADVOGADOS: MAURÍCIO CORDENONZI, ROGER DE MELO OTTÂNO, ROGÉRIO GOMES COELHO, RENATO DUARTE BEZERRA
E ABEL CARDOSO SOUZA NETO
RELATOR: Desembargador LUIZ GADOTTI

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de fl. 250, a seguir transcrito: “Delego a realização da audiência para proposta da suspensão condicional do processo ao Juiz de Direito da Comarca de Itacajá-TO, através da competente carta de ordem. Em atenção ao princípio do promotor natural, intime-se a Procuradoria-Geral de Justiça acerca da realização do ato na Comarca acima referida, para que possa designar membro da Instituição para exercer tais funções processuais (inerentes ao procedimento da Lei nº 9.099/95) naquele juízo. Cumpra-se. Palmas, 29 de outubro de 2012. Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator”.

Intimação de Acórdão

MANDADO DE SEGURANÇA N 5002527-90.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
IMPETANTE: AUREA MARIA DE LEMOS LIMA.
ADVOGADO: ARAMY JOSÉ PACHECO.
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. EST.: ANDRÉ LUIZ DE M. GONÇALVES.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI.

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. FONOAUDIÓLOGA. CLASSIFICAÇÃO EM CADASTRO DE RESERVA. NOMEAÇÕES. POSSES. AUSÊNCIA DOS CONVOCADOS. EXISTÊNCIA DE VAGAS E INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO NO SEU PREENCHIMENTO COMPROVADOS DE PLANO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. O candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas oferecido no edital (cadastro de reserva) possui mera expectativa à nomeação, no entanto, adquire direito subjetivo à nomeação e posse se comprovado o surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do concurso público, bem como o interesse da Administração Pública em preenchê-la. 2. *In casu*, ficou comprovado nos autos o surgimento e a existência de novas vagas, ainda no prazo de validade do concurso, bem como a demonstração do interesse da administração no preenchimento de vagas para o cargo de fonoaudiólogo, no município de Palmas, para o qual concorreu a Impetrante.
ACÓRDÃO: Sob Presidência da Desembargadora Jacqueline Adorno, Presidente, acordaram os componentes do Colendo Pleno, por unanimidade, deixando de acolher o parecer Ministerial desta Instância, ante a presença de direito líquido e certo a amparar a pretensão da Impetrante, em conceder, em definitivo, a segurança requerida, para determinar, às Autoridades impetradas, a adoção de providências no sentido de nomeá-la no cargo de fonoaudiólogo, no município de Palmas, observada a ordem classificatória, nos termos do voto do Desembargador Luiz Gadotti, Relator. Votaram acompanhando o Relator, os Desembargadores Moura Filho e Ângela Prudente, e, os Juizes Adelina Gurak, Célia Regina Régis, Eurípedes Lamounier, Gil de Araújo Corrêa e Pedro Nelson de Miranda Coutinho. O Juiz Helvécio de Brito Maia Neto declarou-se suspeito, por motivo de foro íntimo. Ausência justificada dos Desembargadores Marco Villas Boas e Bernardino Lima Luz. Representou a Procuradoria Geral de Justiça, o Dr. Alcir Raineri Filho. Palmas, 02 de agosto de 2012.

1ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA
Pauta

PAUTA Nº. 47/2012

Serão julgados pela 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua 43ª (quadragésima terceira) Sessão ordinária de Julgamento, **aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro do ano de**

2012, quarta feira a partir das 14:00 horas, ou nas Sessões posteriores, os seguintes Processos:

1)=AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10566/10 (10/0084676-5).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 120107-1/09 DA VARA DOS FEITOS DAS FAZ. E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO.
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. DO ESTADO: MAURICIO F. D. MORGUETA.
AGRAVADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS.
DEFEN(A). PÚBLICO: MARIA DO CARMO COTA.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

2)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5003575-84.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 2012.0003.5418-4/0 - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL/TO.
AGRAVANTE: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
ADVOGADO: ALEXANDRE IUNES MACHADO.
AGRAVADO: VALDOMIRO GOMES DO NASCIMENTO.
ADVOGADO: NÃO CONSTITUÍDO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

3)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5002102-63.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 2011.0003.6236-7/0 – 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AUGUSTINÓPOLIS/TO.
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A.
ADVOGADO: MARINÓLIA DIAS DOS REIS E OUTRO
AGRAVADO: GIVALDO GOMES FERREIRA.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

4)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5002014-25.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 2012.0001.4494-5 - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL/TO.
AGRAVANTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
ADVOGADO: ALEXANDRE IUNES MACHADO E OUTROS
AGRAVADA: LUANA ROCHA LIMA BRITO

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

5)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5003019-82.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 2012.0000.2925-9/0 - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI/TO.
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A.
ADVOGADO: MARINÓLIA DIAS DOS REIS E OUTROS.
AGRAVADO: GENIVALDO BISPO DA SILVA.
DEFENSOR PÚBLICO: ARASSÔNIA MARIA FIGUEIREDO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

6)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5002146-19.2011.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 5002540-84.2011.827.2729 - 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO.
AGRAVANTE: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
ADVOGADO: ALEXANDRE IUNES MACHADO E OUTROS.
AGRAVADO: PAULO RODRIGUES DA SILVA.
ADVOGADO: NÃO CONSTITUÍDO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

7)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5003469-25.2012.827.00 - PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 5008940-80.2012.827.2729 - 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS.
AGRAVANTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
ADVOGADO: ALEXANDRE IUNES MACHADO E OUTOS.
AGRAVADO: DELVANDRO PEREIRA DE CASTRO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

8)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5002393-63.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 5000509-57.2012.827.2729 - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO.
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A.
ADVOGADO: MARINÓLIA DIAS DOS REIS E OUTRO.
AGRAVADO: ROSE MARY PRAXEDES ARAÚJO.
ADVOGADO: MAURÍLIO P. CÂMARA FILHO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

9)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5001475-59.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO REVISIONAL CONTRATUAL Nº 5002938-31.2011.827.2719, DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS – TO.
AGRAVANTE: AVAI DA SILVA DE LISBOA.
ADVOGADO: HILTON PEIXOTO TEIXEIRA FILHO.
AGRAVADO: BANCO ITAÚ S/A.

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	IMPEDIMENTO
Juiz Agenor Alexandre	VOGAL
Juíza Adelina Gurak	VOGAL

10)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5001572-59.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 5007435-88.2011.827.2729, DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS – TO.
AGRAVANTE: GENILVAN ROCHA AMORIM.
ADVOGADO: HILTON PEIXOTO TEIXEIRA FILHO.
AGRAVADO: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
ADVOGADOS: LEANDRO RÓGERES LORENZI E OUTROS.

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL
Juiz Agenor Alexandre	VOGAL

11)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5000063-93.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERÊNCIA: AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO Nº 5001093-61.2011.827.2729 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS.
ADVOGADO: PAULO SOUZA RIBEIRO.
AGRAVADO: JOÃO CARLOS DA COSTA.
AGRAVANTE: NEWTON ALVES FERREIRA.
ADVOGADOS: GEDEON BATISTA PITALUGA JÚNIOR E VINÍCIUS RIBEIRO ALVES CAETANO.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Luz	RELATOR
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL

12)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5001242-96.2011.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO RESCISÓRIA DE CONTRATO E INDENIZAÇÃO Nº 2011.0008.3498-6/0 – ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
AGRAVANTE: AMAURI LIMA DE SOUZA.
ADVOGADOS: ALEXSANDER OGAWA DA SILVA RIBEIRO E OUTRO.
AGRAVADOS: SENYLTON PEREIRA MARANHÃO E SÉRGIO DE ARAÚJO CARVALHO.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Luz	RELATOR
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL

13)=AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5002148-86.2011.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – Nº 2010.0004.0677-3 -ª VARA CIVEL DA COMARCA DE PALMAS – TO.

AGRAVANTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.
ADVOGADO: JACÓ CARLOS SILVA COELHO.
AGRAVADO: MARIA DO CARMO MENDES SANTOS.
ADVOGADO: EMMANUEL RODRIGO ROSA ROCHA.

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL
Juiz Agenor Alexandre	VOGAL

14)=REEXAME NECESSÁRIO Nº 5000751-55.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: COMARCA DE FIGUEIRÓPOLIS.
REFERENTE: MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 2010.0003.3317-2/0 - ÚNICA VARA DA COMARCA DE FIGUEIRÓPOLIS-TO.
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE FIGUEIRÓPOLIS.
IMPETRANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SUCUPIRA.
ADVOGADO: MIRIAN FERNANDES OLIVEIRA.
IMPETRADOS: PREFEITO MUNICIPAL JOSÉ DANTAS DO REGO E MUNICÍPIO DE SUCUPIRA.
PROC. DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO.

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL
Juiz Agenor Alexandre	VOGAL

15)=APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5001428-85.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE NATIVIDADE.
REFERENTE: MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.0000.0573-8/0 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE NATIVIDADE - TO.
APELANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS.
ADVOGADO: MARCONY NONATO NUNES E OUTRA.
APELADA: ANA MARIA QUIRINO GONÇALVES.
ADVOGADO: JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA E NARA RADIANA RODRIGUES DA SILVA.
PROC. DE JUSTIÇA: ANGELICA BARBOSA DA SILVA.

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL
Juiz Agenor Alexandre	VOGAL

16)=REEXAME NECESSÁRIO Nº 5002340.82.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICOS

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2010.0003.3463-2/0 DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.
REMETENTE: JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA INF. E JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO.
ADVOGADO: RONAN PINHO NUNES GARCIA E OUTROS.
PROC. DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

17)=REEXAME NECESSÁRIO Nº 5001777-88.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 2007.0005.0246-2/0 – JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZ. E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO.
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI.
IMPETRANTE: EMPRESA MARIA JÚLIA LUSTOSA MOTA TOLENTINO.
ADVOGADO: UMBELINO LOPES DE OLIVEIRA JÚNIOR.
IMPETRADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE GURUPI.
ADVOGADO: PROCURADO GERAL DO MUNICÍPIO.
PROC. DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES.

3ª TURMA JULGADORA

Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	RELATOR
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto	VOGAL
Juiz Agenor Alexandre	VOGAL

18)=REEXAME NECESSÁRIO Nº 5001119-98.2011.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE NATIVIDADE.
REFERENTE: MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.0009.1521-1/0 – ÚNICA VARA DA COMARCA DE NATIVIDADE – TO.
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE NATIVIDADE – TO.
IMPETRANTE: ANTÔNIA PINTO JOSÉ E OUTROS.
ADVOGADAS : FABIÓLA APARECIDA DE ASSIS VANGELATOS LIMA E OUTROS.
IMPETRADO: PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS.
ADVOGADO : THIAGO JAYME RODRIGUES DE CERQUEIRA.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Luz	RELATOR
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL

19)=REEXAME NECESSÁRIO Nº 5000989-11.2011.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: AÇÃO ANULATÓRIA Nº 2008.00006.9290-1/0 - 1ª VARA DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO.
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REQUERENTE: MANOEL LÚCIO DO NASCIMENTO.
ADVOGADO: EDÉSIO DO CARMO PEREIRA.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA.
PROC. DE ESTADO:LEONARDO ROSSINI DA SILVA, ROMAN PINHO NUNES GARCIA E OUTROS.
PROC. DE JUSTIÇA: ANGELICA BARBOSA DA SILVA.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Luz	RELATOR
Juíza Adelina Maria Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL

20)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003007-05.2011.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE COLMÉIA.
REFERENTE: AÇÃO EMBARGOS DE TERCEIRO N. 2007.0006.0149-5/0 - ÚNICA VARA DA COMARCA DE COLMÉIA-TO.
APELANTES: MARIA DE FATIMA DIAS ABREU, WENDERSON ABREU NASCIMENTO, DEUSDETE SANTANA DO NASCIMENTO, WELINGTON ABREU NASCIMENTO e WANDERSON ABREU NASCIMENTO.
ADVOGADO: ADWARDYS BARROS VINHAL E OUTRO.
APELADA: ANTÔNIO JOSÉ CÂNDIDO NEVES COSTA E MARIA LUCIA FIGUEIREDO COSTA.
ADVOGADO: JOSÉ JORGE MARQUES FERRAZ.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

21)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003064-23.2011.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS.
REFERENTE: EXECUÇÃO FORÇADA Nº 1305/96 – 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARAISO – TO.
APELANTE: JOSÉ ITAMAR DOS SANTOS ROCHA.
ADVOGADO: JOÃO INÁCIO DA SILVA NEIVA.
APELADO: BANCO BRADESCO S/A.
ADVOGADO: MÁRIO LÚCIO MARQUES JÚNIOR, EDUARDO MARANHÃO FERREIRA E OUTROS.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

22)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5000293-38.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

IMPEDIMENTO: HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO.
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: CANCELAMENTO DE PROTESTO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA N. 2004.0001.1402-6/0 – 5ª VARA CÍVEL.
APELANTES: ESPÓLIO DE ROBERTO DE ALMEIDA CORSINI e REGINA ROTANDARO CORSINI.
ADVOGADO: PAULO SÉRGIO MARQUES.
APELADA: INVESTCO S.A.
ADVOGADOS: WALTER OHOFUGI JR, CRISTIANE GABANA E FABRÍCIO R. A. AZEVEDO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

23)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5004173-38.2012.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº . 2033/02, DA 2ª. VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS.
APELANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS.
PROC. MUN.: ANTÔNIO LUIZ COELHO.
APELADO: CARLOS ROGÉRIO ALVES PEREIRA.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO.

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Bernardino Luz	RELATOR
Juíza Adelina Gurak	VOGAL
Juíza Célia Regina Regis	VOGAL

24)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5000305-86.2011.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: AÇÃO DE RENEGOCIAÇÃO E REPACTUAÇÃO DE CONTRATO FINANCEIRO Nº 8.6225-2/09 DA 3ª VARA CÍVEL.
APELANTE: BANCO BMG S.A.
ADVOGADO: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES.
APELADA: LEILA RODRIGUES SILVA.
ADVOGADO: FERNANDO CORRÊA DE GUAMÁ.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

25)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5000333-54.2011.827.0000 - PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA Nº. 2009.0008.1770-2/0, DA 1ª VARA CÍVEL.
APELANTE: BANCO PANAMERICANO S.A.
ADVOGADA: ANNETE RIVEROS E OUTROS.
APELADO: JOÃO ALVES DA SILVA.
ADVOGADA: CRISTIANA A. S. LOPES VIEIRA.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

26)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5001168-08.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº 2009.0007.9332-3/0 – 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL - TO.
APELANTE: MUNICÍPIO DE SILVANÓPOLIS-TO.
ADVOGADO: MARISON DE ARAÚJO ROCHA.
APELADA: MERCILENE MAGALHÃES FERREIRA DOS SANTOS.
ADVOGADO: MURILLO DUARTE PORFÍRIO DI OLIVEIRA.
PROC. JUSTIÇA: JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

27)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5001579-51.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº 2009.0004.6094-4/0 – 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL-TO.
APELANTE: MUNICÍPIO DE SILVANÓPOLIS-TO.
ADVOGADO: MARISON DE ARAÚJO ROCHA.
APELADA: ARGEMIRA GUIMARÃES SOUZA.
ADVOGADO: MURILLO DUARTE PORFÍRIO DI OLIVEIRA.
PROC. JUSTIÇA: JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

28)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003081-25.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO

ORIGEM: COMARCA DE PEIXE.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº 2008.0008.9978-6/0 – 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEIXE-TO.
APELANTE: MUNICÍPIO DE PEIXE-TO.
ADVOGADO: JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES e VILMA ALVES SOUZA BEZERRA.
APELADO: ANA ROSA DE SENA PAIXÃO.
ADVOGADO: NORTON FERREIRA DE SOUZA.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

29)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003100-31.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: COMARCA DE PEIXE.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº 2008.0008.9911-5/0 – 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEIXE-TO.
APELANTE: MUNICÍPIO DE PEIXE-TO.
ADVOGADO: JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES e VILMA ALVES SOUZA BEZERRA.
APELADO: TERTULIANO NUNES DE BARROS.
ADVOGADO: NORTON FERREIRA DE SOUZA.
PROC.(A) DE JUSTIÇA : LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak	RELATORA
Juíza Célia Regina Regis	REVISORA
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier	VOGAL

30)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5000459-70.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 2010.0011.3234-0/0 DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO.
APELANTE: FRANCISCO DE ASSIS FELIPE DA SILVA FILHO.
ADVOGADO: SERAFIM FILHO COUTO ANDRADE E OUTROS.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROCURADOR DO ESTADO: MARCO PAIVA OLIVEIRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

31)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5001589-95.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 2011.0000-7037-4 - 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA.
APELANTE: SUELI APARECIDA SÃO JOSÉ BORGES.
ADVOGADO: SERAFIM FILHO COUTO ANDRADE.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
ADVOGADO: PROCURADOR DO ESTADO.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

32)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003402-94.2011.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL Nº 2010.0009.1858-8/0 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO.
APELANTE: MARIA JOSÉ MOURÃO DOS SANTOS.
ADVOGADO: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROCURADOR(A) DO ESTADO: LUCÉLIA MARIA SABINO RODRIGUES.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO, EM SUBSTITUIÇÃO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

33)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003342-87.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL Nº 2010.0009.7838-6/0 - 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS – TO.
APELANTE: JOSUÉ BEZERRA DA SILVA.
ADVOGADO: LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA E OUTRO.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. DO ESTADO: MARCO PAIVA OLIVEIRA.
PROC. JUSTIÇA: JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

34)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003371-40.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 2010.0010.0969-7/0 - 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS.
APELANTE: ANA NERY FIGUEIREDO AYRES.
ADVOGADO: LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA E OUTRO.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. DO ESTADO: IVANEZ RIBEIRO CAMPOS.
PROC. DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

35)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003535-05.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 2010.0009-7811-4 - 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS.
APELANTE: FÁBIA JAQUES DE ALENCAR.
ADVOGADO: LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA E OUTRO.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. DO ESTADO: NADJA CAVALCANTE RODRIGUES DE OLIVEIRA.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

36)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003567-10.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 2010.0010.0941-7/0 - 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO.
APELANTE: HUMBERTO SILVA.
ADVOGADO: LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA E OUTRO.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS

PROC. DO ESTADO: FERNANDO PESSÔA DA SILVEIRA MELLO.
PROC. DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA.

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

37)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003299-87.2011.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL Nº 2010.0006.9574-0 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: CARLA JACQUELINE CRUZ RIBEIRO
ADVOGADO: ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. DO ESTADO: LUCÉLIA MARIA SABINO RODRIGUES.
PROC. DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

38)=APELAÇÃO CÍVEL Nº 5003969-91.2012.827.0000 – PROCESSO ELETRÔNICO.
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS, COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO C/C AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL Nº 2010.0010.3523-0/0 - 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS – TO.
APELANTE: AVELINO BATISTA NETO.
ADVOGADO: LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA E OUTRO.
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. DO ESTADO: HÉRCULES RIBEIRO MARTINS.
PROC. DE JUSTIÇA: ANGELICA BARBOSA DA SILVA.

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Adelina Gurak
Juíza Célia Regina Regis
Juiz Eurípedes do Carmo Lamounier

RELATORA
REVISORA
VOGAL

Intimação de Acórdão

APELAÇÃO CÍVEL Nº 14.311/11
ORIGEM: COMARCA DE PALMEIRÓPOLIS/TO.
REFERENTE: AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE N.º 77247-8/07 DA ÚNICA VARA.
APELANTE: FRANCINE PINHEIRO DIAS.
ADVOGADO: GILBERTO PEREIRA DA SILVA.
APELADO: GEORGE HAJJAR.
ADVOGADO: LOURIVAL VENÂNCIO DE MORAES.
RELATORA: JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DA POSSE. CONTRARRAZÕES DESCONSIDERADAS. DETERMINAÇÃO DE EMENDA A INICIAL. RECOLHIMENTO DE CUSTAS E DELIMITAÇÃO DO ESBULHO. ERRÔNEA INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. RESTABELECIMENTO DO PRAZO. SENTENÇA REFORMADA. APELO PROVIDO. 1 - Inexistindo prova de nulidade da intimação ou óbice para vista dos autos pela parte, não merece análise a matéria levantada em contrarrazões serôdia. 2- A intimação para que se promova emenda à inicial far-se-á na pessoa do advogado, de modo que, constatado que esta foi dirigida a causídico não constituído nos autos, inválido é o ato, não podendo a parte ser penalizada por não ter cumprido a determinação judicial no prazo assinalado. 3 - Apelo provido, determinando o retorno dos autos à origem, para que seja a autora devidamente intimada da decisão que determinou a emenda, prosseguindo o feito a partir deste ato.

ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Sr. Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, conheceu do Recurso de Apelação e no mérito DEU-LHE PROVIMENTO, para determinar o retorno dos autos à origem para que seja a autora devidamente intimada da decisão proferida em audiência às fls. 209, prosseguindo o feito a partir daí, na direção do provimento jurisdicional. Votaram, acompanhando a Relatora, os Exmos Juízes, EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER e HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Exmo. Sr. ALCIR RAINERI FILHO. Julgado na 41ª sessão ordinária, realizada no dia 31.10.2012. Palmas (TO), 07 de novembro de 2012.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 14.290/11
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO.
REFERENTE: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO N.º 8228-3/08 – 3ª VARA CÍVEL.
APELANTE: BANCO DO BRASIL – S/A.
ADVOGADOS: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO e OUTRA.
APELADOS: JOSÉ RIBAMAR PEREIRA DA COSTA, GILDA PEREIRA DA COSTA, GILDASIA PEREIRA DA COSTA, GILMARA PEREIRA DA COSTA E GIULANDIA PEREIRA DA COSTA.
ADVOGADOS: JOSÉ ADELMO DOS SANTOS e OUTRO.
RELATORA: JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS.

EMENTA: Preliminar de deserção: APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR. DESERÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A exigência contida no art. 511 do CPC, é a de que o recorrente comprove o preparo no ato da interposição do recurso, não sendo imperiosa a juntada do original do respectivo comprovante. 2. Existindo dúvida acerca dos comprovantes juntados e comprovando a parte que o preparo foi efetuado, ainda que trazendo à colação

comprovante obtido por via diversa da primeiramente utilizada, não se vislumbra a ocorrência da deserção, mormente se o número de autenticação do documento apresentado é o mesmo daqueles carreados com o apelo. 3. Não se pode aplicar interpretação restritiva à norma, com a criação de obrigações inexistentes para as partes. 4. Deserção não acolhida. 5. Preliminar superada. Mérito: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA. CONTRAPRESTAÇÃO. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. APELO PROVIDO. 1. É justa e tem proteção legal a idéia de que o consumidor, como parte hipossuficiente e mais vulnerável, tenha militando em seu favor, situações privilegiadas tendentes a equilibrar a relação contratual. Contudo, além dos direitos, tem obrigações que não podem ser ignoradas. 2. Ainda que se considere nula a previsão contratual adesiva que preveja a aceitação do contraente de que a inadimplência de 02 (duas) parcelas consecutivas implique no cancelamento do seguro e ainda, que os descontos das prestações não tenham sido efetivados por erro da instituição bancária, tais circunstâncias não são suficientes para amparar a pretensão dos beneficiários. 3. Ultrapassados 03 (três) anos e 05 (cinco) meses entre o desconto da última prestação do seguro de vida e o óbito do segurado, não há como admitir que o compromisso se prorrogue no tempo indefinidamente até que, finalmente, o evento morte ocorra. 4. A exigibilidade do resguardo do interesse da segurada e seus beneficiários existe enquanto cumprida a contraprestação (pagamento de parcelas mensais) ou que esta diligencie junto a instituição financeira respectiva com o fim de esclarecer os motivos pelos quais o desconto não está sendo efetuado. 5. Os contratos em geral devem respeitar vários princípios e dentre eles o da boa-fé. 6. Apelo conhecido e provido.

ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Sr. Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, conheceu do Recurso de Apelação e no mérito DEU-LHE PROVIMENTO, reformando o provimento de base, julgando improcedente a pretensão dos autores e invertendo os ônus sucumbenciais. Condenou-se os requerentes, ora recorridos, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados no importe de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), anotando-se, contudo, que são beneficiários da assistência judiciária gratuita (fls. 24), devendo a exigibilidade da parte que a eles cabe ser suspensa nos termos do art. 12 da Lei n.º 1.060/50. Votaram, acompanhando a Relatora, os Exmos Juízes, EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER e HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Exmo. Sr. ALCIR RAINERI FILHO. A 2ª Turma Julgadora, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU a preliminar arguida. Julgado na 41ª sessão ordinária, realizada no dia 31.10.2012. Palmas (TO),07 de novembro de 2012.

2ª CÂMARA CÍVEL
SECRETÁRIA: ORFILA LEITE FERNANDES
Pauta

PAUTA Nº 43/2012

Serão julgados pela 2ª CÂMARA CÍVEL do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na 43ª Sessão Ordinária Judicial, aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro de 2012 (dois mil e doze), quarta-feira, ou nas sessões posteriores, a partir das 14 horas, os seguintes processos:

01. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5003654-63.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2012.2.2187-7, DA 3ª CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO
AGRAVANTE: ALDAIR DA COSTA SOUSA
ADVOGADOS: SÉRGIO DELGADO JUNIOR E OUTROS
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: JUIZ GIL DE ARAÚJO CORRÊA (em substituição ao Exmo. Sr. Des. DANIEL NEGRY)

2ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

02. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5004670-52.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO ANULATÓRIA Nº 5011893-17.2012.827.2729, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS
AGRAVANTE: CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA
ADVOGADA: MARINÓLIA DIAS DOS REIS
AGRAVADOS: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO: ANDRÉ LUIZ DE M. GONÇALVES
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATOR: JUIZ GIL DE ARAÚJO CORRÊA(em substituição ao Exmo. Sr. Des. DANIEL NEGRY)

2ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

03. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5005348-67.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO FISCAL Nº C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA TUTELA Nº 5015627-73.2012.827.2729, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO: ANDRÉ LUIZ DE M. GONÇALVES

AGRAVADA: MM DE OLIVEIRA E CIA LTDA
ADVOGADOS: RENATO MARTINS CURY E MARCUS VINÍCIUS GOMES MOREIRA
RELATOR: JUIZ GIL DE ARAÚJO CORRÊA(em substituição ao Exmo. Sr. Des. DANIEL NEGRY)

2ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

04. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5004469-60.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 2006.0002.4324-8, DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS-TO
AGRAVANTE: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO: LEANDRO RÓGERES LORENZI
AGRAVADO: CARLOS ROBERTO BANDEIRA LABRE
ADVOGADO: ANTÔNIO IANOWICH FILHO
RELATOR: Juiz GIL DE ARAÚJO CORRÊA (em substituição ao Exmo. Sr. Des. DANEIL NEGRY)

2ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

05. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5005380-72.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO C/C PEDIDO DE LIMINAR Nº 2012.0000.8520-5/0, DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRANORTE-TO
AGRAVANTE: EDICUE RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADA: EMILLENY LÁZARO DA SILVA SOUZA
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORA DE JUSTIÇA: THAIS MASSILON BEZERRA
RELATOR: Juiz GIL DE ARAÚJO CORRÊA (em substituição ao Exmo. Sr. Des. DANIEL NEGRY)

2ª TURMA JULGADORA

Juiz Gil de Araújo Corrêa	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

06. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5002519-50.2011.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 2011.0008.9268-4, DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVO ACORDO-TO
AGRAVANTE: SUZANO LINO MARQUES
ADVOGADOS: ADRIANA ABI-JAUDI BRANDÃO E EPITÁCIO BRANDÃO LOPES E OUTRO
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO
RELATORA: Juíza MAYSA VENDRAMINI ROSAL (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO)

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Maysa Vendramini Rosal	Relatora
Desembargador Daniel Negry	Vogal
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

07. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5004316-27.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL, Nº 5008502-54.2012.827.2729, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO
AGRAVANTE: JUSSARA LOPES BIANCO SILVA
ADVOGADO: FLÁVIO DE FARIA LEÃO
AGRAVADOS: JOÃO LÚCIO LOPES PERIM E BEATRIZ TEREZA PERIM
RELATORA: Juíza MAYSA VENDRAMINI ROSAL (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO)

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Maysa Vendramini Rosal	Relatora
Desembargador Daniel Negry	Vogal
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

08. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5003270-03.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: RECURSO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO E/OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA Nº 5009643-11.2012.827.2729, DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: JOEL DE CARVALHO SILVA
ADVOGADO: HILTON PEIXOTO TEIXEIRA FILHO
AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A
RELATORA: Juíza MAYSA VENDRAMINI ROSAL (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO)

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Maysa Vendramini Rosal
Desembargador Daniel Negry
Desembargador Luiz Gadotti

Relatora
Vogal
Vogal

09. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5004977-06.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE NULIDADE Nº 5014742-59.2012.827.2729, DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: ELENIL DA PENHA ALVES BRITO
ADVOGADA: RAMILLA MARIANE SILVA CAVALCANTE
AGRAVADOS: ESTADO DO TOCANTINS E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO: ANDRÉ LUIZ DE M. GONÇALVES
PROCURADORA DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATOR: Juiz PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho
Desembargador Daniel Negry

Relator
Vogal
Vogal

10. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5005736-67.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 2010.0007.0461-8, DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRISTALÂNDIA-TO
AGRAVANTE: FÁBIO WAZILEWSKI
ADVOGADO: FÁBIO WAZILEWSKI
AGRAVADOS: SANTA CLARA ARMAZÉNS GERAIS LTDA E MAURÍCIO ANICETO GONÇALVES
ADVOGADOS: ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO E OUTRA
RELATOR: Juiz PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho
Desembargador Daniel Negry

Relator
Vogal
Vogal

11. AGRAVO DE INSTRUMENTO – AI 5006190-47.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2010.0003.0256-0/0, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: JAIR CORREIA JÚNIOR
ADVOGADO: ROBERTO SERRA DA SILVA MAIA
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
RELATOR: Juiz PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho
Desembargador Daniel Negry

Relator
Vogal
Vogal

12. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5003203-38.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO Nº 2008.0001.4571-4, DA VARA CÍVEL COMARCA DE ITACAJÁ – TO
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE ITACAJÁ – TO
ADVOGADOS: MAURÍCIO CORDENONZI, RÔGER DE MELLO OTAÑO, RENATO DUARTE BEZERRA E ABEL CARDOSO DE SOUZA NETO
AGRAVADOS: ANDIÁRIA COUTINHO GOMES, ANTÔNIO DA SILVA PEREIRA, CARFÁTIMA CARMO BATISTA, DILCÉIA NASCIMENTO LIMA, DILSON MOURA GONÇALVES, ELIANE ROCHA PEREIRA, JOACIR FERREIRA PARENTE, JOANA DARC PEREIRA DA SILVA, JOSÉ NONATO QUEIROZ SANTIAGO, LUIZ PEREIRA DA SILVA FILHO, MAURÍLIO DA COSTA BARROS, MAYKO COUTINHO GOMES, SEBASTIÃO LINA DA SILVA E WILIAM CARNEIRO NUNES
ADVOGADOS: EVERTON KLEBER TEIXEIRA NUNES E ANNA ALICE SCOPEL PAGIORO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Vogal
Vogal

13. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5004968-44.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 2011.0012.7313-9/0, DA COMARCA DE GOIATINS – TO
AGRAVANTES: ESTADO DO TOCANTINS E INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORA DO ESTADO: ANA FLÁVIA FERREIRA CAVALCANTE
AGRAVADOS: SINAZAIDE XAVIER DA SILVA BRASIL E RAIMUNDO NONATO BRASIL
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR : Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Vogal
Vogal

14. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5004971-96.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 2012.0000.1688-2/0, DA COMARCA DE GOIATINS – TO
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS E OUTRO
PROC. EST.: ANA FLÁVIA FERREIRA CAVALCANTE E OUTROS
AGRAVADOS: SINAZAIDE XAVIER DA SILVA BRASIL E RAIMUNDO NONATO BRASIL
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Vogal
Vogal

15. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5002786-85.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 2005.0002.7528-1/0, DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARRAIAS – TO
AGRAVANTE: DEPASA – DESTILARIA VALE DO PALMAS S.A.
ADVOGADOS: HENRIQUE ROCHA NETO E MÁRIO PEDROSO
AGRAVADA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
PROC. EST.: ANDRÉ LUIZ DE M. GONÇALVES E OUTROS
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Vogal
Vogal

16. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI 5003772-39.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2012.0003.6050-8/0, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO
AGRAVANTE: MARIA AUXILIADORA DO NASCIMENTO MIRANDA
ADVOGADOS: JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Vogal
Vogal

17. AGRAVO DE INSTRUMENTO AI - 5004366-53.2012.827.0000 (25/09)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2012.0003.6050-8/0, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO
AGRAVANTE: BEATRIZ HELENA DE OLIVEIRA ROCHA
ADVOGADOS: JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Vogal
Vogal

18. AGRAVO DE INSTRUMENTO AI - 5003954-25.2012.827.0000 (25/09)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2012.0003.6050-8/0, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO
AGRAVANTE: CLÓVIS DE SOUZA SANTOS JÚNIOR
ADVOGADOS: JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTROS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Vogal
Vogal

19. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - APMS 5002476-79.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE WANDERLÂNDIA–TO
REFERENTE: MANDADO DE SEGURANÇA AUTOS Nº 2011.0005.4986-6, DA VARA CÍVEL
APELANTES: SOLIDAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
ADVOGADO: WASHINGTON LUIZ VASCONCELOS
APELADO: MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ/TO
ADVOGADO: SÉRGIO DOS REIS JÚNIOR FERRADOZA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATORA: Juíza MAYSA VENDRAMINI ROSAL(em substituição ao Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO)

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Maysa Vendramini Rosal Desembargador Daniel Negry Desembargador Luiz Gadotti	Relatora Vogal Vogal
--	---

20. APELAÇÃO – AP 5003590-53.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE XAMBIOÁ – TO
REFERENTE: AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO Nº 2011.0001.3813-0/0, DA ÚNICA VARA
APELANTE: MARCIONE FÉLIX DA SILVA
DEFENSORA PÚBLICA: LEILAMAR MAURÍLIO DE OLIVEIRA DUARTE
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: JUIZ CONVOCADO PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Pedro Nelson de M. Coutinho Juíza Maysa Vendramini Rosal Desembargador Daniel Negry	Relator Revisora Vogal
--	---

21. APELAÇÃO – AP 5004754-53.2012.827.0000 (18/09)

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI - TO
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 2011.0007.1411-5, DA 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: AVON COSMÉTICOS LTDA
ADVOGADOS: JOSÉ ALEXANDRE LISBOA CANCELA COHEN E PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES
APELADA: GERCI LUIZ DE MORAIS SANTANA
ADVOGADO: ELYEDSON PEDRO RODRIGUES SILVA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Pedro Nelson de M. Coutinho Juíza Maysa Vendramini Rosal Desembargador Daniel Negry	Relator Revisora Vogal
--	---

22. APELAÇÃO – AP 5004762-30.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO
REFERENTE: AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 2008.0003.2816-9/0, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: GECIANE SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADOS: JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES E OUTROS
APELADO: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO
PROCURADORES DO MUNICÍPIO: JOSÉ JANUÁRIO ALVES MATOS JÚNIOR E OUTROS
RELATOR: JUIZ CONVOCADO PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Pedro Nelson de M. Coutinho Juíza Maysa Vendramini Rosal Desembargador Daniel Negry	Relator Revisora Vogal
--	---

23. APELAÇÃO - AP 5003415-59.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS - TO
REFERENTE: AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS EM ACIDENTE DE VEÍCULO Nº 200/02, DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: ANDRÉ LUIZ DE M. GONÇALVES
APELADOS: MARCELO FREITAS GUIMARÃES E DIOMAR VALDIVINO PONTES GUIMARÃES
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: Juiz PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho Juíza Maysa Vendramini Rosal Desembargador Daniel Negry	Relator Revisora Vogal
---	---

24. APELAÇÃO – AP 5001613-26.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA–TO
REFERENTE: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA Nº 2009.0008.0458-9, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: MARIA CARNEIRO DA SILVA
ADVOGADOS: WATFA MORAES EL MESSIH E DAVE SOLLYS DOS SANTOS
APELADO: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO

PROC. MUN.: JOSÉ JANUÁRIO ALVES MATOS JÚNIOR E SÓYA LÉLIA LINS DE VASCONCELOS
RELATOR: Juiz Convocado PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

5ª TURMA JULGADORA

Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho Juíza Maysa Vendramini Rosal Desembargador Daniel Negry	Relator Revisora Vogal
---	---

25. APELAÇÃO – AP 5004730-25.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO
REFERENTE: AÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR Nº 2009.0008.7930-9, DA 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: AUTO PEÇAS FONSECA LTDA
ADVOGADO: CARLOS FRANCISCO XAVIER
APELADO: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO
RELATORA: Juíza MAYSA VENDRAMINI ROSAL (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO)

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Maysa Vendramini Rosal Juiz Gil de Araújo Corrêa Desembargador Luiz Gadotti	Relatora Revisor Vogal
---	---

26. APELAÇÃO – AP 5004780-51.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI-TO
REFERENTE: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 2010.0008.9291-0/0, DA 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: BANCO FIBRA S.A
ADVOGADOS: LEISE THAIS DA SILVA DIAS E OUTROS
APELADA: RAIMUNDA TRAJANO RIBEIRO
ADVOGADA: FERNANDA HAUSER MEDEIROS
RELATORA: Juíza MAYSA VENDRAMINI ROSAL (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO)

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Maysa Vendramini Rosal Juiz Gil de Araújo Corrêa Desembargador Luiz Gadotti	Relatora Revisor Vogal
---	---

27. APELAÇÃO – AP 5003274-74.2011.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE TOCANTÍNIA-TO
REFERENTE: AÇÃO INDENIZATÓRIA Nº 2007.0003.7330-1, DA VARA CÍVEL
APELANTE: TELE REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
ADVOGADOS: CLÓVIS TEIXEIRA LOPES E OUTROS
APELADA: ANITA ALVES DE BRITO representada por sua curadora JOANA ALVES MEDRADO
ADVOGADO: ROBERTO NOGUEIRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
RELATORA: Juíza MAYSA VENDRAMINI ROSAL (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MOURA FILHO)

1ª TURMA JULGADORA

Juíza Maysa Vendramini Rosal Juiz Gil de Araújo Corrêa Desembargador Luiz Gadotti	Relatora Revisor Vogal
---	---

28. APELAÇÃO - AP 5005779-04.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2011.0004.2229-7/0, DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
APELANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – TO
ADVOGADOS: RONAN PINHO NUNES GARCIA E OUTROS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Gilson Coelho Valadares Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho Desembargador Moura Filho	Relator Revisor Vogal
--	--

29. APELAÇÃO - AP 5006055-35.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS C.C. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL Nº 2007.0005.2162-9, DA 2ª VARA CÍVEL
APELANTE: JOÃO BATISTA SIMÃO FILHO
DEFENSORA PÚBLICA: ALDAÍRA PARENTE MORENO BRAGA
APELADA: NAIR PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: SÉRGIO PATRÍCIO VALENTE
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA

Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Revisor
Vogal

30. APELAÇÃO - AP 5006732-65.2012.827.0000
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS – TO
REFERENTE: AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 2009.0011.8491-6, DA 5ª VARA CÍVEL
1ª APELANTE: RENATO SOARES DE SOUSA MEDEIROS
ADVOGADO: MARCELO SOARES DE OLIVEIRA
1ª APELADA: TIM CELULAR S.A.
ADVOGADO: MARCEL DAVIDMANN PAPADOPOL
2ª APELANTE: TIM CELULAR S.A.
ADVOGADO: MARCEL DAVIDMANN PAPADOPOL
2ª APELADO: RENATO SOARES DE SOUSA MEDEIROS
ADVOGADO: MARCELO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR: Juiz convocado GILSON COELHO VALADARES (em substituição ao Exmo. Sr. Des. MARCO VILLAS BOAS)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz Gilson Coelho Valadares
Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho
Desembargador Moura Filho

Relator
Revisor
Vogal

Intimação às Partes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO REEXAME NECESSÁRIO Nº 1642 (09/0078825-9)
ORIGEM: COMARCA DE TAGUATINGA.
EMBARGANTE: PAULO ROBERTO RIBEIRO.
ADVOGADO(S):ROGÉRIO GOMES COELHO E RENATO DUARTE BEZERRA.
EMBARGADO: MUNICÍPIO DE TAGUATINGA.
ADVOGADA: ILZA MARIA VIEIRA DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ ADONIAS BARBOSA DA SILVA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Juiz Adonias Barbosa da Silva - Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DESPACHO: Versam os presentes autos sobre Embargos de declaração, com pleito de concessão de efeito modificativo, opostos por Paulo Roberto Ribeiro, objetivando sanar, segundo entende, omissão e contradição havida no acórdão, constante das folhas 146, desta Relatoria. Consoante ressaí do bojo dos Embargos Declaratórios de folhas 149/155, é notório o seu caráter infringente, uma vez que, caso sejam os argumentos acatados, há a possibilidade de modificação da decisão recorrida, razão pela qual mister se faz ouvir a ora Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, sejam os autos remetidos a este Gabinete, para as providências cabíveis. Intimem-se. Palmas, 07 de novembro de 2012.
Juiz Adonias Barbosa da Silva - Relator em substituição

Intimação de Acórdão

APELAÇÃO Nº 13110/11
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE:AÇÃO ANULATÓRIA Nº 26526-2/09– 1ª VFFRP
APELANTE: BANCO BV
ADVOGADO: NÚBIA CONCEIÇÃO MOREIRA
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. ESTADO:JAX JAMES GARCIA PONTES
RELATOR: Des. Daniel Negry

EMENTA: APELAÇÃO. ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELO PROCON. MULTA CORRETAMENTE APLICADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Se a instituição infringe norma cogente de proteção e defesa do consumidor, sujeita-se à sanção pecuniária administrativa pelo órgão competente, cujo valor deve ser condizente com a capacidade econômica da apenada e a gravidade da lesão, *in casu* observado.
ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 13110/11 na sessão do dia 07/ 11/2012, nos quais figuram como apelante Banco BV, sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador Daniel Negry, a 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, à unanimidade, conheceu do recurso e lhe negou provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Votaram com o relator os juízes convocados Adonias Barbosa da Silva e Pedro Nelson de Miranda Coutinho. Ausências justificadas dos Desembargadores Moura Filho e Marco Villas Boas. Representou a Procuradoria Geral da Justiça a Dra. Beatriz Regina Lima de Mello. Palmas (TO), 08 de novembro de 2012.

APELAÇÃO Nº 13109/11
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE:AÇÃO ANULATÓRIA Nº 79382-1/08 – 1ª VFFRP
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. ESTADO:DRAENE PEREIRA DE ARAÚJO SANTOS
APELADA: CURINGA DOS PNEUS LTDA
ADVOGADOS: ANTÔNIA LÚCIA DE ARAÚJO LEANDRO e OUTRO
RELATOR: Des. Daniel Negry

EMENTA: APELAÇÃO – AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO – APLICAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA PELO PROCON POR SUPOSTA INFRAÇÃO ÀS NORMAS DO CDC – AUSÊNCIA DE TIPICIDADE – MULTA DESCABIDA – NECESSIDADE DE OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – RECURSO IMPROVIDO. Inadmitte-se a imposição de multa administrativa pelo Órgão de Defesa do Consumidor por conduta não prevista como infração na lei consumeirista, tendo em conta a necessidade de estrita obediência ao princípio da legalidade.
ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 13109/11 na sessão do dia 07/11/2012, nos quais figuram como apelante o Estado do Tocantins, sob a

presidência do Exmo. Sr. Desembargador Daniel Negry, a 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, à unanimidade, conheceu do recurso e lhe negou provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Votaram com o relator os juízes convocados Adonias Barbosa da Silva e Pedro Nelson de Miranda Coutinho. Ausências justificadas dos Desembargadores Moura Filho e Marco Villas Boas. Representou a Procuradoria Geral da Justiça a Dra. Beatriz Regina Lima de Mello. Palmas (TO), 08 de novembro de 2012.

APELAÇÃO Nº 12298
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA – 2ª VFFRP
REFERENTE:AÇÃO DE COBRANÇA Nº 7449/05 – 2ª VFFRP
APELANTE: MUNICÍPIO DE ARAGOMINAS-TO
ADVOGADO: CLAYTON SILVA
APELADO: FÁBIO CARNEIRO MOTA
ADVOGADO: DALVALAÍDES MORAIS SILVA LEITE
RELATOR: Des. Daniel Negry

EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS SALARIAIS. CRÉDITO DEVIDO. PROVA DE PAGAMENTO. INEXISTÊNCIA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO MUNICÍPIO. VEDAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Ausente a prova de pagamento das verbas salariais reivindicadas, a dívida existe e deve ser solvida por aquele que se beneficiou com o serviço prestado. Não se admite, por abominável pelo direito, o enriquecimento da pessoa jurídica de direito público interno mediante prejuízo do particular/servidor. A teor do art. 333 II do CPC é do Município o "onus probandi" da quitação da obrigação resultante da prestação de serviços pelo servidor. 2. Recurso improvido.
ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação em epígrafe, na sessão ordinária de julgamento realizada em 07/11/2012, nos quais figura como apelante Município de Aragominas, sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador Daniel Negry,a 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, à unanimidade, negou provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Votaram neste julgamento, com o relator, os juízes convocados Adonias Barbosa da Silva e Pedro Nelson de Miranda Coutinho. Ausências justificadas dos Desembargadores Moura Filho e Marco Villas Boas. Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Beatriz Regina Lima de Mello. Palmas (TO), 08 de novembro de 2012.

APELAÇÃO Nº 12381/10
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE:AÇÃO ANULATÓRIA Nº 3878/03
APELANTES:MODECIR NUNES VIANA e OUTRA
ADVOGADO: SEBASTIÃO LUIS VIEIRA MACHADO
APELADOS: ESTADO DO TOCANTINS e JOSÉ DOMINGOS S. SENA
PROC. ESTADO: OSMARINO J. DE MELO
RELATOR: Des. Daniel Negry

EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, I, DO CPC. PEDIDO IMPROCEDENTE. RECURSO IMPROVIDO. Ao autor cabe o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, conforme a inteligência do artigo 333, I, do CPC. Inexistindo nos autos comprovação suficiente acerca do direito reclamado, como neste caso, julga-se improcedente a ação.
ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 12381/10 na sessão do dia 07/ 11/2012, nos quais figuram como apelantes Modécir Nunes Viana e Outra, sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador Daniel Negry, a 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, à unanimidade, conheceu do recurso e lhe negou provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Votaram com o relator os juízes convocados Adonias Barbosa da Silva e Pedro Nelson de Miranda Coutinho. Ausências justificadas dos Desembargadores Moura Filho e Marco Villas Boas. Representou a Procuradoria Geral da Justiça a Dra. Beatriz Regina Lima de Mello. Palmas (TO), 08 de novembro de 2012.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 9056/09
ORIGEM: COMARCA DE PORTNO NACIONAL
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA Nº 3279/93
APELANTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO: MAURÍCIO CORDENONZZI
APELADOS: JOSÉ GONÇALVES RODRIGUES E OUTRA
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DE EXECUÇÃO - INÉRCIA DA PARTE – INTIMAÇÃO PESSOAL DO REPRESENTANTE LEGAL – AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – INTELIGÊNCIA DO ART. 267, III, § 1º, DO CPC - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO DA PARTE CONTRÁRIA - RECURSO IMPROVIDO. 1 – Intimado pessoalmente o representante da parte exequente para promover os atos e diligências que lhe competir, sua inércia, por mais de trinta dias, enseja a aplicação do disposto no art. 267, III, § 1º, do CPC. 2 – Não havendo interposição de embargos ou qualquer manifestação dos executados durante os mais de quatorze anos de tramitação da ação, afasta-se a aplicação da Súmula 240 do STJ para a extinção da ação por inércia autor.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos o Recurso de Apelação supra identificado, na sessão realizada no dia 7/11/2012, acordaram os componentes da 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a presidência do Desembargador Daniel Negry, à unanimidade, em conhecer do recurso de apelação, mas negar-lhe provimento, mantendo a sentença combatida, nos termos do voto do relator que fica como parte integrante deste. Participaram do julgamento, acompanhando o Relator, os Exmos. Juizes Adonias Barbosa e Pedro Nelson de Miranda Coutinho. Ausências justificadas dos Exmos. Srs. Desembargadores Moura Filho e Marco Villas Boas. Representou a Procuradoria Geral da Justiça, a Dra. Beatriz Regina Lima de Mello. Palmas, 8 de novembro de 2012.

APELAÇÃO CÍVEL N.º 5003382-69.2011.404.0000
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL-TO
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO N.º 2011.0010.2039-7 DA 1ª VARA

CÍVEL
APELANTE: BV FINANCEIRA, CRÉDITO. FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES E OUTROS
APELADO: ARNALDO FERREIRA REIS
RELATOR: Juiz PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. EMENDA À INICIAL. INTIMAÇÃO DO AUTOR. ART. 284, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. MANIFESTAÇÃO APENAS PARCIAL E INTEMPESTIVA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO 1. Ao despachar a petição inicial, o magistrado determinou a emenda à inicial para que o autor complementasse o recolhimento do valor das custas iniciais e juntasse comprovação da notificação pessoal do devedor no outro endereço constante dos autos. 2. A parte autora juntou aos autos apenas o comprovante do recolhimento das custas quase dois meses após a publicação da decisão, deixando ainda de juntar a comprovação da constituição em mora do devedor, mediante a notificação para outro endereço informado nos autos. 3. Tendo em vista que o Apelante não cumpriu a determinação da emenda da petição inicial, mesmo estando claro e objetivo na decisão em quais providências consistiram a necessidade da emenda, sendo, portanto, imperioso o indeferimento da inicial, nos exatos termos do Art. 284, parágrafo único do CPC. 4. Apelação improvida.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos estes autos, sob a Presidência em exercício do Desembargador Daniel Negry, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, tudo conforme relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Votaram com o Relator: Exma. Sra. Juíza Convocada Maysa Vendramini Rosal – Revisora (em substituição ao Exmo. Sr. Des. Moura Filho – Revisor). Exmo. Sr. Desembargador Daniel Negry – Vogal. Representou a Procuradoria – Geral de Justiça: Dr. Marco Antônio Alves Bezerra. Palmas – TO, 31 de outubro de 2012.

APELAÇÃO CÍVEL N.º 5001762-22.2012.827.0000

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO Nº 2011.0007.1159-0/0, DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS COMARCA DE GURUPI-TO
APELANTE: NARCILETE PACHECO DE ALMEIDA, RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA, EVA DA SILVA ROCHA, LUIZ RIBEIRO CARVALHO, RAIMUNDA MONTEIRO CAMPOS, ALAESTE ALVES PEREIRA, LUCIMARA FERREIRA BARROS, NILTON RODRIGUES FERREIRA, RAIMUNDO SOARES DA SILVA E FURTUNATO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS: ANA ALAÍDE CASTRO AMARAL BRITO E OUTRO
APELADO: MUNICIPIO DE CRIXAS DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATOR: JUIZ PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO EM CARGO PÚBLICO. DECRETO 20.910/32. APLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA. REFORMA DA SENTENÇA. NEGADO PROVIMENTO. 1. O ato de exoneração dos Apelantes teria ocorrido em 20 de julho de 2001, sendo proposta referida ação de reintegração de posse somente em 15 de julho de 2011, estando referida ação prescrita. 2. O artigo 1º do Decreto Lei n.º 20.910/32, dispõe que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.3. Nego Provimento. **ACÓRDÃO:** Vistos e discutidos estes autos, sob a Presidência em exercício do Desembargador Daniel Negry, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, tudo conforme relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Votaram com o Relator: Exma. Sra. Juíza Convocada Maysa Vendramini Rosal – Revisora (em substituição ao Exmo. Sr. Des. Moura Filho – Revisor). Exmo. Sr. Desembargador Daniel Negry – Vogal. Representou a Procuradoria – Geral de Justiça: Dr. Marco Antônio Alves Bezerra. Palmas – TO, 31 de outubro de 2012

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL 5003073 48.2012.827.0000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO TOCANTINS
REFERENTE: ACÓRDÃO ANEXADO AO EVENTO 21 - AÇÃO ORDINÁRIA Nº 2004.0000.1240-1/0, DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMASTO
EMBARGANTE: CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA
ADVOGADOS: MARINÓLIA DIAS DOS REIS E OUTROS
EMBARGADO: LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA
RELATOR: JUIZ PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA- OMISSÃO – SÚMULA 106 STJ – PONTO NÃO DEBATIDO NO RECURSO- FALTA DE OMISSÃO – REJEITADO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 1.Concluo que não há no julgado omissão, ou erro, posto que a matéria posta em debate foi inteiramente analisada. Assim, é forçoso reconhecer que os presentes embargos têm por escopo simplesmente rediscutir matéria já decidida e a modificação do julgado. 2. É cediço que uma vez não demonstrados os pressupostos de embargabilidade (art. 535 do CPC), os embargos de declaração devem ser rejeitados, mormente porque, trata-se de recurso de efeito vinculado, ou seja, somente se processa quando presentes as hipóteses do art. 535 do CPC, vale dizer, quando o julgado contiver omissão, contradição ou obscuridade. 3. Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem esse recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. 4. Rejeitado Embargos de Declaração. **ACÓRDÃO:** Vistos e discutidos estes autos, sob a Presidência em exercício do Desembargador Daniel Negry, a 5ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, REJEITOU os presentes embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, tudo conforme relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Votaram com o Relator: Exma. Sra.

Juíza Convocada Maysa Vendramini Rosal – Vogal (em substituição ao Exmo. Sr. Des. Moura Filho – Vogal). Exmo. Sr. Desembargador Daniel Negry – Vogal. Representou a Procuradoria – Geral de Justiça: Dr. Marco Antônio Alves Bezerra. Palmas – TO, 31 de outubro de 2012.

2ª CÂMARA CRIMINAL
SECRETÁRIA: MARIA SUELI DE S. AMARAL CURY
Pauta

PAUTA ORDINÁRIA Nº 43/2012

Serão julgados pela **2ª Câmara Criminal** do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na **43ª SESSÃO ORDINÁRIA JUDICIAL**, aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2012, terça-feira ou nas sessões posteriores, a partir das 14h00min (quatorze horas), os seguintes processos:

1)= APELAÇÃO - AP-14298/11 (11/0097532-0).
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS.
T. PENAL : ARTIGO 157, § 2º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.
APELANTE : WANDERLEY DA SILVA RODRIGUES E PAULO MARQUES MATIAS.
ADVOGADO : RILDO CAETANO DE ALMEIDA.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU.
RELATORA : JUÍZA ADELINA GURAK.
ÓRGÃO JULGADOR : **1ª TURMA JULGADORA**
Juíza Adelina Gurak **RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis **REVISORA**
Juiz Eurípedes Lamounier **VOGAL**

2)= APELAÇÃO - AP-14031/11 (11/0096470-0).
ORIGEM : COMARCA DE ITAGUATINS.
T. PENAL : ARTIGO 312, CAPUT, DO CP.
APELANTE : FERNANDO DE OLIVEIRA BUCAR.
ADVOGADO : IHERING ROCHA LIMA.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES.
RELATORA: : JUÍZA ADELINA GURAK.
ÓRGÃO JULGADOR : **1ª TURMA JULGADORA**
Juíza Adelina Gurak **RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis **REVISORA**
Juiz Eurípedes Lamounier **VOGAL**

3)= RECURSO EM SENTIDO ESTRITO –RSE- 5006031-07.2012.827.0000.
ORIGEM : COMARCA DE GURUPI/TO.
T. PENAL : ART. 121, § 2º, IV, C/C ART. 14, II, CP.
RECORRENTE : ELIAS PINTO DA SILVA
DEF.PÚBLICO : NEUTON JARDIM DOS SANTOS.
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATORA: : JUÍZA ADELINA GURAK.
ÓRGÃO JULGADOR : **1ª TURMA JULGADORA**
Juíza Adelina Gurak **RELATORA**
Juíza Célia Regina Régis **VOGAL**
Juiz Eurípedes Lamounier **VOGAL**

4)= APELAÇÃO - AP-14475/11 (11/0099748-0).
ORIGEM : COMARCA DE ARRAIAS.
T. PENAL : ART. 14 DA LEI Nº 10826/03.
APELANTE : VALDECI ROSA RIBEIRO.
DEFEN. PÚBL. : JOSÉ MARCOS MUSSULINI.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA :JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JUNIOR.
RELATORA : JUÍZA CÉLIA REGINA RÉGIS.
ÓRGÃO JULGADOR : **2ª TURMA JULGADORA**
Juíza Célia Regina Régis **RELATORA**
Juiz Eurípedes Lamounier **REVISOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto **VOGAL**

5)=RECURSO EM SENTIDO ESTRITO-RSE-5007081-68.2012.827.0000.
ORIGEM : COMARCA DE XAMBIOÁ – TO.
T. PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISOS III, IV, V, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, E ARTIGO 155, CAPUT, TODOS DO CP.
RECORRENTE : CLAUDIMILSON PEREIRA SOARES
DEFEN. PÚBL. : LUCIANA OLIANI BRAGA.
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : ELAINE MARCIANO PIRES.
RELATOR : JUIZ EURÍPEDES LAMOUNIER.
ÓRGÃO JULGADOR : **3ª TURMA JULGADORA**
Juiz Eurípedes Lamounier **RELATOR**
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto **VOGAL**
Juiz Agenor Alexandre da Silva **VOGAL**

6)=APELAÇÃO - AP-5001742-31.2012.827.0000.
ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE : AÇÃO PENAL Nº 2009.0001.2271-2, DA 2ª VARA CRIMINAL.
T. PENAL : ART. 155, § 4º, INCISOS I, II E IV, C/C ART. 71, TODOS DO CP.
APELANTE : ANGELO VIEIRA CAGANI.

DEF. PÚBL. : JOSÉ MARCOS MUSSULINI.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak REVISORA
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

7)=APELAÇÃO - AP-5004866-22.2012.827.0000.

ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO.
T. PENAL : ARTIGO 129, § 1º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL.
APELANTE : EDINALDO SANTOS PEREIRA.
DEF. PÚBL. : DANILO FRASSETO MICHELINI.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : ELAINE MARCIANO PIRES.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak REVISORA
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

8)=APELAÇÃO - AP-5003220-11.2011.827.0000.

ORIGEM : COMARCA DE PALMAS-TO.
T. PENAL : 157, §3º, PARTE FINAL, DO CP, COM FUCRO NO ARTIGO 386, INCISO VII, DO CÓDIGO PENAL.
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
DEF. PÚBL. : LUCIANA COSTA DA SILVA.
APELADO : OSIAS SANTOS CARDOSO
PROC. JUSTIÇA : RICARDO VICENTE DA SILVA.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak REVISORA
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

9)= DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO-5001014-87.2012.827.0000.

ORIGEM : COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS.
T. PENAL : ARTIGO 121, §2º, INCISOS I, III E IV, DO CÓDIGO PENAL
REQUERENTE : PEDRO ORLANDO DE SOUSA GOMES
DEF.PÚBLICA. : LUCIANA COSTA DA SILVA.
REQUIRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : RICARDO VICENTE DA SILVA.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak REVISORA
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

10)=APELAÇÃO - AP-5002266-62.2011.827.0000.

ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAÍNA -TO.
T. PENAL : ART. 243, DA LEI 8.069/90 (E.C.A).
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
DEF. PÚBL. : HILDEBRANDO CARNEIRO DE BRITO.
APELADO : JOSÉ MAURO MAIA FERREIRA.
PROC. JUSTIÇA : MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak REVISORA
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

11)=APELAÇÃO - AP-5002812-83.2012.8270.000.

ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAÍNA -TO.
T. PENAL : ART. 213 C/C ART. 224, "A", AMBOS DO CÓDIGO PENAL.
APELANTE : HIGOR MACIEL SOARES
ADVOGADO. : JOACI VICENTE ALVES DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : ELAINE MARCIANO PIRES.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak REVISORA
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

12)=APELAÇÃO - AP-5002582-75.2011.827.0000.

ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAÍNA -TO.
T. PENAL : ARTIGOS 129, § 9º E 147, AMBOS DO CÓDIGO PENAL.
APELANTE : JOSÉ LACY SOARES FILHO.
ADVOGADO. : FERNANDO CORRÊA.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak REVISORA
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

13)=RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - RSE-5002423-98.2012.827.0000.

ORIGEM : COMARCA DE GURUPI -TO.
T. PENAL : ART. 121, CAPUT DO CÓDIGO PENAL.
RECORRENTE : MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DE ALMEIDA.

DEF.PÚBLICA : VALDEON BATISTA PITALUGA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
PROC. JUSTIÇA : JOSÉ MARIA DA SILVA JUNIOR.
RELATOR : JUIZ AGENOR ALEXANDRE DA SILVA.
ÓRGÃO JULGADOR : 5ª TURMA JULGADORA
Juiz Agenor Alexandre da Silva RELATOR
Juíza Adelina Gurak VOGAL
Juíza Célia Regina Régis VOGAL

Intimação de Acórdão

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº. 2655

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO PENAL Nº. 1948/04 DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECORRENTE: ELIDELMAR PEREIRA FREITAS
ADVOGADO: FABRÍCIO FERNANDES DE OLIVEIRA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO (EM SUBSTITUIÇÃO)

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÍTIMA DEFESA PRÓPRIA E DE TERCEIRO. QUALIFICADORAS. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
1. O Recorrente foi pronunciado como incurso no artigo 121, §2º, incisos II (motivo fútil) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima consistente em surpresa), combinado com o artigo 14, inciso II, do Código Penal, contra a vítima Edison Ferreira da Silva.
2. Quando se fala em absolvição sumária pelo reconhecimento de excludente de ilicitude é absolutamente necessária a existência de prova contundente e extreme de dúvida nesse sentido, o que não se observa no caso vertente.
3. Verificado que as qualificadoras reconhecidas na decisão de pronúncia não estão manifestamente improcedentes, cabe exclusivamente ao Corpo de Jurados decidir pela sua permanência, após o exame do mérito da causa.
4. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Sob a presidência do Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER, acordaram os integrantes da 4ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na 42ª Sessão Ordinária Judicial, realizada no dia 06 de novembro de 2012, por unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão recorrida, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator, Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO.
Votaram acompanhando o Relator o Juiz AGENOR ALEXANDRE DA SILVA e a Juíza ADELINA GURAK.
Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Dr. JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU. Palmas/TO, 07 de novembro de 2012.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2.659/11

ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL/TO.
REFERENTE: DENÚNCIA Nº 2733/07 DA 1ª VARA CRIMINAL.
TIPO PENAL: ART. 121, § 2º, INCISO IV C/C O ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL.
RECORRENTE: BRUNO JALES RIBEIRO ARRUDA.
DEFENSOR PÚBLICO: DANILO FRASSETO MICHELINI.
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
RELATORA: JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS.

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. ELEMENTOS DE PROVA NÃO VALORADOS PELO JULGADOR. PRONÚNCIA. PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESAO CORPORAL. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. INADMISSIBILIDADE. PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. RECURSO IMPROVIDO.
1 – Não tendo o julgador valorado os elementos de prova, limitando-se a ponderar acerca da ausência de prova irrefutável que ensejasse a desclassificação do crime, não há falar em nulidade da pronúncia. 2 – Mantém-se a pronúncia do recorrente quando comprovada a materialidade e presentes indícios da autoria delitiva. 4 – A qualificadora admitida na pronúncia deve ser confirmada, quando não se evidencia de forma cristalina que seja improcedente ou equivocada. 5 – No momento processual da pronúncia, vige o princípio *in dubio pro societate*, cabendo ao Conselho de Sentença avaliar a credibilidade do depoimento das vítimas e testemunhas.

ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER, Presidente em substituição, nos termos do art. 56 do RITJ/TO, na 41ª Sessão Ordinária, ocorrida em 30.10.2012, a 2ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal, acordou por unanimidade em, conhecer do recurso interposto, porém, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, encampando o Parecer do órgão de Cúpula Ministerial, nos termos do voto da Exma. Srª. Relatora – Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS. Votaram, acompanhando a Relatora, os Exmos Juízes, EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER e AGENOR ALEXANDRE DA SILVA. Ausência justificada do Exmo. Sr. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Exmo. Sr. JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR. Palmas (TO), 07 de novembro de 2012.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 14236

ORIGEM: COMARCA DE ITAGUATINS/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL Nº 6191-1/10 – ÚNICA VARA
T. PENAL: ART. 129, § 3º, DO CÓDIGO PENAL
APELANTE: MAGNO PEREIRA LIMA
DEF. PÚBLICA: MARIA SÔNIA BARBOSA DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATORA: JUÍZA ADELINA GURAK

EMENTA: APELAÇÃO. JÚRI. EFEITO DEVOLUTIVO LIMITADO. LIMITE FIXADO PELA PETIÇÃO OU TERMO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 713 DO STF.

PARCIAL CONHECIMENTO. LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS. CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. FIXAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. SUFICIÊNCIA PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO DELITO. DISCRICIONARIEDADE VINCULADA. APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E DESPROVIDA.1. Em razão das peculiaridades das quais são revestidas as decisões do Tribunal do Júri, o efeito devolutivo do recurso de apelação criminal é restrito aos fundamentos da sua interposição, previstos nas alíneas do inciso III do artigo 593 do Código de Processo Penal, isto é, os limites do exame a ser feito pela Corte Estadual são fixados no termo ou petição de interposição do reclamo, de tal sorte que nas razões do inconformismo somente constarão os fundamentos de fato e de direito vinculados aos incisos anteriormente indicados. Súmula 713/STF. 2. A apelação cujo termo de interposição delimitou a insurgência apenas na alínea "c" do art. 593, inciso III, do CPP, merece conhecimento tão somente em relação ao quantitativo da pena.3. A aplicação da pena-base acima do mínimo legal encontra-se justificada pela consideração desfavorável, mediante fundamentação concreta e idônea, das circunstâncias judiciais da culpabilidade, conduta social e circunstâncias do crime.4. A ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não é uma operação aritmética, em que se dá pesos absolutos a cada uma delas, a serem extraídas de cálculo matemático levando-se em conta as penas máxima e mínima cominadas ao delito cometido pelo agente, mas sim um exercício de discricionariedade vinculada, podendo-se afirmar o mesmo no tocante às circunstâncias legais, pois não há como estabelecer frações ou dar valores específicos para efetuar os aumentos ou diminuições delas decorrentes, a míngua da existência de critérios legais nesse sentido, exigindo-se apenas, em ambas as fases, a devida motivação.5. Apelação parcialmente conhecida e desprovida.

ACORDÃO: Sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz Eurípedes Lamounier, nos termos do art. 56 do RITJ/TO, na 42ª Sessão Ordinária, do dia 06.11.2012, a 1ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal, acordou POR UNANIMIDADE em, CONHECER PARCIALMENTE da apelação interposta, para acolher o pronunciamento do Ministério Público, afim de que fosse apreciado tão somente ao art.593, III, "c" do CPP, em face da sua interposição em sede do julgamento do Tribunal do Júri, constante na respectiva Ata, e no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Exma. Senhora Relatora – Juíza Adelina Gurak. Votaram acompanhando a Exma. Senhora Relatora: Juíza Célia Regina Régis e o Juiz Eurípedes Lamounier. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Dr. José Demóstenes de Abreu.Palmas – TO, em 07 de Novembro de 2012.

RECURSOS CONSTITUCIONAIS

SECRETÁRIO: PELÁGIO NOBRE CAETANO COSTA
Intimação às Partes

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 14280 (11/0097439-0)
ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAINÁ
REFERENTE : (AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO Nº 26242-0/06 - 1ª VARA CÍVEL)
1º RECORRENTE : BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADOS : ELAINE AYRES BARRROS – OAB/TO 2402 E OUTROS
1º RECORRIDO : JOSIMAR LOPES DA CRUZ
ADVOGADO : CARLOS FRANCISCO XAVIER – OAB/TO 1622
2º RECORRENTE : JOSIMAR LOPES DA CRUZ
ADVOGADO : CARLOS FRANCISCO XAVIER – OAB/TO 1622
2º RECORRIDO : BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADOS : ELAINE AYRES BARRROS – OAB/TO 2402 E OUTROS
RELATORA : Desembargadora JACQUELINE ADORNO - Presidente

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes interessadas devidamente INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012, de 04/12/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no sistema e-ProcTJTO por onde tramitarão eletrônica e exclusivamente sob o nº 5003913-92.2011.827.0000, oportunidade em que, após a publicação dessa ocorrência, os autos físicos serão baixados no SICAP e devolvidos à origem. Secretaria de Recursos Constitucionais do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas–TO, 08 de novembro de 2012. Pelágio Nobre Caetano da Costa – Secretário de Recursos Constitucionais.

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 14214 (11/0097074-3)
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS
REFERENTE : (AÇÃO CIVIL DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 1533-8/04 – 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
RECORRENTE : EDUARDO NOVAES MEDRADO DOS SANTOS
ADVOGADO : FERNANDO MARCHESINI– OAB/TO 2188
RECORRIDO : ESTADO DO TOCANTINS
PROC. ESTADO : MAURÍCIO FERNANDO DOMINGUES MORGUETA – OAB/TO 14262
RELATORA : DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE

Em face da interposição do Recurso Especial, de fls. 669/684 e em obediência ao artigo 542, do CPC, fica INTIMADA a parte recorrida para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso interposto, no prazo legal. SECRETARIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas–TO, 08 de novembro de 2012. Pelágio Nobre Caetano da Costa– Secretário de Recursos Constitucionais.

RECURSO ESPECIAL NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº. 1554 (10/0081546-0)
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : (EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA Nº 1502/09 DO TJ-TO)
1º RECORRENTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC. ESTADO : BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – OAB/TO 3999-B

1º RECORRIDO : MARIA MAGALY GUEDES FAISLON SANTANA
ADVOGADOS : ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1334-A E OUTROS
2º RECORRENTE : MARIA MAGALY GUEDES FAISLON SANTANA
ADVOGADOS : ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1334-A E OUTROS
2º RECORRIDO : ESTADO DO TOCANTINS
PROC. ESTADO : BRUNO NOLASCO DE CARVALHO – OAB/TO 3999-B
RELATORA : DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE

Em face da interposição dos Recursos Especiais, de fls. 130/141 e 143/163 e em obediência ao artigo 542, do CPC, ficam INTIMADAS as partes recorridas para, querendo, apresentarem CONTRARRAZÕES aos recursos interpostos, no prazo legal. SECRETARIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas–TO, 07 de novembro de 2012. Pelágio Nobre Caetano da Costa – Secretário de Recursos Constitucionais.

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº. 13049 (11/0092378-8)
ORIGEM : COMARCA DE GURUPI
REFERENTE : (AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 2816/06 - 3ª VARA CÍVEL)
RECORRENTE : KATTERÊ BAR E PIZZARIA LTDA
ADVOGADOS : FERNANDA RORIZ GOULART WIMMER– OAB/TO 2765 E LUCIANNE DE OLIVEIRA CÔRTEZ RODRIGUES DOS SANTOS – OAB/TO 2337-A
RECORRIDO : MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADOS : LUIZ TADEU GUARDIERO AZEVEDO – OAB/TO 116-A; LUCIANA MACHADO DE CARVALHO–OAB/MG 64.818 E OUTROS.
RELATORA : Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes interessadas devidamente INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012, de 04/12/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no sistema e-ProcTJTO por onde tramitarão eletrônica e exclusivamente sob o nº 5003908-70.2011.827.0000, oportunidade em que, após a publicação dessa ocorrência, os autos físicos serão baixados no SICAP e devolvidos à origem. Secretaria de Recursos Constitucionais do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas–TO, 07 de novembro de 2012. Pelágio Nobre Caetano da Costa – Secretário de Recursos Constitucionais.

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1657 (11/0093663-4)
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS
REFERENTE : (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 17851-7/10 - 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
RECORRENTE : BLUDATA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
ADVOGADOS : SHIRLEY HENN – OAB/SC 17.829 E OUTROS
RECORRIDO : ESTADO DO TOCANTINS
PROC. ESTADO : JAX JAMES GARCIA PONTES – OAB/TO 4317-B
RELATORA : Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

ATO ORDINATÓRIO: Nos termos do art. 1º da Portaria 413/11, Publicada no Diário da Justiça nº 2739, de 29 de setembro de 2011 c/c Portaria 116/2011, publicada no SUPLEMENTO 1 – DIÁRIO ELETRÔNICO Nº 2612, de 23 de março de 2011, ficam Vossas Senhorias, SHIRLEY HENN – OAB/SC 17.829, intimados a efetuarem seus cadastramentos no sistema de processo eletrônico E-PROC/TJTO, no prazo de 05(cinco) dias, para que possam ter acesso aos autos eletrônicos assinalados abaixo, INTIMAÇÃO: Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes interessadas devidamente INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao Art. 1º, §3º da Instrução Normativa nº07/2012, de 04/12/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no sistema e-ProcTJTO por onde tramitarão eletrônica e exclusivamente sob o nº 5003906-03.2011.827.0000, oportunidade em que, após a publicação dessa ocorrência, os autos físicos serão baixados no SICAP e devolvidos à origem. Secretaria de Recursos Constitucionais do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Palmas–TO, 07 de novembro de 2012. Pelágio Nobre Caetano da Costa – Secretário de Recursos Constitucionais.

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL E-PROC Nº 5002434-30.2012.827.0000
ORIGEM : COMARCA DE PIUM–TO
REFERENTE : (AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO Nº 2006.0009.6756-4/0 – ÚNICA VARA)
RECORRENTE : ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADAS : AGRIPINA MOREIRA – OAB/TO 4112-B
RECORRIDOS : DEMERVAL ALBERNAZ CRESPO NETO E JULIANA PASSOS BOA MORTE CRESPO
ADVOGADO : NEWTON ANTÔNIO DE MATOS – OAB/GO 3.338
RELATORA : DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO – PRESIDENTE

ATO ORDINATÓRIO: Nos termos do art. 1º da Portaria 413/11, Publicada no Diário da Justiça nº 2739, de 29 de setembro de 2011 c/c Portaria 116/2011, publicada no SUPLEMENTO 1 – DIÁRIO ELETRÔNICO Nº 2612, de 23 de março de 2011, fica Vossa Senhoria, NEWTON ANTÔNIO DE MATOS – OAB/GO 3.338, intimado a efetuar seu cadastramento no sistema de processo eletrônico E-PROC/TJTO, no prazo de 05 (cinco) dias, para que possa ter acesso aos autos eletrônicos em epígrafe e mais, INTIMAÇÃO: Em face da interposição de Recurso Especial (evento 35) e em obediência ao artigo 542 do CPC, fica a parte Recorrida devidamente intimada para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo legal. SECRETARIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 07 dias do mês de novembro de 2012. Pelágio Nobre Caetano da Costa – Secretário.

DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2012
PROCESSO: 12.0.000053228-0
CONTRATO Nº. 203/2012
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
CONTRATADA: Tri Signal Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
OBJETO: O Contrato em epígrafe tem por objeto a aquisição de bens móveis – mobiliário, incluindo a montagem e instalação, conforme discriminado abaixo:

ITEM	SUBITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.1	1	Und	Mesa para atendimento em "L" de MDF na cor Roverre Oscuro com tampa de vidro de 12mm na cor preta fixada por extensores em alumínio. Dimensões: 2,20m x 2,75m x 0,75m / 0,76m (largura A x largura B x profundidade / altura). Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 5.143,00	R\$ 5.143,00
	1.2	1	Und	Armário em MDF cor Roverre Oscuro - dimensões: 3,18m x 0,45m x 0,55m (largura x profundidade x altura) com portas de correr em vidro 8mm cor preta. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 2.703,00	R\$ 2.703,00
	1.3	2	Und	Prateleira em MDF cor Roverre Oscuro - dimensões: 1,20m x 0,35m (largura x profundidade). Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 1.020,00	R\$ 2.040,00
	1.4	1	Und	Armário suspenso em "L" de MDF cor Roverre Oscuro e Branco - dimensões: 1,35m x 2,45m x 0,35m / 0,40m (largura A x largura B x profundidade / altura) com portas basculantes em MDF Branco. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 2.812,00	R\$ 2.812,00
	1.5	1	Und	Nicho em MDF preto - dimensões: 0,95m x 0,35m x 0,40m (largura x profundidade x altura). Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 850,00	R\$ 850,00
	1.6	1	Und	Painel, chão ao teto, dimensões: 0,75m x 2,80m x 0,10m (largura x altura x profundidade) em MDF cor Roverre Oscuro. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 2.380,00	R\$ 2.380,00
	1.7	1	Und	Vidro para mesa de centro, vidro 10mm cor preta - dimensões: 1,35m x 0,80m x 0,45m (largura x profundidade). Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 1.147,00	R\$ 1.147,00
	1.8	1	Und	Estante para livros em MDF cor Roverre Oscuro - dimensões: 3,66m x 0,35m x 2,70m (largura x profundidade x altura) com porta de correr (para acesso à assessoria) em vidro 10mm preto. Dimensões da porta: 0,80m x 2,05m (largura x altura). Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
2	2.1	6	Und	Mesa linear tipo 1 - dimensões: 1,35m x 0,70m x 0,76m (largura x profundidade x altura) em MDF cor Roverre Oscuro com mesa suporte de correr. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 1.148,00	R\$ 6.888,00
	2.2	2	Und	Mesa linear tipo 2 - dimensões: 1,43m x 0,70m x 0,76m (largura x profundidade x altura) em MDF cor Roverre Oscuro, com mesa suporte de correr. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 1.216,00	R\$ 2.432,00
	2.3	3	Und	Mesa em "L" - dimensões: 1,92m x 1,62m x 0,70m x 0,76m (largura1 x largura2 x profundidade x altura) em MDF cor Roverre Oscuro. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 2.644,00	R\$ 7.932,00
	2.4	1	Und	Mesa em "L" para recepção, em MDF cor Roverre Oscuro - dimensões: 1,75m x 1,55m x 0,75m x 0,50m x 0,76m (largura1 x largura2 x profundidade1 x profundidade2 x altura) com armário de 2 portas e gaveta com puxadores. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 2.305,00	R\$ 2.305,00
	2.5	1	Und	Armário - dimensões: 1,54m x 0,60m x 2,70m (largura x profundidade x altura) em MDF cor Roverre Oscuro com portas de correr em vidro branco e prateleiras internas. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 3.534,00	R\$ 3.534,00
	2.6	1	Und	Armário - dimensões: 0,70m x 0,55m x 2,70m (largura x profundidade x altura) em MDF cor Roverre Oscuro com portas de abrir em vidro branco e prateleiras internas. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 2.295,00	R\$ 2.295,00
	2.7	2	Und	Estante para livros - dimensões de acordo com o projeto em MDF cor Roverre Oscuro com fundo em MDF na mesma cor. Modelo Especial. Marca Flexibase.	R\$ 2.433,00	R\$ 4.866,00
	2.8	1	Und	Sofá dois lugares (recepção) Assento e encosto em espuma flexível de alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m3 e moldada anatomicamente. Alma interna totalmente em aço conformada anatomicamente. Totalmente tapeçada com detalhes em costura. Revestimento em couro ecológico ou crepe na cor preta. Estruturas laterais fabricadas em tubo oblongo de aço industrial 30 x 60mm conformadas em raio variável, acabamento cromado, fixadas através de parafusos na própria alma interna do assento. Apóia-braço fixo de formato de um arco, com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin, texturizado. Por se tratar de um pré-polímero possui toque macio e póxi ima resistência ao rasgo, que não é possível nos materiais convencionais. Matéria prima totalmente isenta de CFC, não agressiva ao meio ambiente. Fixado na alma interna do encosto e na lateral tubular. Modelo SO.28.53. Marca Flexibase.	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
VALOR TOTAL					R\$ 57.527,00	

VALOR TOTAL: R\$ 57.527,00 (cinquenta e sete mil quinhentos e vinte e sete reais)
VIGÊNCIA: O contrato terá início a partir da data de sua assinatura e terá validade até a total execução e/ou entrega definitiva dos mobiliários.
Recurso: FUNJURIS
Programa: Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário
Atividade: 0601.02.061.1046.3019
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 (0240)
DATA DA ASSINATURA: 7 de novembro de 2012

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2011
PROCESSO: 12.0.000112121-7
CONTRATO Nº. 194/2012
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
CONTRATADA: Click Data Brasil Informática Ltda – ME
OBJETO: O Contrato em epígrafe tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, cartuchos e tonners, conforme discriminado abaixo:

Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor Unitário	Valor
14	Cartucho de toner PRETO HP color laserjet CB540A para impressora HP laserjet colorida CP1515N	UND	150	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00
15	Cartucho de toner CIANO HP color laserjet CB541A para impressora HP laserjet colorida CP1515N	UND	150	R\$ 103,00	R\$ 15.450,00
16	Cartucho de toner AMARELO HP color laserjet CB542A para impressora HP laserjet colorida CP1515N	UND	150	R\$ 103,00	R\$ 15.450,00
17	Cartucho de toner MAGENTA HP color laserjet CB543A para impressora HP laserjet colorida CP1515N	UND	150	R\$ 103,00	R\$ 15.450,00
Valor Total					R\$ 61.350,00

VALOR TOTAL: R\$ 61.350,00 (sessenta e um mil e trezentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: No seu respectivo crédito orçamentário
UNIDADE GESTORA: 05100-TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501.02.126.1082.2397
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30
FONTE DE RECURSOS: 0100
DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2012

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2011
PROCESSO: 12.0.000111423-7
CONTRATO Nº. 193/2012
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
CONTRATADA: Multilaser Industrial Ltda
OBJETO: O Contrato em epígrafe tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme discriminado abaixo:

Itens	Especificação	Und	Qtde	Valor Unitário	Valor
29	Tonner para impressora Lexmark E240, código 24018SL Laserjet.	UND	300	R\$ 75,91	R\$ 22.773,00
30	Tonner para impressora Lexmark E250DN E250A11L, Laserjet.	UND	100	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00
51	Cartucho de impressão a jato de tinta para impressora 6940 HP 96 C8767WB, Deskjet.	UND	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
52	Cartucho de impressão a jato de tinta para impressora 6940 HP 97 C9363WB, Deskjet.	UND	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
Valor Total					R\$ 42.273,00

VALOR TOTAL: R\$ 42.273,00 (quarenta e dois mil e duzentos e setenta e três reais)
VIGÊNCIA: No seu respectivo crédito orçamentário
UNIDADE GESTORA: 060100-TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501.02.126.1082.2397
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30
FONTE DE RECURSOS: 0100
DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2012

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2012.
PROCESSO: 12.0.000005444-3
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADA: LUANA WANESSA MANOEL RIBEIRO - ME.
OBJETO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO: Prorrogação da vigência do Contrato nº 01/2012, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de clipping eletrônico, compreendendo a seleção, compilação em bancos de dados, disponibilização de matérias jornalísticas, monitoramento e gravação de TV e Rádio, sobre as atividades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e assuntos de interesse da instituição publicadas pelos veículos da imprensa brasileira, nos meios eletrônicos e impressos, inclusive especializadas, em todas as regiões do País, independente de distribuição, tiragem e periodicidade, ao longo de 2012, por mais 12 (doze) meses, pelo período de 09/01/2013 a 09/01/2014, perfazendo um total de 24 (vinte e quatro) meses.
Unidade Gestora: 060100-FUNJURIS
Classificação Orçamentária: 0601.02.122.1082.4362
Natureza de Despesa: 3.3.90.39
Fonte de Recursos: 0240
DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2012.

Extrato da Ata de Registro de Preços

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2012
AUTOS ADMINISTRATIVOS: 12.0.000064727-4
MODALIDADE: Pregão Presencial - SRP Nº. 59/2012
ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
FORNECEDORES REGISTRADOS: MF Comunicação Visual Ltda e Nunes e Barbosa Ltda – ME.
OBJETO DA ATA: Registro de Preços visando à contratação futura das empresas relacionadas na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços em epígrafe, para aquisição de placas em alumínio, aço, madeira e acrílico com gravação de letreiros para atender as necessidades do Poder Judiciário Tocantinense, conforme descrição e quantitativos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE MÍN.	QTDE MAX.	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL MÍN.	VALOR TOTAL MAX.	FORNECEDORES REGISTRADOS
01	Placa em alumínio, alto relevo, tamanho 22 x 33 cm, ficando as letras sem pintura e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas com logomarca do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo Tribunal de Justiça. Marca: Fortes Placas.	05	50	UN	R\$ 248,80	R\$ 1.244,00	R\$ 12.440,00	MF Comunicação

02	Placa em aço inox, litografada para homenagem, tamanho 20 x 14 cm, com caixa aveludada, com logomarca do TJTO colorida e dizeres a serem gravados informados pelo Tribunal de Justiça. Marca: Master Placas.	05	50	UN	R\$ 208,70	R\$ 1.043,50	R\$ 10.435,00	Nunes & Barbosa
03	Placa em alumínio, alto relevo, tamanho 50 x 70 cm, sendo as letras sem pintura e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas logomarca do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo Tribunal de Justiça. Marca: Fortes Placas.	10	40	UN	R\$ 932,00	R\$ 9.320,00	R\$ 37.280,00	MF Comunicação
04	Placa para mesa em madeira dupla face, tamanho 20 x 06 cm, formato triangular, com chapa de latão resinada, com capa de acrílico, com os dizeres gravados informados pelo Tribunal de Justiça. Marca: Master Placas.	10	30	UN	R\$ 51,00	R\$ 510,00	R\$ 1.530,00	Nunes & Barbosa
05	Placa em latão 1mm gravado, tamanho 10 x 30 cm, em alto relevo, com os dizeres informados pelo Tribunal de Justiça. Marca: Fortes Placas.	10	30	UN	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00	MF Comunicação
VALOR TOTAL							R\$ 66.185,00	

VALIDADE DO REGISTRO: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da ATA de Registro de Preços.
DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2012.

1ª TURMA RECURSAL

Intimação de Acórdão

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2012, SENDO QUE O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTAR-SE-Á A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO MESMO:

01-RECURSO INOMINADO Nº 5006435-58.2012.827.0000

Referência: 20.005/2010.
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína-TO
Natureza: Ação declaratória de debito c/c repetição de indébito c/c ação de indenização por danos materiais e morais com pedido de liminar
Embargante: Banco GE Capital S/A.
Advogado: Dr. Marcos de Rezende Junior
Embargado: Luiz Firmino dos Santos
Advogado: Dr. Leandro de Oliveira Gundim (Defensor Público) // Drª Luciana Oliane Braga (Defensora Pública)
Relator: Juiz Marcelo Augusto Ferrari Faccioni

SÚMULA DE JULGAMENTO EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, DÚVIDA, OMISSÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. 1. Os embargos declaratórios, mesmo com fins de pré-questionamento, devem enquadrar-se em qualquer das hipóteses do art. 48 da Lei nº 9.099/95. 2. Não há possibilidade de alteração do julgado por meio de embargos declaratórios, mormente, quando não há erros (obscuridade, omissão e contradição) passíveis de mudança do julgado. 3. Nesse sentido, necessário se faz mencionar o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. 1- Acórdão elaborado de conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995, arts. 12, inciso IX, 98 e 99 do Regimento Interno das Turmas Recursais. Recurso próprio, regular e tempestivo. 2- Se os embargos de declaração não Poder Judiciário do Estado do Tocantins 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins trazem elementos aptos a demonstrar omissão, obscuridade ou contradição no acórdão, mas apenas procuram rediscutir questões já examinadas, a rejeição se impõe. 3- O juiz não está obrigado a se manifestar sobre todas as questões suscitadas no processo se encontrar fundamento jurídico suficiente para embasar a decisão. Ademais, a intenção de apresentar pré-questionamento, para fins de futuro recurso, não é justificativa suficiente para o reexame da matéria já julgada. Precedentes na Turma (Acórdão n. 527923, 20100111889179ACJ, Relator JOÃO FISCHER, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 02/08/2011, DJ 17/08/2011 p. 223). 4- Embargos conhecidos, mas não providos. (Acórdão n. 611695, 20110310298548ACJ, Relator AISTON HENRIQUE DE SOUSA, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 14/08/2012, DJ 23/08/2012 p. 218) 4- Sendo assim não há possibilidade de se rediscutir o mérito por meio de embargos declaratórios, eis que a via eleita é imprópria para o fim pretendido pelo embargante. 5. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, e relatados e discutidos os Embargos de Declaração nº 5006435-58.2012.827.0000, em que figura como Embargante Banco Ge Capital S/A e Embargada

Luiz Firmino dos Santos, por quórum mínimo de votos, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em conhecer dos embargos declaratórios, entretanto, Poder Judiciário do Estado do Tocantins 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins negar-lhes provimento por ausência das hipóteses do art. 48 da Lei nº 9.099/95. Assinado digitalmente pelo o Relator. Palmas – TO, 07 de Novembro de 2012.

02-RECURSO INOMINADO Nº 5005834-52.2012.827.0000

Origem: Juizado Especial Cível de Porto Nacional-TO (2010.0000.3527-9)
Natureza: Ação reparatória de danos morais
Embargante(s): Ariel Carvalho Godinho
Advogado(s): Dr. Renato Godinho
Embargado(s): Banco do Brasil S/A
Advogado(s): Dr. Gustavo Amato Pissini // Drª. Sarah Gabrielle Albuquerque Alves
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DO JULGAMENTO: RECURSO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BENEFICIÁRIO DE JUSTIÇA GRATUITA. SUSPENSÃO. RECURSO PROVIDO. (1) – Pugna o embargante pela suspensão da cobrança dos honorários advocatícios fixados no acórdão de Evento n. 22 em razão de ser beneficiário da justiça gratuita. (2) – Embargos conhecidos e providos para declarar no acórdão de Evento n. 22 a suspensão da cobrança dos honorários fixados, pelo prazo do art. 12 da Lei 1.060/50, por ser o recorrente, ora embargante, beneficiário da justiça gratuita. (3) – Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Cível nº. 5005834-52.2012.827.0000 em que figura como recorrente ARIEL CARVALHO GODINHO e como recorrido BANCO DO BRASIL S/A, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por quórum mínimo e unanimidade, em conhecer do recurso para, no mérito, darem-lhe provimento. Acompanhou o relator o Juiz MARCELO AUGUSTO FERRARI FACCIONI. Documento assinado digitalmente pelo Relator. Palmas – TO, 07 de novembro de 2012.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2012, SENDO QUE O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTAR-SE-Á A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO MESMO:

EMABRGOS DE DECLARAÇÃO AO RECURSO INOMINADO Nº 5005785-11.2012.827.0000.

Referência: 2009.000.2092-8
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Tocantinópolis-TO.
Natureza: Ação Declaratória de contrato c/c restituição de parcelas pagas e danos morais com pedido de tutela antecipada
Embargante: Banco GE Capital S/A.
Advogado(s): Dr. Marcos de Rezende Andrade Junior
Embargada: Luiza Lopes Moreira
Advogado: Dr. Samuel Ferreira Baldo
Relator: Juiz Marcelo Augusto Ferrari Faccioni

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, DÚVIDA, OMISSÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. 1. Os embargos declaratórios, mesmo com fins de pré-questionamento, devem enquadrar-se em qualquer das hipóteses do art. 48 da Lei nº 9.099/95. 2. Não há possibilidade de alteração do julgado por meio de embargos declaratórios, mormente, quando não há erros (obscuridade, omissão e contradição) passíveis de mudança do julgado. 3. Nesse sentido, necessário se faz mencionar o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. 1- Acórdão elaborado de conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099/1995, arts. 12, inciso IX, 98 e 99 do Regimento Interno das Turmas Recursais. Recurso próprio, regular e tempestivo. 2- Se os embargos de declaração não trazem elementos aptos a demonstrar omissão, obscuridade ou contradição no acórdão, mas apenas procuram rediscutir questões já examinadas, a rejeição se impõe. 3- O juiz não está obrigado a se manifestar sobre todas as questões suscitadas no processo se encontrar fundamento jurídico suficiente para embasar a decisão. Ademais, a intenção de apresentar pré-questionamento, para fins de futuro recurso, não é justificativa suficiente para o reexame da matéria já julgada. Precedentes na Turma (Acórdão n. 527923, 20100111889179ACJ, Relator JOÃO FISCHER, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 02/08/2011, DJ 17/08/2011 p. 223). 4- Embargos conhecidos, mas não providos. (Acórdão n. 611695, 20110310298548ACJ, Relator AISTON HENRIQUE DE SOUSA, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 14/08/2012, DJ 23/08/2012 p. 218) 4- Sendo assim não há possibilidade de se rediscutir o mérito por meio de embargos declaratórios, eis que a via eleita é imprópria para o fim pretendido pelo embargante. 5. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, e relatados e discutidos os Embargos de Declaração nº 5005785-11.2012.827.0000, em que figura como Embargante Banco Ge Capital S/A e Embargada Luiza Lopes Moreira, por quórum mínimo de votos, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em conhecer dos embargos declaratórios, entretanto, negar-lhes provimento por ausência das hipóteses do art. 48 da Lei nº 9.099/95.

EMABRGOS DE DECLARAÇÃO AO RECURSO INOMINADO Nº 5005826-75.2012.827.0000
Referência: 2011.0005.7044-0
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Nacional-TO.
Natureza: Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c repetição de indébito c/c indenização por danos morais
Embargante: Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado: Dr. Gustavo Antonio Feres Paixão // Dr. Jésus Fernandes da Fonseca
Embargada: Maria Amélia Pereira dos Santos
Advogado: Dr. Danilo Frasseto Michelini (Defensor Público) // Dr. Arthur Luiz Pádua Marques (Defensor Público) // Sueli Moleiro (Defensora Pública)
Relator: Juiz Marcelo Augusto Ferrari Faccioni

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INOMINADO. PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA E SUSPENSÃO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. RECURSO INADEQUADO. ARTIGO 48 DA LEI 9099/95. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O embargante está requerendo os benefícios da justiça gratuita e suspensão da marcha processual, sob a alegação de que se encontra em liquidação extrajudicial, não possuindo meios de arcar com o pagamento das despesas processuais. 2. O artigo 48 da Lei 9099/95 prevê que “Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida”. Todavia, em análise do acórdão, não encontro qualquer obscuridade, contradição, omissão ou dúvida a serem sanadas em confronto com as alegações feitas pelo embargante. 3. Deixo registrado que não se pode falar em suspensão da marcha processual já que o credor possui o título judicial, devendo, portanto, requerer a habilitação de seu crédito junto ao liquidante. Apenas a forma de execução é que se dará diferente do que dispõe a Lei 9099/95. 4- Sendo assim não há possibilidade de se rediscutir o mérito por meio de embargos declaratórios, eis que a via eleita é imprópria para o fim pretendido pelo embargante. 5. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, e relatados e discutidos os Embargos de Declaração nº 5005826-75.2012.827.0000, em que figura como Embargante Banco Cruzeiro do Sul S/A e Embargada Maria Amélia Pereira dos Santos, por quórum mínimo de votos, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em conhecer dos embargos declaratórios, entretanto, negar-lhes provimento por ausência das hipóteses do art. 48 da Lei nº 9.099/95.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2012, SENDO QUE O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTAR-SE-Á A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO MESMO:

EMBARGOS DE DELCARAÇÃO AO RECURSO INOMINADO Nº 5005942-81.2012.827.0000
Referência 2011.0005.7022-9
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Nacional-TO
Natureza: Ação condenatória de indenização por danos morais e repetição de indébito
Embargante: Nilka Prado Carvalho Thomaz
Advogado: Drª. Adriana Prado Thomaz de Souza
Embargado: Banco Santander Brasil S.A
Advogado: Dr. Leandro Rógeres Lorenzi
Relator: Juiz Marcelo Augusto Ferrari Faccioni

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO OU DÚVIDA – EXISTÊNCIA - ATUALIZAÇÃO DO INDÉBITO - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA – CITAÇÃO E AJUIZAMENTO DA DEMANDA - EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS. 1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido nos autos do Recurso Inominado de nº 5005942-81.2012.827.000, ajuizado pela Nilka Prado Carvalho Thomaz.

2. A embargante sustenta que o acórdão foi omisso referente a data de incidência da atualização dos valores a título de repetição de indébito. 3. Quanto à omissão vejo que razão assiste à embargante, porquanto houve omissão no acórdão no que se refere a data de início da atualização monetária do indébito. 4. Dessa forma, conheço dos embargos e dou provimento para fazer acrescentar aos termos do acórdão que a atualização do indébito deve ser feita com a incidência de juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a partir da data do ajuizamento da ação. 5. Quanto a alegada dúvida vejo que os argumentos se confundem com o que já foi decidido, bem como com a matéria omisa. 6. Embargos conhecidos e acolhidos parcialmente.

ACÓRDÃO: Discutidos os autos nº 5005942-81.2012.827.0000 , acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por quórum mínimo de votos, em conhecer dos embargos declaratórios e dar-lhe provimento para acrescentar aos termos do acórdão que a atualização do indébito é de juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a partir da data do ajuizamento da ação. Sem custas e sem honorários.

1º GRAU DE JURISDIÇÃO ALMAS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

PROCESSO Nº: 2008.0003.8609-6 – PENSÃO POR MORTE
Requerente: ADJANILDLES RIBEIRO GONÇALVES
Rep. Jurídico: MARCIO AUGUSTO MALAGOLI OAB TO 3.685-B
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS
DESPACHO: “[...] Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/12/2012, às 09 horas. [...]”

ALVORADA

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: NEVES ELEUTÉRIO ALVES
Advogada: Dra. Mônica Prudente Cançado – Defensora Pública desta Comarca
Requerido: TANGARÁ COMERCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS
Advogada: Dra. Ana Luiza Barroso Borges – OAB/TO 4.411
Requerido: BANCO SANTANDER BRASIL S/A – SANTANDER FREE VISA
Advogado: Dr. Renato Chagas Corrêa da Silva– OAB/TO 4.867-A
SENTENÇA: “(...). Isso posto e, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo pela *parcial* procedência do pedido para: a) condenar o Requerido Banco Santander Brasil S/A Santander Free Visa à repetição , em dobro, dos valores indevidamente pagos pela parte Requerente, qual seja: R\$1.842,88 (Hum mil, oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), consubstanciada nas faturas do cartão de crédito/débito Santander Free Visa, devidamente acrescidos de correção monetária, a contar do ajuizamento da ação e juros de 1% ao mês a partir da citação; b) condenar o Requerido Banco Santander Brasil S/A Santander Free Visa, ao pagamento de indenização por danos morais ao Autor, na importância correspondente a R\$5.000,00 (cinco mil reais), quantia esta que deverá ser corrigida e acrescida de juros de 1% ao mês, ambas a contar do trânsito em julgado desta decisão. P.R.I. Alvorada, 31 de outubro de 2012. Fabiano Gonçalves Marques – Juiz de Direito.”

1ª Escrivania Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

AUTOS: 5000449-68.2012.827.2702– CARTA PRECATÓRIA
AUTOR: Ministério Público.
ACUSADOS: Edna Senedese de Castro, Ofir de Castro e Luiz Cláudio de Castro
ADVOGADO: Dr. Cezar Tadeu Dias – OAB/MG 033.840
INTIMAÇÃO: Intimo de que foi designado o dia 22 de novembro de 2012, às 15h00min, audiência para inquirição da testemunha Milton Inácio dos Santos, nos autos supra referidos.

AUTOS: 2007.0000.9382-1 – AÇÃO PENAL
AUTOR: Ministério Público.
ACUSADO: Ronaldo de Souza da Silva
ADVOGADO: Dr. Antônio Carlos Miranda Aranha – OAB/TO 1327-B.
INTIMAÇÃO SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, julgo por sentença extinta a punibilidade do reeducando **RONALDO DE SOUZA DA SILVA**, devidamente qualificado nos autos, com fundamento no art. 107, IV c/c art. 109, V, ambos do Código Penal e art. 66 inc. II da Lei 7.210/84. Notifique-se o Ministério Público. Intime-se a defesa, assim como o reeducando. Comunique-se a autoridade policial. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as devidas anotações, dando-se baixa na distribuição. P.R.I. Alvorada, 23 de outubro de 2012. **Fabiano Gonçalves Marques . Juiz de Direito**”.

ARAGUAINA

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2011.0001.5629-5 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO (A): JOSÉ MARTINS – OAB/SP 84.314
REQUERIDO: RONALDO BARBOSA DE MIRANDA

ADVOGADO (A): DEFENSORIA PÚBLICA
DESPACHO DE FL.123: “Intimem-se as partes para em dez dias manifestar se pretendem produzir provas, em caso positivo, para especificá-las, sob pena de preclusão...” – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA, EM DEZ DIAS MANIFESTAR SE PRETENDE PRODUIZIR PROVAS, EM CASO POSITIVO, PARA ESPECIFICÁ-LAS, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

Autos n. 2007.0002.4655-5 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA
EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO (A): MAURÍCIO CORDENONZI – OAB/TO 2.223
EXECUTADO: GRANJEL AVÍCOLAS S/A e outros
DESPACHO DE FLS.392-v: “DEFIRO o pleito retro (fls.392)” – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO.

Autos n. 2007.0002.5921-5 – AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL
REQUERENTE/EXECUTADO: GRANGEL AVÍCOLAS E PECUÁRIA LTDA
ADVOGADO (A): ANTONIO PIMENTEL NETO - OAB/TO 1.130; SEBASTIÃO RINCON DA SILVA - OAB/TO 443 e MARIA EURIPA TIMÓTEO – OAB/TO 1.263
REQUERIDO/EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO (A): MAURÍCIO CORDENONZI – OAB/TO 2.223
DESPACHO DE FLS.208: “Intime-se a parte vencida, através de seus procuradores, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, para cumprimento voluntario da decisão, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% estabelecida no art. 475-J do Código de Processo Civil. Para honorários advocatícios em 10% sobre o valor do cumprimento, provisoriamente, para caso de cumprimento imediato.” – FICA O REQUERENTE/EXECUTADO, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, A FIM DE ADOTAR AS PROVIDENCIAS CABIVEIS, NO PRAZO ESTABELECIDO.

Autos n. 2007.0002.5919-3 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA
REQUERENTE/EXECUTADO: EVERTON CARVALHO FIGUEIROA e outros
ADVOGADO (A): MARIA EURIPA TIMÓTEO – 1.263
REQUERIDO/EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO (A): MAURÍCIO CORDENONZI – OAB/TO 2.223
DESPACHO DE FLS.192: “Intime-se a parte vencida, através de seus procuradores, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, para cumprimento voluntario da decisão, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% estabelecida no art. 475-J do Código de Processo Civil. Para honorários advocatícios em 10% sobre o valor do cumprimento, provisoriamente, para caso de cumprimento imediato.” – FICA O REQUERENTE/EXECUTADO, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, A FIM DE ADOTAR AS PROVIDENCIAS CABIVEIS, NO PRAZO ESTABELECIDO.

Autos n. 2010.0010.1428-3 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO (A): MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA – OAB/MG 91.811
REQUERIDO: JOAQUIM RIBEIRO GABRIEL e outra
ADVOGADO (A): FERNANDO CORRÊA DA SILVA – OAB/SP 80.833
DESPACHO DE FLS.90: “Revogo o despacho de fl. 86, parte final, pois a procedência da sentença nos embargos não implicou a extinção da execução. INTIME-SE o exequente para dar prosseguimento à execução, nos termos da sentença transitada em julgado nos embargos do devedor (fl. 127, em apenso), apresentando memória discriminada e atualizada de cálculo, no prazo de 10 dias. INTIMEM-SE.” – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, FICANDO O REQUERENTE/EXEQUENTE PARA ADOTAR AS PROVIDENCIAS CABIVEIS, NO PRAZO ESTABELECIDO.

Autos n. 2007.0008.5778-3 – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA
REQUERENTE: JOSÉ DOS REIS RIBEIRO
ADVOGADO (A): SERAFIM FILHO COUTO ANDRADE – OAB/TO 2.267
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO (A): PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – OAB/TO 2.132
DESPACHO DE FLS.161: “Diante da penhora on line procedida, fica valendo como termo de penhora o protocolo emitido pelo sistema BACEN-JUD. Intimem-se as partes da penhora realizada, bem como para requererem o que for de direito, no prazo de 15 dias. Intimem-se.” – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO.

Autos n. 2006.0006.1138-7 – AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: MARIA RIBEIRO LIMA
ADVOGADO (A): ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA – OAB/TO 3.407 e CAROLINE ALVES PACHECO – OAB/TO 4.186
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
DESPACHO DE FL.133: “Presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, recebo a apelação de fls.122/125 nos efeitos suspensivo e devolutivo. Considerando a inércia da demandada, conforme certidão de fl.132 remeta-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com os nossos cumprimentos. Intime-se e cumpra-se.” – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO.

Autos n. 2012.0005.2818-2 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO (A): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES – OAB/TO 4.258-A
REQUERIDO: VERA LÚCIA GONÇALVES MARTIN
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença, a partir de seu dispositivo;
SENTENÇA DE FLS.61/61-v: “... Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.”

Autos n. 2007.0003.0348-6 – AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
REQUERENTE: INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – ITPAC
ADVOGADO (A): KARINE ALVES GONÇALVES MOTA – OAB/TO 2.224

REQUERIDO: AUGUSTO NERY SOUSA MENDES e outra
DESPACHO DE FL.87: “Ante o insucesso da penhora on-line, INTIME-SE a parte exequente, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.” – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO.

Autos n. 2006.0001.8428-4 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO (A): ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1.334 e MAURÍCIO CORDENONZI – OAB/TO 2.223
REQUERIDO: ANA AUGUSTA SILVA PAULA e outra
DESPACHO DE FL.78: “Ouça-se o exequente a respeito da certidão de fl.77, no prazo de 10 dias. Intime-se.” – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 10 DIAS, A RESPEIRO DA CERTIDAO DE FLS.77: (... DILIGENCIEI À AVENIDA 01 DO CONJUNTO RESIDENCIAL PATROCINIO, E APAESAR DE TER PERCORRIDO TODA SUA EXTENSÃO, NÃO LOCALIZEI A RESIDÊNCIA DE N.22, LOCALIZEI APENAS A QUADRA 22, MAS NENHUMA DOS MORADORES DA RUA, A QUEM PERGUNTEI, SOUBE INFORMAÇÕES A RESPEITO DA INTIMADA...)

Autos n. 2011.0009.8098-2 – AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO
REQUERENTE: CICERO GOMES DA SILVA
ADVOGADO (A): JULIANA ALVES TOBIAS – OAB/TO 4.693 e FERNANDO MARCHESINI – OAB/TO 2.188
REQUERIDO: E. C. NASCIMENTO SILVA (TATU MOTOS – PEÇAS ACESSORIOS E SERVIÇOS)
ADVOGADO (A): CARLOS EURÍPEDES GOUVEIA AGUIAR – OAB/TO 1.750
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença, a partir de seu dispositivo; bem como a parte requerida para pagamento de custas, acaso existentes, após o transito em julgado.
SENTENÇA DE FL.72: “... ANTE O EXPOSTO, havendo amparo legal, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo formalizado pelas partes, em todos os seus termos, para que produza os efeitos jurídicos necessários e com base no artigo 269, III, do CPC declaro encerrado o processo, cujo mérito foi resolvido pelas partes. De consequência, desmarco a audiência designada. Eventuais custas pelo demandado. Após o trânsito em julgado, cobradas as custas, ARQUIVE-SE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.”

Autos n. 2009.0004.0439-4 – AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE: ELIANE DE CARVALHO MIRANDA
ADVOGADO (A): RICARDO FERREIRA DE REZENDE – OAB/TO 4.342
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO (A): PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – OAB/TO 2.132 e MARCO ANTÔNIO VIEIRA NEGRÃO – OAB/TO 4.751
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença, a partir de seu dispositivo.
SENTENÇA DE FL.123/127: “... POSTO ISTO, com fundamento no art. 333, I, do Código de Processo Civil, doutrina e jurisprudência acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte autora ELIANE DE CARVALHO MIRANDA, uma vez que não demonstrado que a parte ré BANCO DO BRASIL S/A, tinha conhecimento da revogação da garantia, mantendo o contrato garantido por aquela e em consequência deixo de condenar a parte ré por danos morais. Não se vislumbra no feito, qualquer ato ou movimentação capaz de caracterizar a má-fé da parte autora, ao contrário, apenas buscou em juízo o que entendia ser seu direito, devendo ao poder judiciário exatamente dirimir estas questões, não se podendo falar em simples sucumbência como litigância de má-fé, necessário a demonstração de alguns dos requisitos contidos no art. 17, do Código de Processo Civil. CONDENANDO a parte autora ELIANE DE CARVALHO MIRANDA ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor dos advogados da parte ré BANCO DO BRASIL S/A, que fixo em 15%(quinze por cento), sobre o valor da causa, conforme estabelecido no art. 20, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, isentando-a desse pagamento por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita, ressalvado o disposto no art. 12, da lei de assistência judiciária. EXTINGUINDO o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos e moldes do que dispõe o art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.”

Autos n. 2011.0012.1017-0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE: ANTÔNIO RODRIGUES ROCHA
ADVOGADO (A): CARLOS FRANCISCO XAVIER – OAB/TO 1.622
REQUERIDO: BRASIL TELECON S/A
ADVOGADO (A): ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO – OAB/TO 69; JAKELINE MORAIS E OLIVEIRA SANTOS – OAB/TO 1.634 e DANILE BEZERRA DE CASTRO – OAB/TO 4.781
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença, a partir de seu dispositivo.
SENTENÇA DE FL.61/61-v: “POSTO ISSO, recebo os presentes embargos de declaração por tempestivos e julgo-os IMPROCEDENTES. Persiste a sentença tal como está lançada, integralmente, nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.”

Autos n. 2011.0012.1017-0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE: ANTÔNIO RODRIGUES ROCHA
ADVOGADO (A): CARLOS FRANCISCO XAVIER – OAB/TO 1.622
REQUERIDO: BRASIL TELECON S/A
ADVOGADO (A): ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO – OAB/TO 69; JAKELINE MORAIS E OLIVEIRA SANTOS – OAB/TO 1.634 e DANILE BEZERRA DE CASTRO – OAB/TO 4.781
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença, a partir de seu dispositivo; bem como a parte requerida para pagamento de custas, acaso existentes, após o transito em julgado.
SENTENÇA DE FL.54/56: “... POSTO ISTO, com fundamento no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, art. 186 e 927, ambos do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora ANTONIO RODRIGUES ROCHA para: a) ANTECIPAR os efeitos da tutela, verificando a verossimilhança das alegações e principalmente o perigo na demora de um provimento final, no sentido de determinar a exclusão do nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes ou, se ainda não incluído, proibir a negativação da parte autora referente aos contratos referentes aos telefones (11)6248-6969,

(11)62486837 e (11)6248-6993 (fls. 08/10), devendo para tanto ser oficiada ao SPC e SERASA para tal finalidade, com a obrigação da parte autora de trazer aos autos os respectivos endereços das instituições de proteção ao crédito para as intimações no prazo de 05(cinco) dias; b) DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre a parte autora ANTONIO RODRIGUES ROCHA e a parte ré BRASIL TELECOM S/A referentes aos contratos relacionados aos telefones (11)6248-6969, (11)62486837 e (11)6248-6993 (fls. 08/10) e conseqüentemente, qualquer débito existente entre as partes em relação à esses contratos; c) CONDENAR a parte ré BRASIL TELECON CELULAR a indenizar à parte autora ANTONIO RODRIGUES ROCHA no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a título de danos morais, pela negativação desta junto aos órgãos de proteção ao crédito em razão dos contratos relacionados aos telefones (11)6248-6969, (11)62486837 e (11)6248-6993 (fls. 08/10); d) CONDENAR a parte ré BRASIL TELECOM S/A, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do advogado da parte autora ANTONIO RODRIGUES ROCHA, que fixo em 15%(quinze por cento), sobre o valor da condenação, conforme estabelecido no art. 20, §3º, do Código de Processo Civil. e) EXTINGUIR feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos e moldes do que dispõe o art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. f) Após o transito em julgado aguarde o prazo de 15(quinze) dias para o efetivo pagamento do quanto condenado, independente de nova intimação, sob pena de aplicação da multa 10% (dez por cento) estabelecida no art. 475-J, do Código de Processo Civil, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp./MS 940.274). Se não houver requerimento da parte vencedora, no que se refere ao cumprimento do julgado, na forma dos arts. 475-B, caput, e 475-I, do Código de Processo Civil, em seis meses, aguarde-se eventual provocação em arquivo (art. 475-J, §5º). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.”

Autos n. 2012.0005.0577-8 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. ADVOGADO (A): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES – OAB/TO 4.258
REQUERIDO: ELMES FOGAÇA RODRIGUES
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença, a partir de seu dispositivo; bem como a parte autora para pagamento de custas, acaso existentes, após o transito em julgado.

SENTENÇA DE FLS.65: “... Assim, considerando que a demandada não foi regularmente citada, não há necessidade de colher sua anuência para o fim do processo. Dessa forma, homologo por sentença a desistência expressa da ação e, em consequência, extingo o processo sem a resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Custas e despesas processuais pelo autor, tendo em vista que a demandada não foi citada. Sem verba honorária. Transitado em julgado, ao arquivo com baixas nos registros. Publique-se. Registre-se. Intime-se.”

Autos n. 2011.0003.2269-1 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO (A): SÉRGIO RENATO DE SOUZA SECRON – OAB/SP 253.984, PEDRO HENRIQUE LAGUNA MIORIN – OAB/SP 253.957 e ROBERTA SANCHES DE PONTE – OAB/SP 224.325
REQUERIDO: LUZINETE MOREIRA MARTINS DE DEUS
INTIMAÇÃO: do(s) advogado(s) dos termos da sentença, a partir de seu dispositivo; bem como a parte autora para pagamento de custas, acaso existentes, após o transito em julgado.
SENTENÇA DE FLS.86: “... Assim, considerando que a demandada não foi regularmente citada, não há necessidade de colher sua anuência para o fim do processo. Dessa forma, homologo por sentença a desistência expressa da ação e, em consequência, extingo o processo sem a resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de ofício ao DETRAN, para desbloqueio do bem. Eventuais custas pelo autor. Transitado em julgado, ao arquivo com baixas nos registros. Faculto ao autor a retirada de toda a documentação que embasou a ação, desde que a substitua por cópias autênticas, correndo as despesas por sua conta. Publique-se. Registre-se. Intime-se.”

AÇÃO: INDENIZAÇÃO Nº 2009.0003.2368-8

Requerente: Esp. João Batista da Silveira
Advogado: Mary Ellen Oliveti – OAB/TO 2387 e Karina Paula Brumati de Freitas – OAB/TO 2663
Requerido: Thermo Rio Refrigeração Ltda
INTIMAÇÃO: das procuradoras do autor, da remessa da Carta Precatória de Citação e Intimação foi encaminhada para a Comarca de Rio Verde-GO, em 07/11/2012, para acompanhar o devido cumprimento.

AÇÃO: REIVINICATÓRIA Nº 2007.0001.8407-0 e USUCAPÍÃO Nº 2006.0001.6109-8

Requerente: Maria Miranda da Silva Bello e seu marido
Advogado: Viviane Mendes Braga – OAB/TO 2.264 e Alexandre Garcia Marques – OAB/TO 1874
Requerido: Deusiran Ferreira Fontes e sua mulher
INTIMAÇÃO: dos procuradores das partes, da remessa da Carta Precatória de Depoimento Pessoal, para a Comarca de Anápolis – GO, em 07/11/2012, para acompanhar o devido cumprimento.

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:

AÇÃO: CAUTELAR DE ARRESTO C/ PEDIDO DE LIMINAR — 2012.0002.0013-6

Requerente: AGROCRIA-COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
Advogado: ALQUIMIR GOMES DE CARVALHO-OAB/GO 26.386-EDISON BERNARDO DE SOUSA-OAB/GO 10.185
1º Requerido: TERRAPLAN COM.IND.DE PRODUTOS AGORPECUARIOS LTDA
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO do Requerente para vir receber em Cartório o Edital de Citação para as providencias necessárias a publicação do mesmo. wmaa

AÇÃO DE COBRANÇA Nº 2011.0001.4416-5

Requerente:MARIA JOSÉ MOREIS MIRANDA
Advogado: D R GASPAR FERREIRA DE SOUSA OAB-TO 2893
Requerido:BANCO DO BRASIL S/A
Advogado:NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO do advogado autor de que os autos foram digitalizados recebendo o nº 50000194120118272706(via eproc)

AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL – 2011.0008.9765-1

Requerente: PAULO CESAR DE ALMEIDA TROVO
Advogados: EMERSON COTINI OAB/TO 2.098
Requerido: GLEYMON ALENCAR RANGEL E OUTRO
Advogados: Não Constituído.
INTIMAÇÃO DO REQUERENTE DA CERTIDÃO DE FLS.28 “Certifico eu, Oficiala de justiça ao final assinado, que em cumprimento ao presente mandado, diligencieei ao endereço indicado e sendo assim, deixei de proceder a CITAÇÃO dos(as) SR.(a). GLEYMON ALENCAR RANGEL e CARLA SOUZA GONDIM RANGEL em virtude de ter sido informada que estes estão fora do País, estando na Áustria, segundo informação de seu pai, Sr. Cícero Rangel. Certifico ainda que deixei de solicitar certidão no Cartório de Registro de Imóveis em virtude de ser necessário o pagamento de emolumentos, sendo assim, deixei de efetuar o arresto. O referido é verdade e dou fé. - CAG

AÇÃO: ORDINÁRIA – 2012.0002.5160-1

Requerente: JAIRO GOMES PACHECO
Advogados: RAFAEL ELIAS N. ABRÃO
Requerido: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogados: CELSO MARCON OAB/TO 4009-A
INTIMAÇÃO DO REQUERENTE: Fica intimada a parte requerente para que apresente impugnação à contestação. - CAG

AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO BANCARIO – 2009.0011.7005-2

Requerente: CARLOS LEMES
Advogados: WANDERSON FERREIRA DIAS OAB/TO 4.167
Requerido: BANCO FINASA BMC S/A
Advogados: FABRICIO GOMES OAB/TO 3350
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS.103/104 “ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 269, inc. III, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO POR SENTENÇA, o acordo de fls. 101/102, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e de consequência DECLARO EXTINTO o presente feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Revogo a liminar de fl. 41/44. Oficie-se ao banco do Brasil solicitando informações quanto aos possíveis depositário efetuados, encaminhando junto ao ofício, cópia das fls. 99/100 dos autos. Havendo vales em depósito, expeça-se alvará em favor do requerente para levantamento das importâncias. Custas e honorários advocatícios, consoante pactuado. Ante a desistência do prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e archive-se, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. - CAG

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO – 2009.0007.8050-7

Requerente: BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Advogados: ALEXANDRE ROMANI PATUSSI OAB/SP 242.085
Requerido: FLAVIO ARRUDA DE ALMEIDA
Advogados: Não Constituído.
INTIMAÇÃO DO REQUERENTE DO DESPACHO DE FLS.51 “INTIME-SE o advogado peticionante às fls. 44 para, no prazo de 10 (dez) dias, acostar aos autos a cessão de créditos informada e a devida notificação do devedor quanto a esta, sob pena de considerar o ato ineficaz com relação ao devedor e de consequência inexistente a peça supramencionada com o devido desentranhamento da mesma e demais contendo como parte o FUNDO DE INVESTIMENTOS E DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG – BRASIL, MULTICARTEIRA. CUMPRA-SE. - CAG

AÇÃO: BAUSCA E APREENSÃO – 2011.0008.2245-7

Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogados: HUDSON JOSE RIBEIRO OAB/TO 4998-A
Requerido: JOSE CANUTO BENIZ
Advogados: Não Constituído.
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS.26 “INTIME-SE o advogado subscritor da petição de fls. 23 para, que no prazo de 10 (dez) dias, promover os seguintes atos: a) Juntar aos autos o original do subestabelecimento de fls. 25, sob pena de considerar inexistente a peça supramencionada e consequente desentranhamento da mesma; b) Efetuar o pagamento da taxa judiciária e custas processuais, acostando aos autos o comprovante de pagamento original ou cópia autenticada, sob pena de cancelamento do feito na distribuição (CPC, art. 257). CUMPRA-SE. - CAG

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS INCERTOS OU NÃO SABIDOS, BEM COMO TERCEIROS EVENTUAIS INTERESSADOS COM PRAZO DE QUARENTA (40) DIAS

A Doutora LILIAN BESSA OLINTO, MM. Juíza de Direito, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Araguaína/TO, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital de Citação, com prazo de **40 (quarenta) dias**, virem e dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo da 2ª Vara Cível, os autos da **AÇÃO DE USUCAPÍÃO**, sob nº **2012.0005.0480-1**, que **JOSE ARMANDO DIAS OLIVEIRA** move em desfavor da **ALFREDO CARMO COSTA e CARMELITA MILHOMEM DO CARMO**, por este meio promove a **CITAÇÃO** dos réus incertos e não sabidos, bem como terceiros eventuais interessados, para no prazo de quinze (15) dias, oferecerem contestação a referida ação, que visa o domínio do imóvel denominado:

LOTE N. 21, QUADRA A, LOCALIZADA NA RUA RODOVIARIA, INTEGRANTE DO LOTEAMENTO CHACARA RT-22, COM AREA DE 484,29m²”.

Ficando cientes de que não sendo contestada a ação, presumir-se-á aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial. E para que ninguém possa

alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual será publicado uma vez, apenas no Diário da Justiça, duas vezes em jornal de circulação local, bem como será afixado no placar do Fórum local. Araguaína/TO, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (06/11/2012). **LILIAN BESSA OLINTO**-Juíza de Direito".WMAA

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS INCERTOS OU NÃO SABIDOS, BEM COMO TERCEIROS EVENTUAIS INTERESSADOS COM PRAZO DE QUARENTA (40) DIAS

A Doutora **LILIAN BESSA OLINTO**, MM. Juíza de Direito, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Araguaína/TO, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital de Citação, com prazo de **40 (quarenta) dias**, virem e dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo da 2ª Vara Cível, os autos da **AÇÃO DE USUCAPIÃO**, sob nº **2012.0006.0499-7**, que **RUBENIR DUARTE COSTA** movem em desfavor da **ISMAEL LACERDA DE SOUSA** e **MARIA PEREIRA DA SILVA**., pessoa jurídica de direito privado, por este meio promove a **CITAÇÃO** dos réus incertos e não sabidos, bem como terceiros eventuais interessados, para no prazo de quinze (15) dias, oferecerem contestação a referida ação, que visa o domínio do imóvel denominado:

LOTE N. 14, QUADRA E-20, SITUADO NA RUA DAS MACAÚBAS, ESQUINA COM A RUA DAS GOIABEIRAS, INTEGRANTE DO LOTEAMENTO ARAGUAINA SUL, COM AREA DE 407,50m², SEM BENFEITORIAS".

Ficando cientes de que não sendo contestada a ação, presumir-se-á aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual será publicado uma vez, apenas no Diário da Justiça, duas vezes em jornal de circulação local, bem como será afixado no placar do Fórum local. Araguaína/TO, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (06/11/2012). **LILIAN BESSA OLINTO**-Juíza de Direito" WMAA

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0010.8597-9 Ação Declaratória

Requerente: BRASIL COMERCIO DE MADEIRA E TRANSPORTE LTDA
Advogado(a): CARLOS FRANCISCO XAVIER OAB/TO 1.622
Requerido (a):BANCO BRADESCO S/A
Advogado(a) OSMARINO JOSÉ DE MELO OAB/TO 779-B e MICHELLE CORREA RIBEIRO MELO OAB/TO 3.774
Intimação do Despacho de fls.100.Intime-se a parte requerida para manifestar sobre documento a folhas 98, no prazo de 10 dias.

Autos nº 2011.0010.8598-7Ação Declaratória

Requerente: BRASIL COMERCIO DE MADEIRA E TRANSPORTE LTDA
Advogado(a): CARLOS FRANCISCO XAVIER OAB/TO 1.622
Requerido (a):BANCO BRADESCO S/A
Advogado(a) OSMARINO JOSÉ DE MELO OAB/TO 779-B e MICHELLE CORREA RIBEIRO MELO OAB/TO 3.774
Intimação do Despacho de fls.111.Intime-se a parte requerida para manifestar sobre documento a folhas 98, no prazo de 10 dias..

Autos nº 2011.0009.4704-7 Ação Cautelar Ordinária

Requerente:SHEYLA JORDANIA MARTINS SILVA
Advogado(a):JOSÉ ADELMO DOS SANTOS OAB/TO 301-A
Requerido:ITPAC- INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
Advogado(a):KARINE ALVES GONÇALVES MOTA OAB/TO 2.224
Intimação do Despacho de fls.411.Intime-se a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 5 dias.

Autos nº 2011.0011.8161-7 Ação Revisional de Contrato Bancário

Requerente: VALCILENE ALVES RODRIGUES
Advogado(a): MAYARA BENICIO GALVÃO TEIXEIRA OAB/TO 4.943
Requerido:BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(a):CELSO MARCON OAB/TO 4.009-A
Intimação do Despacho de fls. 253. Não tem como deferir o pedido de folhas 250, pois não foram consignados valores nos autos. Intime-se a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 10 dias.

1ª Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

Autos Ação Penal Nº 2012.0005.1335-5/0

Autor: Ministério Público
Acusado: Leidiane Sandes Ferreira
FRANCISCO VIEIRA FILHO, Juiz de Direito titular da 1ª Vara criminal da Comarca de Araguaína Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste edital CITAR o (a) acusado (a): LEIDIANE SANDEA FERREIRA, brasileira, casada, estudante, natural de Xambioá-TO, nascido em 11-05-1984, filho de Francisco Ferreira Neto e de Gersina Sandes Pereira, residente e domiciliado Rua 04,nº46,setor Barros,Araguaína-TO, o(a) qual foi denunciadas(o) nas penas do Art. 129,caput, CP, nos autos de ação penal nº. 2012.0005.1335-5/0, e como está em lugar incerto ou não sabido, conforme certificou o Senhor Oficial de Justiça incumbido da diligência, fica citado (a) pelo presente para o fim exclusivo de o acusado oferecer defesa preliminar. O prazo para a defesa começará a fluir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no “Placar” do Fórum da Comarca de Araguaína-TO, Estado do Tocantins e a 3ª via publicada no Diário da Justiça.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína Estado do Tocantins, aos 08 de Novembro de 2012. Eu,____ (aapedradantas), escrevente judicial, lavrei e subscrevi.

2ª Vara Criminal Execuções Penais

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2012.0002.3752-8
Reeducando: Maciel dos Santos Santana
Advogado: Dr. André Francelino de Moura OAB/TO 2621
OBJETO: Intimo V. Sª. para tomar ciência do despacho de fl. 35, assim transcrevo: “Intime-se o patrono do reeducando, para que, no prazo de 10 dias, informe a este Juízo o atual endereço de seu cliente, bem como, apresente documentos comprobatórios de que o mesmo é empregado em um frigorífico da cidade de Redenção/PA, conforme informado na petição de fls. 30/31. Ass. Antônio Dantas de Oliveira Junior”.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0009.9503-3
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: PAULA MARTINS MOREIRA
ADVOGADO INTIMANDO: DR. CABRAL SANTOS GONÇALVES - OAB/TO 448-B
REQUERIDO: AMADEU ALVES MOREIRA
OBJETO: "Intimar o Advogado do Requerido, Dr. CABRAL SANTOS GONÇALVES para comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento redesignada para o dia 06 de agosto de 2013, às 15h30min.

AUTOS: 2012.0005.8135-0/0

Natureza: EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
Excipiente: T. de P. S. L.
Representante Jurídico: Dr. JOSÉ BARBOSA FILHO – OAB/PA. 5518
Excepta: R. A. de P.
Representantes Jurídicos: Drª CAROLINE NEGREIROS DE ARAÚJO – OAB/TO. 4855., Dr. ANDRÉ LUIZ BARBOSA MELO – OAB/TO. 1.118 e Dr. ANTÔNIO PAIM BROGLIO – OAB/TO. 556.
Decisão (fls. 24/26) parte dispositiva: “Isso posto e mais que dos autos consta, julgo improcedente a presente exceção de incompetência proposta pela excipiente Thandara de Paula Santana Lima, em face da excepta Rafaela Alves de Paula, para declarar o foro de Araguaína competente para o julgamento da Ação de Investigação de Paternidade cumulada com Alimentos, que tem como autora a excepta Rafaela e como ré a excipiente Thandara. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína, 05 de novembro de 2012. (ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito”.

AUTOS Nº. 2006.0000.2548-8

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE: L.Q.S.
ADVOGADO: (INTIMANDO): DR. FABIANO CALDEIRA LIMA-OAB-TO nº 2493-B
OBJETO: DESPACHO: Fls-232 vº-"Cumpra-se o despacho de fls-214. Araguaína -TO, 17 de outubro de 2012. (ass) João Rigo Guimarães- Juiz de Direito".

AUTOS Nº. 2006.0000.2548-8

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE: L.Q.S.
ADVOGADA: (INTIMANDA): DRA. SANDRA HADAD LIMA CURY - OAB/SP-158.382 e CLEONICE DE ARAÚJO-OAB-SP-248.069
OBJETO: DESPACHO: Fls-232 vº-"Cumpra-se o despacho de fls-214. Araguaína -TO, 17 de outubro de 2012. (ass) João Rigo Guimarães- Juiz de Direito".

AUTOS Nº. 2006.0000.2548-8

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE: L.Q.S.
ADVOGADA: (INTIMANDA): DRA. SANDRA HADAD LIMA CURY - OAB/SP-158.382 e CLEONICE DE ARAÚJO-OAB-SP-248.069
OBJETO: DESPACHO: Fls-214- Defiro o DNA, na forma em que foi requerido às fls-212/213. Providencie-se o cumprimento Araguaína -TO, 24 de agosto de 2012. (ass) João Rigo Guimarães- Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2006.0000.2548-8

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
REQUERENTE: L.Q.S.
ADVOGADO: (INTIMANDO): DR.FABIANO CALDEIRA LIMA - OAB/TO.2493
OBJETO: DESPACHO: Fls-214- Defiro o DNA, na forma em que foi requerido às fls-212/213. Providencie-se o cumprimento Araguaína -TO, 24 de agosto de 2012. (ass) João Rigo Guimarães- Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS O Doutor JOÃO RIGO GUIMARÃES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...FAZ SABER a quem o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e respectiva Escrivania, processam os autos de DIVORCIO JUDICIAL LITIGIOSO, Processo nº 5001438-62.2012.827.2706 , requerida por FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DE SOUSA em face de JOSEFA DE PINHO ARAUJO, sendo o presente para CITAR a requerida JOSEFA DE PINHO ARAUJO, brasileira, casada, estando em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da ação em epígrafe, e para, querendo, oferecer resposta ao pedido, via advogado habilitado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão. Despacho: "Defiro a gratuidade judiciária. Cite-se a requerida por edital para, em quinze dias, querendo, ofereça resposta ao pedido, sob pena de revelia e

confissão. Araguaína-TO., 31/10/2012 (ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito". E, para que não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Mário José Almeida Casas Mourão, Escrevente, digitei.

2ª Vara da Família e Sucessões

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS

Ficam os causídicos abaixo relacionados, intimados dos atos processuais abaixo:
Autos nº 2009.0008.0455-4/0
Ação: Inventário
Requerente: Lindalva Marques Caldas
Advogada: **Elisa Helena Sene Santos – OAB/TO nº 2.096-B**
Requerido: Espolio de Alderina Marques Caldas
Advogado: **Edson da Silva Souza – OAB/TO nº 2870**
DESPACHO: “Considerando a existência de questão de alta indagação(autos nº2009.0007.9732-9/0) que demandará de maior dilação probatória, cujos efeitos também recairão sob os autos de inventario, entendo de bom alvitre suspender o tramite desse feito. Cumpra-se”.

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS

Ficam os causídicos abaixo relacionados, intimados dos atos processuais abaixo:
Autos nº 2011.0007.4323-9/0
Ação: Divorcio
Requerente: M.L.A.D.S.
Advogada: **Laisa Azevedo Guimarães – OAB/TO nº 4858**
Requerido: P.F.S
Advogada: **Amanda Mendes dos Santos – OAB/TO nº 4392**
OBJETO: Comparecer a audiência designada as fls. 76, para 28 de fevereiro de 2013 às 15h30min, devendo no prazo 10 (dez) dias que antecedem a data da mesma especificar as provas que pretendem produzir em audiência.

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS 17

Ficam os causídicos abaixo relacionados, intimados dos atos processuais abaixo:
Autos nº 2009.0004.8240-9/0
Ação: Exibição de Documentos
Requerente: J.T.D.A.A
Requerido: C.V.E.P. S/A
Advogado: **Celso Gonçalves Benjamin – OAB/GO nº 3.411**
Advogado: **André Luiz Fagundes de Oliveira – OAB/GO nº 31.878**
Advogada: **Sandra Marcelino da Silva – OAB/GO nº 13.723**
DECISÃO: “Pelo exposto, não conheço dos presentes embargos, uma vez que não estão presentes os vícios ensejadores à sua admissibilidade, de modo que a sentença não necessita de esclarecimento. Entretanto, reconhecendo o erro cometido pela Escrivania deste Juízo, determino que seja feita uma nova intimação da sentença proferida às fls. 20/21 na pessoa do advogado, Dr. Celso Gonçalves Benjamin, o qual também deverá ser intimado do presente *decisum*, conforme requerimento de fls. 25. Cumpra-se”.

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS 17

Ficam os causídicos abaixo relacionados, intimados dos atos processuais abaixo:
Autos nº 2009.0004.8240-9/0
Ação: Exibição de Documentos
Requerente: J.T.D.A.A
Requerido: C.V.E.P. S/A
Advogado: **Celso Gonçalves Benjamin – OAB/GO nº 3.411**
Advogado: **André Luiz Fagundes de Oliveira – OAB/GO nº 31.878**
Advogada: **Sandra Marcelino da Silva – OAB/GO nº 13.723**
SETENÇA PARTE DISPOSITIVA: “É o relatório. Decido. Considerando que houve o reconhecimento do pedido inicial pela parte requerida, bem como a satisfação da pretensão pleiteada em Juízo pela requerente, declaro EXTINTO o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, II, do Código de Processo Civil. **Determino a remessa dos autos à contadoria para a retificação do valor da causa, para fazer constar como o valor da totalidade da apólice de seguro. O requerido deverá pagar as custas processuais e taxas judiciárias. Condeno o requerido ao pagamento dos honorários de sucumbência à razão de 20% do valor da causa corrigido.** Após o transito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se”.

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS 17

Ficam os causídicos abaixo relacionados, intimados dos atos processuais abaixo:
Autos nº 2011.0003.2557-7/0
Ação: Divorcio Litigioso
Requerente: W.B.D.A.R
Requerido: M.A.R
Advogado: **Jorge Palma de Almeida Fernandes – OAB/TO nº 1600-B**
SETENÇA PARTE DISPOSITIVA: “ISTO POSTO, HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em consequência, decreto o divórcio de **WEDILA BRILHANTE DE ARAUJO ROCHA E MARIO ALVARENGA ROCHA**, com fulcro no artigo 226, §6º da CF/88, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 66/10, declarando EXTINTO o vínculo matrimonial então existente. **A requerente voltará a assinar o nome de solteira. Intime-se o requerido recolher as custas processuais e taxa judiciária, no prazo de 10 dias.** Após as formalidades legais, expeça-se o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente, em consequência, decreto a extinção do feito nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Em seguida, arquivem-se com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se”.

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADOS

Ficam os causídicos abaixo relacionados, intimados dos atos processuais abaixo:
Autos nº 2011.0006.6770-2/0
Ação: Investigação de Paternidade
Requerente: K.H.V
Requerido: A.M.D.O
Advogada: **Márcia Cristina Figueiredo – OAB/TO nº 1319**

Advogado: **Rainer Andrade Marques – OAB/TO nº 4117**
Advogado: **Marcondes Figueiredo Junior – OAB/TO nº 643-A**
Advogada: **Patrícia da Silva Negrão – OAB/TO nº 4038**
Advogado: **Edimilson da Silva Melo – OAB/TO nº 1734**
Advogado: **Eli Gomes da Silva Filho – OAB/TO nº 4117**
Advogada: **Pricila Francisco da Silva – OAB/TO nº 2482-B**
Advogado: **Jorge Palma de Almeida Fernandes – OAB/TO nº 1600-B**
Advogado: **Adilson Freitas Lopes – OAB/TO nº 4.968**
SETENÇA PARTE DISPOSITIVA: “Isto posto, diante da prescindibilidade de dilação probatória, acolho o parecer Ministerial, inclusive adotando-o como razão para decidir e julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil. Defiro a assistência judiciária a ambas as partes. Sem custas. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se”.

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2006.0007.5763-2 – EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: C.H. BARROZO
Advogado: ALEXANDRE GARCIA MARQUES
DESPACHO: Fls. 76 – “Recebo o recurso posto que tempestivo e cabível à espécie. Intime-se o recorrido para apresentar as contra-razões. Após remeta-se ao tribunal de justiça.”

1ª Vara de Precatórios

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas intimadas dos atos processuais abaixo relacionados

Autos Nº 5000876-53.2012.827.2706 CHAVE 141320835212 – CARTA PRECATÓRIA
PROCESSO DE ORIGEM: AÇÃO DE EXECUÇÃO - Nº 825-60.2012.8.10.0036
DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ESTREITO - MA
DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE PRECATÓRIAS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
REQUERENTE: CERÂMICA SOTEL LTDA
ADVOGADO(A) DO(A) REQUERENTE: LUCIANA COELHO DE ALMEIDA OAB-TO 3.717
REQUERIDO: EVERALDO PEREIRA FERNANDES
INTIMAÇÃO: Intimo o advogado parte requerente para promover o preparo da referida carta precatória, sob pena de devolução. Telefone para contato: 63-3414-6629 – e-mail: precatoriasaraguaína@tjto.jus.br

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ação- Obrigaçãood e fazer... nº 22.795/2011
Reclamante: Sirley Cardoso de Moraes Silva
Advogado(a): Lorieny da Silveira Moraes Oab-To 1.238-B
Reclamado(a): Ediso Rodrigues de Amorim e Francisco Nogueira Santos
FINALIDADE- Intime-se a parte autora na pessoa de seu procurador para no prazo de cinco dias indicar atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do feito.

Ação- Obrigação de fazer... nº 20.669/2011
Reclamante: Genilda Sebastiana de Deus
Advogado(a): Wanderson Ferreira Dias OAB-TO 4.167
Reclamado(a): Sociedade Mantenedora de Educação superior da Bahia LTDA
Advogado:Gerusá Santos Pinto OAB/BA 30.821
FINALIDADE- Intime-se a parte executada na pessoa de seu procurador, para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença (fls.50/51), Sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem à garantia da dívida.

Ação- Cobrança... nº 11.544/2006
Reclamante: Francisco Teles da Silva Neto
Advogado(a): Elisa Helena Sene Santos
Reclamado(a): Edmones de Jesus Matos da Silva
Advogado: Sandra Márcia Brito de Sousa OAB/TO 2261
FINALIDADE- Intimar a advogada do executado Dra. Sandra Marcia Brito de Sousa OAB-TO 2261 acerca da penhora do imóvel ((fls.81).

Ação- Cobrança... nº 24.525/2012
Reclamante: Vilso Pereira de Castro
Advogado(a): Edson da Silva Sopusa OAB-TO 2.870
Reclamado(a): Charbat mackhoul harddy
FINALIDADE- Intime-se a parte autora para no prazo de cinco dias indicar atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do feito.

Ação- Cobrança nº 22.408/2011
Reclamante: Supermercado Encontro doa Amigos LTDA
Advogado(a): Iury Mansini Precinotte A. Marsor OAB-TO 4635
Reclamado(a): José Leomar Martins Bringel
FINALIDADE- Intimar o advogado da parte autora no prazo de 5 (cinco) dias aceca do cumprimento da sentença (fls.21), sob pena de arquivamento.

Ação- Execução por quantia certa nº 24.173/2012
Reclamante: Wilson Osmundo Neves
Advogado(a): Marcelo C. De Araujo Junior OAB-TO 4.369
Reclamado(a): Marila Franco Junqueira de Souza Gonçalves
FINALIDADE- Intimar o exequente na pessoa de seu advogado para no prao de 5 (cinco) dias indicar atual endereço do executado ou bens do devedor passíveis de constrição, sob pena de extinção do processo nos termos do art. 53, §4º da Lei 9.099/1995.

Ação- cobrança nº 18.689/2010
Reclamante: Odete pozzebom Mourao

Reclamado(a): Delcimar Alves
Advogado (a) : Maria de Fatima Fernandes Corrêa Oab-TO 1673
FINALIDADE- Intime-se o executado Delcimar Alves através de seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias coprovar nos autos os comprovantes de pagamento das parcelas do acordo, sob pena de execução.

Ação- Cobrança nº 24.307/2012
Reclamante: Vip Car Locadora de Veículos
Advogado(a): Luciana Coelho de almeida OAB-TO 3.717
Reclamado(a): Flaito de Oliveira Silva
FINALIDADE- Intime-se a parte autora para no prazo de 5 (cinco) dias indicar atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do feito por falta de interesse processual.

Ação- Indenização por danos morais nº 20.983/2011
Reclamante: Elivan Soares da Silva
Advogado(a): Fabricio Fernandes de Oliveira Oab-TO 1976
Reclamado(a): Banco do Brasil S/A e Serasa (Centralizadora de serviços do Banco)
Advogado: Miriam Peron Pereira Curiati OAB/SP 104.430 ou Sarah Gabrielle Albuquerque OAB/TO 4247-B
FINALIDADE- - Intime-se a parte executada na pessoa de seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença (fls.74/78), Sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem à garantia da dívida.

Ação- Reparação de danos materiais nº 9.287/2005
Reclamante: João batista de Sousa
Advogado(a): Miguel Vinicius Santos
Reclamado(a): Excelsior Seguros S/A
FINALIDADE- Intime-se a autora na pessoa de seu procurador para no prazo de quinze dias devolver o valor de R\$ 6.860, 03 (seis mil oitocentos e sessenta reais e três centavos) à CIA EXCELSIOR SEGUROS S/A, sob pena de penhora on-line.

Ação- Cobrança de Honorarios... nº18.845/2010
Reclamante: Antonio Cesar Santos
Advogado(a): Orlando Rodrigues Pinto OAB-TO 1.092-A
Reclamado(a): Mozar de faria
FINALIDADE- Intime-se a parte executada na pessoa de seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença (fls.), Sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem à garantia da dívida.

Ação- Declaratoria de inexistencia de debito... nº 17.635/2009
Reclamante: Silva E Moura LTDA
Advogado(a): André Francelino de Moura OAB-TO 2.621
Reclamado(a): Rensoftware Desenv. De Sistema LTDA
Advogado: Mariene Côelho e Silva OAB/TO 1175
FINALIDADE- Intime-se a parte executada na pessoa de seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença (fls.), Sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem à garantia da dívida.

Ação- Indenização por danos materiais... nº 22.253/2011
Reclamante: Luiza Gil da Silva
Advogado(a): Marcos Paulo Goulart Machado OAB/TO 1.139-B
Reclamado(a): Wanderson Rosa da Silva
FINALIDADE- Intime-se a parte autora na pessoa de seu procurador para no prazo de 5 (cinco) dias indicar atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do feito de por falta de interesse processual.

Ação- Indenizatoria nº 22.718/2011
Reclamante: Cleber Diniz Borba
Advogado(a): Marcus Vinicius Scatena Costa OAB-TO 4.598-A
Reclamado(a): Elias batista Morais
Advogado(a): Célio Alves de Moura OAB-TO 431-A
FINALIDADE- Fica intimada a parte requerente na pessoa de seu advogado para manifestar acerca do pedido de parcelamento do debito em 5 (cinco) dias.

Ação- obrigacional de fazer... nº 20.684/2011
Reclamante: Maria de Fatima Soares da Silva
Advogado(a): Wanderson ferreira Dias OAB-TO 4.167
Reclamado(a): FCT. Faculdade de Tecnologia e Ciencia, Modal. De Ens. Dist.
Advogado: Jerusa Santos Pinto OAB/BA 30.821
FINALIDADE- Intime-se a parte executada na pessoa de seu procurador, para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença (fls.), sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem à garantia da dívida.

Ação- obrigacional de fazer... nº 21.349/2011
Reclamante: Genivan Lopes de Macedo
Advogado(a): José Januario A. Matos Junior OAB-TO 1.725
Reclamado(a): Unifil – Centro Universitario Filadelfia
FINALIDADE- Intimar a parte autora através do seu advogado para no prazo de 5 (cinco) dias acerca de fls.81/82, sob pena de arquivamento.

Ação- obrigacional de fazer... nº 21.348/2011
Reclamante: Maria Sonia Lopes de Macedo
Advogado(a): José Januario A. Matos Junior OAB-TO 1.725
Reclamado(a): Unifil – Centro Universitario Filadelfia
FINALIDADE- Intimar a parte autora através do seu advogado para no prazo de 5 (cinco) dias acerca de fls.81/82, sob pena de arquivamento.

Ação- obrigacional de fazer... nº 21.347/2011
Reclamante: Osvaldo Cavalcante da Silva
Advogado(a): José Januario A. Matos Junior OAB-TO 1.725
Reclamado(a): Unifil – Centro Universitario Filadelfia

FINALIDADE- Intimar a parte autora através do seu advogado para no prazo de 5 (cinco) dias acerca de fls.81/82, sob pena de arquivamento.

Ação- obrigacional de fazer... nº 21.346/2011
Reclamante: Sebastião Martins do Nascimento Filho
Advogado(a): José Januario A. Matos Junior OAB-TO 1.725
Reclamado(a): Unifil – Centro Universitario Filadelfia
FINALIDADE- Intimar a parte autora atraves do seu advogado para no prazo de 5 (cinco) dias acerca de fls.81/82, sob pena de arquivamento.

Ação- Reparação de Danos Materiais nº 9.678/2005
Reclamante: Vicente Barbosa Dias
Advogado: Miguel Vinicius Santos OAB/TO 214-B
Reclamado(a): Companhia Excelsior
Advogado: Jaco Carlos Silva Coelho – OAB/TO 3678-A.
FINALIDADE- INTIMAR a parte autora na pessoa de seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias devolver o valor de R\$ 1.919,11 (um mil novecentos e dezenove reais e onze centavos) à Companhia Excelsior de Seguros, sob pena de penhora online.

Ação- Reparação de Danos Materiais nº 10.061/2005
Reclamante: Cristina Santana
Advogado: Miguel Vinicius Santos OAB/TO 214-B
Reclamado(a): Companhia Excelsior
Advogado: Jaco Carlos Silva Coelho – OAB/TO 3678-A.
FINALIDADE- INTIMAR o reclamante na pessoa de seu advogado, do seguinte despacho: Considerando que o requerente já recebeu o valor, inclusive o excedente. Intima-se o requerente para no prazo de 15 dias efetuar o valor de R\$ 2.712,57 , sob pena de bloqueio on-line ou penhora de bens.

Ação- Cobrança c/c... nº 24.527/2012
Reclamante: Vilso Pereira de Castro
Advogado: Edson da Silva Sousa OAB/TO 2.870
Reclamado(a): Halan Machado Santos
FINALIDADE-. INTIMAR a parte autora para no prazo de cinco dias indicar atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do feito por falta de interesse processual.

Ação- Cobrança de Alugueis... nº 19.450/2010
Reclamante: Nacional Imoveis, Vendas, Corretage, e administração de Imoveis
Advogado: Hermilene de Jesus Miranda T. Lopes OAB/TO 2.694
Reclamado(a): Rubens Fausto da Silva /Claudio Henrique Clemente e Malba Sousa Fonseca
Advogado: Eli Gomes da Silva – OAB/TO 2.796-B.
FINALIDADE-. INTIMAR a parte autora na pessoa de sua advogada, para no prazo de cinco dias manifestar-se acerca do pagamento do debito, sob pena de extinção do feito por falta de interesse processual.

Ação- Cobrança c/c Danos Morais... nº 24.523/2012
Reclamante: Vilso Pereira de Castro
Advogado: Edson da Silva Sousa OAB/TO 2.870
Reclamado(a): Carlos Eduardo Pereira de Sousa
FINALIDADE-. INTIMAR a parte autora na pessoa de seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias indicar atual endereço da parte requerida, sob pena de extinção do feito por falta de interesse processual.

Ação- Cobrança nº 22.693/2011
Reclamante: Francisco da Silva Rocha
Advogado: Miguel Vinicius Santos OAB/TO 214-B
Reclamado(a): Leatriz Custodio da Silva
FINALIDADE-. INTIMAR o autor na pessoa de seu advogado do seguinte DESPACHO: Ouça-se o autor no prazo de cinco dias acerca do cumprimento da sentença.

Ação- Execução de Título Extrajudicial c/c... nº 14.839/2008
Reclamante: União Digital Informatica e Comercio Ltda-ME
Advogado:Cristiane Delfino R. Lins OAB/TO 2119-B
Reclamado(a): Murilo Ferreira Luz
FINALIDADE-. INTIMAR a parte exequente do seguinte:DESPACHO: Considerando que os cheques foram desentranhados e devolvidos ao executado, cabendo a este a baixa dos títulos na instituição bancaria, bem como a inexistência de provas do alegado às fls.35/36, indefiro pedido da autora. Intime-se. Após, arquivem-se

Ação- Obrigação de Dar Coisa Certa c/c... nº 20.442/2011
Reclamante: Dair José Lourenço Costa Neto
Advogado: Joaquim Gonzaga Neto OAB/TO 1.317
Reclamado(a): Paulo Henrique Santos Costa
Advogado: Luciana Ferreira Lins – OAB/TO 1774.
FINALIDADE-. INTIMAR a parte recorrida na pessoa de sua advogada, para no prazo de 5 (cinco) dias requerer a execução dos honorários advocaticios, sob pena de arquivamento.

Ação- Declaratoria de Inexistencia de Debitos c/c... nº 16.685/2009
Reclamante: Geraldo Filho da Silva
Advogado: Rainer Andrade Marques OAB/TO 4.117
Reclamado(a): Banco do Brasil S.A
Advogado: Gustavo Amato Pissini – OAB/RO 4.567 OAB/SP 261.030
FINALIDADE- INTIMAR a parte executada na pessoa de sua advogada, para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença de fls.69/70, sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem á garantia da dívida.

Ação- Reparatoria por Danos Morais e Materiais nº23.319/2012
Reclamante: Layse Ferreira da Silva
Advogado: Abysonn Lopes de Oliveira OAB/TO 9.344-A
Reclamado(a): CCE IND. E Comercio componentes Eletronicos S.A
Advogado: Aparecida Suelene Pereira Duarte OAB/TO 3.861

FINALIDADE- INTIMAR a parte executada na pessoa de sua advogada, para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença de fls.100, sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem à garantia da dívida.

Ação- Execução de Título Extrajudicial... nº 24.072/2012

Reclamante: Nilson Luiz Vinhal
Advogado: Agmon Antonio Diniz Junior OAB/TO 5.112
Reclamado(a): Maria Gardenia Chaves Pereira
FINALIDADE- INTIMAR o reclamante na pessoa de sue advogado, para no prazo de cinco dias indicar bens do devedor passíveis de constrição, sob pena de extinção do processo nos termos do art. 53, §4º da Lei 9.099/1995.

Ação- Cobrança c/c Danos Morais nº 24.526/2012

Reclamante: Vilso Pereira de Castro
Advogado: Edson da Silva Sousa OAB/TO 2.870
Reclamado(a): C. De Sousa Gomes -ME
FINALIDADE- INTIMAR o reclamante na pessoa de sue advogado, para no no prazo de cinco dias indicar atual endereço do reclamado, sob pena de extinção do feito por falta de interesse processual.

Ação- Cobrança c/c Danos Morais nº 24.521/2012

Reclamante: Vilso Pereira de Castro
Advogado: Edson da Silva Sousa OAB/TO 2.870
Reclamado(a): Ailton M Rios
FINALIDADE- INTIMAR o reclamante na pessoa de sue advogado, para no no prazo de cinco dias indicar atual endereço do reclamado, sob pena de extinção do feito por falta de interesse processual.

Ação- De Execução de Título Extrajudicial nº 25.162/2012

Reclamante: Diorgenets Evandro Bandeira
Advogado: Edson Paulo Lins OAB/TO 2901
Reclamado(a): Maik Cesar Alves
FINALIDADE- INTIMAR o reclamante na pessoa de seu advogado , para no prazo de cinco dias indicar atual endereço do executado, sob pena de extinção do feito por falta de interesse processual.

Ação- Execução de Obrigação de Fazer - nº 24.518/2012

Reclamante: Sueli Aparecida São José Borges/ Claudio São José Junior
Advogado: Jorge Palma de Almeida Fernandes OAB/TO 1.600-B.
Reclamado(a): Maria de Lourdes Alves dos Santos / Antonio Alves dos Santos
FINALIDADE- INTIMAR os exequentes na pessoa de seu advogado, para no prazo de cinco dias indicar atual endereço dos executados ou bens do devedor passíveis de constrição, sob pena de extinção do processo nos termos do art.53,§ 4º da Lei 9.099/95.

Ação- Obrigação de Fazer - nº 18.549/2010

Reclamante: Nicomedes Ferreira da Silva
Advogado: Carlos Euripedes G. Aguiar OAB/TO 1.750
Reclamado(a): Pedro de Paulo
FINALIDADE- INTIMAR o exequente acerca de fls. 27/29 no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

Ação- Restituição de Valor Pago nº 20.403/2011

Reclamante: Edvaldo Gonçalves Mota
Reclamado(a): Americanas.com
Advogado(a): Tatiana Vieira Erbs – OAB/TO 3070
FINALIDADE- INTIMAR parte executada para no prazo de 15 dias (quinze) dias cumprir a sentença de fls.32, sob pena de penhora e avaliação de bens da devedora quantos bastem à garantia da dívida.

Ação- Cobrança de Seguro DPVAT nº 22.603/2011

Reclamante: Jose de Ribamar Gomes da Silva
Advogado: Andre Francelino de Moura OAB/TO 2621
Reclamado(a): Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro DPVAT
Advogado: Jaco Carlos Silva Coelho – OAB/TO 3678-A.
FINALIDADE- INTIMAR partes e advogados para manifestarem acerca do laudo pericial juntado a fls.47 dos autos.

Ação- Cobrança ... nº 21.210/2011

Reclamante: Jairo Coelho e Silva
Reclamado(a): LG da Amazonia
Advogado(a): Denise Leal Santos – OAB/RJ 47.361
FINALIDADE- INTIMAR o advogado da parte reclamada para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a sentença de fls. 35/36, sob pena de penhora e avaliação de bens do devedor quantos bastem à garantia da dívida.

Juizado Especial da Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

SUPRIMENTO JUDICIAL DE CONSENTIMENTO , Nº 2011.0011.8078-5/0

Requerente: P. S. DE A. J.
ADVOGADO: Drª. ALESSANDRA VIANA DE MORAIS–OAB/TO -2580.
Intimar da Sentença de fls. 33/34. "...Posto isto, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução do mérito, por carência superveniente da ação, nos termos do artigo 267, VI, do nosso Estatuto Processual Civil, e, em consequência, determino seu arquivamento, após as formalidades legais. Sem custas, nos termos do art.141,§, do Estatuto da Criança e Adolescente. Registre-se. Publique-se, Intime-se. Araguaína/TO, 06 de novembro de 2012.

ARAGUATINS

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0004.9857-9

Ação: Reivindicatória c/c Anulação e Cancelamento de Matrícula de Imóvel c/c Indenização por Perdas e Danos com Pedido de Liminar
Requerente: BELGRANO LOPES DE MENDONÇA
Adv: Dr. Coriolano Santos Marinho OAB-TO 10; Dr. Rubens Dario Lima Camara OAB-TO 2807 e Dr. Sandro de Almeida Cambraia OAB-TO 4.677
Requerido: SINOBRÁS.
INTIMAÇÃO: Ficam os procuradores da parte autora intimados para providenciar o pagamento da locomoção do Sr. Oficial de Justiça no valor de **R\$ 249,60** (duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) que deverá ser depositado na **Conta 24.616-6 Agência 1305-6 Banco do Brasil**, devendo ser comprovado aos autos, a fim de dar prosseguimento a citação dos requeridos.

Vara de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.
AUTOS Nº 2011.0004.9806-4/0 – Investigação de Paternidade c/c Alimentos
Requerente: V.V.M.R., representado pela sua genitora Eliana Moreira Reis.
Advogado: Dr. Renato Santana Gomes OAB/TO 243.
Requerido: Cleidson dos Santos Lima.
Advogados: Dr. Lucas de Souza Gama OAB/MA 10.307

INTIMAÇÃO: Para que as partes se manifestem sobre o Laudo Pericial de fls. 23/26, no prazo de 05 (cinco) dias. Araguatins, 07 de novembro de 2012. Dr. José Carlos Tajra Reis Júnior – Juiz de Direito Titular da Vara Cível.

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.
AUTOS Nº 2011.0004.9775-0/0 – Investigação de Paternidade c/c Alimentos
Requerente: I.A.V.N., representado pela sua genitora Jandiana Vital Negreiros.
Advogado: Dra. Cláudia de Fátima Pereira Brito – Defensora Pública.
Requerido: Alcyr Alcântara de Oliveira.
Advogados: Dr. Renato Jácomo OAB/TO 185-A

INTIMAÇÃO: Para que a parte requerida se manifeste sobre o Laudo Pericial de fls. 30/33, no prazo de 05 (cinco) dias. Araguatins, 07 de novembro de 2012. Dr. José Carlos Tajra Reis Júnior – Juiz de Direito Titular da Vara Cível.

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.
AUTOS Nº 7183/11 (Protocolo Único 2010.0012.2397-4/0) – Negatória de Paternidade c/c Exoneração de Alimentos
Requerente: Antonio Nascimento Conceição.
Advogado: Dr. João vieira de Souza Neto – OAB/TO 548
Requerido: D.S.C., representada por sua genitora Elizângela Lopes da Silva.
Advogado: Dra. Cláudia de Fátima Pereira Brito – Defensora Pública.

INTIMAÇÃO: SENTENÇA ... Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Ação de Negatória c/c Exoneração de Alimentos proposta por ANTONIO NASCIMENTO CONCEIÇÃO, em face de D.S.C., representada pela genitora ELIZÂNGELA LOPES DA SILVA. Sem custas. Sem Honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Decorrido o prazo legal, archive-se, com as cautelas de costume. Cientifique-se o representante do Ministério Público. Araguatins - TO, 24 de outubro de 2012. Dr. José Carlos Tajra Reis Júnior – Juiz de Direito Titular da Vara Cível desta Comarca de Araguatins.

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.
AUTOS Nº 4439/06 (Protocolo Único 2006.0002.3120-7/0) – Execução de Alimentos
Requerente: I.M.F.C., representado por sua genitora Márcia Aline Alves Felizardo de Lima.
Advogado: Dra. Cláudia de Fátima Pereira Brito – Defensora Publica
Requerido: Richard Silva Carvalho.
Advogado: Dr. Wellyngton de Melo – OAB/TO 1437-B

INTIMAÇÃO: SENTENÇA ... Diante disso, tendo em vista que a parte exequente não cumpriu o ato que lhe competia, abandonando a causa por muito mais que trinta dias, JULGO EXTINTO O PRESENTE SEM APRECIACÃO DO MÉRITO, nos termos do disposto no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas por ser beneficiário da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o decurso do prazo legal, archive-se dando baixa na distribuição e demais cautelas legais. Araguatins-TO, 17 de outubro de 2012. Dr. José Carlos Tajra Reis Júnior – Juiz de Direito Titular da Vara Cível desta Comarca de Araguatins.

ARAPOEMA

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

2009.0009.8550-8/0 (0932/09)

O Doutor Rosemildo Alves de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude, desta Comarca de Arapoema – TO., na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por

este meio CITA, LUIS SOBRINHO SALDANHA, brasileiro, casado, açougueiro, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente *Ação de Execução de Alimentos*, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento do débito no valor total de R\$ 1.116,00 (mil cento e dezesseis reais), sem prejuízo das parcelas vincendas, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão, nos termos da legislação vigente, Autos nº. 2009.0009.8550-8 (932/09), proposta por G. C. S. e G. C. S., menores representados por sua genitora a Sra. *ODICEIA CHAIDY*, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada à Rua Governador Brasil Caiado, s/n, Centro, Arapoema-TO, fone para contato (63) 9984-2510. Tudo nos termos do respeitável despacho a seguir transcrito: *“Face a petição retro, cite-se o executado, via edital, com prazo de vinte dias, mantendo-se os demais termos do despacho anterior. Cumpra-se. Arapoema, 29 de outubro de 2012. Rosemilto Alves de Oliveira. Juiz de Direito”*. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o M.M. juiz que fosse expedido o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça deste Estado e afixado no placard do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Arapoema, Estado do Tocantins, ao primeiro dia do mês de novembro do ano dois mil e doze (01/11/2012). Eu _____, Volnei Ernesto Fornari, Escrivão, digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

2009.0005.4670-9/0 (0867/09)
O Doutor Rosemilto Alves de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude, desta Comarca de Arapoema – TO., na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este meio CITA, DORIVAL RIBEIRO DA CRUZ, brasileiro, casado, lavrador, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente *Ação de Execução de Alimentos*, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento do débito no valor total de R\$ 1.573,72 (mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos), sem prejuízo das parcelas vincendas, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão, Autos nº. 2009.0005.4670-9, proposta por A. C. S. R., menor representada por sua genitora a Sra. *ELEIENE DA SILVA SANTIAGO*, brasileira, solteira, lavradora, residente e domiciliada à Rua Senador Antonio de Ramos Caiado, nº. 334, Centro, Arapoema-TO. Tudo nos termos do respeitável despacho a seguir transcrito: *“Face a petição retro, cite-se o executado, via edital, com prazo de vinte dias, mantendo-se os demais termos do despacho anterior. Cumpra-se. Arapoema, 29 de outubro de 2012. Rosemilto Alves de Oliveira. Juiz de Direito”*. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o M.M. juiz que fosse expedido o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça deste Estado e afixado no placard do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Arapoema, Estado do Tocantins, ao primeiro dia do mês de novembro do ano dois mil e doze (01/11/2012). Eu _____, Volnei Ernesto Fornari, Escrivão, digitei e subscrevi.

1ª Escrivania Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Doutor José Carlos Ferreira Machado MM. Juiz de Direito da Única Vara Criminal, desta Comarca de Arapoema-TO., na forma da lei etc. FAZ SABER a todos os que o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em seus trâmites legais, uma Ação Penal nº 2006.0003.5694-8 (065/97), movida pelo Ministério Público Estadual contra o(a)s acusado(a)(s): JOSÉ AUGUSTO DE SOUSA COELHO, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido aos 11.10.1974, natural de Conceição do Araguaia-PA, filho de Raimundo Leão de Sousa e de Francisca Pereira da Silva, sem endereço, atualmente residente em lugar incerto e não sabido, o qual fica intimado, para no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo patrono, a fim de apresentar rol de testemunhas a deporem em plenário do júri. Nos Termos do r. despacho a seguir transcrito: “Antes de remeter os autos à Defensoria Pública, determino a intimação do acusado José Augusto de Sousa Coelho, por meio de edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo patrono, a fim de apresentar rol de testemunhas a deporem em plenário do júri. Ultrapassado o prazo, sem manifestações do acusado, certifique-se, nos autos, abrindo-se vista dos autos à Defensoria Pública, conforme determinado no despacho de fls. 216. Cumpra-se. (Ass) José Carlos Ferreira Machado, Juiz de Direito- Respondendo”. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume.DADO E PASSADO nesta cidade de Arapoema-TO., aos trinta e um (31) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e doze (2012). Eu, _____, Escrivã Judicial, digitei o presente. José Carlos Ferreira Machado, Juiz de Direito- Respondendo.

AURORA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n.º2009.0012.6589-4

Ação: **Interdição**
Requerente: Dilson José dos Santos
Advogado: Dr. Edivan Gomes Lima
Interditando: Izequiel José da Silva
FINALIDADE: Fica o advogado da parte autora INTIMADO para tomar conhecimento da sentença de fls.56/57, cujo DISPOSITIVO segue transcrito: “Trata-se de ação em que o autor requer a interdição de seu sobrinho, bem como sua nomeação para exercer a curatela deste, eis que se encontra incapaz de gerir os próprios atos. Como se observa dos autos o interditando não impugnou o pedido e o autor, embora intimado, manteve-se inerte, até o presente momento, deixando de impulsionar o feito. Resta, portanto, caracterizada sua falta de interesse no deslinde da questão, sendo cabível, portanto, a extinção do feito, por ausência de uma das condições da ação, qual seja: interesse processual. Destarte, nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, EXTINGO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas e honorários advocatícios, eis que autor é beneficiário da assistência judiciária gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado da sentença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.Aurora do Tocantins, 06 de novembro de 2012.” (as) Jean Fernandes Barbosa de Castro – Juiz de Direito.”

AXIXÁ

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

PROCESSO Nº 2009.0009.6946-4/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO CARVALHO
ADVOGADO: CARLOS RANGEL BANDEIRA BARROS – OAB/MA Nº 7080 e DÁVIO SÓCRATES DE SOUSA NASCIMENTO – OAB/MA Nº 7082
REQUERIDO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADO: JACÓ CARLOS SILVA COELHO – OAB/TO Nº 3678-A
DESPACHO: “ Tendo em vista a sentença lançada às fls. 94/97 dos autos já transitou em julgado, bem como o levantamento do valor da condenação ter sido realizada pelo autor através de seu patrono conforme fls. 141-v, determino a esta serventia que certifique e, proceda o arquivamento dos presentes autos com as cautelas de estilo. Axixá do Tocantins-TO, 16 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto – Respondendo.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4319-2/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA DEUZA DAMASCENO DE SOUSA
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMpra-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4313-3/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: FRANCISCO DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMpra-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4349-4/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: CARMESILVA LEONARDA DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMpra-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4323-0/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: ODILVÂNIA PEREIRA MACHADO
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMpra-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4314-1/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA FRANCISCA BEZERRA DE SÁ
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMpra-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4307-9/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: ANTONIA FERREIRA DE SOUSA MELO
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662

REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4345-1/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: IVONETE DAS NEVES PEREIRA
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: BRUNO NOLASCO DE CARVALHO
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4346-0/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA DO CARMO RAMALHO DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4326-5/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: SEBASTIÃO JOSÉ LACERDA
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4341-9/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: ROSIRENE GOMES DA SILVA
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4324-9/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: CLAUDEMIR PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4318-4/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: JUSCELINO PEREIRA DE AGUIAR
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4336-2/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA CÉLIA PEREIRA MARTINS
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC

PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4337-0/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: CARMELITA COELHO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

PROCESSO Nº 2011.0003.4330-3/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: ROSEANE DE SOUSA SANTOS
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
PROCESSO Nº 2011.0003.4317-6/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: ALÇILENE TEIXEIRA DE SOUZA
ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES MORAIS – OAB/MA Nº 3423 e DEUSA MIRANDA MORAIS – OAB/TO Nº 9662
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO - SEDUC
PROCURADOR DO ESTADO: JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
DESPACHO: “ I – INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, (i) indicarem, especificadamente, quais provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão, ou, do contrário, (ii) requerer o julgamento antecipado da lide. 2. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão. 3. CUMPRA-SE. Axixá/TO, em 23 de outubro de 2012. JOSÉ ROBERTO FERREIRA RIBEIRO, Juiz Substituto.”

COLINAS
1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N. 2009.0007.1326-5/0
AÇÃO: COBRANÇA
REQUERENTE: EVA FERNANDES NAVES DE CASTRO
ADVOGADO: Dr. Jamar Correio Camargo OAB-GO 4110
REQUERIDO: ITAU SEGUROS S/A
ADVOGADO: Dr. Renato Chagas Correa da Silva OAB/TO 4897-A
Fica a parte autora, na pessoa de seu representante legal, intimada para efetuar o pagamento das custas processuais, conforme determinado na SENTENÇA, a seguir parcialmente transcrita: “(...)3. Com supedâneo no art. 269, III, CPC, JULGO EXTINTO este processo, com resolução do mérito. 4. CUSTAS PROCESSUAIS REMANESCENTES, se houver, e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, pela parte ré, conforme acordo ora homologado. 5. Após o trânsito em julgado: 6. ENCAMINHEM-SE os autos à CONDADORIA para cálculo das CUSTAS FINAIS neste processo. 7. Havendo CUSTAS e/ou TAXA JUDICIÁRIA REMANESCENTES, EXPEÇA-SE a respectiva guia para recolhimento. 8. Em seguida, INTIME-SE a parte autora para o recolhimento dessas despesas processuais, via DJE, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado relativamente a esse inadimplemento. 9. Transcorridos os 05 dias sem o recolhimento adotem-se as seguintes providências: a) Caso o valor das custas e/ou taxa judiciária remanescentes seja superior a R\$ 1.000,00 reais, CERTIFIQUE-SE o fato e REMETA-SE cópia da certidão à Procuradoria Geral do Estado, para os fins de mister (item 2.5.2.2, I, Provimento n. 02/2011-CGJUS). b) Sendo o valor das custas e/ou taxa judiciária remanescentes inferior a R\$ 1.000,00 reais, CERTIFIQUE-SE e REMETAM-SE os autos à DISTRIBUIÇÃO para anotação do débito e pagamento posterior, quando o devedor buscar qualquer serviço judicial (item 2.5.2.2, II e III, Provimento n. 02/2011-CGJUS). 10. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. 11. Após as formalidades legais, ARQUIVEM-SE, observando-se que as partes renunciam ao prazo recursal. Colinas do Tocantins-TO, 15 de outubro de 2012. VANDRÉ MARQUES E SILVA Juiz substituto – respondendo.
CUSTA FINAL CÍVEL: R\$ 310,95
TAXA JUDICIÁRIA: R\$ 160,29”

2ª Vara Cível

DECISÃO

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 910/12 I

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

Autos: 2010.0011.4880-8
AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: MARIA DAS NEVES DE SOUSA CARVALHO
ADVOGADO: Dra. Francelurdes de Araujo Albuquerque OAB/TO 1296
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO/DECISÃO:“[...] Diante do exposto INDEFIRO o pedido de ANTECIPACÃO DA TUTELA ao tempo em que determino a citação do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, para os termos da presente ação, sob as penalidades legais. Anoto que a representação judicial do INSS está a cargo da PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO TOCANTINS, sendo certo que a citação deve ser feita na pessoa de seu Procurador Autárquico, mediante REMESSA dos autos à Procuradoria Federal no Estado do Tocantins, em Palmas - TO (art. 222, “c”, CPC), para, querendo, contestar o pedido no prazo de 60 dias (art. 297, c/c art. 188 do CPC). Fica o INSS ADVERTIDO de que deverá restituir os presentes autos a este Juízo no prazo de 60 dias (Provimento nº 10/2008-CGJUS/TO), sob pena de a Procuradoria Federal suportar as sanções do art. 196 do CPC, quais sejam: a) perder o direito de vista fora do Cartório; b) incorrer em multa correspondente à metade do salário mínimo; c) o responsável responder a procedimento disciplinar perante a OAB/TO, sem prejuízo de apuração da responsabilidade criminal por descumprimento de ordem judicial e subtração de documento (arts. 330 e 337 do Código Penal), além da imposição da multa prevista no art. 14, parágrafo único, CPC, ao representante legal do INSS (REsp 666008 / RJ) Considerando as circunstâncias da causa, em especial o fato do INSS não ter o costume de comparecer a quaisquer das várias audiências de conciliação, preliminar ou de instrução e julgamento realizadas por este juízo ao longo dos anos, o que evidencia ser improvável a obtenção de transação em sede de audiência preliminar prevista pelo art. 331, caput, CPC. Considerando, ainda, que em se tratando de matéria de direito previdenciário, pelas circunstâncias que se antevê do processo é muito provável ser de nenhum efeito a audiência preliminar prevista no art. 331 do CPC, por impossibilidade de conciliação entre as partes; Considerando por último, a necessidade de agilizar o andamento processual do feito por versar sobre pensão por morte, e principalmente porque não haverá qualquer prejuízo para as partes, fica, desde já, DISPENSADA a realização de Audiência Preliminar de que trata o caput do artigo 331, CPC (art. 331, § 3º, do CPC), pelos motivos já expostos acima. Oportunamente, após a apresentação de defesa pelo requerido ou o escoamento do prazo a ele concedido sejam os autos conclusos para saneamento do feito. Sem prejuízo da apresentação de defesa, entendo que nenhum óbice há em que o presente feito seja incluído na pauta de audiências de Instrução e Julgamento, o que designo desde já para o dia 20/ 02 /2013 às 10:00 horas, ficando desde já intimado o INSS. Proceda-se a intimação da autora e seu patrono. Intime-se, oportunamente, as testemunhas arroladas pela autora, bem como as eventualmente arroladas pelo INSS. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 17 de Setembro de 2012. José Carlos Ferreira Machado Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 2ª Vara Cível Portaria nº 278/2012 – DJ-e nº 2870 de 10/05/2012”.

DESPACHO
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 914/12 I

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

Autos: 2010.0001.5052-3
AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: LUZIMAR RIBEIRO DE PAIVA
ADVOGADO: Dr Antonio Rogério Barros de Mello OAB-TO 4159
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO:“ Considerando a solicitação apresentada pelo Perito da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário deste Estado (fl. 55), quanto à necessidade de submeter o requerente a exames complementares (exames laboratoriais e tomografia computadorizada da coluna), bem como consulta com gastroenterologista, conforme descrito na prescrição em anexo, a fim de verificar se existe patologia na coluna vertebral, visando esclarecer o motivo das queixas expressadas pelo periciado, determino: 1- OFICIE-SE à Secretaria Municipal de Saúde para agendar, o mais breve possível, consulta com médico gastroenterologista e a realização dos exames laboratoriais e a tomografia computadorizada da coluna, posto tratar-se de ação previdenciária de Benefício Assistencial ao Deficiente, cujo prosseguimento do feito encontra-se pendente em decorrência da conclusão do laudo pericial. 2-Agendada a consulta, deverá a Secretaria Municipal de Saúde encaminhar a este juízo informações sobre a data e horário designados para que seja efetivada a intimação da parte autora. 3-Aportando aos autos, as informações acima mencionadas, INTIME-SE a parte autora para comparecer no local e horário designados para tanto. 4-Com a avaliação e os exames nos autos encaminhem-se para a Junta Médica Oficial do Poder Judiciário deste Estado, a fim de que possa ser concluído o laudo pericial. No mais, sem prejuízo do acima determinado, INTIMEM-SE as partes para audiência de instrução, que ora designo para o dia 20/02/2013, às 14:00 horas. Expeçam-se as intimações necessárias. Cumpra-se. Colinas do Tocantins/TO, 14 de Setembro de 2012. José Carlos Ferreira Machado Juiz de Direito Substituto – respondendo pela 2ª Vara Cível Portaria nº278/2012 – DJ-e nº 2870 de 10/05/2012”.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 913/12 I

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

Autos: 2010.0012.3752-5
AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: RAIMUNDO DA SILVA
ADVOGADO: Dr Anderson Franco Alencar Gomes do Nascimento OAB/TO 3789 e outro
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO:“Designo o dia 28/02/2013, às 16h:00min, para audiência de instrução e julgamento, devendo as partes comparecerem trazendo suas respectivas testemunhas, independentemente de intimação, ou, se for o caso, apresentarem rol em tempo hábil para a realização das intimações necessárias. Intime-se a parte autora por mandado e o INSS, mediante remessa dos autos. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 30 de

outubro de 2012. José Carlos Ferreira Machado Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 2ª vara cível Portaria nº278/2012 - DJ-e nº 2870 de 10/05/2012”.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 912/12 I

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

Autos: 2011.0005.1871-5
AÇÃO: USUCAPÃO
REQUERENTE: AGRIPINO SILVEIRA DOS SANTOS e outra
ADVOGADO: Dr.Paulo César Monteiro Mendes Júnior OAB/TO 1800
REQUERIDO: WG AGROPASTORIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
ADVOGADO: Dr. Sérgio Costantino Wacheleski OAB/TO 1643 e outro
INTIMAÇÃO/DESPACHO:“ Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos os documentos constantes no ofício de fl. 105, referentes aos tributos legais. Após, sem prejuízo do acima determinado, designo audiência de Instrução e Julgamento, para o dia 07/03/2013 às 09h:30min, devendo as partes comparecer acompanhadas de suas testemunhas. Proceda-se às intimações necessárias.Desnecessária a notificação do Ministério Público, posto que não se trata de Usucapião Especial. Colinas do Tocantins, 16 de outubro de 2012. José Carlos Ferreira Machado Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 2ª vara cível Portaria nº278/2012 - DJ-e nº 2870 de 10/05/2012”.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 911/12 I

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

Autos: 2010.0006.5081-0
AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: JOSE EUSTÁQUIO DA SILVA
ADVOGADO: Dr.Antonio Rogério Barros de Mello OAB/TO 4159
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO:“ Diante da petição de fl. 38, em que a parte autora manifesta seu interesse no prosseguimento do feito e justifica sua ausência na Audiência de Instrução e Julgamento, designo nova data para a respectiva Audiência, Paute-se.Intimem-se as partes Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 03 de Setembro de 2012. José Carlos Ferreira Machado Juiz de Direito Substituto – respondendo pela 2ª Vara Cível Portaria nº278/2012 – DJ-e nº 2870 de 10/05/2012”. “ Em cumprimento ao r. despacho exarado às fls. 39, promovi a inclusão do presente feito na pauta de audiência, ficando designada a audiência de Instrução para o dia 20/02/2013 as 15 horas”.

SENTENÇA
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 909/12 V

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

Autos: 2008.0010.7051-3
AÇÃO: CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: ALADIR LUIZ DE MIRANDA
ADVOGADO: Dr. Josias Pereira da Silva .OAB/TO 1677 e outro
INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY-TO
ADVOGADO: Dr. Redson Jose Frazão da Costa OAB-TO 4332-B
INTIMAÇÃO/SENTENÇA:“(…) Pelo exposto, ante a não prestação de contas conclui-se que ocorreu sim ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos do art. 11, VI, da Lei 8.429/92, que sujeita o agente às penas cominadas no art. 12, III, da Lei 8.429/92, assim sendo JULGO PROCEDENTE o pedido da presente ação, e resolvo o mérito do processo, conforme artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para aplicar a Aladir Luiz de Miranda as penas do artigo 12, III, da lei 8.429/92, determinando: 1) O ressarcimento integral do dano, no valor de R\$206.430,98 (duzentos e seis mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e oito centavos), valor original, consoante informação da exordial, corrigidos monetariamente a partir do ajuizamento da presente ação (10/12/2008), pela Taxa SELIC; 2) A suspensão dos seus direitos políticos por 03 (três) anos; 3) O pagamento de multa civil correspondente a 10 (dez) vezes o subsídio que percebia como Vereador, considerando-se, para efeito dos cálculos, a remuneração do último mês em que esteve à frente da administração do Município de Presidente Kennedy/TO. Os valores apurados serão corrigidos monetariamente a partir do ajuizamento da presente ação (10/12/2008), pela Taxa SELIC; 4) A proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefício ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoas jurídicas das quais seja sócio, pelo prazo de 03 (três) anos. Não há que se falar em perda da função pública, considerando que o réu ocupava cargo político cujo mandato foi concluído. Para efeito de cumprimento e eficácia da presente decisão judicial, após o trânsito em julgado encaminhem-se cópias do acórdão ao Tribunal Regional Eleitoral (para os fins do item 2), Tribunal de Contas do Estado (para fins do item 1 e 2) , e aos Poderes Executivos Municipal, Estadual e Federal (para os fins do item "4"), para que tomem conhecimento e adotem as medidas cabíveis. Condeno o réu ainda, por ônus de sucumbência, ao pagamento das custas processuais. P.R.I. Colinas do Tocantins, 30 de Outubro de 2012. José Carlos Ferreira Machado Juiz Substituto – Respondendo pela 2ª Vara Cível Portaria nº 278/2012 – DJ-e nº 2870 de 10/05/2012”.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 908/12 V

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).

Autos: 2011.0001.1243-3
AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA

APELADO: LUIZ BARBOSA DA SILVA FILHO
ADVOGADO: Dr. Ricardo de Sales Estrela Lima OAB/TO 4052
APELANTE: O MUNICIPIO DE COLINAS DO TOCANTINS
ADVOGADO: Flaviana Magna de S.S. Rocha OAB/TO 2.268
INTIMAÇÃO/SENTENÇA:“(…) Intime-e o apelado para querendo, apresentar as contrarrrazões. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça para os devidos fins, com as cautelas de estilo.Colinas do Tocantins/To, 24 de Outubro de 2012.José Carlos Ferreira Machado Juiz de Direito Substituto – Respondendo”

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 907/12 Val

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).
1. AUTOS nº 2009.0012.1243-0
AÇÃO: CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
APELANTE: MUNICIPIO DE COLINAS DO TOCANTINS e MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL
ADVOGADO: Dra. Elizangela Mesquita Sousa OAB/TO 2250
APELADO: MARIA HELENA DEFAVARI DAS DORES
ADVOGADO: Dra. Suelene Garcia Martins OAB/TO 4605
INTIMAR/DECISÃO: “(…) Intime-e o apelado para querendo, apresentar as contrarrrazões. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça para os devidos fins, com as cautelas de estilo.Colinas do Tocantins/To, 30 de Outubro de 2012.José Carlos Ferreira Machado Juiz de Direito Substituto – Respondendo”

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 768/98 - KA
Ficam os procuradores das partes abaixo identificado, intimado do teor do r. decisão proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Ação Penal Pública Incondicionada
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusados: ELIEZIO PEREIRA CARVALHO
Dr(a). JOSÉ MARCELINO SOBRINHO, OAB/TO 524-A.
Fica o causídico acima mencionado, INTIMADO para tomar conhecimento da r. sentença de extinção da punibilidade, segue transcrita parte dispositiva: “POSTO ISTO, com fundamento no artigo 107 IV, c/c artigo 109, VI, do Código Penal, declaro extinta a punibilidade do crime imputada ao acusado ELIEZIO PEREIRA CARVALHO. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 17 de outubro de 2012. (ass) Océlio Nobre da Silva – Juiz de Direito da Vara Criminal.

Autos n. 2007.0005.7161-8/0 = AP. 1564/07 - CLEIDE LEITE
Fica o procurador da parte abaixo identificado, intimado da data da realização da audiência de Instrução e Julgamento, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Ação: Penal
Acusado: JOSÉ BARBOSA DE SOUSA FILHO
Dr. LEANDRO FERNANDES CHAVES - OAB/TO n. 2569
Para comparecer à audiência de Instrução, designada para a data de 29.11.2012 às 15h30min, a ser realizada na sala de audiências do vara respectiva. Colinas do Tocantins,TO, 07 de novembro de 2012.

Autos n. 1112/01 - KA
Ficam os procuradores das partes abaixo identificado, intimado do teor do r. decisão proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Ação Penal Pública Incondicionada
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusados: MANOEL ALVES DE SOUZA
Dr(a). DARLAN GOMES DE AGUIAR, OAB/TO 1625.
Fica o causídico acima mencionado, INTIMADO para comparecer à audiência de Instrução designada para o dia 06.12.2012, às 14h30min, na sala de Audiência da Vara Criminal desta Comarca.

1ª Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM EXPEDIENTE 707/12 - PK
Autos n. 2007.0009.7908-0 (5739/07)
Ação: Guarda
Requerentes: NATALINO GABRIEL SAMPAIO e LUCELIA LEITE ARRAES MONTEIRO
Advogada: DRA. MARISETE TAVARES FERREIRA – OAB/TO 1868
Fica a procuradora dos requerentes cientificada do teor do despacho de fls. 24, a seguir transcrito: (Conforme o Provimento 002/11).
DESPACHO: “Ante o exposto e o mais que doa autos consta, julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelos autores NATALINO GABRIEL SAMPAIO e LUCELIA LEITE ARRAES MONTEIRO, para DEFERIR a guarda da criança Julianny de Sousa Arraes, com fundamento no artigo 33, da Lei 8.069/1990, transitada em julgado, expeça-se o termo definitivo de guarda, arquivando-se em seguida, com as cautelas de praxe. Sem custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Colinas do Tocantins, 22 de março de 2012. Jacobine Leonardo- Juiz de Direito.

BOLETIM EXPEDIENTE 706/12 –PK
Ficam os procuradores abaixo identificados, intimados nos auto abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Autos n. 2011.0000.2221-3 (7738/11)
Ação: INTERDIÇÃO
Requerente: JOANA MARGARIDA BORGES AZEVEDO
Advogado: Dra. Maria Edilene M. Ramos– OAB/TO 1753
Requerido: RAPHAEL BORGES AZEVEDO

SETENÇA: “(…)ANTE O EXPOSTO, e o mais que dos autos consta, DECRETO A INTERDIÇÃO de RAPHAEL BORGES AZEVEDO, decretando-o incapaz para agir pessoalmente sua vida civil, na forma do artigo 3º, II do Código Civil, e , de acordo com o artigo 1.767, inciso i, do mesmo Diploma Legal, nomeio-lhe curadora a requerente JOANA MARGARIDA BORGES AZEVEDO, mediante compromisso do encargo; de consequência, declaro extinto o processo com fundamento no artigo 269, inciso I do CPC, transitada em julgado, observadas as cautelas legais, arquivem-se. Oficie-se ao TER, encaminhando cópia desta sentença, para os fins do artigo 15, inciso I, da Constituição Federal. P.R.I. Colinas do Tocantins, 23 de julho de 2012. Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO

BOLETIM EXPEDIENTE 711/12 – Cjr
AUTOS N. 5000402-61.2012.827.2713 - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO JOÃO CARLOS DE SOUZA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
O DOUTOR, JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito desta Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude desta Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, através deste **CITA JOÃO CARLOS SOUZA**, brasileiro, filho de Manoel José do Carmo e de Antonia Maria do Carmos, o qual encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente ação, podendo contestar, se quiser, no prazo de 15 (quinze) dias (rito ordinário), a AÇÃO DE ALIMENTOS ajuizada por E. M. S. rep./genitora GELCIVÂNIA SILVA MILHOMEM DE SOUSA, advertindo-o de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados pela autora, artigo 285 do CPC (parágrafo único), INTIMANDO-O AINDA, para que promova o pagamento dos alimentos provisórios fixados por este Juízo em favor da autora, no importe correspondente a 30% do salário mínimo vigente, devidos a partir da citação e que serão pagos até o dia dez de cada mês, diretamente a genitora da menor, contra recibo ou mediante depósito em conta que fornecer. Colinas do Tocantins, aos vinte e três (23) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e doze (2012). (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.

BOLETIM EXPEDIENTE 710/12 – Cjr
AUTOS N. 5001068-62.2012.827.2713 - Cjr - EDITAL DE CITAÇÃO DE CLAUDINO ALVES DA COSTA NETO - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS. O DOUTOR, JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito desta Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude desta Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, através deste **CITA CLAUDINO ALVES DA COSTA NETO**, brasileiro, separado judicialmente, lavrador, filho de Alberto Pereira da Silva e de Teresa Alves da Silva, o qual encontra-se residindo atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente ação, podendo contestar, se quiser, no prazo de 15 (quinze) dias, a AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, requerida por MARIA DINALVA LEAL DOS SANTOS COSTA em seu desfavor, advertindo-o de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados pela autora, (artigos 285 e 319 do CPC). Colinas do Tocantins, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (06.11.2012).. (ass) Jacobine Leonardo – Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

BOLETIM EXPEDIENTE 712/12 – Cjr
AUTOS N. 5000916-14.2012.827.2713 - EDITAL DE CITAÇÃO AMANDA CRISTINA PEREIRA DE SOUSA E DANIEL MENDES COSTA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
O DOUTOR, JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito desta Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude desta Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, através deste **CITA AMANDA CRISTINA PEREIRA DE SOUSA E DANIEL MENDES COSTA**, brasileiros, documentos pessoais e profissão desconhecidos, os quais encontram-se atualmente em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da presente ação, podendo contestar, se quiser, no prazo de 10 (dez) dias, ou comparecer perante este Juízo para assinar o termo de concordância de modificação de guarda (Lei n. 8.069/90, art. 166, par. Único, por extensão e analogia), nos termos da Ação de Regulamentação de Guarda, requerida por DALVA PEREIRA DE SOUSA, advertindo-a de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor (artigo 285 do CPC, parágrafo único). Colinas do Tocantins, TO, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (06.11.2012).

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

BOLETIM EXPEDIENTE 708/12 – PK
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO O Doutor JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito nesta Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude desta Comarca de Colinas do Tocantins, TO, na forma da lei etc...FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitaram por este Juízo e Escrivania os termos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO de RAPHAEL BORGES AZEVEDO, brasileiro, solteiro, natural de Colorado, PR, RG n. 157.979 SSP/TO, residente na Rua Elias Lopes da Silva, n. 1297, Colinas do Tocantins, TO, feito julgado procedente por sentença, decretando a interdição do requerido declarando-o incapaz de gerir pessoalmente sua vida civil, tendo sido nomeada Curadora, a pessoa de JOANA MARGARIDA BORGES AZEVEDO, brasileira, casada, professora, natural de Urupês, SP, RG n. 157.908 SSP/TO, CPF n. 605193711-00, residente na Rua Elias Lopes da Silva, n. 1.297, Colinas do Tocantins, TO. Serão considerados nulos, de nenhum efeito, todos os atos e avenças que se celebrarem com o interdito sem a assistência da Curadora, nos termos do art. 1.780 do CPC. Para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital, que será publicado por três (03) vezes, com intervalos de 10 (dez) dias, na imprensa oficial, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Colinas do Tocantins, 28 de setembro de 2012. Eu,_____(Pollyanna K. Moreira), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevo. Eu _____(Clodoaldo de S. M. Júnior) Escrivão Inerino

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM DE EXPEDIENTE/R
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.

Nº AÇÃO: 2011.0009.4432-3– REPRESENTAÇÃO CRIMINAL– ART. 60 DA LEI 9.605/98
AUTOR: POSTO DE COMBUSTIVEIS RODEIO
ADVOGADO: DARLAN GOMES DE AGUIAR – OAB/TO 1625
VITIMA: MEIO AMBIENTE
INTIMAÇÃO: “Tendo em vista que a data designada para realização da audiência preliminar é feriado municipal, dia 31/10/2012, em razão da Portaria 040/2012 suspender o expediente forense desta Comarca na referida data, redesigno esta audiência para o dia **14/11/2012, às 15h30min**, no decorrer da 7ª Edição da Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça. Intime-se o autor do fato para comparecer a audiência, pena de ser denunciado e responder por processo-crime. Cientificando o autor que deverá se fazer acompanhado de advogado de sua preferência, sob pena de lhe ser nomeado defensor. Intime-se o representante do Ministério Público. Cumpra-se. Colinas – TO, 29 de novembro de 2012. Etelvina Maria Sampaio Felipe -Juiz de Direito”.

COLMEIA

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

Autos:2007.0010.2173-5/0
Ação: EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Requerido: APARECIDA JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES
Valor da Causa: R\$. 1.026,17 (um mil vinte e seis reais e dezessete centavos).
O Dr. MARCELO LAURITO PARO, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Colméia, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos podem interessar que por este juízo e respectiva escrivania se processam os termos da ação em epígrafe. Com a FINALIDAE DE CITAR o executado APARECIDA JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES, CNPJ nº 04.844.430/0001-40, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa dos autos em epígrafe, ou garantir a execução, conforme artigo 8º, inciso IV da LEF. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de colméia, aos seis dias do mês de novembro de dois mil e doze (06/11/2012)._____ **MARCELO LAURITO PARO**, Juiz de Direito. Eu _____, Tânia dias Barbosa Castro, Escrivã do 1º Cível digitei e subscrevi. Eu _____, Paula Márcia Carvalho Dourado Sobrinho, Técnica Judiciária, publiquei no placard do Forum local.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

Autos:2007.0010.2181-6/0
Ação de EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Requerido: G.C FERREIRA – GILENO COSTA FERREIRA
Valor da Causa: R\$. 2.236,94 (dois mil duzentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos)
O Dr. MARCELO LAURITO PARO, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Colméia, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos podem interessar que por este juízo e respectiva escrivania se processam os termos da ação em epígrafe. Com a FINALIDAE DE CITAR o executado G.C FERREIRA – GILENO COSTA FERREIRA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.conforme artigo 8º, inciso IV da LEF. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de colméia, , aos seis dias do mês de novembro de dois mil e doze (06/11/2012)._____ **MARCELO LAURITO PARO**, Juiz de Direito. Eu _____, Tânia dias Barbosa Castro, Escrivã do 1º Cível digitei e subscrevi. Eu _____, Paula Márcia Carvalho Dourado Sobrinho, Técnica Judiciária, publiquei no placard do Forum local.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0011.7621-4
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: MARIA AMBROZINA DA CONCEIÇÃO
Advogados: Dr. EDUARDO ASSUNÇÃO DE LIMA – OAB/TO 4493
Dr. HERALDO PEREIRA DE LIMA – OAB/TO 4841
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.45/49: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 16:00horas.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0011.7622-2
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: DOMINGAS PEREIRA DA SILVA
Advogados: Dr. EDUARDO ASSUNÇÃO DE LIMA – OAB/TO 4493
Dr. HERALDO PEREIRA DE LIMA – OAB/TO 4841
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.44/48: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 15:00horas.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0011.7591-9
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: JAIVA FRANCISCO OLIVEIRA

Advogado: Dr. MARCOS PAULO FÁVARO – OAB/TO 4128
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.29/33: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 15h30.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0006.0383-6
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: ELIAS RODRIGUES DA SILVA
Advogado: Dr. MARCOS PAULO FÁVARO – OAB/TO 4128
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.38/42: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 14:00horas.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0011.7575-1
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: ONOFRE PORTELA ARAUJO
Advogado: Dr. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI – OAB/TO 3685
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.40/44: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 16h30.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0005.9238-9
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: CLEUSA GALDINA DE OLIVEIRA
Advogado: Dr. MARCOS PAULO FÁVARO – OAB/TO 4128
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.37/41: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 09h30.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0010.6465-3
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: TEREZA JUSTINA GOMES DA SILVA
Advogado: Dr. MARCOS PAULO FÁVARO – OAB/TO 4128
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.37/39: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 10:00horas.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0005.9232-0
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: MESSIAS CIRILO PIO
Advogado: Dr. MARCOS PAULO FÁVARO – OAB/TO 4128
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.68/72: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 13h30.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 05 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0011.7577-3
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: IVONETE MACIEL DA SILVA
Advogados: Dr. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI – OAB/TO 3685
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.30/34: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 09:00horas.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 04 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2011.0001.3235-3
Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: JUCIEUDA MARIA DE ALENCAR
Advogados: Dr. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI – OAB/TO 3685
Requerido: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PARTE DA DECISÃO DE FLS.55/59: “...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19.02.01.2013,às 14h30.Intime-se as partes para comparecem à audiência, bem como, se for o caso, para depositar em cartório o rol de testemunhas, no prazo de 20(vinte) dias, nos termos do art. 407 do Código de Processo Civil.... Intime-se. Cumpra-se”. Colméia, 04 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito

AUTOS: 2009.0002.7185-8/0
Ação: EXECUÇÃO
Exequente: BANCO BRADESCO S/A.
Advogado: OSMARINO JOSÉ DE MELO OAB/TO 779-B
Executado: PEDRO DE ALCANTARA BATISTA BARROS
Advogada: LUCIANA ROCHA AIRES DA SILVA

ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora através do seu advogado para manifestar, no prazo legal acerca do bem oferecido em penhora (fls. 28). Conforme CGJUS 02/2011, Colméia, 06 de novembro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS:2012.0004.2673-8/0

Ação: AUXILIO DOENÇA
Requerente: ALCANGELA MARIA DOS SANTOS
Advogado: HERALDO PEREIRA DE LIMA OAB 112.449-SP, OAB/TO 4.493-0
Requerido: INSS
Advogado: PROCURADOR FEDERAL
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora para manifestar, no prazo legal acerca da contestação. Conforme CGJUS 02/2011 inciso XIII. Colméia, 07 de novembro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS:2012.0002.9153-0/0

Ação: AUXILIO DOENÇA
Requerente: ANTONIO PEREIRA DA SILVA
Advogado: ANNETTE DIANE RIVEROS LIMA OAB/TO 3.066
Requerido: INSS
Advogado: PROCURADOR FEDERAL
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora para manifestar, no prazo legal acerca da contestação. Conforme CGJUS 02/2011 inciso XIII. Colméia, 07 de novembro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS:2012.0002.9142-2/0

Ação: SUMARIA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: ATAILDA GERALDA DE OLIVEIRA
Advogado: HERALDO PEREIRA DE LIMA OAB 112.449-SP, OAB/TO 4.493-0
Requerido: INSS
Advogado: PROCURADOR FEDERAL
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora para manifestar, no prazo legal acerca da contestação. Conforme CGJUS 02/2011 inciso XIII. Colméia, 07 de novembro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS: 2009.0011.6092-8/0

Ação: EXECUÇÃO
Exequente: GERDAU S/A.
Advogado: GIZELLA MAGALHAES BEZERRA, OAB/TO 1737, MARIO PEDROSO OAB/GO 10.220
Executado: SELA COM.DE MAT. P/ CONSTRUÇÃO LTDA.
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora através Do seu advogado para manifestar, no prazo legal acerca da certidão negativa da diligencia citatória do executado. Conforme CGJUS 02/2011, inciso L. Colméia, 06 de novembro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS: 2010.0004.9994-1/0

Ação: EXECUÇÃO
Exequente: BANCO BRADESCO S/A.
Advogado: OSMARINO JOSÉ DE MELO OAB/TO 779-B
Executado: VALDIRAN PEREIRA SILVA
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora através Do seu advogado para manifestar, no prazo legal acerca da certidão negativa da diligencia citatória do executado, (fls.22v). Conforme CGJUS 02/2011, inciso L. Colméia, 06 de novembro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS: 2010.0000.9755-0/0

Ação: APOSENTADA
Exequente: JORDELINA MAXIMA CARDOSO PEREIRA.
Advogado: ANDERSON MANFRENATO OAB/TO 4476-A
Executado: INSS
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora através do seu advogado para manifestar, no prazo legal acerca da certidão negativa da diligencia intimatória da autora. Conforme CGJUS 02/2011, inciso L. Colméia, 06 de novembro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS: 2008.0010.8634-7/0

Ação: EXECUÇÃO
Exequente: PRATA FORTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
Advogado: LUCIANA ROCHA AIRES DA SILVA
Executado: ABSAIR ALVES DO CARMO
SENTENÇA: “Trata-se de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** proposta por **PRATA FORTE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA** em face de **ABSAIR ALVES DO CARMO**, ambos qualificados na inicial, objetivando o recebimento de R\$ 4.555,22 (quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos) devidamente atualizado, representado pelo cheque nº. 850183, agência 1306-4, Banco do Brasil emitido no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais). Juntou documentos às fls. 07/14. O feito teve seu regular processamento e às fls. 35/36 às partes apresentaram um termo de acordo pugnando pela sua homologação. **É o relatório. Fundamento e Decido.** Diante da regularidade processual, não vislumbro nenhum óbice ao presente acordo, razão pela qual de mister sua homologação. Prevê o inciso III do artigo 269 do Código de Processo Civil que o Juiz extinguirá o feito, com resolução do mérito, quando as partes transigirem. Assim, diante da regularidade processual, **HOMOLOGO** por sentença o acordo realizado entre as partes às fls. 35/36, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, **JULGO EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO**, com fundamento no artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora. Sem Honorários. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas de praxe. P. R. I. C. Colméia, 30 de outubro de 2012. **MARCELO LAURITO PARO**, Juiz de Direito

AUTOS:2012.0001.1384-5/0

Ação: APOSENTADORIA POR IDADE RURAL
Requerente: JOSÉ SOUSA DOS SANTOS
Advogado: MARCIO AUGUSTO MALAGOLI

Requerido: INSS
Advogado: PROCURADOR FEDERAL
ATO ORDINATÓRIO: Intimar a parte autora para manifestar, no prazo legal acerca da contestação. Conforme CGJUS 02/2011 inciso XIII. Colméia, 31 de outubro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial

AUTOS:2010.0002.3343-7

Ação: EXECUÇÃO
Exeqüente: CLAUDIO LOURENÇO BORGES.
Advogado: RODRIGO MARÇAL VIANA
Executados:SEBASTIAO MOREIRA DO NASCIMENTO
Advogado: DARLAN GOMES DE AGUIAR
ATO ORDINATÓRIO: Em cumprimento ao provimento nº 002/2011, Seção 06, inciso 2.6.22. Intimar a parte exeqüente através do seu advogado para manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, sobre o Auto de Penhora, Avaliação e Intimação constante nos autos em epigrafe, às fls. 51. Colméia 30 de outubro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial, matricula 124858.

AUTOS:2008.0004.2902-2

Ação: EXECUÇÃO FORÇADA
Exequente: BANCO BRADESCO S/A.
Advogado: OSMARINO JOSÉ DE MELO OAB/TO 779-B
Executados:SEBASTIAO JOSE DE CARVALHO E OUTROS
Advogado:NÃO CONSTITUIDO
ATO ORDINATÓRIO: Em cumprimento ao provimento nº 002/2011, Seção 06, inciso 2.6.22. Intimar a parte exeqüente através do seu advogado para manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, sobre o Auto de Penhora, Avaliação e Intimação constante nos autos em epigrafe, às fls. 51. Colméia 30 de outubro de 2012. Tânia Dias Barbosa Castro, Escrivã Judicial, matricula 124858.

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0012.2541-0/0

Ação: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C CANCELAMENTO DE PROTETO E PEDIDO DE LIMINAR
Requerente: MARIA DO CÉU FERNANDES DA SILVA
Advogado: Dr. Rodrigo Marçal Viana – OAB/TO 2909
Requerido: ROBERTO FOLK
INTIMAR para os termos finais da DECISÃO (fls. 20/22): “... Ante o exposto, **DEFIRO** o depósito requerido acrescidos de juros e correção monetária, que deverá ser efetuado pela autora, no prazo de 5 (cinco) dias, em conta judicial.E com fundamento no artigo 273, “*caput*”, inciso I e parágrafo 2º do Código de Processo Civil, **CONCEDO** a antecipação dos efeitos da tutela pretendida para que seja expedido ofício aos órgãos de proteção ao crédito a fim de que se providencie a retirada do nome da autora da relação dos órgãos de proteção ao crédito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas acerca do título de crédito em questão, somente após comprovado nos autos o depósito judicial. Remetam-se os autos a contadoria para devida atualização do débito. Efetuado o depósito a ordem deste Juízo, cite-se o réu por edital para, querendo, levantá-lo ou apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se o necessário. Defiro a gratuidade processual, salvo impugnação procedente. Int. Cumpra-se.” Colméia, 09 de agosto de 2012. Dr. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0010.6658-3/0

Ação: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: M. S. A.
Advogado: Dr. Rodrigo Marçal Viana – OAB/TO 2909
Requerido: M. W. P. R.
INTIMAR para os termos finais da SENTENÇA (fl. 25): “... Consoante se extrai dos autos, fora determinado a requerente que emendasse a inicial no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de indeferimento. No entanto, até a presente data transcorreu “*in albis*” aquele prazo sem qualquer providencia por parte da mesa. Verifica-se assim, que a parte autora não promoveu os atos e diligências que lhe competia, abandonado, deste modo, a causa por mais de 30 dias. Ante o exposto, com supedâneo no artigo 284, parágrafo único do Código de processo Civil, **INDEFIRO** a petição inicial e, por conseguinte, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso I do Código de Processo Civil. Sem Custas ante a gratuidade da justiça que ora concedo. Sem condenação em honorários advocatícios, ante a não angularização processual. Com o trânsito em Julgado, arquivem-se os autos com as anotações e baixas de estilo. P. R. I. C.” Colméia, 30 de outubro de 2012. Dr. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito.

AUTOS: 2012.0003.3649-6/0

Ação: CAUTELAR C/C ARROLAMENTO DE BENS
Requerente: Cleonedes Pereira de Sousa
Advogada: Drª. Teresinha Eterna Dutra – OAB/TO 4746
Requerido: Oneide Soares Botelho
ATO ORDINÁRIO em cumprimento ao Provimento nº. 002/2011, Seção 06, Inciso 2.6.22: Intimar o advogado do autor, para manifestação nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre certidão negativa da diligencia citatória e intimatória da parte requerida. Colméia, 07.11.2012. Mara Jaine Cabral de Moraes Costa - Escrivã

AUTOS: 2010.0005.5721-6/0

Ação: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE c/c PETIÇÃO DE HERANÇA
Requerente: Wandelair Neto Pereira
Advogado: Sherleano Lúcio de Paula Silva Ferreira - OAB/MG 116.608
Requeridas: Dilma Soares e Outras
Advogado: Dr Amilton Ferreira de Oliveira – OAB/TO 501
INTIMAR para os termos finais da SENTENÇA (fls. 44/45): “... No caso sub exame, o(a) Autor(A), não promoveu os atos e diligências que lhe competia, ficando o feito parado por logo tempo, ou seja, mais de 30 dias. Ante o exposto, **JULGO EXTINTO**o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso III do Código de Processo Civil.

Sem Custas ante a gratuidade concedida às fls. 13, sem honorários. P. R. I. C. Certificado o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas de praxe, especialmente baixa na distribuição.” Colméia, 30 de outubro de 2012. Dr. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito desta Comarca de Colméia, Estado do Tocantins, ma forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pela Escrivania do Cartório de Família, Sucessões, Infância, Juventude e 2º Cível, tramita os autos sob o nº. 2007.0010.5138-3/0, Ação de Adoção, em que figura como requerentes: Manoel Pinto dos Santos e Maria Lucia Rodrigues de Sousa Santos e requerida Alessandra Rodrigues Nascimento, e por este meio, faz e tem a **FINALIDADE: de CITAR: ALESSANDRA RODRIGUES NASCIMENTO**, brasileira, solteira, lavradora, residente e domiciliada em **LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO para QUERENDO** contestar a ação no prazo. **ADVERTIDO-A** de que terá o prazo de 15 (quinze) dias para contestar a presente ação e não sendo contestada a mesma presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados na inicial pelos autores (art. 285 e 319 do CPC), e **INTIMAR** para os termos da respeitável despacho de fl. 40, cuja parta inicial a seguir transcrevo: “Defiro o pedido retro de fls. 36/37. Assim, cite-m-se a requerida por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para, querendo apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-o que, não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular, conforme dispõe os artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. Int. Cumpra-se.” Colméia-TO 30.10.2012, Dr. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Colméia – TO., aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (07.11.2012). _____ Dr. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito. Eu _____, Mara Jaine Cabral de Moraes Costa, Escrivã, digitei e conferi. CERTIDÃO, Eu _____ Certifico e dou fé que, afixei no placard do Fórum local, cópia do presente edital, nesta data. Colméia- -TO.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0001.9396-2/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: E. S. da S., menor impúbere, neste ato representado por sua genitora a Sr. MARILENE DE SOUSA SAMPAIO
Advogado: Dr. RITHS MOREIRA AGUIAR – OAB/TO – 4.243
Requerido: BONFIM SANTOS DA SILVA
DESPACHO DE FLS. 40: “Compulsando os autos, verifica-se que a audiência anteriormente designada não se realizou em virtude da Resolução nº 70 do Conselho Nacional da Justiça. Sendo assim, redesigno audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia **11/03/2013, às 17:00 horas**, nos termos da decisão de fls. 16/18. Expeça-se o necessário. Cientifique-se o representante ministerial. Int. Cumpra-se”. Colméia – TO., 17 de setembro de 2012. Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito.

CRISTALÂNDIA
1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2006.0007.9507-0/0 – AÇÃO PENAL
Autor: Ministério Público
Réu: Lindomar dos Santos
Advogado do Réu: Dr. Wilton Batista - OAB/TO 3809
INTIMAÇÃO: Fica o advogado supramencionado, intimado do r. Despacho: “Em razão da impossibilidade de comparecimento do Ministério Público na data de hoje, consoante documentos em anexo, redesigno a audiência à fl. Retro para o dia **12 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 13:00H**.Renovem-se as diligências. Intimem-se. Cristalândia, 10 de outubro de 2012. RENATA DO NASCIMENTO E SILVA – JUÍZA DE DIREITO.” Fica, ainda, o Advogado intimado da expedição de Carta Precatória à Comarca de Araguacema/TO para oitiva da vítima Eu, Diego Cristiano Inácio Silva, Técnico Judiciário de 1ª Instância, digitei.

Cartório de Família, infânica e Juventude e 2ª cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0011.2327-7/0
PEDIDO: EXECUÇÃO DE QUANTIA CERTA
EXEQUENTE: SULGOIANO AGRONEGÓCIO LTDA
ADVOGADO: Dr. Mauricio Batista de Melo – OAB/GO 17.074 e Fernando Hilário dos Santos – OAB/GO nº 17.677
EXECUTADOS: CARLOS ALEXANDRE SOARES DA CRUZ E OUTROS
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte exequente do despacho de fl. 53v a seguir transcrito: “ Entre a data do protocolo à fl. 52 e a presente transcorreram 34(trinta e quatro) dias. Intime-se o exequente para manifestação no prazo de 10(dez) dias...”.

AUTOS Nº 2011.0003.5304-0/0
PEDIDO: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
EXEQUENTE: COODETEC-COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRICOLA E OUTRA.
ADVOGADA: Dra. Selemara Berckembrock Ferreira Garcia – OAB/PR 30349
REQUERIDO: UNIDADE ARMAZENADORA GRANLAGOA
ADVOGADO: Dr. Luiz Antonio Monteiro Maia – OAB/TO 868
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes acima mencionados do despacho exarado à fl. 401 a seguir transcrito: “ Junte-se o resultado da pesquisa BACENJUD, em anexo, aos autos correspondentes. Em Seguida, vista às partes, para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentarem, querendo, manifestação...”. OBS: Saldo bloqueado R\$ 62,13(sessenta dois reais, treze centavos).

AUTOS Nº 2008.0001.3028-8/0
PEDIDO: COBRANÇA
REQUERENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS – SINTRAS-TO.
ADVOGADOS: Dr. Marco Túlio de Alvim Costa – OAB/MG nº 46.855 e Elisandra Juçara Carmelin – OAB/TO 3.412.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CRISTALÂNDIA/TO.
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte requerente acima mencionados da sentença prolatada nos referidos autos fls. 75/76 cuja parte conclusiva segue transcrita: “... Ante o exposto, com fulcro nos artigos 257 e 267, inciso IV, ambos do Código de Processo Civil, determino o cancelamento da distribuição de julgo extinto o processo sem resolução do mérito...”

AUTOS Nº 2008.0005.2253-4/0
PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS
REQUERENTE: ESPÓLIO DE JOSÉ ARAÓ DE PELEGRIN AVELLO E NEUZA DA ROSA AVELLO
ADVOGADO(S): Dr. Péricles Landgraf Araújo de Oliveira – OAB/PR 18.294;OAB/SP 240.943;OAB/MT 6.005A; OAB/MS 7.985A; OAB/GO 26.968 e OAB/MG 110.111
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: Dr. Miller Ferreira Menezes – OAB/TO 3.060; Almir Sousa de Faria – OAB/TO 1705-B; Arlene Ferreira da Cunha Maia – OAB/TO nº 2316
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes acima identificados do despacho de fl. 580 dos autos a seguir transcrito: “Designo o dia 14 DE MARÇO DE 2013, AS 15:30h, para ter lugar a audiência preliminar inserta no artigo 331 do Código de Processo Civil. As partes devem ser intimadas tão somente via procurador constituído, por meio de publicação no Diário da Justiça. Intimem-se...”.

AUTOS Nº 2012.0001.7749-5/0
PEDIDO: PRECEITO COMINATÓRIO
REQUERENTE: CIRLANDY LACERDA DE ANDRADE
ADVOGADA: Dr. Abel Cardoso de Souza Neto – OAB/TO nº 4156
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE LAGOA DA CONFUSÃO
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente do despacho de fl.19v dos autos a seguir transcrito: “ À requerente...” OBS: fl. 19 – CERTIDÃO: CERTIFICO que, INTIMADO o município requerido à fl. 17 e vº, com a juntada do manado à fl. À fl. 18, cujo prazo se findou no dia 8/6/12, até a apresente data não aportou nesta escrivania resposta do requerido...”. Nil

AUTOS Nº 2006.0008.8987-3/0
AÇÃO ORDINÁRIA COMINATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO
REQUERENTE(S): COODETEC – COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRÍCOLA
ADVOGADO(S): Dra. Selamara Berckembrock Ferreira Garcia – OAB/PR nº 30.349
REQUERIDO(S) UNIDADE ARMAZENADORA GRANLAGOA
ADVOGADO: Dr. Luiz Antonio Monteiro Maia - OAB/TO 868
INTIMAÇÃO: Fica intimado o advogado da empresa requerida da certidão juntada aos autos à fl. 148 da lavra do Sr. Oficial de Justiça da Comarca do Juízo Deprecado de Unaí – MG, cujo teor segue transcrito: “... Com a finalidade de CITAR a pessoa de CARLOS CARDOSO JÚNIOR, porém não lhe encontrei para tal finalidade, sendo que fui informado pelo Sr. RAFAEL FERNANDES TRIGUEIRO, morador do referido endereço, há mais de seis anos, de que não conhece e nunca ouviu falar em tal pessoa. Certifico ainda, que diligenciei até a vizinhança, loja nº 12, onde fui informado pelo Sr. FLÁVIO PESSOA, dali comerciante, há mais de dois anos, de que não conhece e também nunca ouviu falar em tal pessoa, motivos pelos quais devolvo o r. mandado para os devidos fins...”

AUTOS Nº 2006.0008.8947-4/0
PEDIDO: EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADA (S): Dra. Sônia Maria França – OAB/TO nº 7
REQUERIDOS: NILO SARDINHA FILHO E OUTRA
INTIMAÇÃO: Intimar o (s) advogado (s) da (s) parte(s) autora acima mencionada do despacho exarado à fl. Intime-se pessoalmente o exequente para, no prazo de 48h(quarenta oito) horas, promover o andamento do feito, atendendo ao despacho de fl. 161, pena de extinção sem resolução do mérito. Sem prejuízo, intime-se, também, via Diário da Justiça...”

AUTOS Nº. 2010. 0009.1318-7/0
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: FÁTIMA DENKE
ADVOGADO(S): Drs. Isau Luiz Rodrigues Salgado – OAB/TO 1065 e Ana Alaíde Castro Amaral Brito – OAB/TO 4.063
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A
ADVOGADO(S): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho – OAB/GO 13.721, OAB/DF 23.355 e OAB/TO 3678A; Allinne Rizzie Coelho Oliveira Garcia – OAB/TO 4.627A e Bruno Noguti de Oliveira – OAB/TO 4875B
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados das partes supracitadas intimados do despacho de fl. 107 dos autos a seguir transcrito: “ Especifique a requerente, no prazo de 10(dez) dias, as provas que pretende produzir, assinalando, com objetividade, os fatos que intentam demonstrar. O Silêncio será tomado como desinteresse na produção probatória. O requerido já se manifestou à fl. 106...”

AUTOS N. 2009.0004.5815-0/0
AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A.
ADVOGADOS: Dra. Maria Lucilia Gomes – OAB/TO 2489A e Dr. Simony Vieira de Oliveira – OAB/TO 4093
REQUERIDO: CLERTAN BARBOSA FIGUEIREDO
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da parte autora supracitados do despacho exarado a fl. 47 dos autos a seguir transcrito: “Intime-se pessoalmente a requerente para, no prazo de 48h(quarenta e oito) horas, promover o andamento do feito, pena de extinção sem resolução do mérito. Sem prejuízo, intime-se. Também, via Diário da Justiça...”.

AUTOS nº 2006.0008.8873-7
PEDIDO: MONITÓRIO
REQUERENTE: MARIA ROSELITA DA SILVA
ADVOGADO: Dr. Zeno Vidal Santin – OAB/TO 279
REQUERIDO: WILSON LEANDRO DA SILVA.
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte autora acima identificado do despacho exarado à fl.35 a seguir transcrito: “ Intime-se pessoalmente a requerente para, no prazo de 48h(quarenta e oito) horas, promover o andamento do feito, pena de extinção sem resolução do mérito. Sem prejuízo, intime-se. Também, via Diário da Justiça...”.

AUTOS Nº 2006.0007.3169-2/0
PEDIDO EXECUÇÃO
REQUERENTE: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SOL NASCENTE LTDA.
ADVOGADOS: Drª. Juscelir Magnago Oliari – OAB/TO 1.103 e Claudionor Corrêa Neto – OAB/MG 61831
REQUERIDO: RAIMUNDA RODRIGUES DE SOUZA
INTIMAÇÃO: Fica a advogada da parte acima mencionada intimada do despacho de fl. 53 dos autos a seguir transcrito:” Transcorrido o prazo da suspensão, intime-se pessoalmente a exequente para, no prazo de 48h (quarenta e oito) horas, promover o andamento do feito, pena de extinção sem resolução do mérito. Sem prejuízo, intime-se, também, via Diário da Justiça...”

AUTOS Nº. 2010.0009.1277-6/0
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: FÁTIMA DENKE
ADVOGADO(S): Drs. Isaú Luiz Rodrigues Salgado – OAB/TO 1065 e Ana Alaide Castro Amaral Brito – OAB/TO 4.063
REQUERIDO: SUL AMÉRICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDENCIA S/A.
ADVOGADO(S): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho – OAB/GO 13.721, OAB/DF 23.355 e OAB/TO 3678A
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados das partes supracitadas intimados do despacho de fl. 219 dos autos a seguir transcrito: “ Diante da manifestação do requerido contida à fl. 211, a redesignação de audiência preliminar, como postulado, pela autora, à f l. 215, seria inócua. Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretende produzir, assinalando, com objetividade, os fatos que intentam *demonstrar*. O silêncio será tomado como desinteresse na produção probatória...”

AUTOS Nº 2011.0008.7420-1
PEDIDO RESCISÃO CONTRATUAL C/C PERDAS E DANOS
REQUERENTE: OSIEL CARDOSO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3.809
REQUERIDO: ITANIR ROBERTO ZANFRA e MARIA SILVINA ALVES
ADVOGADO(S): Dr. Júlio César Baptista de Freitas - OAB/TO nº 1361
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes do despacho exarado à fl. 54v a seguir transcrito: “ Sobre o documento às fls. 53/54, digam as partes, no prazo de 10(dez) dias...”.

AUTOS Nº 2011.0005.8101-8/0
PEDIDO: BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ASSISTENCIAL AO INVÁLIDO
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO GONÇALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): Dr. Rayner Carvalho Medeiros – OAB/GO 28.336.
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da requerente supracitada intimado do despacho exarado à fl.43 a seguir transcrito: “Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, a fim de que o requerente demonstre o ingresso, na via administrativa, acerca do pleito previdenciário buscado, bem como, se o caso, o seu indeferimento. Transcorrido o prazo, à conclusão. Intime-se...”.

AUTOS Nº 2009.0010.8936-0/0
PEDIDO DE PENSÃO POR MORTE
REQUERENTE: ANANIAS PEREIRA E SILVA
ADVOGADO: Dr. Nelson Soubhia – OAB/TO nº. 3.996-B
REQUERIDO: INSS
INTIMAR o advogado e procurador do requerente acima identificado do despacho de fl.85 a seguir transcrito: “Recebo, apenas *no* efeito devolutivo, o Recurso de Apelação aviado às f ls. 66/83 (artigo 520, inciso VII, Código de Processo Civil). Recebo, ainda, o recurso de apelação aviado às f ls. 57/60. Vista as partes para apresentação de contrarrazões. Após, subam os autos ao E. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, com as homenagens de estilo...”. Bem como apresentar cópias dos documentos pessoais do instituidor da pensão, em especial cópia do CPF e RG, bem como seus documentos pessoais, visto que tais documentos não estão legíveis à digitalização realizada.

APOSENTADORIA Nº 2008.0005.2216-0/0
REQUERENTE: GENIVAN FRANCISCO ALVES
ADVOGADO(S): Dr.(s). Leonardo do Couto Santos Filho – OAB/TO 1.858.
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da parte requerente intimado do despacho de fl. 111 a seguir transcrito: “ Intime-se pessoalmente o requerente para, no prazo de 48h(quarenta e oito) horas, promover o andamento do feito, atendendo ao despacho à fl. 108vº, pena de extinção sem resolução do mérito. Sem prejuízo, intime-se, também, via Diário da Justiça...” OBS. Despacho de fl. 108 a seguir transcrito: “ Diligencie o requerente a realização dos exames solicitados às fls. 105 e 106. Após, à conclusão para designação de nova perícia. Intime-se...”

AUTOS nº 2007.0004.9143-6/0
PEDIDO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: LUIZA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: Dr. Pedro Lustosa do Amaral Hidasi – OAB/TO Nº 4.679-A
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente intimado do despacho exarado à fl. 136 verso dos autos a seguir transcrito: “ Intime-se o requerente para, no prazo de 10(dez) dias, manifestar-se nos autos, requerendo o que entender adequado.Silente este, archive-se...”.

AUTOS Nº 2009.0010.8942-5/0
PEDIDO DE PENSÃO POR MORTE
REQUERENTE: PEDRO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: Dr. Nelson Soubhia – OAB/TO nº. 3.996-B
REQUERIDO: INSS
INTIMAR o advogado e procurador do requerente acima identificado para, no prazo legal oferecer contrarrazões ao recurso de apelação, bem como apresentar cópia dos documentos pessoais da pessoa instituidora, em especial cópia do CPF e RG do(a) falecido(a).

AUTOS Nº 2009.0006.8240-8/0
PEDIDO INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: ALEX MOURA DE CARVALHO
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3.809
REQUERIDO: CLÁUDIO ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO(S): Dr. Wilson Moreira Neto – OAB/TO 757
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte autora acima mencionado do despacho exarado nos referidos autos fl. 48 a seguir transcrito: “ Designo o dia **20 DE MARÇO DE 2013, ÀS 08:00H**, para ter lugar a audiência de instrução, oportunidade em que se dará a oitiva das testemunhas a serem arroladas pelo requerente **no prazo de 10 (dez) dias** e das arroladas pelo requerido por ocasião da contestação. Intimem-se...”

AUTOS Nº 2011.0001.8681-0/0
PEDIDO COBRANÇA
REQUERENTE: EDIMAR FRANCISCO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3.809
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE NOVA ROSALÂNDIA-TO
ADVOGADO(S): Dr. Fernando Borges e Silva – OAB/TO 1379
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte autora acima mencionado do despacho exarado nos referidos autos fl. 364 a seguir transcrito: “ Designo o dia **20 DE MARÇO DE 2013, ÀS 10:00H**, para ter lugar a audiência de instrução, oportunidade em que se dará a oitiva das testemunhas a serem arroladas pelas partes **no prazo de 10 (dez) dias**. Intimem-se...”

AUTOS Nº 2009.0010.8939-5/0
PEDIDO DE PENSÃO POR MORTE
REQUERENTE: REINALDO PEREIRA MOURA
ADVOGADO: Dr. Nelson Soubhia – OAB/TO nº. 3.996-B
REQUERIDO: INSS
INTIMAR o advogado e procurador do requerente acima identificado para, no prazo legal oferecer contrarrazões ao recurso de apelação.

APOSENTADORIA – Nº 2007.0008.3414-7/0
Requerente: RICARDA MARIA RODRIGUES LOPES
Advogados: Drs. João Antonio Francisco – OAB/GO 21.331; Roberto Hidasi – OAB/GO 17.260 e Rita Carolina de Souza – OAB/TO Nº 3259
Requerido: INSS
Ficam os advogados da parte requerente intimado(s) para no prazo de 10(dez) dias, demonstrar o ingresso, na via administrativa, acerca do pleito inicial, bem como o sei indeferimento.

AUTOS Nº 2006.0008.8736-6/0
PEDIDO: COBRANÇA
REQUERENTE: UNIBOM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADA: Dra. Erika Patrícia Santana Nascimento – OAB/TO 3.238 e Públio Borges Alves - OAB/TO 2365
EXECUTADO: JUNIARACOMÉRCIO DE ALIMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados da parte requerente intimados do despacho de fl. 156 dos autos a seguir transcrito: “ Defiro o pleito de suspensão pelo prazo pugnado. Ultrapassado este, à exequente. Intime-se...”

AUTOS Nº 2009.0010.8975-1/0
PEDIDO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
REQUERENTE: MARIA APARECIDA AYRES DA CUNHA.
ADVOGADA: Dra. Juscelir Magnago Oliari –OAB/TO nº 1103
REQUERIDO: TIM MATRIZ
ADVOGADO: Drs. Marcel Davidman Papadopol – OAB/RS nº 56.756 e Thiago Perez Rodrigues – OAB/TO nº 4.257

INTIMAÇÃO: Ficam os advogados das partes acima identificados intimados do despacho exarado à fl. 69 dos autos a seguir transcrito: “ Designo o dia 14 de MARÇO DE 2013,ÀS 14:00 horas, para ter lugar a audiência preliminar inserta no artigo 331 do Código de Processo Civil. As parte devem ser intimadas tão somente via procurador constituído, por meio de publicação no Diário da Justiça. Intime-se...”

DIANÓPOLIS

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n.º 5000405-07.2012.827.2716 - Cobrança
Requerente: NIVANDA DE SOUSA PEIXOTO LIRA
Adv: NÃO CONSTA
Requerido: CLARO S/A
ADV: Dra EDNA DOURADO BEZERRA
SENTENÇA: "...Assim sendo, com base nos artigos 840 e seguintes do Código Civil, homologo a referida transação para que produza os seus legais e jurídicos efeitos. De outra parte, julgo o processo com resolução do mérito com base no art. 269, III do Código de Processo Civil c/c parágrafo único do art. 22 da Lei 9.099/95. Aguarde-se por 30 dias após o decurso do prazo para quitação do débito, nada requerendo o credor, archive-se. P.R.I. Dianópolis/TO. Jocy Gomes de Almeida, Juiz de Direito”.

Autos nº 5000367-92.2012.827.2716 – INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: ADVA ROCHA VALENTE WOLNEY
ADV: Dra EDNA DOURADO BEZERRA
REQUERIDA : CLARO
Adv: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Isto posto, e por tudo mais que dos autos constam, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, declaro a reclamada CLARO revel e confessa aos fatos alegados e não contestados na inicial, JULGANDO PROCEDENTE o pedido, com fulcro no art. 927 do Código Civil, para, CONDENÁ-LA ao pagamento da importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) devidamente corrigida e acrescida de juros de 12% (doze por cento) ao ano a partir do arbitramento, a título de reparação pelos danos morais sofridos, DETERMINANDO a baixa definitiva do nome da reclamante nos cadastros restritivos de crédito, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) referente ao contrato nº 769236284. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I. Dianópolis - TO. JOCY GOMES DE ALMEIDA Magistrado”.

Autos nº: 5000357-48.2012.827.2716 - Cobrança
Requerente: DAMIANA MENDES ROCHA
Adv: NÃO CONSTA
Requerido : JOSE ROBERTO CARDOSO ALMEIDA
Adv: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante ao exposto, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, DECLARO extinta a presente ação e, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Outrossim, condeno a parte reclamante nas custas processuais, conforme § 2º do art. 51 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado 28 do FONAJE, autorizando o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante as cautelas de praxe. P. C. Dianópolis-TOJOCY GOMES DE ALMEIDA Magistrado”.

Autos n. 5000310-74.2012.827.2716 -Cobrança
Reqte: ADIMIRÇO FERNANDES SILVA – ME
Adv: Dra EDNA DOURADO BEZERRA
Reqdo: DOMINGOS BONFIM FRANCISCO
Adv: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Assim sendo, com base nos artigos 840 e seguintes do Código Civil, homologo a referida transação para que produza os seus legais e jurídicos efeitos. De outra parte, julgo o processo com resolução do mérito com base no art. 269, III do Código de Processo Civil c/c parágrafo único do art. 22 da Lei 9.099/95. Aguarde-se por 30 dias após o decurso do prazo para quitação do débito, nada requerendo o credor, archive-se. Oficie-se o juízo deprecante, solicitando a restituição da carta precatória independentemente de cumprimento. P.R.I. Dianópolis/TO, 01 de novembro de 2012 JOCY GOMES DE ALMEIDA Magistrado”.

AUTOS Nº 5000301-15.2012.827.2716 – COBRANÇA
REQUERENTE: ADIMIRÇO FERNANDES SILVA ME
ADV: Dra EDNA DOURADO BEZERRA
REQUERIDA: ROSINEIDE BARBOSA DE CARVALHO
ADV: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, DECLARO a reclamada revel e confessa aos fatos alegados e não contestados na inicial, desta forma, JULGO PROCEDENTE o pedido para, condená-la ao pagamento da importância de R\$ 537,13 (quinhentos e trinta e sete reais e treze centavos). Determino a atualização do débito, na forma da lei, quando do cumprimento da sentença.Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I. Dianópolis-TO. Jocy Gomes de Almeida Juiz de Direito”.

AUTOS Nº 5000262-18.2012.827.2716 - COBRANÇA
REQUERENTE: VALDIRENE AIRES C LISBOA
ADV: NÃO CONSTA
REQUERIDA: CRISTANEIDE S LIRA
ADV: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, DECLARO o reclamado revel e confesso aos fatos alegados e não contestados na inicial, desta forma, JULGO PROCEDENTE o pedido para, condená-lo ao pagamento da importância de R\$ 215,64 (duzentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos). Determino a atualização do débito, na forma da lei, quando do cumprimento da sentença. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I.. Dianópolis-TO. Jocy Gomes de Almeida Juiz de Direito”.

Autos n.º: 5000256-11.2012.827.2716 - Cobrança
Parte autora: MAGDA PIRAMIDES OLIVEIRA
Adv: NÃO CONSTA
Parte ré: DJALMA PARENTE
Adv: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Assim sendo, com base nos artigos 840 e seguintes do Código Civil, homologo a referida transação para que produza os seus legais e jurídicos efeitos. De outra parte, julgo o processo com resolução do mérito com base no art. 269, III do Código de Processo Civil c/c parágrafo único do art. 22 da Lei 9.099/95. Aguarde-se por 30 dias após o decurso do prazo para quitação do débito, nada requerendo o credor, archive-se. P.R.I. Dianópolis/TO, 19 de outubro de 2012. Jocy Gomes de Almeida Juiz de Direito”.

AUTOS Nº 5000246-64.2012.827.2716 - COBRANÇA
REQUERENTE: SALATIEL SEBASTIÃO DA SILVA
ADV: NÃO CONSTA
REQUERIDA: WARRE ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA
ADV: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, DECLARO a reclamada revel e confessa aos fatos alegados e não contestados na inicial, desta forma, JULGO PROCEDENTE o pedido para, condená-la ao pagamento da importância de R\$ 6.364,86 (seis mil trezentos e sessenta e quatro reais

e oitenta e seis centavos). Determino a atualização do débito, na forma da lei, quando do cumprimento da sentença. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I. Dianópolis-TO.. Jocy Gomes de Almeida, Juiz de Direito”.

AUTOS Nº 5000236-20.2012.827.2716 - COBRANÇA
REQUERENTE: SUPERMERCADO KIBARATO L.M.C
ADV: NÃO CONSTA
REQUERIDO: AMILTON DIAS LISBOA
ADV: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, DECLARO o reclamado revel e confesso aos fatos alegados e não contestados na inicial, desta forma, JULGO PROCEDENTE o pedido para, condená-lo ao pagamento da importância de R\$ 1.275,07 (um mil duzentos e setenta e cinco reais e sete centavos). Determino a atualização do débito, na forma da lei, quando do cumprimento da sentença. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I. Dianópolis-TO. Jocy Gomes de Almeida, Juiz de Direito”.

AUTOS Nº 5000219-81.2012.827.2716 - COBRANÇA
REQUERENTE: JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA
ADV: Dra EDNA DOURADO BEZERRA
REQUERIDO: ARMANDO DE FRANÇA SOUSA
ADV: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, DECLARO o reclamado revel e confesso aos fatos alegados e não contestados na inicial, JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para, conseqüentemente, condená-lo como de fato condeno-o ao pagamento da importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) devidamente corrigida desde a data do vencimento do título executivo extrajudicial. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I. Dianópolis-TO. Jocy Gomes de Almeida, Juiz de Direito”.

AUTOS Nº 5000171-25.2012.827.2716 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: NAZILDE PEREIRA SOUSA
ADV: NÃO CONSTA
REQUERIDO : VIA PLAN
ADV: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, DECLARO a reclamada revel e confessa aos fatos alegados e não contestados na inicial, desta forma, JULGO PROCEDENTE o pedido para, conseqüentemente, condená-la, como de fato condeno-a ao pagamento da importância R\$ 1.949,72 (um mil novecentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) corrigidos monetariamente desde o efetivo desembolso, a título de restituição dos valores pagos pela reclamante. Determino a atualização do débito, na forma da lei, quando do cumprimento da sentença. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I. Jocy Gomes de Almeida, Juiz de Direito”.

Autos nº: 5000160-93.2012.827.2716
Ação de Cobrança
Requerente: MARIA SANTANA LIMA DE OLIVEIRA
Adv: não consta
Requerido : REGINALDO ALVES DOS SANTOS
Adv: não consta
SENTENÇA: “...Ante ao exposto, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, DECLARO extinta a presente ação e, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo.Outrossim, condeno a parte reclamante nas custas processuais, conforme § 2º do art. 51 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado 28 do FONAJE, autorizando o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante as cautelas de praxe. P. C. Dianópolis-TO. Jocy Gomes de Almeida, Juiz de Direito”.

AUTOS Nº 5000123-66.2012.827.2716 - REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: MARIENE LEAL COSTA
ADV: NÃO CONSTA
REQUERIDO : VIA PLAN
ADV: NÃO CONSTA
SENTENÇA: “...Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 20 e 23 da Lei 9.099/95, DECLARO a reclamada revel e confessa aos fatos alegados e não contestados na inicial, desta forma, JULGO PROCEDENTE o pedido para, conseqüentemente, condená-la, como de fato condeno-a ao pagamento da importância de R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais) corrigidos monetariamente desde o efetivo desembolso, a título de restituição dos valores pagos pela reclamante. Determino a atualização do débito, na forma da lei, quando do cumprimento da sentença. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se o competente mandado de execução. Sem custas, salvo interposição de recurso. P.R.I. Jocy Gomes de Almeida, Juiz de Direito”.

Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
Autos nº 2008.0005.4727-8 REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: JOSÉ PÓVOA AIRES e MARIÁ COSTA AIRES
Adv: Dr. Woltaire Wolney Aires
Requerido: FRANCISCO MODESTO KEHRLÉ
Adv: Dr. Adriano Tomasi
Fica o advogado do Apelado, este, acima nominado como Requerido, intimado para, querendo, apresentar, no prazo legal, as constrarrações ao Recurso de fls. 134/160. Dianópolis-TO, 07/11/2012. *Maria Antônia G. dos Santos, Técnica Judiciária (mat. 217554).*

Autos nº 2008.0003.4397-4 USUCAPIÃO

Requerente: JOSÉ PÓVOA AIRES e MARIÁ COSTA AIRES

Adv: Dr. Woltaire Wolney Aires

Requerido: FRANCISCO MODESTO KEHRLE

Adv: Dr. Adriano Tomasi

Fica o advogado do Apelado, este, acima nominado como Requerido, intimado para, querendo, apresentar, no prazo legal, as constrarrações ao Recurso de fls. 163/176. Dianópolis-TO, 07/11/2012. *Maria Antônia G. dos Santos, Técnica Judiciária (mat. 217554).*

SENTENÇA

Autos n. 2009.0011.7485-6 RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Reclamante: IRAILDE SANTOS CARVALHO

Adv: Drª Cláudia Rogéria Fernandes

Reclamado: MUNICIPIO DE DIANOPOLIS-TO

Adv : Dr. Silvio Romero Alves Póvoa

PARTE CONCLUSIVA DA SENTENÇA:

"(...) HOMOLOGO por Sentença o acordo de fls. 149/150 que passa a fazer parte integrante da presente sentença, para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos. (...) JULGO E DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas pela parte reclamada. Cada parte arcará com seus respectivos procuradores. Arquivem-se os autos com observância às formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dianópoli-TO, 10 de outubro de 2012. Jossanner Nery Nogueira Luna, Juiz de Direito". *Eu, Mª Antônia G. dos Santos, Técnica Judiciária*, o digitei.

Autos nº 2008.0003.4397-4 USUCAPIÃO

Requerente: JOSÉ PÓVOA AIRES e MARIÁ COSTA AIRES

Adv: Dr.Woltaire Wolney Aires

Requerido: FRANCISCO MODESTO KEHRLE

Adv: Dr. Adriano Tomasi

PARTE CONCLUSIVA DA SENTENÇA:

"(...) Diante do exposto (...), JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO PROMOVIDO PELA PARTE REQUERENTE, extinguindo o processo com resolução de mérito, a teor do que dispõe o artigo 269, inciso I, do CPC. Condeno a parte requerente (ESPÓLIO DE JOSÉ PÓVOA AIRES, representado por MARIÁ COSA AIRES e MARIÁ COSA AIRES), ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimen-se. Dianópolis-TO, 25 de junho de 2012. Jossanner Nery Nogueira Luna, Juiz de Direito." *Eu, Mª Antonia G. dos Santos, Técnica Judiciária*, digitei.

Autos nº 2008.0005.4727-8 REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Requerente: JOSÉ PÓVOA AIRES e MARIÁ COSTA AIRES

Adv: Dr. Woltaire Wolney Aires

Requerido: FRANCISCO MODESTO KEHRLE

Adv: Dr. Adriano Tomasi

PARTE CONCLUSIVA DA SENTENÇA:

"(...) Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado pela parte requerente em face da parte requerida, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Torno sem efeito a decisão de fls. 39/41. (...) condeno a parte requerente (espólio de JOSÉ PÓVOA AIRES, representado por MARIÁ COSA AIRES e MARIÁ COSA AIRES) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da causa. P.R.I.C. Dianópolis-TO, 25 de junho de 2012. Jossanner Nery Nogueira Luna, Juiz de Direito." *Eu, Mª Antonia G. dos Santos, Técnica Judiciária*, digitei.

FIGUEIRÓPOLIS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 468/01 – Execução Fiscal

Exequente/Apelante: A União

Executado/Apelado: MENDONÇA & GONZAGA LTDA

Advogado: Dr. Jaime Soares Oliveira OAB/TO 800

Executado/Apelado: Lázaro Henrique Mendonça

Advogado: Dr. Jaime Soares Oliveira OAB/TO 800

Ficam as partes executados/apelados juntamente com seu advogado, ambos acima mencionados, intimados da decisão exarada nos autos em epígrafe, a seguir transcrita. DECISÃO: Recebo o recurso de apelação interposto pela Fazenda Pública Nacional em seus efeitos legais – devolutivo e suspensivo. Razões do recurso apresentada Às folhas 61/72. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de quinze dias, oferecer as contra-razões. Figueirópolis/TO, 06 de novembro de 2012. Wellington Magalhães – Juiz de Direito.

AUTOS Nº 2007.0005.2940-9

AÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO

EMBARGANTE: FAUSTO BARBOSA DE REZENDE E OUTROS

ADVOGADO: IBANOR OLIVEIRA OAB/TO 128-B

EMBARGADO: CARGIL AGRÍCOLA S.A

ADVOGADO: PAULO DE TARSO FONSECA FILHO OAB/MA 3.038; LUCIANO PEDRA FONSECA OAB/MA 3.599 e JOSÉ RODRIGUES OLIVEIRA NETO OAB/MA 8.712-A

INTIMAÇÃO: "Intimar os advogados acima do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, intimá-los ainda para requererem o que for de direito. Figueirópolis/TO, 07 de novembro de 2012. Maria Amélia da Silva Jardim – Técnica Judiciária do Cível"

FILADÉLFIA

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

E D I T A L D E I N T I M A Ç Ã O (Com prazo de 20 dias)

O Dr. FABIANO RIBEIRO, Juiz de Direito desta Comarca de Filadélfia, Estado do Tocantins, na forma da Lei etc...FAZ SABER aos que o presente Edital de intimação virem, ou dele tiverem conhecimento, que por meio deste, INTIMA-SE, MARIA RAIMUNDA DA SILVA MATOS, brasileira, solteira, doméstica, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos de Ação de Execução de Alimentos nº 2006.0002.0999-6, tendo como partes a Requerente Maria Raimunda da Silva Matos e Raioni Pereira da Silva,para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se tem interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção., tudo conforme despacho seguinte: “Intime-se o exequente via edital com prazo de 20 (vinte/dias) para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se tem interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção.Filadélfia/TO, 24 de outubro de 2012. (as) Dr. Fabiano Ribeiro, Juiz de Direito. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Filadélfia, Estado do Tocantins, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (08.11.2012) Eu, Marilene José Diniz Aires, Técnica Judiciária , o digitei e conferi.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.

DENÚNCIA - 2011.0008.5687-4/0

Acusado: LUCIANO PEREIRA DE MORAIS

Advogada do acusado: Dra. Maria de Fátima Fernandes Corrêa OAB-TO 1673

Vítima: J. A. B. S.

INTIMAÇÃO: Fica a advogada do réu, Dra. Maria de Fátima Fernandes Correa OAB/TO 1.673, intimada do inteiro teor da decisão proferida nos autos do processo acima identificado, bem como da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 06 de março de 2013 às 13:30 horas, sendo que as testemunhas de defesa, arroladas pelo acusado, deverão comparecer independentemente de intimação.

DECISÃO: Autos n.º 2011.0008.5687-4. DECISÃO. Vistos etc. Trata-se de denúncia formulada pelo representante do Ministério Público Estadual em desfavor de Luciano Pereira de Moraes. A denúncia foi recebida na data de 02 de setembro de 2011, conforme se infere das fls. 26. O acusado em suas alegações preliminares de defesa, às fls. 42/43, reserva-se no direito de rebater as imputações que lhe são dirigidas, em sede de alegações finais, arrolando ainda testemunhas à serem ouvidas. Ao meu sentir, os elementos trazidos aos autos, em sede de um juízo provisório, são satisfatórios à caracterização da existência do crime, bem como os indícios suficientes de autoria estão comprovados, razão pela qual, dou prosseguimento ao feito. Não vislumbro a presença de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 397 do Código de Processo Penal, não sendo, portanto, caso de absolvição sumária do réu. Assim, designo audiência para o dia 06 de março de 2013, às 13h30min, onde se procederá à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e das testemunhas de defesa, interrogando-se, em seguida, o acusado. Intimem-se as testemunhas de acusação a vítima e o acusado. Notifique-se o Ministério Público. Intime-se o advogado do réu. Expeça-se Carta precatória para oitiva das testemunhas residentes em outras Comarcas. As providências.Cumpra-se. Filadélfia-TO, 03 de outubro de 2012. (as) Dr. Fabiano Ribeiro – Juiz de Direito.

FORMOSO DO ARAGUAIA

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: Ação Penl nº 2009.8.2654-0

Réu: Pedro Martins Monte!

Advogado: Dr. Wilmar Ribeiro Filho- OAB-TO 644

Fica o advogado do réu intimado da sentença. Ante o exposto e considerando que não há causa legal ou supralegal de exclusão da tipicidade, ilicitude, culpabilidade ou punibilidade, julgo procedente a pretensão punitiva contida na denúncia para condenar Pedro Martins Monte!, qualificado nos autos, às penas previstas no artigo 14. da Lei 10.826/2003 (Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido). Em atenção ao critério estabelecido pelo art. 68 do Código Penal e ao princípio da individualização da pena previsto no art. 5º, XLVI da Carta Magna, necessário se faz aferir as circunstâncias judiciais, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento. O réu agiu com culpabilidade normal à espécie, nada tendo a valorar. Consoante certidão e informações de fls. 87/89, o acusado não registra antecedentes. Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, de modo que não podem se valoradas em seu desfavor. Os motivos e circunstâncias são inerentes ao próprio tipo penal.O delito não deixou consequências, mormente por se tratar de crime de perigo, ressaltando que não se pode cogitar sobre o comportamento da vítima. Sendo as circunstâncias judiciais em sua totalidade favoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal previsto para o delito, isto é, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, por considerá-la suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Reconheço a atenuante da confissão, mas deixo de atenuar a pena em razão da incidência da Súmula 231 do STJ. Não há agravantes. Não se verifica causas de diminuição ou aumento de pena. Com efeito, fixo a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo ser

cumprida no regime aberto, em atenção ao que dispõe no Código Penal. Reconheço o direito do réu recorrer em liberdade, uma vez que não se verifica a presença dos requisitos da prisão preventiva, ressaltando, ademais, que o réu respondeu o processo em liberdade devendo assim permanecer se ausente qualquer elemento novo que determine sua segregação. Da substituição da pena privativa de liberdade É de se observar que estão preenchidos os requisitos para concessão do benefício da substituição da pena, previstos no artigo 44 do Código Penal, uma vez que não se trata de réu reincidente, a pena privativa de liberdade não é superior a quatro anos e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, além de que as circunstâncias judiciais são favoráveis e indicam que a substituição é suficiente para reprovação e prevenção do crime. Assim, por ser a pena privativa de liberdade superior a 01 (um) ano, a substituo por duas restritivas de direito, consistente em: prestação de serviços à comunidade, em entidade a ser definida pelo juízo da execução; prestação pecuniária no valor de um salário mínimo vigente (art. 45, parágrafo 1º CPV destinada a entidade pública ou privada, a ser definida pelo juízo da execução. Deixo de fixar o montante mínimo da indenização civil, conforme determina o artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.719/2008, uma vez que não se mostra possível no caso em análise. Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal, bem como ao Instituto de Identificação, expedindo-se guia para execução da pena. Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais. Encaminhem-se as armas e munições apreendidas ao Comando do Exército para as providências necessárias, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas (art.25, Lei 10.826/2003 e Provimento 02/2011. PRI. Formoso do Araguaia-TO, 30 de outubro de 2012. Lu8ciano Rostirolla-Juiz de Direito. Eu, Edimê Rosal campelo, Técnico Judiciário, digitei.

Autos nº 2009.12.7838-4

Réu: Luiz de Gonzaga Pereira

Advogado: Dr. Wilmar Ribeiro Filho- OAB-TO -644

Fica o advogado do réu intimado da sentença. Ante o exposto e considerando que não há causa legal ou supralegal de exclusão da tipicidade, ilicitude, culpabilidade ou punibilidade, **julgo procedente** a pretensão punitiva contida na denúncia para condenar **Luiz de Gonzaga Pereira**, qualificado nos autos, às penas previstas no **artigo 14, caput, da Lei 10.826/2003**(Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido). **Da aplicação da pena** Em atenção ao critério estabelecido pelo art. 68 do Código Penal e ao princípio da individualização da pena previsto no art. 5º, XLVI da Carta Magna, necessário se faz aferir as circunstâncias judiciais, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento. **O** réu agiu com **culpabilidade** normal à espécie, nada tendo a valorar. Consoante certidão e informações de fls. 80/82, o acusado não registra **antecedentes**, a teor do que dispõe a Súmula 444 do STJ. Poucos elementos foram coletados a respeito de sua **conduta social e personalidade**, de modo que não podem se valoradas em seu desfavor. Os **motivos e circunstâncias** são inerentes ao próprio tipo penal. O delito não deixou **consequências**, mormente por se tratar de crime de perigo, ressaltando que não se pode cogitar sobre o **comportamento** da vítima. Sendo as circunstâncias judiciais em sua totalidade favoráveis, mormente por se tratar de réu primário, fixo a pena-base no mínimo legal previsto para o delito, isto é, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, por considerá-la suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Reconheço a atenuante da confissão, porém deixo de atenuar a pena em razão da incidência da Súmula 231 do STJ. Não há agravantes. Não se verifica causas de diminuição ou aumento de pena. Com efeito, fixo a **pena definitiva em 02(dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa**, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo ser cumprida no regime aberto, em atenção ao que dispõe o art.J33, § 2º, "c" do Código Penal. Reconheço o direito do réu recorrer em liberdade, uma vez que não se verifica a presença dos requisitos da prisão preventiva, ressaltando, ademais, que o réu respondeu o processo em liberdade devendo assim permanecer se ausente qualquer elemento novo que determine sua segregação. **Da substituição da pena privativa de liberdade** É de se observar que estão preenchidos os requisitos para concessão do benefício da substituição da pena, previstos no artigo 44 do Código Penal, uma vez que não se trata de réu reincidente, a pena privativa de liberdade não é superior a quatro anos e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, além de que as circunstâncias judiciais são favoráveis e indicam que a substituição é suficiente para reprovação e prevenção do crime. Assim, por ser a pena privativa de liberdade superior a 01 (um) ano, a **substituo por duas restritivas de direito, consistente em:** prestação de serviços à comunidade, em entidade a ser definida pelo juízo da execução; prestação pecuniária no valor de dois salários mínimos vigentes na época do efetivo pagamento (art. 45, parágrafo 1º CP), destinada a entidade pública ou privada, a ser definida pelo juízo da execução. Deixo de fixar o montante mínimo da indenização civil, conforme determina o artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.719/2008, uma vez que não se mostra possível no caso em análise. Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal, bem como ao Instituto de Identificação, expedindo-se guia para execução da pena. Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais.P.R.I. Formoso do Araguaia, 30 de outubro de 2012, Luciano Rostirolla- Juiz de Direito Eu Edimê Rosal campêlo, Técnico Judiciário, digitei.

SENTENÇA

Autos nº 2009.12.7838-4

Réu: Luiz de Gonzaga Pereira

Advogado: Dr. Wilmar Ribeiro Filho- OAB-TO -644

Ante o exposto e considerando que não há causa legal ou supralegal de exclusão da tipicidade, ilicitude, culpabilidade ou punibilidade, **julgo procedente** a pretensão punitiva contida na denúncia para condenar **Luiz de Gonzaga Pereira**, qualificado nos autos, às penas previstas no **artigo 14, caput, da Lei 10.826/2003**(Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido). **Da aplicação da pena** Em atenção ao critério estabelecido pelo art. 68 do Código Penal e ao princípio da individualização da pena previsto no art. 5º, XLVI da Carta Magna, necessário se faz aferir as circunstâncias judiciais, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento. **O** réu agiu com **culpabilidade** normal à espécie, nada tendo a valorar. Consoante certidão e informações de fls. 80/82, o acusado não registra **antecedentes**, a teor do que dispõe a

Súmula 444 do STJ. Poucos elementos foram coletados a respeito de sua **conduta social e personalidade**, de modo que não podem se valoradas em seu desfavor. Os **motivos e circunstâncias** são inerentes ao próprio tipo penal. O delito não deixou **consequências**, mormente por se tratar de crime de perigo, ressaltando que não se pode cogitar sobre o **comportamento** da vítima. Sendo as circunstâncias judiciais em sua totalidade favoráveis, mormente por se tratar de réu primário, fixo a pena-base no mínimo legal previsto para o delito, isto é, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, por considerá-la suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Reconheço a atenuante da confissão, porém deixo de atenuar a pena em razão da incidência da Súmula 231 do STJ. Não há agravantes. Não se verifica causas de diminuição ou aumento de pena. Com efeito, fixo a **pena definitiva em 02(dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa**, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo ser cumprida no regime aberto, em atenção ao que dispõe o art.J33, § 2º, "c" do Código Penal. Reconheço o direito do réu recorrer em liberdade, uma vez que não se verifica a presença dos requisitos da prisão preventiva, ressaltando, ademais, que o réu respondeu o processo em liberdade devendo assim permanecer se ausente qualquer elemento novo que determine sua segregação. **Da substituição da pena privativa de liberdade** É de se observar que estão preenchidos os requisitos para concessão do benefício da substituição da pena, previstos no artigo 44 do Código Penal, uma vez que não se trata de réu reincidente, a pena privativa de liberdade não é superior a quatro anos e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, além de que as circunstâncias judiciais são favoráveis e indicam que a substituição é suficiente para reprovação e prevenção do crime. Assim, por ser a pena privativa de liberdade superior a 01 (um) ano, a **substituo por duas restritivas de direito, consistente em:** prestação de serviços à comunidade, em entidade a ser definida pelo juízo da execução; prestação pecuniária no valor de dois salários mínimos vigentes na época do efetivo pagamento (art. 45, parágrafo 1º CP), destinada a entidade pública ou privada, a ser definida pelo juízo da execução. Deixo de fixar o montante mínimo da indenização civil, conforme determina o artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.719/2008, uma vez que não se mostra possível no caso em análise. Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal, bem como ao Instituto de Identificação, expedindo-se guia para execução da pena. Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais.P.R.I. Formoso do Araguaia, 30 de outubro de 2012, Luciano Rostirolla- Juiz de Direito Eu Edimê Rosal campêlo, Técnico Judiciário, digitei.

Autos: Ação Penl nº 2009.8.2654-0

Réu: Pedro Martins Montel

Advogado: Dr. Wilmar Ribeiro Filho- OAB-TO 644

Ante o exposto e considerando que não há causa legal ou supralegal de exclusão da tipicidade, ilicitude, culpabilidade ou punibilidade, julgo procedente a pretensão punitiva contida na denúncia para condenar Pedro Martins Montei, qualificado nos autos, às penas previstas no artigo 14. da Lei 10.826/2003 (Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido). Em atenção ao critério estabelecido pelo art. 68 do Código Penal e ao princípio da individualização da pena previsto no art. 5º, XLVI da Carta Magna, necessário se faz aferir as circunstâncias judiciais, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento. **O** réu agiu com culpabilidade normal à espécie, nada tendo a valorar. Consoante certidão e informações de fls. 87/89, o acusado não registra antecedentes. Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, de modo que não podem se valoradas em seu desfavor. Os motivos e circunstâncias são inerentes ao próprio tipo penal.O delito não deixou consequências, mormente por se tratar de crime de perigo, ressaltando que não se pode cogitar sobre o comportamento da vítima. Sendo as circunstâncias judiciais em sua totalidade favoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal previsto para o delito, isto é, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, por considerá-la suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Reconheço a atenuante da confissão, mas deixo de atenuar a pena em razão da incidência da Súmula 231 do STJ. Não há agravantes. Não se verifica causas de diminuição ou aumento de pena. Com efeito, fixo a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo ser cumprida no regime aberto, em atenção ao que dispõe no Código Penal. Reconheço o direito do réu recorrer em liberdade, uma vez que não se verifica a presença dos requisitos da prisão preventiva, ressaltando, ademais, que o réu respondeu o processo em liberdade devendo assim permanecer se ausente qualquer elemento novo que determine sua segregação. Da substituição da pena privativa de liberdade É de se observar que estão preenchidos os requisitos para concessão do benefício da substituição da pena, previstos no artigo 44 do Código Penal, uma vez que não se trata de réu reincidente, a pena privativa de liberdade não é superior a quatro anos e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, além de que as circunstâncias judiciais são favoráveis e indicam que a substituição é suficiente para reprovação e prevenção do crime. Assim, por ser a pena privativa de liberdade superior a 01 (um) ano, a substituo por duas restritivas de direito, consistente em: prestação de serviços à comunidade, em entidade a ser definida pelo juízo da execução; prestação pecuniária no valor de um salário mínimo vigente (art. 45, parágrafo 1º CPV destinada a entidade pública ou privada, a ser definida pelo juízo da execução. Deixo de fixar o montante mínimo da indenização civil, conforme determina o artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.719/2008, uma vez que não se mostra possível no caso em análise. Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal, bem como ao Instituto de Identificação, expedindo-se guia para execução da pena. Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais. Encaminhem-se as armas e munições apreendidas ao Comando do Exército para as providências necessárias, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas (art.25, Lei 10.826/2003 e Provimento 02/2011. PRI. Formoso do Araguaia-TO, 30 de outubro de 2012. Lu8ciano Rostirolla-Juiz de Direito. Eu, Edimê Rosal campelo, Técnico Judiciário, digitei.

Autos nº 2009.8.2654-0

Réu: Pedro Martins Montel

Advogado: Dr. Wilmar Ribeiro Filho- OAB-TO -644

Ante o exposto e considerando que não há causa legal ou supralegal de exclusão da tipicidade, ilicitude, culpabilidade ou punibilidade, **julgo procedente** a pretensão punitiva contida na denúncia para condenar **Luiz de Gonzaga Pereira**, qualificado nos autos, às penas previstas no **artigo 14, caput, da Lei 10.826/2003**(Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido). **Da aplicação da pena** Em atenção ao critério estabelecido pelo art. 68 do Código Penal e ao princípio da individualização da pena previsto no art. 5º, XLVI da Carta Magna, necessário se faz aferir as circunstâncias judiciais, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento. **O réu agiu com culpabilidade** normal à espécie, nada tendo a valorar. Consoante certidão e informações de fls. 80/82, o acusado não registra **antecedentes**, a teor do que dispõe a Súmula 444 do STJ. Poucos elementos foram coletados a respeito de sua **conduta social e personalidade**, de modo que não podem se valoradas em seu desfavor. Os **motivos e circunstâncias** são inerentes ao próprio tipo penal. O delito não deixou **consequências**, mormente por se tratar de crime de perigo, ressaltando que não se pode cogitar sobre o **comportamento** da vítima. Sendo as circunstâncias judiciais em sua totalidade favoráveis, mormente por se tratar de réu primário, fixo a pena-base no mínimo legal previsto para o delito, isto é, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, por considerá-la suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Reconheço a atenuante da confissão, porém deixo de atenuar a pena em razão da incidência da Súmula 231 do STJ. Não há agravantes. Não se verifica causas de diminuição ou aumento de pena. Com efeito, fixo a **pena definitiva em 02(dois) anos de reclusão** e 10 (dez) dias-multa, à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo ser cumprida no regime aberto, em atenção ao que dispõe o art.J33, § 2º, "c" do Código Penal. Reconheço o direito do réu recorrer em liberdade, uma vez que não se verifica a presença dos requisitos da prisão preventiva, ressaltando, ademais, que o réu respondeu o processo em liberdade devendo assim permanecer se ausente qualquer elemento novo que determine sua segregação. **Da substituição da pena privativa de liberdade** É de se observar que estão preenchidos os requisitos para concessão do benefício da substituição da pena, previstos no artigo 44 do Código Penal, uma vez que não se trata de réu reincidente, a pena privativa de liberdade não é superior a quatro anos e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, além de que as circunstâncias judiciais são favoráveis e indicam que a substituição é suficiente para reprovação e prevenção do crime. Assim, por ser a pena privativa de liberdade superior a 01 (um) ano, a **substituo por duas restritivas de direito, consistente em:** prestação de serviços à comunidade, em entidade a ser definida pelo juízo da execução; prestação pecuniária no valor de dois salários mínimos vigentes na época do efetivo pagamento (art. 45, parágrafo 1º CP), destinada a entidade pública ou privada, a ser definida pelo juízo da execução. Deixo de fixar o montante mínimo da indenização civil, conforme determina o artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.719/2008, uma vez que não se mostra possível no caso em análise. Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal, bem como ao Instituto de Identificação, expedindo-se guia para execução da pena. Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais.P.R.I. Formoso do Araguaia, 30 de outubro de 2012, Luciano Rostrolla- Juiz de Direito Eu Edimé Rosal campêlo, Técnico Judiciário, digitei.

GOIATINS

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2008.0001.7432-3/0 – Reclamação Trabalhista
Requerente: Osvaldo Henrique Martins Custódio
Adv. Dr. Wellington Daniel G. dos Santos OAB/TO 2392-A
Requerido: Estado do Tocantins
Adv. Dr. Procuradoria do Estado do Tocantins
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente INTIMADO para tomar conhecimento do despacho judicial a seguir transcrito. DESPACHO JUDICIAL: Finalmente, nos termos do art. 330, I, CPC, observo que as questões relacionadas ao processo são unicamente de direito, não havendo, portanto, necessidade de dilação probatória, motivo pelo qual, anuncio o julgamento antecipado da lide. Saem os presentes intimados. Intime-se o advogado ausente. Após, voltem os autos conclusos para emissão de sentença. Goiatins, 08 de novembro de 2012.

Autos nº 176/1994 – Execução
Requerente: Wilson Osmundo Neves
Adv. Dr. José Adelmo dos Santos OAB/TO 301-A
Requerido: Maria da Penha Resplandes Santana
Adv. Dr. Edimar Nogueira da Costa OAB/TO 402-A
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente INTIMADO para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a proposta de acordo feita pela requerida, ou seja, pagamento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) à vista e R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) , dividido em 40 (quarenta) parcelas de R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais). Goiatins, 07 de novembro de 2012.

Autos nº 2007.0004.3781-4/0 – Declaratória
Requerente: Orides Gomes Peppes
Adv. Dr. Joaquim Gonzaga Neto OAB/TO
Requerido: Luiz Francisco Marchioratto
Adv. Dr. Janúncio Januário Dantas OAB/TO 22.164
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente INTIMADO, a tomar conhecimento da sentença judicial a seguir transcrita. SENTENÇA: Assim indefiro, nos termos do art. 295, VI c/c art. 284, parágrafo único, ambos do CPC, a petição inicial da ação declaratória, ao tempo em que extingo o processo sem julgamento do mérito, conforme art. 267, I, código Buzaid, por conseguinte, nos termos da Súmula 482 do STJ, (“A falta de ajuizamento da ação principal no prazo do art. 806 do CPC acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar”) extingo o processo cautelar. Fixo honorários advocatícios em 10% do valor arbitrado na impugnação ao valor da causa, a serem pagos

pelo autor. Custas pelo autor. Publicada em audiência. Saem às partes intimadas. Goiatins, 07 de novembro de 2012.

Autos nº 2007.0002.9241-7/0 – Cautelar Inominada
Requerente: Orides Gomes Peppes
Adv. Dr. Joaquim Gonzaga Neto OAB/TO
Requerido: Luiz Francisco Marchioratto
Adv. Dr. Janúncio Januário Dantas OAB/TO 22.164
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente INTIMADO, a tomar conhecimento da sentença judicial a seguir transcrita. SENTENÇA: Assim indefiro, nos termos do art. 295, VI c/c art. 284, parágrafo único, ambos do CPC, a petição inicial da ação declaratória, ao tempo em que extingo o processo sem julgamento do mérito, conforme art. 267, I, código Buzaid, por conseguinte, nos termos da Súmula 482 do STJ, (“A falta de ajuizamento da ação principal no prazo do art. 806 do CPC acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar”) extingo o processo cautelar. Fixo honorários advocatícios em 10% do valor arbitrado na impugnação ao valor da causa, a serem pagos pelo autor. Custas pelo autor. Publicada em audiência. Saem às partes intimadas. Goiatins, 07 de novembro de 2012.

Autos nº 2007.0005.3375-9/0 – Impugnação ao valor da causa
Requerente: Luiz Francisco Barleta Marchioratto
Adv. Dr. Janúncio Januário Dantas – OAB/GO 25.990
Requerido: Orides Gomes Peppes
Adv. Dr. Joaquim Gonzaga Neto OAB/TO
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerido INTIMADO, a tomar conhecimento da sentença judicial a seguir transcrita. SENTENÇA: Assim indefiro, nos termos do art. 295, VI c/c art. 284, parágrafo único, ambos do CPC, a petição inicial da ação declaratória, ao tempo em que extingo o processo sem julgamento do mérito, conforme art. 267, I, código Buzaid, por conseguinte, nos termos da Súmula 482 do STJ, (“A falta de ajuizamento da ação principal no prazo do art. 806 do CPC acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar”) extingo o processo cautelar. Fixo honorários advocatícios em 10% do valor arbitrado na impugnação ao valor da causa, a serem pagos pelo autor. Custas pelo autor. Publicada em audiência. Saem as partes intimadas. Goiatins, 07 de novembro de 2012.

GUARAÍ

2ª Vara Cível; Família e Sucessões Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº. 2012.0001.5750-8/0 – ALIMENTOS
REQUERENTE: A.T.A.T. rep. p/genitora J.S. de A.
Advogado: DR. EVALDO DIAS DOS SANTOS – OAB/TO 27659
REQUERIDO: R.T.B.T.
DECISÃO: “(...) Posto isto, comprovado o parentesco, que impõe a obrigação de alimentar, e levando em conta a menoridade da criança, que demanda cuidados que a requerente, sozinha, não pode prover, atendendo ao comando inserto no art. 4º da Lei de alimentos é que FIXO, em favor da autora A.T.A.T., os alimentos provisórios na quantia equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo que serão devidos a partir da citação. Devendo o requerido providenciar o pagamento diretamente à genitora da credora, mediante recibo, ou por meio de depósito em conta bancária que deverá ser fornecida pela representante da autora. (...) Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22/11/2012, às 14h00min. Cientifiquem-se as partes que devem comparecer à audiência, acompanhados de seus advogados e de até 03 (três) testemunhas, independentemente de prévio depósito do rol, podendo ainda apresentar as demais provas que tiverem, ressaltando-se que a ausência da autora importará no arquivamento do processo e a do requerido em revelia e confissão quanto à matéria de fato. (...) Guarai, 21/08/2012. Alan Ide Ribeiro da Silva - Juiz de Direito Respondendo”.

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

(6.4.c) DECISÃO Nº41/10
Autos nº 2011.0001.0444-9
Ação de Indenização c/c Indenização
Requerente: CARLOS ALBERTO GOMES BEZERRA
Advogado: Dra. Márcia Oliveira Rezende (OAB-TO 3322)
Requerida: BRASIL TELECOM S.A.
Advogado: Dr. Vitor Gutieres F. Milhomem (OAB-TO 4.929), Dra. Bethânia Rodrigues Paranhos Infante (OAB-TO 4.126) e Dr. Bruno Noguti de Oliveira (OAB-TO 4.875). Transitado em julgado o acórdão da Turma Recursal (fls. 152), a parte Requerida efetuou espontaneamente o depósito judicial referente ao pagamento da condenação (fls. 156/157). Instado a se manifestar, o Requerente concordou com o valor depositado, o aceitando como suficiente para quitação da dívida objeto da lide, bem como, requereu o levantamento da importância do valor depositado (fls. 167). Ante o exposto, expeça-se o competente Alvará nos termos do Ofício Circular nº 057/2009 – CGJ-TO, a fim de que se proceda ao levantamento do valor de R\$ 4.697,64 (quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos) e seus eventuais rendimentos. Efetuado o pagamento a que se refere o Alvará, seja a conta judicial ID 04011160003120330-1 devidamente encerrada. Após, não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Intimem-se. Guarai - TO, 25 de outubro de 2012.Sarita von Röeder Michels Juíza de Direito

(7.0 c) SENTENÇA CRIMINAL Nº 32/09
Autos nº 2011.0011.2018-9
Tipificação Penal: Artigo 164 do Código Penal
Autora do Fato: CONCEIÇÃO AMARO DOURADO
Advogado: Defensoria Pública

Vítima: SEBASTIÃO BARROS LEITE
O presente TCO foi instaurado para se apurar a prática do delito tipificado no artigo 164 do Código Penal, atribuindo esta a CONCEIÇÃO AMARO DOURADO. Designada audiência preliminar (fls.23), o processo aguardou a iniciativa da vítima. Certificado o decurso do prazo decadencial (fls. 23/vº) sem qualquer manifestação da vítima, vieram conclusos.Ante o exposto, com fundamento no que dispõe o artigo 38, do Código de Processo Penal c/c o artigo 107, IV, do Código Penal, declaro extinta a punibilidade de CONCEIÇÃO AMARO DOURADO em razão da decadência do direito de queixa. Após as anotações necessárias, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Guarai, 27 de setembro de 2012.Sarita von Röeder Michels Juíza de Direito

(7.0 c) SENTENÇA CRIMINAL Nº 34/09
Autos nº 2012.0002.0368-2
Tipificação Penal: Artigos 140, 331 e 139 do Código Penal
Autor do Fato: JACKSON PEREIRA SILVA
Advogado: Defensoria Pública

Vítima: LUSMAR SOARES FILHO
O presente TCO foi instaurado para se apurar a prática do delito tipificado nos artigos 140, 331 e 139 do Código Penal, atribuindo esta a JACKSON PEREIRA SILVA. Designada audiência preliminar (fls.23), o processo aguardou a iniciativa da vítima. Certificado o decurso do prazo decadencial (fls. 25/vº) sem qualquer manifestação da vítima, vieram conclusos.Ante o exposto, com fundamento no que dispõe o artigo 38, do Código de Processo Penal c/c o artigo 107, IV, do Código Penal, declaro extinta a punibilidade de JACKSON PEREIRA SILVA em razão da decadência do direito de queixa. Após as anotações necessárias, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Guarai, 27 de setembro de 2012.Sarita von Röeder MichelsJuíza de Direito

(7.0 c) SENTENÇA CRIMINAL Nº 28/09
Autos nº 2011.0012.4498-8
Tipificação Penal: Artigo 138 do Código Penal
Autora do Fato: CLAUDIENE CESAR NONATO DOS SANTOS
Advogado: Defensoria Pública
Vítima: LILIAN GONÇALVES BOTTI

O presente TCO foi instaurado para se apurar a prática do delito tipificado no artigo 138 do Código Penal, atribuindo esta a CLAUDIENE CESAR NONATO DOS SANTOS. Designada audiência preliminar (fls.13), o processo aguardou a iniciativa da vítima. Certificado o decurso do prazo decadencial (fls. 13/vº) sem qualquer manifestação da vítima, vieram conclusos.Ante o exposto, com fundamento no que dispõe o artigo 38, do Código de Processo Penal c/c o artigo 107, IV, do Código Penal, declaro extinta a punibilidade de CLAUDIENE CESAR NONATO DOS SANTOS em razão da decadência do direito de queixa. Após as anotações necessárias, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Guarai, 27 de setembro de 2012.Sarita von Röeder Michels Juíza de Direito

(7.0 c) SENTENÇA CRIMINAL Nº 39/09
Autos nº 2012.0001.8005-4
Tipificação Penal: Artigo 138, 139 e 140 do Código Penal
Autor do Fato: ERNILDE DE SOUSA GOMES
Advogado: Defensoria Pública
Vítima: MARLY ALMEIDA DE SOUSA

O presente TCO foi instaurado para se apurar a prática dos delitos tipificados nos artigos 138, 139 e 140 do Código Penal, atribuindo esta a ERNILDE DE SOUSA GOMES. Designada audiência preliminar (fls.74), o processo aguardou a iniciativa da vítima. Certificado o decurso do prazo decadencial (fls. 78/vº) sem qualquer manifestação da vítima, vieram conclusos.Ante o exposto, com fundamento no que dispõe o artigo 38, do Código de Processo Penal c/c o artigo 107, IV, do Código Penal, declaro extinta a punibilidade de ERNILDE DE SOUSA GOMES em razão da decadência do direito de queixa. Após as anotações necessárias, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Guarai, 27 de setembro de 2012.Sarita von Röeder Michels Juíza de Direito

PROCESSO Nº 5000406-74.2012.827.2721
ESPÉCIE Declaratória Data 06.11.2012 Hora 15:30 DECISÃO nº: 04/11
Magistrada: Dra. Sarita von Röeder Michels
Conciliadora: Drª Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: EUVANIO DIAS DE MACEDO
Advogado: Dr. Lucas Martins Pereira OAB/TO 1732
EMPRESA REQUERIDA: CLARO S.A.

ATOS DO CONCILIADOR- OCORRÊNCIA: I – Aberta a sessão, compareceu o Requerente, deixando de comparecer a Empresa Requerida, devido não ter sido localizada conforme consta do aviso de recebimento (Ev. 14). II – O Autor ratifica o endereço informado na emenda da inicial, ou seja, Av. Qd. 104 Norte, 101, Loja 01 Térreo, CEP: 77.006-014, Palmas-TO, reiterando o pedido liminar e requerendo designação de nova audiência, com a citação encaminhada para o endereço fornecido.(6.4.a) DECISÃO: Nº 04/11: I – Designo o dia 28.11.2012, às 13:30, para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, ficando os presentes já intimados. II – Intime-se a empresa Reclamada. III - Considerando que a concessão de antecipação da tutela exige verossimilhança dos fatos alegados, princípio inconteste de provas e perigo na demora do provimento judicial, em face da documentação juntada aos autos (fls. 06/09), verificam-se presentes todos os requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada. Mais ainda, a exclusão do cadastro negativo não traz prejuízos para a Empresa Requerida, porquanto a medida pode ser revertida uma vez que reste demonstrada sua impropriedade no decorrer do processo. No entanto, para o Autor as restrições se tornam efetivas, uma vez que não obterá qualquer crédito se a situação assim permanecer. Corroborado a isto, há de se considerar que a dívida está sendo discutida em juízo, por iniciativa do suposto devedor, o que presume a verossimilhança do pleito liminar. Ante o exposto, defiro o pedido liminar de antecipação de tutela, o artigo 84, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, ao dispor que “sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente”, fornece o supedâneo necessário ao deferimento do pleito liminar. Ante o exposto, defiro o pedido liminar DETERMINO que, no prazo de dez (10) dias, a empresa CLARO S.A tome as providências necessárias no sentido de excluir o nome de EUVANIO DIAS DE MACEDO, CPF nº 648.485.071-20 dos cadastros restritivos de crédito em que haja incluído, em especial SPC/SERASA, referente ao contrato nº 914459339, no valor de R\$246,06

(duzentos e quarenta e seis reais e seis centavos), incluso no dia 21.07.2012, sob pena de pagar multa diária cominatória no valor de R\$100,00 (cem reais) por descumprimento de ordem judicial, a qual poderá ser executada independente do julgamento de mérito desta ação. Registre-se que a multa não tem caráter substitutivo da obrigação principal, possuindo apenas caráter coercitivo para cumprimento da decisão judicial ora exarada. DETERMINO também seja INTIMADO o SERASA para proceder à exclusão do nome da parte Requerente de seus cadastros restritivos, relativo ao débito acima descrito e imputado pela empresa Requerida, também no prazo de dez dias, sob pena de multa diária por descumprimento de decisão judicial, nos moldes e valor acima descritos. O Autor deverá comunicar ao Juízo, em até 15 dias contados do final do prazo estipulado para cumprimento da decisão, se o seu nome foi retirado dos cadastros restritivos ou não. Não se manifestando será entendido como cumprida a medida liminar, cessando-se a incidência de multa. IV - Publicada e intimados os presentes em audiência, procedam-se às demais intimações e citação

PROCESSO Nº. 2012.0005.2122-6
ESPÉCIE Conhecimento Data 31.10.2012
Magistrada: Dra. Sarita on Röeder Michels
Conciliadora: Drª Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: PAULO RODRIGUES RAMOS
ADVOGADO: Hilton Peixoto Teixeira Filho OAB/TO 4568 – Ausente
REQUERIDO: BANCO BV FINANCEIRA S.A.
PREPOSTO: Márcio Leandro Vieira
Advogado: Dr. Celso Marcon OAB/TO 4009-A

ATOS DO CONCILIADOR (6.7.c) OCORRÊNCIAS: Compareceu o requerente desacompanhado de Advogado, bem como o Banco Requerido, por meio de preposto, desacompanhado de Advogado que no momento requereu juntada da carta de preposto, atos constitutivos e subestabelecimento em fotocópias sem autenticação. Proposta a conciliação entre as partes,compuseram nos seguintes termos: Perguntado às Partes se tinham conhecimento da existência de outra ação proposta na comarca de Palmas, pelo Autor foi dito que contratou Advogado, cujo nome não sabe, para resolver “um problema ai com o veiculo” e que sabe que foi proposta ação em Palmas; perguntado ao Preposto se tinha conhecimento da ação proposta em Palmas, respondeu que não têm conhecimento, porque é Preposto contratado pelo Advogado Dr. Henrique de Araguaína, não sabendo o sobrenome do Advogado, mas diz que foi encarregado de apresentar a proposta de acordo nesta audiência e que ganha para cumprir esta função e que confirma todos os termos do acordo verbalmente proposto e aceito pelo Autor.TERMO DE ACORDO: I – O BANCO REQUERIDO BV FINANCEIRA S.A. pagará ao Requerente PAULO RODRIGUES RAMOS a importância de R\$ 2.390,90 (dois mil trezentos e noventa reais e noventa centavos), em uma única parcela a ser paga até o dia 13/12/2012. II: O pagamento será efetuado através de depósito judicial junto ao Banco do Brasil S.A., Agência 2094-X (CPF do requerente: 330.060.081-20), ficando já autorizada a expedição do alvará judicial e seus eventuais rendimentos. IV – Fica, neste ato, o banco comprometido a juntar o comprovante de pagamento do acordo. V – Para o eventual inadimplemento do pactuado, nos termos do que dispõe o artigo 52, inciso V, da Lei nº 9.099/95 c/c artigos 407 e 847 do Código Civil, ficam estabelecidos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa, equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total do acordo em relação à indenização.6.1 – SENTENÇA Nº 64/10: I – Considerando a existência do processo número 5013368-08.2012.827.2729, autuado no dia 19.05.2012 no Juízo da 5ª Vara Cível de Palmas, onde o Autor Paulo Rodrigues Ramos propõe ação de consignação em pagamento c/c revisional de cláusulas contratuais e cálculos e pedido de liminar contra o Banco BV Financeira S.A., tendo por objeto a Cédula de Crédito Bancário número 176004451, cláusula 12.2 e constando do item 9 da petição inicial “9- a declaração de nulidade de todas as cláusulas abusivas”; considerando que citação nestes autos é precedente à citação ocorrida no processo em Palmas; II - Considerando que houve conciliação, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, com resolução de mérito, homologo por sentença o acordo realizado entre as partes, nos termos acima. III – Encaminha-se cópia dos presentes autos, com cópia desta sentença ao R.Juízo da 5ª Vara Cível de Palmas, para conhecimento. Publicada e intimados os presentes, registre-se. Publique-se no DJE/SPROC, inteiro teor. Aguarde-se o decurso de prazo constante do acordo e a manifestação do Autor.

(6.3 a) SENTENÇA Nº _/10
PROCESSO FÍSICO
Autos nº 2011.0003.6791-1
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Exequente: VITÓRIO KORCZOVEI
Defensoria Pública: Dr. Evandro Soares da Silva

1ª Executada: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado: Dr. Thiago Perez Rodrigues, Dra. Ana Lúcia Mendes Ribeiro, Dra. Karlla Barbosa Lima Ribeiro (OAB-TO 3395)
2ª Executada: L.G. DA AMAZÔNIA S.A. – REVEL

JUSTIFICATIVA NO ATRASO DO JULGAMENTO:Considerando que esta magistrada se encontrava sem assessoramento de gabinete em razão de licença maternidade e férias; considerando que esta magistrada responde, sem prejuízos de suas funções, pela Diretoria de Foro; considerando que o Juizado Especial Cível e Criminal conta com apenas um servidor efetivo e um servidor municipal, vários são os processos em que o julgamento se encontra atrasado, devendo regularizar-se até o término deste ano.FUNDAMENTAÇÃO. A empresa WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. opôs os presentes embargos do devedor argüindo excesso de execução.DA REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA EMBARGANTE - WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. Mais uma vez se verifica fato que, aos poucos, vem se tornando corriqueiro, ou seja, empresas que comparecem em juízo apresentando toda a documentação em fotocópias sem qualquer certificação de autenticidade. Desde as cartas de preposição, procurações, subestabelecimentos e, muitas vezes, até mesmo as contestações, em fotocópias. As irregularidades de representação, nestes tempos de falsificações de toda ordem, põem em dúvidas a legitimidade daqueles que se apresentam como representantes legais das empresas requeridas. Tais irregularidades abrem margem para outras suposições, posto que, fato notório, as empresas que assim se apresentam não trazem qualquer proposta de conciliação e, muitas vezes, parecem mesmo interessadas em uma condenação. As irregularidades de representação não permitem

avaliar a legitimidade da representação processual da 1ª Reclamada, posto que um dos pressupostos processuais subjetivos não se encontra devidamente preenchido e, neste sentido, a uniformidade jurisprudencial recomenda: “*admissível a utilização de cópia xérox do instrumento de procuração, pois, nos precisos termos do art. 365 do CPC, tal documento não pode ser tido como imprestável (RT 691/133), mas a xérox deve ser autenticada*” (STJ – RT 726/183, RT 681/140, maioria, 715/205, 724/344), logo “*mostra-se irregular a representação processual que se faz calçada em fotocópia sem a autenticação pelo notário*” (STF – 2ª Turma, AI 170.720-9-SP- Ag. Rg. rel. Min. Marco Aurélio, j. 26.9.95, v.u., DJU 17.11.95, p. 39.219). No entanto, como aceitar a documentação assim apresentada?No caso dos autos não há como aferir legitimidade na representação da empresa Requerida, porquanto a Advogada subscritora dos embargos apresentou cópia dos substabelecimentos (fls.83, 86, 87 e 88/91). Porém, a documentação juntada aos autos não permite a este Juízo certificar-se da autenticidade e legitimidade dos poderes conferidos para a Advogada subscritora dos embargos à Execução (fls. 130/134). A responsabilidade profissional e a ética necessitam resgate imediato. Juizados Especiais não podem ser usados como se tudo fosse tão pequeno que nem mesmo as regras mínimas da “*Representação Postulatória*” devam ser respeitadas.Para que não restem quaisquer dúvidas, as empresas condenadas foram regularmente intimadas da sentença (fls. 69/vº e 70), conforme consta dos avisos de recebimento constantes dos autos. Não houve recurso. WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. - WALMART BRASIL foi regularmente citada (fls. 12) em seu endereço e, certamente, deve arcar com a responsabilidade e conseqüências das escolhas relativas aos seus representantes. Assim, desde início, a somatória dos defeitos de representação obriga a reconhecer a improcedência dos Embargos à Execução. No entanto, considerando que o processo ainda se arrasta por culpa exclusiva da Embargante, tal fato deve ser claramente exposto na análise seguinte.DO MÉRITO A sentença condenatória, publicada no DJE (fls.), impôs às empresas Executadas o pagamento total de R\$ 6.474,92 (seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos). Transitou em julgado sem que fosse interposto qualquer recuso, conforme certificado às 70-verso.Iniciada a execução da sentença em 18.08.2011, somente em 15.02.2012 foi efetivada a penhora via BACENJUD (fls.74/77), em conta da empresa L.G. DA AMAZÔNIA S.A., solidariamente condenada.A Embargante, tumultuando o processo, deixou de informar nos autos, justamente o cenário dos debates, que havia efetuado depósito em conta judicial referente ao valor parcial da condenação. Tal silêncio só chegou ao fim em 16/02/2012 (fls. 84/85), ou seja, quase 08 (oito) meses após prolate e publicada a sentença. Mais ainda, juntou cópia ilegal sem apresentação do original, impossibilitando saber-se a data do efetivo depósito !!!Foram as negligências e o silêncio da Embargante que deram azo à fase executiva e, ato contínuo, propiciou a utilização da ferramenta BACEN-JUD, no dia 15.02.2012. Na situação em que se encontra o processo não existe a menor possibilidade de argumentação a respeito de possível excesso de execução, posto que isto somente seria possível se tivesse havido depósito integral do valor da condenação; se tal depósito tivesse sido comunicado nos autos; e se a penhora on-line tivesse sido efetuada nas contas da Embargante.DECISÃO O artigo 52, inciso IX, da Lei nº 9.099/95 proporciona a interposição de embargos do devedor quando houver manifesto excesso de execução e, neste caso, até agora, a responsabilidade sobre eventual excesso deve ser imputada apenas à própria Embargante. Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito expendidas e provas apresentadas, JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS e, nos termos do que dispõe o artigo 55, inciso II, da Lei nº 9.099/95, condeno a embargante WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. no pagamento das CUSTAS judiciais. Publique-se. Registre-se e Intimem-se pelo DJE. Após, baixem os autos à Contadoria para atualização do débito e cálculo da custas judiciais. Após, voltem conclusos. Guaraí, 31 de outubro de 2012.Sarita von Röeder Michels Juíza de Direito

(6.0) SENTENÇA CIVEL Nº 69/10

Autos nº 2012.0002.7556-0
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS/MORAIS
Requerente: ROBERTO BARBOSA DA COSTA
Advogado: Dr. Ildefonso Domingos Ribeiro Neto (OAB/TO 372)
Requerida: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIO SOBERANO LTDA.
Advogado: Dr. Wesson Cleber Guimarães (OAB/PA 13.255-b)
JUSTIFICATIVA NO ATRASO DO JULGAMENTO:Considerando que esta magistrada se encontrava sem assessoramento de gabinete em razão de licença maternidade e férias; considerando que esta magistrada responde, sem prejuízos de suas funções, pela Diretoria de Foro; considerando que o Juizado Especial Cível e Criminal encontra-se com deficiência no número legal de funcionários em exercício na Vara; considerando que na data de 21.09.2012 o Tribunal de Justiça deste Estado, disponibilizou o curso “CICLO DE DEBATES - DIREITO ADMINISTRATIVO” a todos os servidores, não foi possível a publicação da referida sentença na data designada por ocasião da audiência de conciliação, instrução e julgamento.FUNDAMENTAÇÃOROBERTO BARBOSA DA COSTA, qualificado na inicial e por advogado constituído (fls. 07), propôs a presente ação em face da empresa Indústria e Comércio de Laticínio Soberano Ltda., também qualificada, alegando que conduzia seu veículo VW/Fox, placa Nfy7940-Guarai/TO, chassi 9BWB052974078635, pela Av. Brasil, saída para Colméia, quando um caminhão VW23.250 E em nome da empresa Requerida, placa JUT2676-Ourlândia do Norte/PA, chassi 9BW3N82T25R522237, repentinamente, engatou marcha ré vindo a colidir com o veículo do autor. Aduz o Requerente que parou o seu veículo, mas que não teve tempo para engatar marcha ré, não conseguindo evitar a colisão. Requer indenização por danos materiais causados em seu veículo, na parte dianteira e farol quebrado, no valor de R\$3.670,00 (três mil, seiscentos e setenta reais). Requer também indenização por danos morais. Juntou aos autos Boletim de Ocorrência de Acidente de trânsito (fls.11/13) que comprova o sinistro ocorrido no dia 18.03.2012 e que o veículo do Requerente teve avarias de pequena monta; orçamento (fls. 14) e fotos (fls.16/18).A empresa Requerida contestou os pedidos, requerendo, preliminarmente, a denunciação da lide da empresa seguradora. No mérito rebateu os argumentos iniciais, alegando que o único responsável pela colisão traseira foi o Requerente que não guardou a distância de segurança entre os veículos. Argumenta que o condutor do caminhão, após superar uma lombada (quebra-molas) existente na Av. Brasil, saída para Colméia, estacionou o veículo em local permitido para pegar uma chave de roda que estava no meio da rua, momento em que o condutor e o outro motorista da empresa, que também estava no caminhão, ouviram as batidas vindas da parte de trás deste, constatando que era o veículo do Autor. Impugnou o Boletim de Ocorrência de nº 256/2012 e postulou pela improcedência dos pedidos argumentando que não concorreu com nenhum ato ilícito para ensejar o acidente automobilístico.Frustrada a

tentativa de conciliação, o pedido de denunciação à lide foi indeferido (fls.42). Na instrução foram colhidos os depoimentos das partes e testemunhas apresentadas (fls.42/45).Como se constata, o presente caso versa sobre acidente de trânsito em que o veículo do Autor colidiu na traseira do caminhão da empresa Requerida.Em casos como o presente, presume-se responsável pelo sinistro o condutor do veículo que colide na parte traseira. Contudo, no caso em tela, após a apreciação dos depoimentos das partes e testemunhas (fls.42/45), verifica-se a existência de um fato que elide tal presunção: a parada súbita do caminhão da Requerida no meio da via, em um dia de chuva e a sua descida de ré. Ressalte-se que estes fatos foram confirmados pelas testemunhas apresentadas pelo Autor , bem como pela testemunha Jeozislei Rezende Rodrigues, motorista da empresa que estava junto com o condutor do caminhão, o qual afirmou que “*Gedeon viu uma chave de roda na pista, parou o caminhão e lhe disse para descer e pegar a chave; diz que respondeu que não ia descer porque estava chovendo muito e foi quando eu ouvi duas batidas na traseira do caminhão...*” (negritei).Conforme restou demonstrado, o caminhão da Requerida não estava estacionado como alegou em sua contestação e como afirmou o condutor do caminhão (fls.44). Outrossim, as testemunhas confirmaram que o caminhão subitamente parou no meio da via, desceu de ré sem acionar dispositivo sonoro de alerta, vindo a colidir com o veículo do Autor que trafegava atrás do caminhão. Ressalte-se que o próprio Autor alega que quando o caminhão parou na subida, também parou seu veículo, mas que o caminhão desceu de ré, repentinamente, sem emitir qualquer sinal sonoro, vindo a colidir em seu veículo.Desta forma, a parada repentina do caminhão da Requerida afasta a presunção de culpa do Autor, uma vez que foi a causa do acidente e assim têm decidido os tribunais:APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. COLISÃO TRASEIRA. ÔNUS DA PROVA. CULPA DA VÍTIMA. 1. Colisão traseira: a presunção de culpa daquele que bate por trás consiste de presunção "juris tantum", admitindo prova em contrário. 2. Manobra repentina do veículo à frente: a manobra repentina da camioneta do réu, desprovida de sinalização e parando sobre a via, interrompendo a trajetória da motocicleta que já havia iniciado a ultrapassagem sobre aquela afasta a presunção de culpa e inverte o ônus da prova, em desfavor do veículo que trafegava à frente. 3. Ausência de culpa da vítima: diante da manobra culposa do condutor da camioneta da ré, à frente da motocicleta do autor, a falta de carteira de habilitação, por parte deste, constitui mera infração administrativa, não influiu sobre o nexo de causalidade. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70044504744, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 14/06/2012).Nestes termos, conclui-se que a empresa Requerida foi civilmente responsável pelo sinistro ocorrido, uma vez que seu motorista foi imprudente ao parar de forma repentina no meio da via (art. 186 CC) e certamente sem tomar outras precauções necessárias à proteção de quem trafegasse atrás do caminhão. Assim, deverá reparar os danos sofridos pelo veículo do Autor (art. 927 CC).Em relação ao pedido de indenização por dano moral, há que se frisar que os dissabores experimentados não excederam os limites da normalidade, não havendo provas a demonstrar o alegado abalo psicológico decorrente da colisão. Diante disso, indefiro o pedido de indenização por danos morais.Nesse sentido, há jurisprudência:APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COLISÃO COM ANIMAL MORTO EXISTENTE SOBRE A RODOVIA.(...)8. Mostra-se adequado o indeferimento da pretensão indenizatória a título de danos morais, pois ausente prova do efetivo abalo à esfera jurídica da consumidora. Os meros dissabores relatados não se mostram suficientes para caracterizar o dever de indenizar. AGRAVOS RETIDOS DE FLS. 44 E 311-314 NÃO CONHECIDOS. AGRAVO RETIDO DE FLS. 308-310 E APELAÇÕES DESPROVIDAS. (Apelação Cível Nº 70039550355, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mário Crespo Brum, Julgado em 18/11/2010).ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. 1) O benefício da gratuidade da justiça somente deve ser concedido às pessoas que se situam num patamar remuneratório que não lhes permita pagar as despesas processuais, a não ser em prejuízo próprio ou de sua família, universo onde não se insere a requerente, considerando os elementos probatórios constantes dos autos. 2) Provando a autora o fato constitutivo do seu direito, no sentido de que a co-demandada Gabriela teria causado o acidente de trânsito, a manutenção da sentença é medida que se impõe. 3) Para fazer jus à indenização a título de danos morais é preciso que haja situação aflitiva em grau significativo, sendo que meros dissabores vividos em face de ter ficado impossibilitada de utilizar o seu automóvel não podem ensejar ressarcimento indenizatório a este título. Apelações e recurso adesivo improvidos. (Apelação Cível Nº 70029183134, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Voltaire de Lima Moraes, Julgado em 07/10/2009).DECISÃO Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito expendidas e provas apresentadas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor ROBERTO BARBOSA DA COSTA em face de INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIO SOBERANO LTDA., condenando esta no pagamento do valor de R\$3.670,00 (três mil seiscentos e setenta reais), a serem corrigidos a partir do desembolso (fls.14) e juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação (fls.21/v), resultando no valor total de R\$4.034,48 (quatro mil trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos). Com base nas mesmas razões JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais.Transitada em julgado, INTIME-SE a Requerida para, em 15 (quinze) dias, voluntariamente cumprir a sentença, efetivando o pagamento do valor total da condenação. Não havendo pagamento espontâneo do valor da condenação no prazo fixado, o montante da condenação será acrescido de: correção monetária e juros moratórios equivalente a um por cento (1%) ao mês, até a data do efetivo pagamento, bem como, da multa de dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação, conforme previsto no art. 475-J do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo fixado para pagamento espontâneo, efetuado este ou não, manifeste-se o Requerente. Sem custas e honorários nesta fase (artigo 55, da Lei 9.099/95). Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas necessárias. Publique-se no DJE. Registre-se. Intimem-se. Guaraí - TO, 31 de outubro de 2012.Sarita von Röeder Michels Juíza de Direito

PROCESSO Nº. 2012.0005.2121-8

ESPÉCIE Conhecimento Data 31.10.2012
Magistrada: Dra. Sarita Von Röeder Michels
Conciliadora: Drª Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: FRANCISCO SOUZA LUZ NETO
ADVOGADO: Hilton Peixoto Teixeira Filho OAB/TO 4568 – Ausente
REQUERIDO: BANCO BV FINANCEIRA S.A.
PREPOSTO: Márcio Leandro Vieira

Advogado: Dr. Celso Marcon OAB/TO 4009-A - Ausente
ATOS DO CONCILIADOR (6.7.c) OCORRÊNCIAS: Compareceu o requerente desacompanhado de Advogado, bem como o Banco Requerido, por meio de preposto, desacompanhado de Advogado que no momento requereu juntada da carta de preposto, atos constitutivos, contestação e substabelecimento em fotocópias sem autenticação. Proposta a conciliação entre as partes, compuseram nos seguintes termos: Perguntado às Partes se tinham conhecimento da existência de outra ação proposta na comarca de Palmas, pelo Autor foi dito que contratou Advogado Dr. Hilton Peixoto, para resolver “baixar parcela de financiamento de um veículo” e que não sabe que foi proposta ação em Palmas; perguntado ao Preposto se tinha conhecimento da ação proposta em Palmas, respondeu que não têm conhecimento, porque é Preposto contratado pelo Advogado Dr. Henrique de Araguaína, não sabendo o sobrenome do Advogado, mas diz que foi encarregado de apresentar a proposta de acordo nesta audiência e que ganha para cumprir esta função e que confirma todos os termos do acordo verbalmente proposto e aceito pelo Autor. (6.10) TERMO DE ACORDO: I – O BANCO REQUERIDO BV FINANCEIRA S.A. pagará ao Requerente FRANCISCO SOUZA LUZ NETO a importância de R\$ 3.293,66 (três mil duzentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos), em uma única parcela a ser paga até o dia 13/12/2012. II: O pagamento será efetuado através de depósito judicial junto ao Banco do Brasil S.A., Agência 2094-X (CPF do requerente: 292.139.081-72), ficando já autorizada a expedição do alvará judicial e seus eventuais rendimentos. IV – Fica, neste ato, o Banco comprometido a juntar o comprovante de pagamento do acordo. V – Para o eventual inadimplemento do pactuado, nos termos do que dispõe o artigo 52, inciso V, da Lei nº 9.099/95 c/c artigos 407 e 847 do Código Civil, ficam estabelecidos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa, equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total do acordo em relação à indenização. (6.4.c) – DECISÃO Nº 74/10: I – Considerando a existência do processo número 5013176-75.2012.827.2729, autuado no dia 17.05.2012 no Juízo da 4ª Vara Cível de Palmas, onde o Autor Francisco Souza Luz Neto propõe ação de consignação em pagamento c/c revisional de cláusulas contratuais e cálculos e pedido de liminar contra o Banco BV Financeira S.A., tendo por objeto a Cédula de Crédito Bancário número 176007223, cláusula 12.2 e constando do item 9 da petição inicial “9- a declaração de nulidade de todas as cláusulas abusivas”; considerando que citação nestes autos é posterior (25.07.2012, fls. 19) à citação ocorrida no processo em Palmas (20.07.2012, ev. 12); II - Considerando que houve conciliação entre as Partes, mas ainda persiste a possível prevenção do Juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Palmas, venham os autos conclusos. Publicada e intimados os presentes, registre-se. Publique-se no DJE/SPROC

GURUPI

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº: 2010.0005.2796-1- Ação de Usucapião Especial
REQUERENTE: ROSILENE PEREIRA RIO PRETO E OUTRO
ADVOGADO: Dra. Maydê Borges Beani Cardoso, OAB/TO 1.967-B
REQUERIDO: DIVINA MADALENA DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO: Defensoria Pública
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido pelo MM. Juiz de Direito, às fls. 65, cujo teor segue transcrito: “Sobre os documentos juntados pelos autores diga os requeridos em 10 (dez) dias. Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10/12/12 às 14 horas. Intime. Gurupi, 17/10/12. Edimar de Paula, Juiz de Direito.”

AUTOS Nº: 2012.0000.0626-7- Ação de Indenização por Danos Morais
REQUERENTE: MANOEL MAURICIO DOS SANTOS
ADVOGADO: Dra. Gilenes Ferreira de Moraes David, OAB/TO 4.479
REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A E OUTRO
ADVOGADO: Dr. Francisco Thompson Flores, OAB/TO 4.601-A e Dr. Jerônimo Ribeiro Neto, OAB/TO 462
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido pelo MM. Juiz de Direito, às fls. 99, cujo teor segue transcrito: “Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 12/12/12 às 14 horas. Gurupi, 22/10/12. Edimar de Paula, Juiz de Direito.”

AUTOS Nº: 2011.0010.2222-5- Ação de Indenização por Danos Morais
REQUERENTE: HERMES LEAL DE SOUZA
ADVOGADO: Dr. Marcelo Pereira Lopes, OAB/TO 2.046
REQUERIDO: ARLEUÇON PEREIRA LOPES
ADVOGADO: Dr. Hainer Maia Pinheiro, OAB/TO 2.929
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher a locomoção do Oficial de Justiça para cumprimento do mandado de intimação da testemunha, que importa em R\$ 7,68 (sete reais e sessenta e oito centavos), bem como a parte requerida intimada para no mesmo prazo, recolher a locomoção no valor de R\$ R\$ 228,48 (duzentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos), devendo o depósito ser feito na CC nº 9.306-8, Agência 0794-3, do Banco do Brasil S/A, com a juntada do comprovante nos autos, para prosseguimento do feito.

AUTOS Nº: 2010.0002.4199-5- Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico
REQUERENTE: SONJA CURADO JAYME GUIMARÃES
ADVOGADO: Dr. Edmar Teixeira de Paula Júnior, OAB/TO 2043
REQUERIDO: BANCO DA AMAZÔNIA S/A E OUTROS
ADVOGADO: Dra. Femandia Ramos Ruiz, OAB/TO 1965 e Dr. Guilherme Trindade Meira Costa, OAB/TO 3680-A
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas da data da perícia que foi redesignada para o dia 20 (vinte) de novembro de 2012, às 14:00 horas, no Instituto de Criminalística, na cidade de Palmas-TO.

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2012.0005.4882-5/0 – Ação Penal

Acusado: JOÃO BOTELHO PINHEIRO
Advogado: Pedro Carneiro – OAB/TO 499
INTIMAÇÃO: Fica o Advogado do acusado intimado para comparecer na audiência de Proposta de Suspensão Condicional do Processo, designada para o dia 13 de Dezembro de 2012, às 14h00min, na sala de Audiência da 1ª Vara Criminal, Fórum de Gurupi-TO.

AUTOS: 2012.0001.7050-4/0 – Ação Penal
Acusado: ALESSANDRO LOPES DA SILVA E ADILSON BARBOSA DA SILVA
Advogada: Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva – OAB/TO 1775
INTIMAÇÃO: Fica a Advogada dos acusados intimada para comparecer na audiência de Proposta de Suspensão Condicional do Processo, designada para o dia 13 de Dezembro de 2012, às 14h00min, na sala de Audiência da 1ª Vara Criminal, Fórum de Gurupi-TO.

INTIMAÇÃO AO(S) APELANTE(S) E SEUS(S) ADVOGADO(A)(S)

AUTOS: 2007.0006.4543-3/0 – Ação Penal
Acusado: VALTER BARBOSA DO NASCIMENTO
Advogado: Rogério Magno de Macedo Mendonça OAB/TO 4.087-B
INTIMAÇÃO: Fica o advogado intimado para o pagamento das custas processuais no valor de R\$ 338,36 (trezentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos) e multa criminal no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), referente aos autos acima especificado.

2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2012.0005.9388-0 – AÇÃO PENAL
Autor: JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU: FREDERICO VIEIRA ROCHA
Advogado: DR. JOMAR PINHO DE RIBAMAR OAB/TO 4432
Intimação: Aditamento
“... Isto posto. **INTIMO**, o advogado acima identificado para que se manifeste sobre o aditamento da denúncia no prazo de 05(cinco) dias.” Intimam-se. Cumpra-se. Gurupi/TO 06 de novembro de 2012. Doutora Gisele Pereira de Assunção Veronezi, Juíza de Direito em Substituição na 2º Vara Criminal.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2012.0004.9138-6/0
ACUSADO: LEANDRO MOURA LOPES e OUTRO
TIPIFICAÇÃO: Art. 33, Caput, e 35, caput, da Lei 11.343/06
ADVOGADO: Dr. FLÁSIO VIEIRA ARAÚJO OAB-TO 3813
Atendendo determinação judicial, INTIMO, o advogado acima mencionado do dispositivo da sentença que segue transcrito abaixo: Posto isso, **julgo procedente, em parte**, o pedido contido na denúncia de fls. 02/03 e, via de consequência, **condeno** os acusados DOMINGOS ALVES DE SOUSA, vulgo “Neném”, e LEANDRO MOURA LOPES, como incurso nas penas do art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, e os **absolvo** no tocante ao delito tipificado no art. 35, *caput*, da Lei nº 11.343/06, e assim o faço com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo à dosimetria das penas a serem impostas aos acusados:**Com relação ao acusado Domingos Alves de Sousa:**Culpabilidade evidenciada nos autos, tendo o acusado agido com consciência da ilicitude de sua conduta. O acusado é primário, e malgrado possuía outros registros criminais (fls. 48/49 – Autos nº 2012.0001.6619-1/0 em apenso), deixo de considerá-los como maus antecedentes para efeito de exasperação da pena-base, em face de reiterados entendimentos neste sentido por parte de nossos Tribunais superiores, inclusive, em razão da Súmula nº 444 do STJ, a qual prescreve que “*É vedada a utilização de inquéritos policiais e ação penais em curso para agravar a pena-base*”. Não há nos autos elementos suficientes para se aferir a personalidade do acusado. Conduta social contrária aos anseios da sociedade, em razão de sua tendência a práticas criminosas. Os motivos do crime são certamente a disseminação de drogas ilícitas com fim lucrativo e a satisfação do próprio vício. As circunstâncias e consequências do crime são variadas e danosas à sociedade, pois atinge a saúde pública. Quanto ao comportamento da vítima, não há que se falar, por se tratar de crime contra a saúde pública. Assim, fixo-lhe a pena-base em **05 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa**, arbitrados estes em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, corrigidos monetariamente a partir da data do evento (03/03/2012), a qual mantenho em **definitiva** diante da inexistência de outras causas modificadoras da reprimenda. Não há como aplicar a redução de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, conforme acima aludido. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida em regime **inicialmente fechado**, de acordo com o disposto no art. 2º, § 1º da Lei nº 8.072/90, haja vista que o crime de tráfico de drogas é considerado equiparado a hediondo. Ademais, consta na decisão do STF no HC 111.840/ES que ao magistrado, em eventual apreciação das condições subjetivas desfavoráveis, vir a estabelecer regime prisional mais severo, desde que o faça em razão de elementos concretos e individualizados, aptos a demonstrar a necessidade de maior rigor da medida privativa de liberdade do indivíduo. No caso em apreço, conforme afirmado em linhas volvidas, restou demonstrado ser o acusado pessoa perigosa, sendo um traficante ativo nesta cidade. O acusado esteve preso durante a tramitação do processo, tendo sido condenado pela prática do delito de tráfico de drogas. Ademais, o acusado possui outros registros criminais, demonstrando estar numa verdadeira escalada criminosa. É inegável que a ordem pública encontra-se vulnerada ante as reiteradas práticas ilícitas por parte do sentenciado, reclamando da Justiça uma imediata providência no sentido de devolver à comunidade a paz e a tranquilidade. O sentenciado com seu comportamento demonstra ser pessoa perigosa e com forte tendência à criminalidade, o que leva a concluir que sua liberdade causará inquietude no meio social.Convém asseverar que uma das maiores buscas da sociedade atual é a possibilidade de viver em paz, longe da violência e, principalmente, longe do narcotráfico, o qual traz a desgraça social, arruína lares, provoca desagregação no meio familiar, mortes e outros males de grandes proporções. As drogas consideradas ilícitas são tidas como o flagelo da humanidade, e todos os países do mundo procuram combatê-las. Assim, entendo que crimes dessa natureza, à luz da razão e do bom senso, merecem tratamento mais rigoroso por parte do Poder Judiciário, de modo a resguardar os interesses de toda coletividade, que se vê a mercê dos traficantes. A experiência colhida ao longo do meu exercício como magistrada tem revelado que pessoas presas pela prática do delito tipificado no art. 33 da

Lei nº 11.343/06 e colocadas em liberdade, não raro encontram novos estímulos para voltar a praticar o delito em referência. Por essas razões, não poderá o sentenciado Domingos Alves de Sousa apelar em liberdade. **No tocante ao acusado Leandro Moura Lopes:** Culpabilidade evidenciada nos autos, tendo o acusado agido com consciência da ilicitude de sua conduta. O acusado é primário, e malgrado possua outros registros criminais (fls. 46/47 – Autos nº 2012.0001.6619-1/0 em apenso), deixo de considerá-los como maus antecedentes para efeito de exasperação da pena-base, em face de reiterados entendimentos neste sentido por parte de nossos Tribunais superiores, inclusive, em razão da Súmula nº 444 do STJ, a qual prescreve que *“É vedada a utilização de inquéritos policiais e ação penais em curso para agravar a pena-base”*. Não há nos autos elementos suficientes para se aferir a personalidade do acusado. Conduta social contrária aos anseios da sociedade, em razão de sua tendência a práticas criminosas. Os motivos do crime são certamente a disseminação de drogas ilícitas com fim lucrativo e a satisfação do próprio vício. As circunstâncias e consequências do crime são variadas e danosas à sociedade, pois atinge a saúde pública. Quanto ao comportamento da vítima, não há que se falar, por se tratar de crime contra a saúde pública. Assim, fixo-lhe a pena-base em **05 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa**, arbitrados estes em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, corrigidos monetariamente a partir da data do evento (03/03/2012), a qual mantenho em **definitiva** diante da inexistência de outras causas modificadoras da reprimenda. Não há como aplicar a redução de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, conforme acima aludido. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida em regime **inicialmente fechado**, de acordo com o disposto no art. 2º, § 1º da Lei nº 8.072/90, haja vista que o crime de tráfico de drogas é considerado equiparado a hediondo. Ademais, consta na decisão do STF no HC 111.840/ES que ao magistrado, em eventual apreciação das condições subjetivas desfavoráveis, vir a estabelecer regime prisional mais severo, desde que o faça em razão de elementos concretos e individualizados, aptos a demonstrar a necessidade de maior rigor da medida privativa de liberdade do indivíduo. No caso em apreço, conforme afirmado em linhas volvidas, restou demonstrado ser o acusado pessoa perigosa, sendo um traficante ativo nesta cidade. acusado esteve preso durante a tramitação do processo, tendo sido condenado pela prática do delito de tráfico de drogas. Ademais, o acusado possui outros registros criminais, demonstrando estar numa verdadeira escalada criminosa. É inegável que a ordem pública encontra-se vulnerada ante as reiteradas práticas ilícitas por parte do sentenciado, reclamando da Justiça uma imediata providência no sentido de devolver à comunidade a paz e a tranquilidade. O sentenciado com seu comportamento demonstra ser pessoa perigosa e com forte tendência à criminalidade, o que leva a concluir que sua liberdade causará inquietude no meio social.Convém asseverar que uma das maiores buscas da sociedade atual é a possibilidade de viver em paz, longe da violência e, principalmente, longe do narcotráfico, o qual traz a desgraça social, arruína lares, provoca desagregação no meio familiar, mortes e outros males de grandes proporções. As drogas consideradas ilícitas são tidas como o flagelo da humanidade, e todos os países do mundo procuram combatê-las. Assim, entendendo que crimes dessa natureza, à luz da razão e do bom senso, merecem tratamento mais rigoroso por parte do Poder Judiciário, de modo a resguardar os interesses de toda coletividade, que se vê a mercê dos traficantes. A experiência colhida ao longo do meu exercício como magistrada tem revelado que pessoas presas pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/06 e colocadas em liberdade, não raro encontram novos estímulos para voltar a praticar o delito em referência. Por essas razões, não poderá o sentenciado Leandro Moura Lopes apelar em liberdade. Com relação à substância entorpecente apreendida em poder dos sentenciados, inexistindo nos autos controvérsia sobre a sua natureza e quantidade, bem ainda, em face da regularidade do Laudo Pericial de Substância Tóxica Entorpecente de fls. 73/75, determino a sua destruição por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, tudo, nos termos do art. 32, § 1º, da Lei nº 11.343/06. Após o trânsito em julgado, seja o nome dos réus lançados no rol dos culpados. Isento o sentenciado Domingos Alves de Sousa do pagamento das custas processuais por estar ele sendo defendido pela Defensoria Pública, o que faz presumir ser pessoa com parcos recursos econômicos. Deverá o sentenciado Leandro Moura Lopes arcar com o valor de 50% das custas processuais. Consta no auto de exibição e apreensão de fl. 10, ter sido apreendido em poder dos sentenciados a quantia de R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais), em dinheiro. Os acusados não souberam explicar em juízo a procedência do referido numerário, certamente por se tratar de dinheiro auferido com a venda das drogas, sendo, portanto, de produto de ilícito, no caso, do comércio de drogas, razão pela qual decreto o perdimento do referido valor em favor da União, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 11.343/06. Com relação aos demais bens apreendidos (fl. 10), considerando inexistir nos autos prova de que tenham eles sido adquiridos de forma ilícita, determino a restituição deles aos sentenciados, mediante a lavratura de termo de entrega. Comunicações a anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Cumpra-se.- Gurupi, 31 de outubro de 2012.-Gisele Pereira de Assunção Veronezi-Juiz de Direito- Eu, Raimunda Valnisa P. dos Santos, Técnica Judiciária, o digitei e fiz inserir.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Processo: 2012.0005.6502-9/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ABANDONO SOCIO AFETIVO
Requerente: L. P. da M.
Advogado: Dr. EMERSON DOS SANTOS COSTA – OAB/TO 1.895
Requerido: E. A. F.
Advogado: Dr. ALEXANDRE HUMBERTO ROCHA - OAB/TO 2.900
INTIMAÇÃO: Ficam as partes e os advogados intimados para comparecer na sala de audiências da Vara de Família e Sucessões desta Comarca, Fórum Local, para ter lugar a audiência de conciliação designada nos autos em epígrafe para o dia 06/12/2012, às 16:00 horas.

Processo: 2010.0011.7880-4/0
Autos: REGULARIZAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO LIMINAR
Requerente: A. H. O. L.
Advogado: Dra. GEISIANE SOARES DOURADO – OAB/TO 3075
Requerido: E. B. de A.
Advogado: não constituído

INTIMAÇÃO: Ficam as partes e a advogada intimada para comparecer na sala de audiências da Vara de Família e Sucessões desta Comarca, Fórum Local, para ter lugar a audiência de instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe para o dia 05/12/2012, às 15:00 horas.

Processo: 2012.0005.6217-8/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: J.B. de S.N., representado por sua genitora N.B. de S.
Advogado: Dr. HILTON CASSIANO DA SILVA FILHO – OAB/TO 4.044-B
Requerido: S. H. B.
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Ficam as partes e o advogado intimado para comparecer na sala de audiências da Vara de Família e Sucessões desta Comarca, Fórum Local, para ter lugar a audiência de tentativa de conciliação designada nos autos em epígrafe para o dia 04/12/2012, às 15:00 horas.

Processo: 2011.0009.2678-3/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: F.A. da S., representado por sua genitora D.A. da S.
Advogado: Dra. ODETE MIOTTI FORNARI – OAB/TO 740
Requerido: C.R. de A.G.
Advogado: Dr. LUIS CLAUDIO BARBOSA – OAB/TO 3337
INTIMAÇÃO: Ficam as partes e os advogados intimados para comparecer na sala de audiências da Vara de Família e Sucessões desta Comarca, Fórum Local, para ter lugar a audiência de tentativa de conciliação designada nos autos em epígrafe para o dia 05/12/2012, às 16:30 horas.

Processo: 2012.0005.6113-9/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: ALIMENTOS
Requerente: J. de J.S., representada por M. L. da S. de J.
Advogado: Dr. IRON MARTINS LISBOA – OAB/TO 535
Requerido: D. H. da S.
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Ficam as partes e o advogado intimado para comparecer na sala de audiências da Vara de Família e Sucessões desta Comarca, Fórum Local, para ter lugar a audiência de conciliação, instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe para o dia 04/12/2012, às 17:00 horas.

AUTOS N.º 2009.0005.3415-8/0
AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
Requerente: E. S. L.
Advogado (a): ESCRITÓRIO MODELO DE DIREITO – UNIRG/GURUPI-TO
Requerido (a): P. A. A. G.
Advogado (a): Dr. MARCELO PEREIRA LOPES - OAB/TO n.º 2.046
INTIMAÇÃO: Ficam intimadas as partes requerente e requerida, através de seus advogados, da sentença proferida nos autos em epígrafe às fls. 32, a seguir transcrita. SENTENÇA: “Vistos etc... Nestes autos, instada a manifestar-se a parte autora quedou-se inerte, tornando inviável o seguimento de feito, que deve receber o devido impulso das partes. Ao exposto e com espeque no artigo 267, III do C.P.C., JULGO EXTINTOS OS PRESENTES AUTOS, sem o conhecimento do mérito. Ao arquivo. Gurupi, 13 de agosto de 2012. (a) Edilene Pereira de Amorim A. Natário – Juíza de Direito”.

AUTOS N.º 2007.0005.5778-0/0
AÇÃO: INVENTÁRIO
Requerente: ANGELA MARIA BENTES FAVACHO
Advogado (a): Dr. MANOEL BONFIM FURTADO CORREIA - OAB/TO n.º 327-B e Dra. ANA MARIA ARAUJO CORREIA - OAB/TO n.º 2.728-B
Requerido (a): ESPÓLIO ORLANDO GRANDOLFI
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO
Objeto: Intimação dos advogados da parte requerente do despacho proferido às fls. 77. DESPACHO: “Defiro o sobrestamento do feito, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Escoad o prazo, diga a parte autora. Gurupi, 26 de setembro de 2012. (a) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário - Juíza de Direito”.

AUTOS N.º 2008.0000.1745-7/0
AÇÃO: ABERTURA DE INVENTÁRIO
Requerente: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO
Advogado (a): Dr. CIRAN FAGUNDES BARBOSA - OAB/TO n.º 919
Requerido (a): ESPÓLIO DE EDSON PINHEIRO COSTA
Advogado (a): NÃO CONSTITUÍDO
Requerido (a): ANA KAROLINE GOMES PINHEIRO
Advogado (a): Dr. REGINALDO FERREIRA CAMPOS - OAB/TO n.º 42
Objeto: Intimação do advogado da parte requerente para, no prazo legal, se manifestar sobre a petição juntada às fls. 53/61.

AUTOS N.º 10.632/07
AÇÃO: EXECUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA
Exequente: C. E. M. DOS S.
Advogado (a): Dr. JORGE BARROS FILHO - OAB/TO n.º 1.490
Executado : J. A. O. DE L.
Advogado (a): Dr. JULIANO MARINHO SCOTTA - OAB/TO n.º 2.441 e Dr. VALDIR HAAS - OAB/TO n.º 2.244
Objeto: Intimação do advogado da parte exequente do despacho proferido às fls. 149 v.º. DESPACHO: “Desentranhe-se o mandado de prisão, digo, atenda-se ao requerido pelo MP, com urgência. Gpi., 01.11.12. (a) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário - Juíza de Direito”.

EDITAL

AUTOS Nº: 2008.0005.4588-7/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
AÇÃO: ORDINÁRIA DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: E. S. C. representado por DANIELA DA SILVA CARVALHO
Requerido: EDVAN BARBOSA DAS NEVES PEREIRA

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO do menor E. S. C. representado por DANIELA DA SILVA CARVALHO, brasileira, solteira, serviços gerais, portadora do RG nº 924.707 SSP/TO e do CPF nº 033.392.741-93, residente e domiciliada atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção, tudo em conformidade com despacho exarado nos autos.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Processo: 2009.0011.2842-0/0 – ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Autos: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE COM RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL C/C ALIMENTOS
Requerente: G.K.M.B.
Advogados: Dra. ANA MARIA ARAUJO CORREIA - OAB/TO nº 2.728-B, Dr. MANOEL BONFIM FURTADO CORREIA – OAB/TO 327-B.
Requeridos: L.R.F. da S. e J.M.R.N.
Advogado: Dra. DANIELA MARINHO SCABBIA CURY – OAB/SP 238.821, Dr. WIVALDO ROBERTO MALHEIROS – OAB/SP 30.625, Dr. ROGÉRIO LUIS ADOLFO CURY – OAB/SP 186.605, Dra. REGIANE CRISTINA GASPAR SABBADO – OAB/SP 177.359, Dr. HEDGARD SILVA CASTRO – OAB/TO 3926, Dr. WALTER OHOFUGI JUNIOR – OAB/TO 392 A, Dr. CRISTIANO DE BARROS SANTOS SILVA – OAB/SP 242.297, Dra. PATRICIA MOTA MARINHO VICHMEYER – OAB/TO 2245
Objeto: Ficam as partes e os advogados intimados para comparecerem na sala de audiências da Vara de Família e Sucessões desta Comarca, Fórum Local, para ter lugar a audiência de instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe para o dia 06/12/2012, às 14:30 horas. DESPACHO (fls. 356 verso): “Proceda-se a intimação do réu no endereço retro e na forma requerida. Redesigno a audiência anteriormente marcada e não realizada para o dia 06/12/2012, às 14:30 horas. Renovem-se os atos. Gurupi, 30.08.2012. (a) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário – Juíza de Direito.” DESPACHO: “Cumpra-se o despacho de fls. 356 verso. Gpi., 23.10.2012. (a) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário – Juíza de Direito.”

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0004.2993-3 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CÍVEL
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Rep. Jurídico: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
Requerido: REFRIGERANTES IMPERIAL LTDA
Rep. Jurídico: JOMÁRIA NEVES DE CARVALHO PREVIATTI OAB/GO 11799

INTIMAÇÃO: Intimo a parte Requerente para que tome ciência do despacho de fls. 1111, segue transcrito a parte dispositiva: “ Intime-se o requerente, pela derradeira vez, para requerer o que entender de direito, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi-TO, 05 de setembro de 2012. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.”

AUTO: 2011.0004.3370-1 – EMBARGOS A EXECUÇÃO
Embargante: MUNICIPIO DE GURUPI
Advogado: ROGÉRIO BEZERRA LOPES OAB/TO 4.193-B
Embargado: MAGDAL BARBOZA DE ARAUJO
Advogado: MAGDAL BARBOSA DE ARAUJO OAB/TO 504

INTIMAÇÃO: Intimo as partes para que tomem ciência da sentença de fls. 25/26, segue transcrito a parte dispositiva: “ (...) com escopo no art. 269, II do CPC, ACOLHO EM PARTES OS EMBARGOS, vez que hove neste feito recíprocos reconhecimentos das razões adversas, para determinar o acolhimento dos valores de cálculo apresentados pelo Embargos às fls. 15/17, lembrando-se apenas que tal decisão não interrompe a contagem de juros de mora e a correção monetária até o efetivo pagamento pelo Município ao Embargado. (...) PRIC. Gurupi-TO, 18/09/12. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.”

Vara de Execuções Penais

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos de Execução Penal nº: 2007.0002.5992-4
Reeducando: Diego Benedito Tavares da Silva
Advogado: **Raimundo Lisboa Pereira OAB/GO 3.783**
Despacho: Intimação de decisão
utos: 2007.0002.5992-4
Reeducando: **DIEGO BENEDITO TAVARES DA SILVA**
O reeducando supra, através da Divisão de Execuções Penais, postulou a concessão de comutação de pena prevista no Decreto 7.420/10 (fls. 181/182), sendo que o MP manifestou pelo indeferimento, além de formular vários pedidos (fls. 272/274). Há pedidos formulados pela defesa, ainda não apreciados (fls. 213/214 e 216/217). **DECIDO** A representante ministerial postulou o indeferimento da comutação, sob o argumento da existência da vedação elencada no art. 4º do referido Decreto. Ou seja, o cometimento de falta nos últimos 12 meses. No caso, o reeducando foi apontado como autor de falta grave (tentativa de fuga), ocorrida em 23.3.10, conforme certidão de fl. 153 e 18.6.10 (fl. 121), o que ensejou a regressão cautelar (fls. 176/177). Posteriormente, o reeducando conseguiu seu intento, fugindo do presídio em 31.7.11 (fl. 222), implicando na regressão definitiva (fls. 226/227). Todavia, o art. 4º, do Decreto 7.420/10, condiciona a concessão do benefício a inexistência de falta grave homologada judicialmente, o que de fato ocorreu. Logo, é motivação idônea impeditiva para concessão da comutação. Razão que a **indefiro**. Por outro lado, a defesa peticionou às fls. 213/214 e 216/217 afirmando que o reeducando já cumpriu a reprimenda, vez que foi preso em 2008, em decorrência de mandado expedido pela 2a VC da Comarca de Aparecida de Goiânia. Embora esteja um pouco confusa (no meu entendimento), aparentemente, o reeducando cumpria pena oriunda da 2a VC de Aparecida de Goiânia, cuja pena já estaria extinta. Todavia, este juízo não fez a devida comunicação ao juízo condenatório. A princípio, equivoca-se o advogado subscritor das petições de fls. 213/214 e 216/217, vez que, em nenhum momento, houve a transferência da execução da Comarca de Aparecida de Goiânia para Gurupi. Logo, não há se falar em extinção da pena. Nestes autos, constam cópias de duas precatórias: A primeira foi para intimação do reeducando para audiência de instrução (fls. 162/169). A segunda para

interrogatório (fls. 212). Além das precatórias, há ofício expedido pela Comarca de Aparecida noticiando que o reeducando está preso pelo processo processado naquela comarca (fl. 201). Porém, não consta cópia da precatória de prisão. Portanto, sequer há notícia de condenação do reeducando na ação penal processada na Comarca de Aparecida de Goiânia. Logo, sem razão o advogado ao afirmar que o reeducando já cumpriu apenas, porque foi preso em 2008. Obviamente, foi preso preventivamente, peja Comarca de Aparecida de Goiânia, e mesmo _assim, caso tenha ocorrido condenação, o período em que ficou preso preventivamente não poderá ser computado como detração, pois, o reeducando estava preso neste juízo em cumprimento de outra condenação.Poderia ter ocorrido a somatória das penas. Todavia, não houve remessa da -guia de recolhimento. Assim, **indefiro** o pedido formulado pelo advogado nas petições de fls. 213/214 e 216/217. Observa-se que a sentença monocrática foi reformada pelo TJ/TO, conforme Voto e Acórdão de fls. 124/134. Caso que os cálculos precisam ser atualizados. Verifica-se ainda uma situação extremamente grave reportada sobre a fuga do reeducando. Vejamos: Através da decisão regressiva cautelar, o reeducando deveria estar no regime fechado, conforme decisão proferida em 17.1.11, sendo realizada a audiência de justificação em 2.3.11 (fl. 197). Todavia, o reeducando se evadiu em 31.7.11, ocasião que estava “fora da área murada” (fl. 222). Através do of. 224/10 do CRSLA, foi comunicada a tentativa de fuga do reeducando, ocorrida no dia 23.3.10 (fl. 100), o que é corroborado pela certidão carcerária de fl. 106, ofício 27/10 do CRSLA (fl. 115). Nova tentativa de fuga foi comunicada, através do ofício 39/10 — CRSLA, cuja tentativa ocorreu em 18.6.10 (fl. 121). A certidão carcerária de fl. 142 noticia a existência de dois PAD’s (001/10 e 016/10) para apuração de falta grave, consistente na tentativa de fuga. Ora, não há nenhuma decisão deste juízo concedendo a progressão de regime ao reeducando. Logo, jamais poderia estar “fora da área murada”. E, mais: ante duas tentativas de fugas, conforme noticiado no parágrafo anterior, como poderia conceber ao Chefe do CRSLA deixar o reeducando “fora da área murada”? Determino à serventia: 1. Oficie-se ao Juízo da Comarca de Aparecida noticiando a fuga do reeducando informar a data. E ao mesmo tempo solicite-lhe cópia da eventual precatória de prisão do reeducando expedida para este juízo, a qual será de crucial importância para apuração de possível falha do Chefe do CRSLA. Por cautela, remeta-se cópia do ofício de fl. 201, no qual aquele juízo noticia a existência de mandado de prisão contra o reeducando. Solicite-se urgência da resposta; 2. Retifique-se a guia de recolhimento (definitiva), adequando-se a pena, conforme Voto e Acórdão de fls. 124/134. A atualização deverá ocorrer até a data da fuga (31.7.11 -fl. 222). 3. Após, intimem-se as partes para manifestação. Prazo sucessivo de 5 (cinco) dias; 4. Verifique se o mandado de prisão está registrado no Infoseg. Se for o caso, providencie-se; 5. Remeta-se cópia decisão ao representante do Ministério Público responsável pelo controle externo da atividade policial para as providências cabíveis. Desde já autorizada eventual pedido de carga pelo referido representante; 6. Intime-se o advogado subscritor das petições de fls. 213/214 e 216/217, esclarecendo que não houve somatória de pena destes autos com aquela aplicada na Comarca de Aparecida de Goiânia, conforme descrito acima; 7. Intime-se o MP e Defesa. Gurupi, 26 de outubro de 2012. Ademar Alves de Souza Filho, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais e Tribunal do Júri. Eu Natália Gambarato de Moraes, Analista Judiciária/CEPEMA à disposição da Vara de Execuções Penais e Tribunal do Júri, o digitei e inseri.

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2010.0009.9813-1 – EXECUÇÃO
Requerente: MARIA JOSÉ FERREIRA SILVA
Advogados: DRA. DONATILA RODRIGUES RÉGO OAB TO 789
Requerente: INSTITUTO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO - IEPEX
Advogados: DR WELLINGTON DE JESUS FERREIRA OAB TO 154-A
INTIMAÇÃO: “Intime-se a parte exequente sobre a devolução da carta precatória às fls. 130/135 e certidão à fl. 134, bem como para indicar o correto endereço da executada no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi , 3 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2010.0006.4439-9 – EXECUÇÃO
Requerente: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA
Advogados: DRA. DONATILA RODRIGUES RÉGO OAB TO 789
Requerente: MÓVEIS BANDEIRA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: “Defiro o pedido de tentativa de localização de veículo em nome do executado pelo Sistema RENAJUD. Nesta data procedi à verificação no Sistema e não foi localizado nenhum veículo vinculado ao nome do executado. Intime-se o exequente a indicar outro bem penhorável em 10 (dez) dias sob pena de extinção. Gurupi , 17 de setembro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2010.0006.4159-4 – EXECUÇÃO
Requerente: LUCIANO RORIGUES BRITO
Advogados: DR. FRANCISCO ERIBERTO DE CARVALHO BRITO OAB TO 642
Requerente: AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogados: DR. LEANDRO RÓGERES LORENZI OAB TO 2170 B, DR. LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR OAB TO 4562
INTIMAÇÃO: “Intimem-se o advogado da parte autora a assinar a petição de fl. 187, no prazo de 10 dias, sob pena de ser considerado ato inexistente. Após, façam os autos conclusos. Gurupi , 30 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2011.0001.9251-8 – REPARAÇÃO
Requerente: JOSE SOUSA PINHO FILHO
Advogados: DRA. PATRICIA MOTA MARINHO VICHMEYER OAB TO 2245
Requerente: LUCINARA JORNADA DA CRUZ
Advogados: DRA. PATRICIA MOTA MARINHO VICMEYER OAB TO 2245
Requerido: COMERCIAL GURUPI DE AUTOMÓVEIS
Advogados: DRA. PAMELA MARIA DA SILVA NOVAIS CAMARGOS MARCELINO SALGADO OAB TO 2252, DR. MÁRIO ANTÔNIO SILVA CAMARGOS OAB TO 37
Requerido: CHEVOLET
Advogados: DRA. BRUNA BONILHA DE TOLEDO COSTA OAB TO 4170, DR. WALTER OHOFUGI JUNIOR OAB TO 392A

INTIMAÇÃO: “Intimem-se as partes para apresentarem a petição de acordo juntada às fls. 234/236 na forma digitalizada, fazendo a sua inserção no sistema e-proc no prazo de 10 (dez) dias, para que esta seja apreciada pela turma recursal, sob pena de não homologação do acordo por este juízo a quo enquanto não houve a devolução do recurso pelo juízo ad quem. Gurupi , 17 de junho de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2010.0006.4220-5 – EXECUÇÃO

Requerente: DANIEL MANSUR PIMPÃO
Advogados: DRA. ODETE MIOTTI FORNARI OAB TO 740
Requerido: OI S/A
Advogados: DRA. PATRÍCIA MOTA MARINHO VICHMEYER OAB TO 2245

INTIMAÇÃO: “ Tendo em vista o dispositivo da sentença à fl. 96, condenado o embargante ao pagamento das custas, intime-se a parte executada sobre o cálculo das custas à fl. 99, bem como para promover o seu pagamento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença às fls. 94/97. Após, expeça Alvará Judicial para levantamento da quantia depositada. Intime-se a parte exequente para comparecer em cartório para receber o alvará e após informa sobre o pagamento. Gurupi ,03 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2011.0006.3101-5 – INDENIZAÇÃO

Requerente: CYNTHIA FRANÇA BORGES BARBOSA.
Advogados: DR. CIRAN FAGUNDES BARBOSA OAB TO 919
Requerido: MARCELO DIAS DA SILVA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no art. 51. inc. I da Lei dos Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo sem o julgamento de mérito. Defiro o desentranhamento dos documentos a serem entregues com as cautelas de estilo... Gurupi-TO,23 de outubro 2.012. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Autos: 2011.0006.3101-5 – INDENIZAÇÃO

Requerente: CYNTHIA FRANÇA BORGES BARBOSA.
Advogados: DR. CIRAN FAGUNDES BARBOSA OAB TO 919
Requerido: MARCELO DIAS DA SILVA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no art. 51. inc. I da Lei dos Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o processo sem o julgamento de mérito. Defiro o desentranhamento dos documentos a serem entregues com as cautelas de estilo... Gurupi-TO,23 de outubro 2.012. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Autos: 2011.0002.7822-6 – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL

Exequente: JACINTA CABRAL DE SOUSA MARINHO
Advogados: DR. THIAGO LOPES BENFICA OAB TO 2329
Executado: MALBA LÚCIA EIBEIRO MACEDO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no § 4º, DO Art. 53, da lei nº 9.099/95, enunciado 75 do Fonaje, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da Lei 9.099/95. P.R.I.. Gurupi-TO, 10 de outubro de 2.012. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Autos: 2010.0009.9872-7 – EXECUÇÃO

Requerente: PRUDENTE E VITORINO M.E. – COLÉGIO CASTELINHO
Advogados:DR. WELLINGTON PAULO TORRES DE OLIVEIRA OAB TO 3929
Requerido: VILMA PEREIRA DA SILVA BRITO
Advogados: DRA. LUDIMILA RODRIGUES DOS SANTOS GALVÃO OAB TO 5300
SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no art. 794, II, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo e julgo extinto o processos o processo de execução . Sem custas e honorários face ao art. 55, da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Expeça alvará judicial para levantamento do depósito pela executada. P.R.I. Após, aguarde-se em cartório prazo final do acordo. Gurupi-TO,18 de outubro de 2.012. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Autos: 2012.0008.8128-3 – INDENIZAÇÃO

Requerente: LILIAN FERNANDES DE OLIVEIRA
Advogados: DRA. JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA OAB TO 1775
Requerido: TNT ARAÇATUBA TRANSPORTES E LOGISTICAS S/A
Advogados: DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO OAB SP 169.709-A
INTIMAÇÃO: “ O art. 13, parágrafo 1º, da Instrução Normativa 5/2011, determina que os cumprimentos de sentença sejam distribuídos, autuados, como processo novo no sistema eletrônico. Por ser tratar de petição inicial, compete ao advogado inserir nos autos eletrônicos as peças essenciais para a execução, nos termos do Enunciado 129, do Fonaje. Intime-se o exequente a digitalizar e inserir as peças necessárias para cumprimento no e-proc de sentença proferida em processo físico, quais sejam: sentença exequenda, certidão de trânsito em julgado ou despacho de recebimento do recurso inominado no efeito devolutivo, procuração das partes aos seus advogados, documentos pessoais do executado que estiverem no processo físico. Após, certifique-se nos autos físicos a propositura do cumprimento de sentença, com respectivo número de autuação e archive-se com baixa.. Gurupi ,31 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2012.0003.1957-5 – REPARAÇÃO DE DANOS

Requerente: KARTEJANE XAVIER DE SOUSA
Advogados: DR. HAGTON HONORATO DIAS OAB TO 1838
Requerido: BANCO VOTORANTIN
Advogados: DR. CELSO MARCON OAB TO 4009-A
INTIMAÇÃO: “ O art. 13, parágrafo 1º, da Instrução Normativa 5/2011, determina que os cumprimentos de sentença sejam distribuídos, autuados, como processo novo no sistema eletrônico. Por ser tratar de petição inicial, compete ao advogado inserir nos autos eletrônicos as peças essenciais para a execução, nos termos do Enunciado 129, do Fonaje. Intime-se o exequente a digitalizar e inserir as peças necessárias para cumprimento no e-proc de sentença proferida em processo físico, quais sejam: sentença exequenda, certidão de trânsito em julgado ou despacho de recebimento do recurso

inominado no efeito devolutivo, procuração das partes aos seus advogados, documentos pessoais do executado que estiverem no processo físico. Após, certifique-se nos autos físicos a propositura do cumprimento de sentença, com respectivo número de autuação e archive-se com baixa.. Gurupi ,31 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2011.0001.9252-6 – EXECUÇÃO

Requerente: ELIAS ALVES SOBRINHO
Advogados: DR. FLÁSIO VIEIRA ARAÚJO AOB TO 3813
Requerido: AURIO KIPPER
Advogados: DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
INTIMAÇÃO: “Intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.. Gurupi ,30 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2009.0006.3016-5 – EXECUÇÃO

Requerente: NECY GUEDES LIMA
Advogados: DR. ELYEDSON PEDRO RODRIGUES SILVA OAB TO 4389
Requerido: CREDICARD
Advogados: DRA. VANETTI REGINA DOS SANTOS OAB SP 225.545, DRA. LUCIANNE DE O. CÔRTEZ R. DOS SANTOS OAB TO 2337-A
INTIMAÇÃO: “Procedi nesta data à transferência do valor da execução penhorado para conta judicial nesta Comarca e ao desbloqueio do valor excedente penhorado. Intime-se o executado da penhora e para apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se o exequente sobre a penhora. Gurupi ,02 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2007.0009.0532-0 – EXECUÇÃO

Requerente: JONAS TAVARES DOS SANTOS
Advogados: DR. JOSÉ DUARTE NETO OAB TO 2039
Requerido: JOSÉ VALMOR DE OLIVEIRA
Advogados:NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: “Indefiro o pedido de expedição de carta precatória para penhora e avaliação de bens posto que já realizado o ato e o exequente requereu a desconstituição da penhora realizada. Portanto, compete a ele indicar a existência de outro bem penhorável. Consulte a ordem de penhora e verifiquei que não foram localizados valores na conta corrente do executado. Intime-se o exequente a informar outro bem penhorável em 10 (dez) dias sob pena de extinção, não podendo mais ser requerida penhora sobre conta corrente, uma vez que comprovada a inexistência de movimentação bancária e saldo. Gurupi ,03 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2007.0006.1499-6 – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL

Exequente: MARILENE CLARO BARREIRA
Advogados: DRA. MAYDÊ BORGES BEANI CARODOS OAB TO 1967-B
Executado: VALDEJAN DIAS DA SILVA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no art. 267,III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da Lei 9.099/95... P.R.I.. Gurupi-TO 12 de junho de 2.012. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Autos: 2007.0003.9192/0 – EXECUÇÃO

Requerente: CRISTINA ABREU DE JESUS
Advogados: DRA. HELLEN CRISTINA PERES DA SILVA OAB TO 2510
Requerido: MÓVEIS BANDEIRA LTDA
Advogados:DR. MILTON ROBERTO DE TOLEDO OAB TO 55-B
Requerido: BENQ ELETROELETRONICA LTDA SIEMENS
Advogados: DRA. LEISE THAÍS DA SILVA DIAS OAB TO 2288
INTIMAÇÃO: “Consultei a ordem de penhora e verifiquei que não foram localizados valores na conta corrente do executado. Intime-se o exequente a informar outro bem penhorável em 10 (dez) dias sob pena de extinção, não podendo mais ser requerida penhora sobre conta corrente, uma vez que comprovada a inexistência de movimentação bancária e saldo. Gurupi ,02 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 5.074/2000 – EXECUÇÃO

Requerente: NADIR PAES CÉSARIO E OUTROS
Advogados: DR. JOSÉ DUARTE NETO OAB TO 2039
Requerido: FUNERÁRIA SANTA TEREZINHA
Advogados: DR. JOSÉ MARIA MACHADO V. FILHO OAB MA 3022
INTIMAÇÃO: “Procedi a consulta da ordem e verifiquei que não foram localizados valores suficientes na conta corrente do executado, conforme consulta que segue. Transferi o valor bloqueado para conta judicial nesta Comarca. Intime-se o exequente a informar outro bem penhorável em 10 (dez) dias. Intime-se o executado sobre a penhora parcial realizada e apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Gurupi ,02 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2007.0005.0368-0 – EXECUÇÃO

Requerente: ITAMAR LUIZ HENRIQUE
Advogados: DR. CLOVES GONÇALVES DE ARAÚJO OAB TO 3536
Requerido: JOÃO JOSÉ ALVES MILHOMEM
Advogados: DR. MANOEL BONFIM FURTADO CORREIA OAB TO 327-B
INTIMAÇÃO: “Nesta data recebi o ofício n. 112/2012/ARF-GPI/DRF-PAL/SRRF01/RFB/MF-TO com cópia da última declaração de imposto de renda do executado, na qual não consta nenhum bem ou direito. Em Virtude do sigilo das informações, a juntada do documento aos autos importaria sigilo do processo, porém, por não ter sido informado nenhum dado relevante para a execução, o inutilizei e deixo de determinar a juntada. Intime-se o exequente para indicar bem do executado para penhora, no prazo de 10 (dez) dias. Gurupi ,11 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2012.0005.4389-0 – RECLAMAÇÃO

Requerente: ANTONIO PÁDUA TAVARES MENEZES
Advogados: DR. IRON MARTINS LISBOA OAB TO 535

Requerido: FRANCISCO RODRIGUES
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: “(...) Não há possibilidade de recurso da presente sentença por determinação do artigo 41 da lei 9.099/95, portanto, declaro transitada em julgado. 60 dias após o prazo final do acordo, não havendo pedido de execução, serão autos arquivados. Sem custas e honorários face ao art. 55, da Lei 9.099/95. P.R.I. Após, archive-se com as cautelas de estilo. Gurupi-TO,02 de agosto de 2.012. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUIZA DE DIREITO”.

Autos: 9.309/07 – EXECUÇÃO
Requerente: LUCAS DE BRITO TERRA
Advogados: DR. CRISTIANO QUEIROZ RODRIGUES OAB TO 3933
Requerido: BRASIL TELECOM S.A
Advogados: DRA. MARISE VILELA LEÃO CAMARGOS OAB TO 3800, DRA PAMELA MARIA DA SILVA NOVAIS CAMARGOS OAB TO 2252
INTIMAÇÃO: “Defiro conforme requerido na petição à fl. 147. Aguardem-se por 30 (trinta) dias. Após, devolvam-se os autos ao arquivo. Intime-se. Gurupi ,11 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 8.836/06 – EXECUÇÃO
Requerente: CÉSAR AUGUSTO BEZERRA DE ALCANTRA
Advogados: DR. CLOVES GONÇALVES DE ARAUJO OAB TO 3536
Requerido: RONALDO JESUS MACHADO MENDES
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: “Intime-se o exequente para indicar bens da parte executada à penhora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo. Gurupi ,11 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2008.0004.1987-3 – EXECUÇÃO
Requerente: ONEIDE ALVES DE SOUZA
Advogados: DEFENSORIA PÚBLICA
Requerido: JAVIER ALVES JAPIASSU
Advogados: DR. JAVIER ALVES JAPIASSÚ OAB TO 905
INTIMAÇÃO: “Intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi ,19 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2008.0003.3659-5 – EXECUÇÃO
Requerente: JORGE BARROS FILHO
Advogados:DR. JORGE BARROS FILHO OAB TO 1490
Requerido: JOÃO PAULO GALVAGNI
Advogados: DR. CLAUDIONOR CORRÊA NETO OAB MG 61.831, DRA. SANDRA GRANDI OAB MG 103.385
INTIMAÇÃO: “Intime-se a parte exequente sobre a devolução da carta precatória às fls. 157/221, bem como para que requeira o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi ,11 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 3.735/97 – EXECUÇÃO
Requerente: RAIMUNDO CORRÊA DE AGUIAR
Advogados:DR. RUSSELL PUCCI OAB TO 1847
Requerido: JACIMAR RODRIGUES DE CARVALHO
Advogados: DRA. GADDE PEREIRA GLÓRIA OAB TO 4314
INTIMAÇÃO: “Defiro o pedido da parte exequente conforme requerido à fl. 256-verso, devendo ser informado que o limite do valor devido perfaz a quantia de R\$ 20.336,15 (vinte mil trezentos e trinta e seis reais e quinze centavos), conforme cálculo da contadoria à fl. 253. Intime-se.Gurupi ,11 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 4.132/98 – EXECUÇÃO
Requerente: JOÃO MILTON DE AMORIM
Advogados:
Requerido: JOÃO TELMO VALDUGA
Advogados: DR. RUDINEI FORTES DRUMN OAB TO 1285
INTIMAÇÃO: “João Milton de Amorim propôs ação de execução por quantia certa – título extrajudicial contra devedor solvente com ta João Telma Valduga. A parte executada na petição à fl. 192 pleiteou que o valor bloqueado em sua conta fosse liberado por meio de alvará judicial em razão da extinção por inércia da parte exequente. É sucinto relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico que o exequente ainda não foi intimado pessoalmente para receber o alvará judicial, tendo sido a intimação à fl. 185 dirigida ao seu advogado já falecido, conforme certidão à fl. 133 e Diário da Justiça à fl. 187. Por sua vez atesto que não houve extinção do processo por pagamento, mas por inércia, restando ainda interesse jurídico do credor ao pagamento enquanto não ocorrer à prescrição. Deste modo, indefiro o pedido do executado, Sr. João Telmo Valduga, uma vez que o valor penhorado deve ficar disponibilizado ao exequente enquanto não ocorrer à prescrição ou o pagamento espontâneo por aquele. Logo, determino nova intimação pessoal da parte exequente. Expeça-se carta precatória para intimação pessoal do exequente do despacho à fl. 185. Intimem-se as partes da decisão. Gurupi ,17 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2.661/96 – EXECUÇÃO
Requerente: SILVIO MARCIANO DO PRADO
Advogados: DR. SÉRGIO PATRÍCIO VALENTE OAB TO 12009
Requerido: JOSÉ GILDECÉLIO DA PAZ E ARIOWALDO ALVES MOREIRA
Advogados: DR. JERÔNIMO RIBEIRO NETO OAB TO 462, DEFENSORIA PÚBLICA
INTIMAÇÃO: “Em virtude da não localização da parte executada, proceda a desconstituição da penhora por termo nos autos e intimem-se as partes. Após, certifique-se o trânsito em julgado da sentença e archive-se com as cautelas de estilo. Gurupi ,17 de setembro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 5.377/00 – EXECUÇÃO
Requerente: RAIMUNDO NONATO FRAGA SOUSA
Advogados: DRA. DULCE ELAINE CÔSCIA OAB TO 2795

Requerido: MAIVAN TUR TURISMO E TRANSPORTE LTDA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: “Nesta data recebi o ofício n. 114/2012/ARF-GPI/DRF-PAL/SRRF01/RFB/MF-TO com cópias das últimas declarações de imposto de renda dos sócios da executada, na qual não consta nenhum bem ou direito. Em virtude do sigilo das informações, a juntada do documento aos autos importaria sigilo no processo, porém, por não ter sido informado nenhum dado relevante para a execução, os inutilizei e deixo de determinar a juntada. Intime-se. O exequente para indicar bem da executada pra penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção . Gurupi ,19 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 8.658/06 – EXECUÇÃO
Requerente: WESLEY DE ABREU SILVA
Advogados: DR. WELLINGTON PAULO TORRES DE OLIVEIRA OAB TO 3929-A
Requeridos: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogados: DR. MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA OAB MG 91.811, DR. ADRIANO MUNIZA REBELLO OAB PR 24.730, DRA. RAQUEL CALDAS THEODORO DELGADO OAB SP 150.845
INTIMAÇÃO: “A parte executada requer que não mais seja realizada penhora para execução da multa diária. A parte exequente requer a conversão da multa diária em perdas para pôr fim à demanda, apresentado cálculo atualizado do contrato, que apresenta como prejuízo financeiro no valor de R\$ 97.903,43 (noventa e sete mil seiscentos e três reais e quarenta e três centavos). Intime-se o executado a manifestar sobre o pedido do exequente e o cálculo das perdas e danos, prazo de 10 (dez) dias. Gurupi , 17 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2012.0002.1701-2 – EXECUÇÃO
Requerente: CIRAN FAGUNDES BARBOSA
Advogados: DR. CIRAN FAGUNDES BARBOSA OAB TO 919
Requeridos: LUIS ANTONIO MADEIRA DA LUZ
Advogados: DR. BENEDITO ALVES DOURADO OAB TO 932
INTIMAÇÃO: “Intime-se a parte exequente sobre a certidão de fl. 154, bem como para indicar o correto endereço da parte executada no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Gurupi , 19 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Autos: 2009.0008.4442-4 – EXECUÇÃO
Requerente: EVALDO GUIMARAES DA SILVA
Advogados: DRA. FERNANDA HAUSER MEDEIROS OAB TO 4231, DR. ELYEDSON PEDRO RODRIGUES SILVA OAB TO 4389
Requeridos: COMERCIAL MOTO DIAS LTDA EPP, HAOTAO MOTOR DO BRASIL LTDA, GARINI MORORS INDUSTRIA DE VEICULOS LTDA
Advogados: DR. DANIEL PAULO DE CAVICCHIOLI E REIS OAB TO 4343DR. MANOEL JORGE RIBEIRO ARAÚJO OAB DF 20.354, DRA. ARLINDA MORAES BARROS OAB TO 4231
INTIMAÇÃO: “Recebo o pedido de execução de sentença. Proceda ao lançamento do novo registro e nova contracapa. Considerando o novo entenimento do STJ e das Turmas Recursais do Tocantins, indefiro a inclusão no cálculo da execução o valor da multa antes de intimada a parte executada. Assim determino seja intimado o executado a pagar o valor da execução no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, conforme determina o art. 475-J, do CPC, bem como a proceder a coleta da moto em poder do exequente. Intime-se o exequente. Gurupi , 02 de outubro de 2012. Maria Celma Louzeiro Tiago - Juíza de Direito.”

Juizado Especial Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0007.3729-8 – TCO
Autor: ELIAS ROBERTO LOURENÇO JUNIOR
Advogado(a): WALACE PIMENTEL – OAB/TO – 1.999-B
Vítima: RAFAELA BERTOLI CONSIGLIERI
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Comparecer a audiência de continuação de Instrução e Julgamento designada para o dia 22/11/2012, às 14:30 hs.

ITAGUATINS

Escrivania de Família, Sucessões Infância e Juventude, Cível

DECISÃO

AUTOS: Nº 2012.0001.5084-8 /0 – AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Requerente: MARIA DE JESUS DA CONCEIÇÃO
Advogado: EDER CESAR DE CASTRO MARTINS
Advogado: WENDELL MATIAS MENDONÇA OAB/GO 27.853
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Procuradora: NATHÁLIA LAURENTINO CORDEIRO MACIEL
FICAM as partes e seus advogados intimados da r. decisão exarada às fls.42 de teor a seguir transcrita DECISÃO: Trata-se de petição requerendo a extinção dos autos de processo por litispendência. Relatório dispensado na forma da lei. Alega o INSS que esta ação é idêntica a outra, qual seja, a de nº 2012.0001.5090-2. Compulsando os autos se verifica que na ação de nº 2012.0001.5084-8 se pede salário maternidade em razão do nascimento da criança LUANA VITÓRIA CONCEIÇÃO SOUSA em 04.10.2011, já com relação ao processo nº 2012.0001.5090-2, é pedido salário maternidade em razão do nascimento da criança JOÃO PAULO CONCEIÇÃO SOUSA em 31.03.2010. Sabe-se que para ocorrer a litispendência deve ocorrer a triplíce identidade de partes, mesma causa de pedir e pedido (art. 301, §3º, do CPC). Sendo assim, se um dos pedidos é diferente do da outra ação, não há de se falar em litispendência. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de litispendência face à inexistência de triplíce identidade entre as ações aventadas. Intimem-se. Baldur Rocha Giovannini, Juiz de Direito.

AUTOS: Nº 2012.0003.5225-4 /0 – AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Requerente: MARIA DE JESUS SOARES MENDES

Advogado: EDER CESAR DE CASTRO MARTINS
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Procuradora: PATRÍCIA BEZERRA DE MEDEIROS NASCIMENTO
FICAM as partes e seus advogados intimados da r. decisão exarada às fls.43 de teor a seguir transcrita **DECISÃO:** Trata-se de petição requerendo a extinção dos autos de processo por litispendência. Relatório dispensado na forma da lei. Alega o INSS que esta ação é idêntica a outra, qual seja, a de nº 2012.0001.5083-0. Compulsando os autos se verifica que na ação de nº 2012.0003.5225-4 se pede salário maternidade em razão do nascimento da criança CARLOS DANIEL SOARES MENDES em 29.08.2007, já com relação ao processo nº 2012.0001.5083-0, é pedido salário maternidade em razão do nascimento da criança SAFIRA EMANUELE SOARES MENDES EM 01.01.2011. Sabe-se que para ocorrer a litispendência deve ocorrer a tríplice identidade de partes, mesma causa de pedir e pedido (art. 301, §3º, do CPC). Sendo assim, se um dos pedidos é diferente do da outra ação, não há de se falar em litispendência. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de litispendência face à inexistência de tríplice identidade entre as ações aventadas. Intimem-se. Baldur Rocha Giovannini, Juiz de Direito.

MIRACEMA

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº: 2007.0003.3083-1 (3770/07)
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA
REQUERENTE: MARIA APARECIDA TAVARES SOLINO
ADVOGADO: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Sentença: "...Ante o exposto, julgo improcedente os pedidos formulados na petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após arquivem-se os autos. Miracema do Tocantins/TO, 6 de novembro de 2012. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2007.0003.3084-0 (3769/07)
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA
REQUERENTE: JOÃO ALBERTO SOLINO
ADVOGADO: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Sentença: "...Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado na petição inicial, e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após arquivem-se arquivem-se os autos. Miracema do Tocantins/TO, 6 de novembro de 2012. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2007.0003.9134-2 (
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA
REQUERENTE: LUZIA MACHADO DE SOUSA
ADVOGADO: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Sentença: "...POSTO ISSO, julgo o pedido PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a ré a pagar a autora o benefício de aposentadoria rural desde a data da citação (2/6/2007) até a véspera da concessão do benefício (3/5/2009). Condeno a ré ao pagamento dos honorários de advogado, que fixo em R\$ 1.000,00, na forma do art. 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Miracema do Tocantins/TO, 6 de novembro de 2012. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

EDITAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

O DOUTOR ANDRÉ FERNANDO GIGO LEME NETTO, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei etc. FAZ SABER a quantos o presente edital de intimação com prazo de 20 dias, extraído dos autos nº (1035/92) Ação de Reparação de Danos. Requerente: José Barbosa da Silva. Advogado: Dr. Defensor Público. Requerido: Firma Real Transporte e Turismo Ltda. Advogado: Paulo Idelano Soares Lima, virem ou dele conhecimento tiverem que, por este fica devidamente **INTIMADO: JOSÉ BARBOSA DA SILVA**, em lugar incerto e não sabido, para promover o andamento do feito, no prazo de 48 horas, sob pena de ser decretada a sua extinção e arquivamento,tudo conforme despacho de fls. 194, a seguir transcrito: "...Intime-se o autor, pessoalmente, por mandado, precatória ou por edital, para promover o andamento do feito, no prazo de 48 horas, sob pena de ser decretada a sua extinção e arquivamento (art. 267, parágrafo 1º, do CPC). Miracema do Tocantins, em 55 de maio de 2011. (As) Dr. Fernando Gigo Leme Netto –Juiz de Direito". E para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da lei, e terá uma via afixada no lugar de costume, na sede deste Juízo. **DADO E PASSADO** nesta cidade de Miracema do Tocantins, 25/10/2012. Eu __Telma Ribeiro Alves conferi e o digitei.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº: 2011.0002.5045-3 (4795/11)
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS POR ACIDENTE DE VEÍCULO
REQUERENTE: MARINALVA GOMES DE AQUINO COELHO
REQUERENTE: G.A.C.E M.G.A.C REP. PELA MÃE MARINALVA GOMES DE AQUINO COELHO
REQUERENTE: B.T.C REP. PELOS TUTORES HÉVIO LUIZ TAVARES DE LIRA E ROSANA COSTA TEIXEIRA LIRA
ADVOGADO: DR. JOSÉ PEREIRA DE BRITO
ADVOGADO: DR. JACKSON MACEDO DE BRITO

REQUERIDO: EDVALDO DE BRITO ME
ADVOGADA: DRA. DAYANA ALVES BASTOS
REQUERIDO: BRADESCO SEGURO
ADVOGADO: DR. RANATO TADEU RODINA MANDALITI
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas da SENTENÇA: "... HOMOLOGO, de acordo com o artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o Termo de Acordo firmado às fls. 414/417 por Marinalva Gomes de Aquino Coêlho, G. A. C e M. G. A. C, rep. Por sua mãe Marinalva Gomes de Aquino Coêlho, B. T. C, rep. Pelos seus tutores Hévio Luiz Tavares de Lira e Rosana Costa Teixeira Lira e Edvaldo de Brito ME e Bradesco Seguro, e julgo extinto o processo com julgamento do mérito. Honorários e custas finais, na forma acordada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e paga as custas, expeçam-se os alvarás para levantamento dos valores acordado. Após, cumprido os alvarás arquivem-se, observando-se as formalidades legais. Miracema do Tocantins, 05 de novembro de 2012. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

AUTOS: 2011.0007.0493-4 (4865/11)
AÇÃO: MANUTENÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: NAPOLINO CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO: INVESTCO S/A E ANTÔNIO GOMES DE BARROS
ADVOGADO: DR. FABRÍCIO R.A. AZEVEDO
ADVOGADO: DR. WALTER OHOFUGI JR.
ADOGADO: DRA. GISELLE C. CAMARGO
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Dê-se vistas dos autos a parte requerida para que se manifeste no prazo de 10 dias sobre o pedido de desistência de fls. 482. Intimem-se. Miracema do Tocantins, em 30 de outubro de 2012. (As) Dr. Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito".

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 5070/2012 – PROTOCOLO: (2012.0004.0716-4)
Requerente: ANTUANE BATISTA CURCINO
Advogado: Dr. Patys Garrety da Costa Franco
Requerido: PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado(a): Dr. Antônio Pimentel Neto; Dr. Marcos Aurélio Barros Ayres
INTIMAÇÃO: Ficam as partes, bem como seus advogados, intimados de que, nesta data, os referidos autos foram digitalizados e inseridos no sistema E-PROC, sob o nº **5000475-94.2012.827.2725**, sendo que o seu andamento, a partir de agora, ocorrerá **exclusivamente** em meio eletrônico, de acordo com a Instrução Normativa nº 7/2012, publicada no Diário da Justiça de nº 2972, de 04/10/2012, sendo ainda, **imprescindível** o cadastro dos advogados no referido sistema, para o andamento regular do feito. Miracema do Tocantins/TO, 7 de novembro de 2012. Eu, Gracielle Simão e Silva, Técnica Judiciária de 1ª instância, mat. 352168, o digitei.

AUTOS Nº 4085/2010 – PROTOCOLO: (2010.0000.6268-3)
Requerente: E. B. DE MORAES
Advogado: Dr. Domingos Paes dos Santos
Requerido: GETNET T.C.P.T HUA LTDA
Advogado(a): Dra. Carolina Rigo Palmeiro e Dr. Fábio Augusto Ribo de Souza
ATO ORDINATÓRIO : Tendo em vista a necessidade de digitalização dos autos para remessa dos mesmos à Turma Recursal, de acordo com a Instrução Normativa nº 7/2012, publicada no Diário da Justiça de nº 2972, de 04/10/2012 (art. 4º), e ainda a imprescindibilidade do cadastro no sistema E-PROC dos advogados para o andamento regular do processo, nos termos do Art. 1º da Portaria 413/2011, publicada no Diário da Justiça nº 2738 de 29.09.2011, C/C Portaria nº 116/2011, publicado no SUPLEMENTO 1-DIÁRIO ELETRÔNICO nº 2612, de 23 de março de 2011, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), DR. FÁBIO AUGUSTO RIBO DE SOUZA OAB/SP 147513, intimado(a,s) a efetuar(em) seu(s) cadastramento(s) no Sistema de Processo Eletrônico E-PROC/TJTO. Miracema do Tocantins/TO, 7 de novembro de 2012. Eu, Gracielle Simão e Silva, Técnica Judiciária de 1ª instância, mat. 352168, o digitei.

AUTOS Nº 4899/2011 – PROTOCOLO: (2011.0011.3940-8)
Requerente: FERNANDO SÉRGIO FARIAS DE OLIVEIRA
Advogado: Dr. Rildo Caetano de Almeida
Requerido: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado(a): Dr. Feliciano Lyra Moura
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(a): Dr. Gustavo Amato Pissini
ATO ORDINATÓRIO : Tendo em vista a necessidade de digitalização dos autos para remessa dos mesmos à Turma Recursal, de acordo com a Instrução Normativa nº 7/2012, publicada no Diário da Justiça de nº 2972, de 04/10/2012 (art. 4º), e ainda a imprescindibilidade do cadastro no sistema E-PROC dos advogados para o andamento regular do processo, nos termos do Art. 1º da Portaria 413/2011, publicada no Diário da Justiça nº 2738 de 29.09.2011, C/C Portaria nº 116/2011, publicado no SUPLEMENTO 1-DIÁRIO ELETRÔNICO nº 2612, de 23 de março de 2011, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), DR. FELICIANO LYRA MOURA OAB/PE 21714, e DR. GUSTAVO AMATO PISSINI, OAB/TO 4694-A, intimado(a,s) a efetuar(em) seu(s) cadastramento(s) no Sistema de Processo Eletrônico E-PROC/TJTO. Miracema do Tocantins/TO, 7 de novembro de 2012. Eu, Gracielle Simão e Silva, Técnica Judiciária de 1ª instância, mat. 352168, o digitei

AUTOS Nº 4794/2011 – PROTOCOLO: (2011.0009.7072-3)

Requerente: MARIA LUCIA PINHEIRO NUNES
Advogado: Dr. Adão Klepa
Requerido: BANCO DO BRASIL
Advogado(a): Dr. Gustavo Amato Pissini
INTIMAÇÃO: Ficam as partes, bem como seus advogados, intimados de que, nesta data, os referidos autos foram digitalizados e inseridos no sistema E-PROC, sob o nº **5000001-60.2011.827.2725**, sendo que o seu andamento, a partir de agora, ocorrerá **exclusivamente** em meio eletrônico, de acordo com a Instrução Normativa nº 7/2012, publicada no Diário da Justiça de nº 2972, de 04/10/2012, sendo ainda, **imprescindível** o

cadastro dos advogados no referido sistema, para o andamento regular do feito. Miracema do Tocantins/TO, 7 de novembro de 2012. Eu, Gracielle Simão e Silva, Técnica Judiciária de 1ª instância, mat. 352168, o digitei.

AUTOS Nº 4794/2011 – PROTOCOLO: (2011.0009.7072-3)

Requerente: MARIA LUCIA PINHEIRO NUNES
Advogado: Dr. Adão Klepa
Requerido: BANCO DO BRASIL
Advogado(a): Dr. Gustavo Amato Pissini
ATO ORDINATÓRIO : Nos termos do Art. 1º da Portaria 413/2011, publicada no Diário da Justiça nº 2738 de 29.09.2011, C/C Portaria nº 116/2011, publicado no SUPLEMENTO 1-DIÁRIO ELETRÔNICO nº 2612, de 23 de março de 2011, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), GUSTAVO AMATO PISSINI, OAB/TO 4694-A, intimado(a,s) a efetuar(em) seu(s) cadastramento(s) no Sistema de Processo Eletrônico E-PROC/TJTO. Miracema do Tocantins/TO, 7 de novembro de 2012. Eu, Gracielle Simão e Silva, Técnica Judiciária de 1ª instância, mat. 352168, o digitei.

AUTOS Nº 4854/2011 – PROTOCOLO: (2011.0011.1233-0/0)

Requerente: MARIA CREUSA VIEIRA DA COSTA LIMA
Advogado: Dr. Hilton Peixoto Teixeira Filho – OAB/TO 4568
Requerido: BANCO BV FINANCEIRA S.A.
Advogados: Dr. Celso Mrcon – OAB/TO 4009-A
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Devidamente intimada, a parte devedora efetuou o depósito judicial, razão pela qual autorizo o levantamento/transferência da(s) quantia(s) (fl(s). 143), acrescida(s) dos rendimentos apurados desde a(s) data(s) do(s) depósito(s) até a efetiva transferência. Após a efetivação do ora determinado, manifeste-se a parte exeqüente, no prazo de cinco dias, se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, pena de extinção. Expeça-se o competente alvará. Cumpra-se. Intime(m) - se. Miracema do Tocantins, 24 OUT. 2012. Marco Antônio Silva Castro, Juiz de Direito.”

Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INTERDIÇÃO

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO (Art.1.184 do CPC)
(1ª PUBLICAÇÃO)

O Doutor André Fernando Gigo Leme Netto, MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e juventude e 2º do Cível, desta cidade e comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos o quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processaram os autos de Interdição nº 6456/12 (2012.0005.3099-3) tendo como requerente Terezinha Tavares Barbosa e Interditando Leônidas Tavares Barbosa e que as fls. 24, pelo MM. Juiz de Direito foi decretada a INTERDIÇÃO de LEÔNIDAS TAVARES BARBOSA, conforme teor da parte conclusiva da sentença a seguir transcrita:“.. Isto posto, conforme artigo 1.184 do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido e decreto a interdição de Leônidas Tavares Barbosa, brasileiro, solteiro, portador do CPF312.069.828-88, , residente e domiciliado na Rua Osvaldo Vasconcelos, nº 489, centro – Miracema do Tocantins, nomeando como curadora Terezinha Tavares Barbosa. Expeça-se mandado ou carta precatória de averbação. Sem Custas. Publique-se conforme art. 1.184 do Código de processo Civil. Registre-se. Intimem-se. Miracema do Tocantins-TO, em 09 de outubro de 2012. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito.” DADO E PASSADO nesta cidade de Miracema do Tocantins-TO, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (07.11.1012).

MIRANORTE

1ª Escriwania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº. 2012.0003.6878-9/0 – 2801/02 - AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER/EXECUÇÃO
Requerente: DERCÍ LOURENÇO DOS SANTOS
Advogado: Dr. SAMUEL NUNES DE FRANÇA OAB/TO 1.453-B
Requerido: MAURICIO BURIN E CIRO BURIN
Advogado: Dr. ROBERTO NOGUEIRA OAB/TO 726-B
INTIMAÇÃO: Intimo as partes para comparecerem na audiência de Conciliação designada para o dia 14 de novembro de 2012 às 14h30min, no Fórum local.

AUTOS Nº. 2012.0002.6177-1/0 – 7870/12 - AÇÃO: IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
Requerente: ESPÓLIO DE JOSÉ CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA
Advogado: Drº. MÁRDIOLI COPETTI DE MOURA OAB/RS 51.786
Requerido: PEDRO SOUSA DE OLIVEIRA
Advogado: Dr. SAMUEL NUNES DE FRANÇA OAB/TO 1.453-B
INTIMAÇÃO: Indefiro o pedido de recolhimento de custas ao final, por falta de previsão legal. Intimo o impugnante para efetuar o recolhimento das custas iniciais R\$ 169,00, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de cancelamento da distribuição.

AUTOS Nº. 2012.0002.6176-3/0 – 7871/12 - AÇÃO: EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
Excipiente: ESPÓLIO DE JOSÉ CARLOS MARTINS OLIVEIRA
Advogado: Drº. MÁRDIOLI COPETTI DE MOURA OAB/RS 51.786
Requerido: PEDRO SOUSA DE OLIVEIRA
Advogado: Dr. SAMUEL NUNES DE FRANÇA OAB/TO 1.453-B
INTIMAÇÃO: Intimo o excipiente para efetuar o recolhimento das custas iniciais R\$ 83,00, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de cancelamento da distribuição.

AUTOS Nº. 2011.0011.7724-5/0 – 1496/11 - AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT
Requerente: JOANILEIDE SOARES DA SILVA
Advogado: Dr. PATYS GARRETY DA COSTA FRANCO OAB/TO 4.375

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Dr. JACÓ CARLOS SILVA COELHO OAB/TO 3678-A
SENTENÇA: “(...) DIANTE DO EXPOSTO, a fim de que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, na forma preconizada no artigo 22, parágrafo único da Lei 9.099/95, HOMOLOGO o acordo de fls. 95/97 celebrado entre as partes, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III do CPC. Expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada à fl. 99. Após, intime-se a requerida para efetuar o recolhimento das custas finais, na forma do item 2.5, do Provimento nº 02/2011 – CGJUS/TO. Ao final, arquivem-se. P. R. I. C. Miranorte, 25 de outubro de 2012. CLEDSON JOSÉ DIAS NUNES – Juiz de Direito Titular.

AUTOS Nº. 2012.0003.2211-8/0 – 7927/12 - AÇÃO: INTERDIÇÃO

Requerente: LUIZ FILHO DIAS RIBEIRO DA SILVA
Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45
Interditado: LUIZ RIBEIRO DA SILVA
INTIMAÇÃO: Intimo a parte autora para no prazo de 05 dias se manifestar sobre a certidão de fl. 75.

AUTOS Nº. 2011.0011.7723-7/0 – 1497/11 - AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT

Requerente: JOSÉ FERREIRA DA CRUZ
Advogado: Dr. PATYS GARRETY DA COSTA FRANCO OAB/TO 4.375
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Dr. JACÓ CARLOS SILVA COELHO OAB/TO 3678-A
SENTENÇA: “(...) DIANTE DO EXPOSTO, a fim de que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, na forma preconizada no artigo 22, parágrafo único da Lei 9.099/95, HOMOLOGO o acordo de fls. 122/124 celebrado entre as partes, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III do CPC. Expeça-se alvará para levantamento da quantia depositada à fl. 126. Após, intime-se a requerida para efetuar o recolhimento das custas finais, na forma do item 2.5, do Provimento nº 02/2011 – CGJUS/TO. Ao final, arquivem-se. P. R. I. C. Miranorte, 25 de outubro de 2012. CLEDSON JOSÉ DIAS NUNES – Juiz de Direito Titular.

NOVO ACORDO

1ª Escriwania Cível

REPUBLICAÇÃO

AUTOS Nº.2008.0007.0683-0
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: DELVAN LUSTOSA DIAS
ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO
REQUERIDO: MARILEIDE NUNES DE SOUSA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. A Doutora Aline Marinho Bailão Iglesias, Juíza de Direito Titular da Única Vara Cível e Criminal da Comarca de Novo Acordo, Estado Tocantins, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital de intimação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Única Vara Cível, se processam os autos de BUSCA E APREENSÃO nº 2008.0007.0683-0/0, requerente: DELVAN LUSTOSA DIAS em desfavor de MARILEIDE NUNES DE SOUSA, sendo o presente para: INTIMAR nos termos do r. despacho de fl. 21 a seguir transcrito: “ Intime-se a requerida via edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para manifestar sobre o pedido de desistência da parte autora. Cumpra-se. Novo Acordo , 25 de maio de 2011. Fábio Costa Gonzaga – Juiz de Direito.

PALMAS

1ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 45/2012

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS nº: 2004.0000.2701-8/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Requerente: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
Advogado: Não constituído
Requerido: JOÃO CARLOS RELA
Advogado: Rogério Dantas Mattos OAB/SP 160.602
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Vez que o bloqueio realizado representa quantia irrisória ante o débito executado, colha-se manifestação do exequente. Intime-se. Palmas, 01 de outubro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0000.0370-2/0 – BUSCA E APREENSÃO

Requerente: BANCO ABN AMRO REAL S/A
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO 17.275 ; Meire A. Castro Lopes-OAB/TO 3.716
Requerido: DIOGO RODRIGUES BORGES
Advogado: Silmar Lima Mendes- OAB/TO 2399
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “Portanto, DECLARAÇÃO EXTINTO O PROCESSO, sem a resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Torno sem efeito a decisão de fls. 23/24. Custas pela Requerente. Sem honorários. Com o trânsito em julgado, e após o recolhimento de eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas, 10 de setembro de 2012. Luiz Astolfo de Deus Amorim, Juiz de Direito”.

AUTOS nº: 2005.0000.8660-3/0 – REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Requerente: DURVAL PEREIRA DA SILVA
Advogado: Luana Gomes Coelho Câmara OAB/TO nº 3770

Requerido: BANCO ABN AMRO REAL ou SANTANDER BRASIL S/A
Advogado: Celso Marcon – OAB/ES 10.990
DESPACHO: “Em consideração ao requerimento de fls. 132, analisando os autos, observo que se trata de feito já transitado em julgado, assim, não há mais em que se falar em revogar o despacho. Entretanto, observo que a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, conforme se vê às fls. 41/43, portanto a exigibilidade das custas processuais se encontra suspensa, conforme as disposições da Lei nº 1060/50. Intimem-se. Cumpra-se. Após, ao arquivo com as cautelas de praxe. Palmas, 06 de Setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM, Juiz de Direito”.

AUTOS nº: 2005.0001.3622-2/0 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Requerente: SANTIAGO OLIVEIRA
Advogado: Joseo Parente Aguiar OAB/TO 517-B e Fábio Coutinho Aguiar OAB/TO 4.554
Requerido: DAMASO, DAMASO, QUINTINO DE JESUS LTDA
Advogado: André Ricardo Tanganeli - OAB/TO 2315
INTIMAÇÃO: DECISÃO: “Inicialmente, noto que a quantia depositada pela Requerida é insuficiente à integral solvência do valor arbitrado em juízo, haja vista os cálculos oficiais colacionados às fls. 311 e 317/320, restando, pois, um valor remanescente a ser pago pelo requerido. Valor este que, como se vê à fl. 320 dos autos, perfaz a quantia de R\$14.984,24 (quatorze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) calculado até junho de 2010, devendo ser devidamente atualizado pela contadoria deste foro. Portanto, INDEFIRO A IMPUGNAÇÃO de fls. 301/302. No entanto, ACOLHO O PEDIDO de fls. 326/330, para que o valor remanescente de que trato os cálculos de fls. 317/320, seja devidamente atualizado pela contadoria judicial, incidindo, no entanto, multa de 10% apenas sobre o este, de acordo com o artigo 475-J §4º, do Código Processual Civil. Após os cálculos, INTIMEM-SE as partes e retomem conclusos, para PENHORA VIA BACENJUD. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 25 de maio de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0001.3929-9/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: FRANCISCO DE ASSIS
Advogado: Francisco de Assis Filho OAB/TO 2.083
Requerido: JONEY NUNES WOLNEY DE MELO E LUSIA DE QUEIROS WOLNEY
Advogado: Jorge Victor Zagallo OAB/TO 2.762
SENTENÇA: “(...) Assim sendo, HOMOLOGO por sentença o acordo realizado entre as partes, para que este surta os seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com a resolução do mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas e Honorários conforme pactuado. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, determino que sejam os presentes autos arquivados, com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 24 de agosto de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”

AUTOS nº: 2005.0001.4382-2/0 – REVISÃO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS
Requerente: ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA PRETTO
Advogado: Adriano Guinzelli OAB/TO 2025
Requerido: BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S/A
Advogado: Lindinalvo Lima Luz OAB/TO 1250-B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Ocorrido o decurso de 06 (seis) meses, a partir do trânsito em julgado do acórdão, e não havendo requerimento, recolhidas as eventuais custas remanescentes, arquivem-se os presentes autos, com as baixas necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 06 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”

AUTOS nº: 2005.0001.5800-5/0 – REPARAÇÃO DE DANOS
Requerente: DÉBORA SIQUEIRA LOURENÇO
Advogado: Francisco José Sousa Borges OAB/TO 413-A
Requerido: BENEDITO NETO FARIA
Advogado: Luciola Cunha Gomes OAB/TO 1474
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Aguarde-se o decurso de 06 (seis) meses, a partir do trânsito em julgado do acórdão. Não havendo requerimento, recolhida eventuais custas remanescentes, arquivem-se os presentes autos, com as baixas necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 04 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”

AUTOS nº: 2005.0001.5563-4/0 - MONITORIA
Requerente: PNEUAÇO COM. DE PNEUS DE PARAÍSO LTDA
Advogado: Jesus Fernandes da Fonseca OAB/TO 2112-B
Requerido: JOAQUIM CARDOSO LEMES
Advogado: não constituído
SENTENÇA: DESPACHO: “Requeira a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, o que entender de direito, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 04 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”

AUTOS nº: 2005.0001.6218-5/0 – REVISÃO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS
Requerente: ERALDO C. RODRIGUES DE ATAIDE
Advogado: Joel Ferreira Ribeiro OAB/DF 7613
Requerido: BASA – BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado: Alessandro de Paula Canedo OAB/TO 1334-A
SENTENÇA: “Destarte, DECLARO EXTINTO o processo, sem a resolução do mérito, por desistência da parte autora, nos termos dos artigos 158, parágrafo único, e 267, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez) sobre o valor da causa. Transitada em julgado, recolhidas eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 04 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”.

AUTOS nº: 2005.0002.0125-3/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: G-PEL GRAFOPEL PAPEIS LTDA
Advogado: Eugênia Maria Brandão OAB/GO 15.950
Requerido: COP SERVICE COPIADORA SERVIÇOS REPROG. LTDA
Advogado: Não constituído

INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Colha-se manifestação da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 24 de agosto de 2
012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.0298-5/0 – REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: SIGLA PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
Advogado: Marinólia Dias dos Reis OAB/TO 1597
Requerido: EDITORA TELELISTAS
Advogado: Públio Borges Alves OAB/TO 2.365 e Leandro Lima Clerier OAB/RJ 123.278
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pela Requerida, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520), por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade. Juntem-se aos presentes autos as contrarrazões equivocadamente direcionadas aos autos de impugnação ao valor da causa em apenso e que lá se encontram entranhadas. Em seguida, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 13 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3468-2/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO
Requerente: FABIO LUIZ COSTA QUEIROZ
Advogado: Osmarino José de Melo OAB/TO 779-B
Requerido: AUTO POSTO FORMULA 1
Advogado: José Carlos Ferreira OAB/TO 261-B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens. Cumpra-se. Palmas, 30 de agosto de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3470-4/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: CHAMBARELLI DE ANDRADE COMERCIO INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Requerido: SIMONE CHAMBARELLI DE ANDRADE
Requerido: MARCO ROBERTO DE ANDRADE FILHO
Advogado: Julio Solimar Rosa Cavalcante OAB/TO 260 A e Silvio Alves Nascimento OAB/TO 1.514 A
Requerido: BANCO DO BRASIL S.A
Advogado: Hélio Brasileiro Filho OAB/TO 1.086 B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Remetam-se os autos à contadoria para o correto cálculo das custas finais, observando o valor atribuído à causa na impugnação nº 2005.0002.3472/0. Com o cálculo, intime-se a parte sucumbente para pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem pagamento, arquivem-se com as anotações necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3494-1/0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
Requerente: MÁRCIA GOMES TAVEIRA
Advogado: Daiany Cristine G. P. Jacomo Ribeiro OAB/TO 2.460
Requerido: HSBC – BAMERINDUS S/A
Advogado: André Luiz Dutra Mota OAB/DF 23.815
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pelo Requerido, no efeito devolutivo (art. 520, VII do CPC), por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Cumpra-se. Palmas, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3498-4/0 – DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO
Requerente: GIOVANNI PANTALEÃO DOS REIS
Advogado: Patrícia Wiensko OAB/TO 1733
Requerido: JOÃO HEITOR MEDEIROS
Advogado: Edson Feliciano da Silva OAB/TO 633-A
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Cumpra-se o Despacho de fls. 180. Palmas- TO, 17 de maio de 2001. BERNARDINO LIMA LUZ. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3510-7/0 - MONITÓRIA
Requerente: ETE EMPRESA DE TRANSPORTES ESPECIAIS LTDA
Advogado: Agérbon Fernandes de Medeiros OAB/TO 840
Requerido: BRASILGAS COMERCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA
Advogado: Fancisco Jose de Souza Borges OAB/TO 413
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “(...) Deste modo, rejeito os Embargos opostos, bem como julgo procedente o pedido constante na Ação Monitória, com resolução do mérito (art. 269, I e II, CPC), e declaro a inexistência do crédito pleiteado contra a Requerida, na quantia de R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais), incidindo correção monetária a partir do ajuizamento da ação, conforme preceituado no artigo 1º, § 2º, da lei 6.899/81, e juros legais de 0,5% ao mês até 10/01/2003, e de 1% (um por cento) ao mês a partir desta data, devidos desde a citação, nos termos do artigo 406, do Código Civil, razão pela qual constituo de pleno direito, a favor da Requerente, o título executivo judicial, em obediência ao comando emergente do § 3º, do artigo 1.102c, do CPC. Por oportuno, converto o mandado de pagamento em mandado executivo. Com efeito, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento), sobre o valor da dívida devidamente atualizada, em obediência ao disposto no artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC, os quais ficam suspensos nos termos do artigo 12, da lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 20 de setembro de 2012. LUIS ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3531-0/0 - ORDINÁRIA
Requerente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Paulo Afonso de Souza OAB/GO 14.155
Requerido: AUGUSTA FERREIRA DE MESQUITA FERRAZ
DEFENSOR PÚBLICO – Edivam de Carvalho Miranda
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520), por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para

apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3533-6/0 - ORDINÁRIA

Requerente: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Ciro Estrella Neto OAB/TO 1.086-B
Requerido: JOSUÉ VEIGA RODRIGUES
Advogado: Rivadávia V. de Barros Garção OAB/TO 1.803
INTIMAÇÃO: DECISÃO: “Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia devida, conforme exposto na petição de fls. 145/148, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, nos termos do artigo 475-j, caput, do Código de Processo Civil. Ultrapassado o prazo sem a efetivação do pagamento, nos termos do artigo 655, inciso I, do Código de Processo Civil, proceda-se à penhora da quantia devida via sistema BACENJUD. Caso a diligência seja inexitosa, expeça-se carta precatória para penhora e avaliação do bem indicado na petição de fls. 145/148, devendo ser depositado na forma da lei. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3592-1/0 – REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS

Requerente: IVANETE LOPES DE MORAES ME
Advogado: Patrícia Pereira Silva OAB/TO 4463 e Valdinez Ferreira de Miranda OAB/TO 500
Requerido: INDUKLEIN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
Advogado: Joacy Montagna OAB/SC 9897
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “A assistência judiciária gratuita já foi deferida quando do recebimento da inicial (fls. 47). Recebo o recurso nos efeitos devolutivo e suspensivo. Vez que o prazo para contrarrazões se esgotou, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens. Cumpra-se. Palmas, 27 de agosto de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2005.0002.3637-5/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Requerente: VIVIANE DE ARAUJO
Advogado: Isabela Silveira da Costa OAB/GO 29.185 e Aristóteles Melo Braga OAB/TO 2.101
Requerido: GUSTAVO ANTONIO TUNES
Advogado: Anuar Jorge Amaral OAB/TO 472-A
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pela Requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520), por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade. Tendo em vista que o Requerido, devidamente intimado, não apresentou as contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 12 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0002.1051-0/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO

Requerente: EDIZIO NUNES DA SILVA
Advogado: Edmar Teixeira de Paula Junior OAB/TO 1.552-A
Requerido: INVESTICO S.A
Advogado: Bruna Bonilha de Toledo Costa OAB/TO 4170; Fabrício R. A. Azevedo OAB/TO 3730; Walter Ohofugi Junior OAB/TO 392 A e Dayane Venâncio de Oliveira Rodrigues OAB/TO 2593
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pelo Requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520), por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se(...).

AUTOS nº: 2006.0002.1081-1/0 – BUSCA E APREENSÃO

Requerente: BANCO ABN – AMRO REAL S/A
Advogado: Alexandre Iunes Machado OAB/GO 17.275 e Marinólia Dias dos Reis OAB/TO 1.597
Requerido: AGNES MIYUKI KAWANO
Advogado: Raicema Maria Pereira OAB/TO 2.540
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Intime-se a parte sucumbente para pagar as custas finais, no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem pagamento, arquivem-se com as anotações e baixas de praxe. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0002.1676-3/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA)

Exequente: MURILO SUDRÉ MIRANDA OAB/TO 1.536 B
Advogado: Murilo Sudré Miranda OAB/TO 1.536 B
Executado: JOÃO MARIA DA SILVA
Advogado: Denyse da Cruz Costa Alencar – OAB/TO 4362
INTIMAÇÃO: DECISÃO: “Intime-se a parte executada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia devida, conforme exposto na petição de fls. 222/223, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, nos termos do artigo 475-J, caput, do Código Processual Civil. Ultrapassado o prazo sem efetivação do pagamento, nos termos do artigo 655, inciso I, do Código de Processo Civil, proceda-se à penhora da quantia devida via sistema BACENJUD. Caso a diligência seja inexitosa, especia-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastarem para a satisfação da dívida e demais encargos, devendo ser depositados na forma da lei. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0002.1756-5/0 – 5/0 – CAUTELAR SUSTAÇÃO DE PROTESTO

Requerente: CCM – CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA
Advogado: Márcio Gonçalves OAB/TO 2.554 e Fernando Rezende OAB/TO 1.320
Requerido: LUCIMAR SANTOS DA SILVA
Advogado: Viviane Mendes Braga OAB/TO 2.264
INTIMAÇÃO: DECISÃO: “(...)Assim, sendo os referidos embargos destituídos de fundamento jurídico, na medida em que não se enquadra em quaisquer das hipóteses prevista no dispositivo legal, posto que não há qualquer obscuridade ou contradição, ou sequer omissão na decisão embargada, entendo que os embargos devem ser rejeitados.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 06 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM, Juiz de Direito”

AUTOS nº: 2006.0002.5869-5/0 – REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS

Requerente: MARIA DE FÁTIMA NETO
Advogado: Mauro de Oliveira Carvalho OAB/TO 427
Requerido: SEBASTIÃO CARLOS LANA
Advogado: Affonso Celso Leal de Mello Jr OAB/SP 147.462 e OAB/TO 2341-A
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pela Requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520), por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIS ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0002.7708-8/0 – CAUTELAR INOMINADA

Requerente: MARIA RITA MACIEL BARROS
Advogado: Francisco Deliane e Silva OAB/TO 735/A
Requerido: SERRA VERDE COMERCIAL DE MOTOS LTDA
Advogado: Sérgio Augusto Pereira Lorentino OBA/TO 2418
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “(...)Assim, em relação a ela o feito deve ser extinto sem resolução do mérito, conforme preceitua o artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Ademais, observo que a requerente foi devidamente intimada para se manifestar a respeito da não localização do segundo requerido Ney Urvs Lopes Chiabotto, mas se manteve inerte até a presente data, conforme se vê na certidão de fls. 35/verso. Assim, outro caminho não há senão o de declarar a extinção do processo, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ante a ilegitimidade passiva da primeira requerida Serra Verde Comercial de Motos LTDA e a desídia da parte autora em promover a citação do segundo Requerido Ney Urvs Lopes Chiabotto, tudo nos termos do artigo 267, incisos III e VI, do Código de Processo Civil. Diante da inexistência de prova em contrário, vez que a impugnante Serra Verde Comercial de Motos LTDA apresenta tão somente meras especulações, indefiro a impugnação relativa ao Benefício de Assistência Judiciária concedido à requerente. Ante a ausência do preparo prévio relativo à impugnação ao valor da causa, não conheço do incidente e determino o cancelamento da sua distribuição, tudo nos termos dos artigos 19 e 257, ambos do CPC. Por oportuno, tendo reconhecido a ilegitimidade passiva da primeira requerida, condeno a requerente ao pagamento de honorários de sucumbência, o qual fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Custas pela requerente. Tendo em vista o requerimento de assistência judiciária gratuita, que ora concedo, fica suspensa a exigibilidade das verbas de sucumbência, conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 1060/50. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, arquivem-se com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 04 de outubro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. JUIZ DE DIREITO”

AUTOS nº: 2006.0003.3436-7/0 – DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO

Requerente: PASCHOAL BAYLON DAS GRAÇAS
Advogado: Remilson Aires Cavalcante OAB/TO 1.253 e Ronaldo André Moretti Campos OAB/TO 2.255-B
Requerido: LOGOS IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA
Advogado: Patrícia Wiensko – OAB/TO 1.733
Requerido: CHEVRO PALMAS REFORMADORA DE VEÍCULOS LTDA
Advogado: Francisco José Sousa Borges OAB/TO 413-A
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Remetam-se os autos ao cartório Distribuidor para exclusão da Requerida: LOGUS IMOBILIARIA E CONSTRUTORA LTDA do polo passivo da demanda, nos termos do voto e acórdão de fls. 277/282, devendo os autos prosseguir somente em desfavor da demandada: CHEVRO PALMAS REFORMADO DE VEÍCULOS LTDA. Certifique-se o transito em julgado da sentença para a demandada CHEVRO PALMAS REFORMADO DE VEÍCULOS LTDA. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0003.4993-3/0 – AÇÃO DE REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO

Requerente: DANIEL RIBEIRO DA SILVA
Advogado: Celso Marcon, OAB/ES 10.990
Requerido: BANCO SUDAMERIS S/A
Advogado: Núbia Conceição Moreira OAB/TO 4.311
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520), por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0004.5241-6/0 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA CÍVEL

Requerente: AURI WULANGE RIBEIRO JORGE
Advogado: Auri Wulange Ribeiro Jorge OAB/TO 2.260
Requerido: MANOEL ARAGÃO DA SILVA
Advogado: Não Constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Intime-se a parte autora, através do seu procurador, para dar efetivo andamento ao feito, sob pena de extinção, nos termos do artigo 267, inciso III do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0005.5506-1/0 – REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS

Requerente: BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI
Advogado: Marcelo Soares de Oliveira OAB/TO 1694
Requerido: BANCO DO BRASIL (AG. PALMAS AV-JK)
Advogado: Ciro Estrela Neto OAB/TO 1.086-B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo, salvo, neste último caso, no que diz respeito à confirmação dos efeitos da tutela (CPC, art. 520, VII). Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, em 12 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0005.8927-6/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: ANDRE LUIZ DE SOUZA CASTRO
Advogado: Gustavo Ignácio Freire Siqueira OAB/TO 3.090
Requerido: N.M. B. SHOPPING CENTER LTDA
Requerido: ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO PALM BLUE SHOPPING CENTER DE PALMAS
Advogado: Aline Brito da Silva OAB/TO 3195 e Josué Pereira de Amorim OAB/TO 790
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo, salvo, neste ultimo caso, no que diz respeito à confirmação dos efeitos da tutela (CPC, art. 520, VII). Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0005.9032-0/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A
Advogado: Requerido: JOSE CARLOS CAMARGO
Advogado: Júlio Solimar Rosa Cavalcanti OAB/TO 209 e Fábio Wazilewski OAB/TO 2000
Requerido: UNICARD BANCO MULTIPLO S/A
Advogado: Marinólia Dias dos Reis OAB/TO 1597 e Carlos Maximiano Mafra de Laet – OAB/SP 104.061-A
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação interposto pelo requerente, nos efeitos devolutivo e suspensivo, salvo, neste ultimo caso, no que diz respeito à confirmação dos efeitos da tutela (CPC, art. 520, VII). Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 11 de setembro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2006.0006.2324-5/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Exequente: DIOMAR FERREIRA DOS SANTOS
Exequente: CLAUDETE FERREIRA DE MELO SANTOS
Advogado: Silmar Kaeski OAB/TO 5.021
Executado: VALDIVINO DE OLIVEIRA
Advogado: Ceyth Yuami OAB/GO 16.625
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Colha-se manifestação da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se(…)”

AUTOS nº: 2007.0006.3951-4/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: DIOMAR FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO
Advogado: Silmar Kaeski – OAB/TO 5.021
Requerido: AURÉLIO ANTÔNIO COSTA ARAÚJO
Advogado: Lindinalvo Lima Luz – OAB/TO 1250-B
Requerido: VALDIVINO DE OLIVEIRA
Advogado: Ceyth Yuami OAB/GO 16.625
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Tendo em vista requerimento feito nos autos de nº 2006.0006.2324-5, em não havendo solução da pendência naquela ação, intimem-se as partes para que no prazo comum de 05 (cinco) dias apresentem alegações finais. Cumpra-se”.

AUTOS nº: 2007.0010.4651-7/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
Requerente: ATLAS PAPELARIA LTDA
Advogado: Gisele de Paula Proença OAB/TO 2.664-B
Requerido: PRANTE CIA LTDA. EPP
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “I – Deve o exequente apresentar memória de cálculo atualizada do débito exequendo, se ainda não o fez, no prazo de até 10 (dez) dias. II – Se atendido, intimem-se o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor indicado, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, nos termos do artigo 475-J, caput, do Código de Processo Civil. III – Caso a parte devedora não efetue o pagamento dentro dos 15 (quinze) dias acima fixados, expeça-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastarem para satisfazer a dívida e demais encargos (artigo 475-J, caput, do Código de Processo Civil), depositando-os na forma da lei. Não atendido o item nº. I, aguarde-se o prazo de 6 (seis) meses e arquivem-se, com as baixar necessárias. A presente decisão serve como mandado. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 23 de agosto de 2010. LUIZ OTÁVIO DE QUIROZ FRAZ. Juiz de Direito.”

AUTOS nº: 2008.0002.0409-5/0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: JOÃO ALVES DA COSTA
Advogado: Wesley de Lima Benicchio – OAB/TO 3.589
Requerido: SERASA – CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS
Advogado: Miriam Peron Pereira Curiati – OAB/SP 104.430; Agda Corrêa Bizerra – OAB/TO 4.244
INTIMAÇÃO: DECISÃO: “(...) Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia devida, conforme exposto na petição de fls. 463, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, nos termos do artigo 475-J, *caput*, do Código de Processo Civil. Caso a parte devedora venha optar por não efetuar o pagamento dentro do prazo acima estabelecido, obrigando a prática de atos de constrição, ou apresente impugnação infundada, desde já fixo honorários advocatícios para esta fase processual em 10% (dez por cento) sobre o valor executado. Ultrapassado o prazo sem a efetivação do pagamento, nos termos do artigo 655, inciso I, do Código de Processo Civil, proceda-se à penhora da quantia devida via sistema *BACENJUD*. Caso a diligência seja inexitosa, expeça-se mandado para penhora e avaliação de tantos bens quantos bastarem para satisfação da dívida e demais encargos, devendo ser depositados na forma da lei. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 28 de maio de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM, JUIZ DE DIREITO.”

AUTOS nº: 2009.0011.7102-4/0 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: AURÉLIO ANTÔNIO COSTA ARAÚJO
Advogado: Lindinalvo Lima Luz – OAB/TO 1250-B
Requerido: DIOMAR FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO
Advogado: Silmar Kaeski – OAB/TO 5.021

INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Intime-se o autor para se manifestar sobre a certidão de fls. 43, no prazo de 10 (dez) dias”.

AUTOS nº: 2010.0005.8609-7/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: HENDRYNNA DUARTE CARNEIRO
Advogado: Arthur Teruo Arakaki OAB/TO 3054
Requerido: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: Marcos A. Cordeiro dos Santos OAB/TO 3627
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “[...] Assim sendo, HOMOLOGO por sentença o acordo realizado entre as partes, para que este surta os seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Custas pela requerente, ficando a exigibilidade suspensa, vez que beneficiada pela Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei n.º 1.060/50. Honorários advocatícios conforme pactuado. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, determino que sejam os presentes autos ARQUIVADOS, com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 21 de agosto de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”

AUTOS nº: 2010.0003.9902-5/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: PAULICEIA CRISTINE CARVALHO FERNANDES
Advogado: Tércio Fernandes de Lima OAB/TO 4142
Requerido: BANCO BMG
Advogado: Marcelo Toledo OAB/TO 2512-A
DESPACHO: “Recebo o recurso de apelação de fls. 129/136, interposto pela parte requerente, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para análise do recurso. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 03 de outubro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”.

AUTOS nº: 2010.0008.4637-4/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: KENERSON COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA
Advogado: Abel Cardoso Souza Neto –OAB/TO 4156
Requerido: ÓTICA TROCA TROCA DOS ÓCULOS LTDA
Advogado: Wilson Borges Júnior – OAB 26.360
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) HOMOLOGO por sentença o acordo realizado entre as partes, para que este surta os seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, relativo aos autos nº 2010.0008.4637-4/0, com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, expeça-se alvará. Custas e Honorários advocatícios conforme pactuado. Encaminhem-se cópia do acordo e da sentença aos juízos onde correm as ações relativas aos autos de nº 2010.0008.4634-0/0 e 2010.0008.4635-8/0, e em seguida, arquivem-se com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 15 de outubro de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM, Juiz de Direito”.

AUTOS nº: 2010.0008.5185-8/0 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Exequente: HOFFMANN ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
Advogado: Hélia Karine da Silveira – OAB/GO 20.616 e Dirceu Marcelo Hoffmann – OAB/GO 16.538
Executado: AUTO POSTO NAVEGANTES COMÉRCIO DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
Advogado: Teotonio A. Neto –OAB/TO 668-A
SENTENÇA: DECISÃO: “Com base no melhor entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, determino seja o devedor intimado, via advogado, para no prazo de 15 dias satisfazer a obrigação e pagar a importância de R\$ 43.966,39 (quarenta e três mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos), conforme memória de cálculo de fls. Esclarecendo que o inadimplemento da obrigação implicará na multa automática de 10% do valor do débito (CPC, art. 475-J). Intimem-se (...)”.

AUTOS nº: 2010.0008.5185-8/0 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Exequente: HOFFMANN ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
Advogado: Hélia Karine da Silveira – OAB/GO 20.616 e Dirceu Marcelo Hoffmann – OAB/GO 16.538
Executado: AUTO POSTO NAVEGANTES COMÉRCIO DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
Advogado: Teotonio A. Neto –OAB/TO 668-A
SENTENÇA: DESPACHO: “Como requer às fl. 123/125. Proceda-se com as correções necessárias, a capa de autuação dos autos, após cumpra-se a decisão de fls. 120. Intimem-se (...)”.

AUTOS nº: 2011.0002.9510-4/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Exequente: IMOBEM IMÓVEIS LTDA
Advogado: Gil Reis Pinheiro OAB/TO 1994
Requerido: BARCELOS ADVOGADOS ASSOCIADOS e JOÃO BATISTA MARQUES BARCELOS
Advogado: João Batista Marques Barcelos OAB/GO 13.605
INTIMAÇÃO: DECISÃO: (...) Assim com fulcro no art. 879 do CPC, e no poder geral de cautela, CONCEDO a medida pleiteada e determino que os requeridos paralise imediatamente a obra, devendo se absterem de praticar qualquer ato de inovação do imóvel objeto da penhora. Intimem-se os requeridos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, oferecer resposta, sob pena de se presumirem como verdadeiros os fatos alegados pela Autora. Intime-se a fiel depositaria da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 30 de outubro de 2012. LAURO AUGUSTO MOREIRA MAIA. Juiz de Direito em substituição automática na 1ª Vara Cível.”

AUTOS nº: 2011.0003.3133-0/0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: ERICA ADRIANA DE MELO
Advogado: Arthur Teruo Arakaki OAB/TO 3054
Requerido: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: Elton Tomaz de Magalhães OAB/TO 4405-A

SENTENÇA: “(...) Assim sendo, HOMOLOGO por sentença o acordo realizado entre as partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Oficie-se como solicitado às fls. 87. Custas pelo requerente, ficando a exigibilidade suspensa, vez que beneficiado pela Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei n.º 1.060/50. Honorários advocatícios conforme pactuado. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, determino que sejam os presentes autos ARQUIVADOS, com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 21 de junho de 2012. LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM Juiz de Direito”

3ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

Ação de CANCELAMENTO DE PROTESTO nº 2006.0002.5093-7 - EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS. O Doutor JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JUNIOR – Juiz de Direito, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, na forma da lei etc.. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e 3ª Vara Cível tramitam a Ação acima identificada, proposta por S. DE PAULA E CIA LTDA - EPP, em desfavor de **CONFECÇÃO E ACESSORIOS GLT LTDA**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 04.426.098/0001-02, inscrição estadual nº 116.136.097.119, estabelecida atualmente em lugar incerto e não sabido. **CITA-SE** a(s) parte(s) requerida(s) para que tome(m) conhecimento da presente ação e, querendo, apresente(m) defesa no prazo de **15 (quinze) dias**, sob pena de se presumirem aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor na inicial, nos termos do artigo 285 do CPC, cujo prazo será contado a partir do trigésimo dia da publicação deste na imprensa. Para que não possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias, que será afixado no *placard* do Fórum local, bem como será publicado no Diário da Justiça. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas - TO, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (07-11-2012). Eu, _____, Evanilde Pereira da Silva, Técnico Judiciário da 3ª Vara Cível, o fiz digitar e subscrevo.

4ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS Nº: 2008.0001.9625-4 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO GE CAPITAL S/A
ADVOGADO(A): APARECIDA SUELENE PEREIRA DUARTE
REQUERIDO: LEANDRO MARQUES DA SILVA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DESPACHO DE FL. 25: “Face o teor da certidão de fls. 24, intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Do presente despacho, deve-se intimar também o procurador do autor via Diário da Justiça. Intime-se. Palmas, 06.11.2012. Zacarias Leonardo Juiz de Direito”.

AUTOS Nº: 2008.0003.8754-8 – AÇÃO DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO
REQUERENTE: CLAYTON MARTINS PANIAGO
ADVOGADO(A): KAREN REGO FERREIRA
REQUERIDO: ECM CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DESPACHO DE FL. 47: “Face o teor da certidão de fls. 47, intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Do presente despacho, deve-se intimar também o procurador do autor via Diário da Justiça. Intime-se. Palmas, 30.10.2012. Zacarias Leonardo Juiz de Direito”.

AUTOS Nº: 2008.0000.7301-2 – AÇÃO EXECUÇÃO DE TITULO
REQUERENTE: NATICAL – NATIVIDADE CALÇÁRIO LTDA
ADVOGADO(A): CLAUDIO OLIVEIRA NUNES
REQUERIDO: DARCI FRANCISCO CAPELESSO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DESPACHO DE FL. 84: “Face o teor da certidão de fls. 83, intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Do presente despacho, deve-se intimar também o procurador do autor via Diário da Justiça. Intime-se. Palmas, 30.10.2012. Zacarias Leonardo Juiz de Direito”.

AUTOS Nº: 2008.0000.9440-0 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADO(A): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES
REQUERIDO: ALLISSON RANGEL SARAIVA ALMEIDA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DESPACHO DE FL. 53: “Face o teor da certidão de fls. 52, intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Do presente despacho, deve-se intimar também o procurador do autor via Diário da Justiça. Intime-se. Palmas, 30.10.2012. Zacarias Leonardo Juiz de Direito”.

AUTOS Nº: 2008.0002.0131-2 – AÇÃO EXECUÇÃO
REQUERENTE: SERRAVERDE COMERCIO DE MOTOS LTDA
ADVOGADO(A): FRANCISCO GILBERTO BASTOS DE SOUZA
REQUERIDO: JONNATAS SARES COSTA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DESPACHO DE FL. 054: “Face o teor da certidão de fls. 53, intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Do presente despacho,

deve-se intimar também o procurador do autor via Diário da Justiça. Intime-se. Palmas, 30.10.2012. Zacarias Leonardo Juiz de Direito”.

AUTOS Nº: 2008.0000.6764-0 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO ITAU SEGUROS S/A
ADVOGADO(A): HAMILTON DE PAULA BERNARDO
REQUERIDO: TRANSBICO TRANSPORTE E TURISMO LTDA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DESPACHO DE FL. 107: “Face o teor da certidão de fls. 106, intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Do presente despacho, deve-se intimar também o procurador do autor via Diário da Justiça. Intime-se. Palmas, 30.10.2012. Zacarias Leonardo Juiz de Direito”.

AUTOS Nº: 2008.0002.4063-6 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO BMG S/S
ADVOGADO(A): FABIO DE CASTRO SOUZA
REQUERIDO: LUIZ DO BONFIM VIEIRA BARBOSA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: “Fica a parte Requerente intimada, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o atual endereço para citação da parte contraria, bem como para recolher a locomoção do oficial de justiça para cumprimento no endereço de fls. 56”.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS
ZACARIAS LEONARDO, Meritíssimo Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Palmas, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou que dele conhecimento tiverem que por este meio CITAÇÃO do(a) Requerido(a) LUIZ MILHOMEM DA SILVA para o disposto no campo finalidade: AUTOS Nº: 5018244-06.2012.827.2729 AÇÃO: MONITORIA VALOR DA CAUSA: R\$ 48.424,54 (Quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). REQUERENTE(S): RONALDO EURIPEDES DE SOUZA ADVOGADO:ALEX HENNEMANN REQUERIDO(S): LUIZ MILHOMEM DA SILVA FINALIDADE: CITAR O REQUERIDO LUIZ MILHOMEM DA SILVA em endereço incerto e não sabido, para nos termos da ação supra mencionada, tomar conhecimento, pagar o debito ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias. DESPACHO: "por ora, apenas a citação dos demandados para que, querendo, sob as advertências dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação sob pena de revelia e confissão (...)". SEDE DO JUIZO: 4ª Vara Cível, Fórum I1arquês de São João da Palma, Avenida Teotônio Segurado s/n, Próximo ao Paço Municipal, Palmas - TO -Telefone nº (063) 3218-4565. O presente edital foi expedido para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, sendo que uma via será afixada no átrio do Fórum desta Comarca, bem como será publicado na forma da lei. Palmas, aos 17 de setembro de 2012. Eu, Rouseberk Emrane Siqueira, Técnico Judicial que digitei. Eu, Rosileide Gaspio Freire Lima, Escrivã Judicial que conferi e subscrevo.

3ª Vara Criminal

AO ADVOGADO
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.º 259/2012
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas do ato processual abaixo relacionado:
AUTOS Nº 2010.0001.4637-2
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: HERMÍNIO NUNES BERNARDES E OUTROS
Advogado: RIVADÁVIA BARROS, OAB/TO N. 1803-B
INTIMAÇÃO: Intimo Vossa Senhoria para comparecer perante este juízo no dia 27 de novembro de 2012, às 14:00 horas, a fim de participar da audiência de instrução, debates e julgamento.

2ª Vara da Família e Sucessões

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

AUTOS N.º 2011.0006.9049-6/0
Ação: ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: ESPÓLIO DE JUVERCINO ALVES GUILHERMINO
Requerido: SIRLENE ALVES GUILHERMINO e outros
FINALIDADE: F AZ S A B E R a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania da Segunda Vara de Família e Sucessões processam os autos da Ação de ALVARÁ JUDICIAL, registrada sob o nº 2011.0006.9049-6/0, na qual figura como requerente ESPÓLIO DE JUVERCINO ALVES GUILHERMINO, pela Assistência Judiciária Gratuita e requeridos SIRLEI ARAÚJO ALVES GUILHEMINO, SUELI ALVES GUILHERMINO e outros, residente e domiciliado em lugar incerto ou não sabido. E é o presente para CITAR as requeridas SIRLEI ARAÚJO ALVES GUILHEMINO, SUELI ALVES GUILHERMINO, brasileiras, residente em lugar incerto ou não sabido, para tomar conhecimentos dos termos da presente ação, para querendo contestar, no prazo de 10 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será publicado na forma da Lei e afixado no Placar do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Palmas-TO, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2012 (22/10/2012). Eu ___Escrivão que o digitei e subscrevi. Ass.: Dr. Nelson Coelho Filho – Juiz de Direito.

3ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº.: 2010.0005.7734-9/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS , COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉTRITO C/C AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO

Requerente: DIANARI SEBSTIÃO DE QUEIROZ
Advogado: THIAGO ARAGÃO KUBO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: “Ante o exposto, JULGO improcedente o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. (a) **FREDERICO PAIVA BANDEIRA DE SOUZA-Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP Portaria nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012.”**

Autos nº.: 2010.0005.7734-9/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS , COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉTRITO C/C AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: DIANARI SEBSTIÃO DE QUEIROZ
Advogado: THIAGO ARAGÃO KUBO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: “Ante o exposto, JULGO improcedente o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. (a) **FREDERICO PAIVA BANDEIRA DE SOUZA-Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP Portaria nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012.”**

Autos nº.: 2010.0006.4885-8/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: HILDA PUGAS DE ARAÚJO
Advogado: PAULO BELI MOURA STAKOVIAK JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA:.” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2011.0003.5085-7/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: MARIA DA AJUDA GOMES LARANJEIRAS SOUSA e OUTROS
Advogado: SÉRGIO FERREIRA VIANA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA:.” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0010.7310-7/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: MARY LANY RODRIGUES DE FREITAS e OUTROS
Advogado: DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA:.” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2011.0007.9182-9/0
Ação: RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO
Requerente: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO AMORIM DE ARAÚJO COSTA
Advogado: MARCELO HENRIQUE DE ANDRADE MOURA
SENTENÇA: “Posto Isso, com fulcro nos artigos 57 e 109, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), em conformidade com o Parecer Ministerial DEFIRO PARCIAMENTE o pedido de fls. 04/13, retificado no termo de audiência de fl. 42, e, por consequência, determino a expedição de mandado, para que o Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Pedro Afonso-TO, proceda às seguintes

RETIFICAÇÕES: 1 – Na Certidão de Nascimento da Requerente, lavrada sob a matrícula nº12673 001 55 1971 00038 293 0003754 14, fazendo constar seu nome como MARIA AMORIM DE ARAÚJO, ao invés de Maria do Perpétuo Socorro Amorim de Araújo, e 2 – Na sua Certidão de Casamento, lavrada sob às fls. 115, do livro B-Aux-01, nº 229, alterado o seu nome de casada, passando a constar MARIA AMORIM DE ARAÚJO COSTA, e não Maria do Perpétuo Socorro Amorim de Araújo Costa. Mantendo-se os demais dados inalterados, procedendo-se as averbações à margem dos assentos. Anote-se que à requerente foi concedido o benefício da assistência judiciária gratuita, a qual compreende, nos termos do artigo 3º, I e II, da Lei 1.060/50, gratuidade na taxa judiciária, selos e emolumentos, custas devidas a serventuários da Justiça (JTJ 197/210). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Palmas - TO, em 29 de outubro de 2012. (a) **FREDERICO PAIVA BANDEIRA DE SOUZA-Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP Portaria nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012.”**

Autos nº.: 2010.0006.4926-9/0
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS , COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA TUTELA V/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: DULCE MARIA SAATH
Advogado: MARCELO DE SOUZA TOLEDO SILVA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: “**POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO**, em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 295, VI, c/c. art. 267, I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade da justiça ora deferida. Verificado o trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas - TO, em 31 de outubro de 2012. (a) **FREDERICO PAIVA BANDEIRA DE SOUZA-Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP Portaria nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012.”**

Autos nº 2010.0010.3476-4
Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: ANA BEATRIZ DUPRE SILVA E OUTROS
Advogado: ULISSES MELAULO BARBOSA E VINICIUS PIÑEIRO MIRANDA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2011.0003.0889-3
Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: GENIVAL DA SILVA GUEDES E OUTROS
Advogado: SÉRGIO FERREIRA VIANA E JEOVÁ DE LIMA SIMÕES
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº.: 2010.0010.3314-8/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: PERCILIANA JOAQUINA BEZERRA DE CARVALHO
Advogado: LAYLA ANITA MENEGUETTI FRANCESCHETTO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“SENTENÇA:.” (...). **POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO**, em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 295, VI, c/c art. 267, I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade da justiça ora deferida. Verificado o trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas - TO, em 31 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0006.4708-8/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: ROBERCINE ALVES MONTEIRO
Advogado: MARCELO DE SOUZA TOLEDO SILVA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“**SENTENÇA:.”** (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores

ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0005.7735-7/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: JOSÉ IVAN FARIAS DE OLIVEIRA
Advogado: DILMAR DE LIMA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“SENTENÇA.”. (...). **POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO**, em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 295, VI, c/c art. 267, I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade da justiça ora deferida. Verificado o trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas - TO, em 31 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0006.4832-7/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: CLAUDINÉIA PEREIRA DE CARVALHO
Advogado: MARCELO DE SOUZA TOLEDO SILVA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“SENTENÇA.”. (...). **POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO**, em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 295, VI, c/c art. 267, I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade da justiça ora deferida. Verificado o trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas - TO, em 31 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0005.7726-8/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: IRISMAR DE LOURDES TEIXEIRA LIMA
Advogado: DILMAR DE LIMA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“SENTENÇA.”. (...). **POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO**, em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 295, VI, c/c art. 267, I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas. Verificado o trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas - TO, em 31 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0010.3385-7/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: MARIA DE FÁTIMA SOARES RODRIGUES e OUTROS
Advogado: VINICIUS PIÑEIRO MIRANDA e ULISSES MELAURO BARBOSA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“**SENTENÇA.**” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0006.2264-6/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: ANDREANE SOUSA COSTA e OUTROS
Advogado: ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“**SENTENÇA.**” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0006.5866-7/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: AGOSTINHO FERREIRA RIOS e OUTROS
Advogado: GISELE DE PAULA PROENÇA e LORENNÁ C. VALADARES SILVA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS

Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“**SENTENÇA.**” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2010.0010.0977-8/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: MERINERGES CERQUEIRA MOREIRA e CARLA VALERIA GOMES MARTINS
Advogado: VINICIUS PIÑEIRO MIRANDA e ULISSES MELAURO BARBOSA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“**SENTENÇA.**” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2011.0007.9420-8/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: IRACEMA ALVES VALADÃO e OUTROS
Advogado: SÉRGIO FERREIRA VIANA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“**SENTENÇA.**” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº.: 2011.0003.0906-7/0
Ação: DECLARATÓRIA
Requerente: ELIAN PINHEIRO DE SOUZA e OUTROS
Advogado: SÉRGIO FERREIRA VIANA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
“**SENTENÇA.**” (...). Ante o exposto, JULGO improcedentes os pedidos das iniciais, e declaro extinto os processos, com resolução do mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifiquem-se a data do trânsito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publiquem-se. Registrem-se. Intimem-se. Palmas - TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto – Respondendo pela 3ª VFFRP – (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012 – DJ-e nº 2884 de 30/05/2012)”.

Autos nº 2011.0003.8148-5
Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO FISCAL
Requerente: NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO
Advogado: MARCELO DE SOUZA TOLEDO SILVA E PAULO BELI MOURA STAKOVIÁK JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. . Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0006.4928-5
Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO FISCAL
Requerente: LEONARDA DIAS DE SOUSA SANTOS
Advogado: MARCELO DE SOUZA TOLEDO SILVA E PAULO BELI MOURA STAKOVIÁK JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS

SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0006.4901-3

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: GEIZA MARIA AZEVEDO DE SOUZA
Advogado: MARCELO DE SOUZA TOLEDO SILVA E PAULO BELI MOURA STAKOVIK JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2011.0003.8188-4

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: TEREZINHA DE JESUS PEREIRA LEITE
Advogado: MARCELO DE SOUZA TOLEDO SILVA E PAULO BELI MOURA STAKOVIK JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0010.0943-3

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: SILMA NARCISO AMARAL
Advogado: LEANDRO FINELLI HORTA VIANA E RAIMUNDO COSTA PARRIÃO JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0010.0830-5

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: MARIA HELENA BISPO VARANDA
Advogado: LEANDRO FINELLI HORTA VIANA E RAIMUNDO COSTA PARRIÃO JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2011.0003.6126-3

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: JOAQUIM RIBEIRO NETO
Advogado: LEANDRO FINELLI HORTA VIANA E RAIMUNDO COSTA PARRIÃO JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS

SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2011.0000.1098-3

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: PATRICIA DE BRITO COSTA DEL CORSO DE MORAES
Advogado: ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA, FRANCIELLE PAOLA RODRIGUES BARBOSA E CARLOS FANKLIN DE LIMA BORGES
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0005.6800-5

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: FAUSTO MAGALHÃES CRISPIM
Advogado: PÚBLIO BORGES ALVES
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2011.0006.5771-5

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: FRANCISCA AUXILIADORA DA COSTA E OUTROS
Advogado: SÉRGIO FERREIRA VIANA E JEOVÁ DE LIMA SIMÕES
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). Ante o exposto, **JULGO improcedente** o pedido da inicial, e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, ex vi do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em atenção ao Princípio da Causalidade, condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ficando, contudo, suspensa a cobrança, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Certifique-se a data do transito em julgado e não havendo postulação executiva, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas/TO, em 30 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0010.0982-4

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: MARIA DA PENHA DE SOUSA E SILVA BANDEIRA
Advogado: PATRÍCIA JULIANA PONTES RAMOS MARQUES E SUYANE MASELLE ABREU E COELHO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). **POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO** em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 295, VI, c/c art. 267 I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas. Verificando o trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas/TO, em 31 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0009.4723-5

Ação: Ação: ORDINÁRIA
Requerente: ISABELLA DUARTE DE OLIVEIRA DIAS
Advogado: ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA, FRANCIELLE PAOLA RODRIGUES BARBOSA E CARLOS FANKLIN DE LIMA BORGES
Requerido: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). **POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO** em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 295, VI, c/c art. 267 I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas. Verificando o

trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas/TO, em 31 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Autos nº 2010.0010.4823-4

Ação: Ação: DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TRIBUTOS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO FISCAL
Requerente: JOSINA PEREIRA DE SOUSA
Advogado: PATRÍCIA JULIANA PONTES RAMOS MARQUES E SUYANE MASELLE ABREU E COELHO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
SENTEÇA: (...). **POSTO ISSO**, à vista da inércia do interessado, **JULGO** em consequência, **EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 295, VI, c/c art. 267 I, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas. Verificando o trânsito em julgado do presente decreto, providencie as baixas e cancelamentos devidos, e arquivem-se os autos. **Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.** Palmas/TO, em 31 de outubro de 2012. Frederico Paiva Bandeira de Souza – Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 3ª VFFRP (Portaria PRES/TJTO nº 332/2012-DJ –e nº 2884 de 30/05/2012).

Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 DIAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2010.0003.7048-5, tendo como Requerido: ANTONIO ALVES FILHO, qualificação ignorada, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão que concedeu as medidas protetivas. Sem Custas e sem honorários advocatícios. Publique. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, archive-se.* Palmas(TO), 13 de Abril de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 8 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2011.0006.0580-4, tendo como Requerido: EDIVAN DOS SANTOS SILVA, brasileiro, união estável, filho de José Moreira da Silva e Maria Cesaria dos Santos, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando as decisões proferidas em contrário. Sem Custas e sem honorários advocatícios. Publique. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, archive-se.* Palmas(TO), 06 de Junho de 2012.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 8 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2010.0007.3634-0, tendo como Denunciado: CLAUDEERLEI OLIVEIRA LEITE, brasileiro, união estável, guarda noturno, nascido aos 12/07/1977, natural de São João do Araguaial/PA, filho de Alcino Alves Leite e Raimunda Oliveira Leite, o Denunciado encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, com fundamento no artigo 397, VI, do Código de Processo Penal, ABSOLVO SUMARIAMENTE o denunciado CLAUDEERLEI OLIVEIRA LEITE da acusação que lhe foi imposta, haja vista encontrar-se extinta a sua punibilidade pela prescrição retroativa considerando a pena em perspectiva do crime a ele atribuído (artigos 107, IV, 109, VI, e 110, § 1º, e 129, § 9º, todos Código Penal). Sem Custas e sem honorários advocatícios. Publique. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e as devidas baixas, arquivem-se, com as cautelas de praxe.* Palmas(TO), 28 de Março de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 8 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2007.0009.4928-9, tendo como Requerido: DEILSON PEREIRA DA SILVA, brasileiro, união estável, garçon, nascido aos 26/09/1987, natural de Imperatriz/MA, filho de Gilson Pereira de Oliveira e Maria Alice Pereira, o Denunciado encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, com fundamento no artigo 808, I, e 267, VI, ambos do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão proferida nestes autos. Sem Custas e sem honorários advocatícios. Publique. Registre-se.*

Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, após as cautelas de praxe, arquivem-se. Palmas(TO), 28 de Março de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 8 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Ação Penal n. 2010.0008.7713-0, tendo como Denunciado: DEILSON PEREIRA DA SILVA, brasileiro, união estável, garçon, nascido aos 26/09/1987, natural de Imperatriz/MA, filho de Gilson Pereira de Oliveira e Maria Alice Pereira, o Denunciado encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, com fundamento no artigo 397, IV, do Código de Processo Penal, ABSOLVO SUMARIAMENTE o denunciado DEILSON PEREIRA DA SILVA da acusação que lhe foi imposta, haja vista encontrar-se extinta a sua punibilidade pela prescrição retroativa considerando a pena em perspectiva do crime a ele atribuído (artigos 107, IV, 109, VI, e 110, § 1º, e 129, § 9º, todos do Código Penal). Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e as devidas baixas, arquivem-se, com as cautelas de praxe.* Palmas(TO), 28 de Março de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2009.0004.2817-0, tendo como Requerido: ANTONIO ROCHA MILHOMEM, brasileiro, união estável, construtor, nascido aos 06/02/1965, natural de Guarai/To, filho de Odonio Sousa Milhomem e Adonzilia Rocha Milhomem, o Denunciado encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, com fundamento no artigo 808, III, e 267, VI, ambos do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão proferida nestes autos. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se(por edital se for o caso). Após o trânsito em julgado e as devidas baixas, arquivem-se, com as cautelas de praxe.* Palmas(TO), 30 de Abril de 2012.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Ação Penal n. 2009.0009.7879-0, tendo como Denunciado: ANTONIO ROCHA MILHOMEM, brasileiro, união estável, construtor, nascido aos 06/02/1965, natural de Guarai/To, filho de Odonio Sousa Milhomem e Adonzilia Rocha Milhomem, o Denunciado encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, de ofício, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ANTÔNIO ROCHA MILHOMEM, com fulcro no artigo 107, VI, primeira figura, combinando com o artigo 109, VI, e artigo 147, todos do Código Penal, e artigo 61, do Código de Processo Penal, julgando, pois, extinto o presente feito. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após a preclusão do prazo recursal, arquivem-se o presente auto. Comunique-se ao Instituto de Identificação da SSP/TO, para registro na rede INFOSEG, e ao cartório distribuidor, nos termos 7.16.1, inciso III, do Provimento nº 02/2011-CGJUS.* Palmas(TO), 30 de Abril de 2012.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Ação Penal n. 2008.0001.9446-4, tendo como Denunciado: JOSÉ ALVES DA SILVA, brasileiro, união estável, artesão, nascido aos 07/12/1954, natural de Grajaú/MA, nascido aos 07/12/1954, filho de Juvêncio Alves da Silva e Maria Honorato da Silva, o Denunciado encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) *Ante o exposto, de ofício, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOSÉ ALVES DA SILVA, com fulcro no artigo 107, VI, primeira figura, combinando com o artigo 109, VI, e artigo 147, todos do Código Penal, e artigo 61, do Código de Processo Penal, julgando, pois, extinto o presente feito. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após a preclusão do prazo recursal, arquivem-se o presente auto.* Palmas(TO), 31 de Março de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ *Marilene Nascimento Costa*, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto *Luatom Bezerra Adelino de Lima*, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2010.0002.0985-4, tendo como Requerido: VALDIMAR PASSOS DE ABREU, brasileiro, união estável, pedreiro, natural de Lago dos Rodrigues/MA, nascido aos 11/07/1974, filho de Pedro Viveiros de Abreu e Dalva dos Passos Abreu, o requerido encontra-se

atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão que concedeu as medidas protetivas. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 19 de Abril de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2010.0002.0985-4, tendo como Requerido: VALDIMAR PASSOS DE ABREU, brasileiro, união estável, pedreiro, natural de Lago dos Rodrigues/MA, nascido aos 11/07/1974, filho de Pedro Viveiros de Abreu e Dalva dos Passos Abreu, o requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão que concedeu as medidas protetivas. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 19 de Abril de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2010.0002.0985-4, tendo como Requerido: VALDIMAR PASSOS DE ABREU, brasileiro, união estável, pedreiro, natural de Lago dos Rodrigues/MA, nascido aos 11/07/1974, filho de Pedro Viveiros de Abreu e Dalva dos Passos Abreu, o requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão que concedeu as medidas protetivas. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 19 de Abril de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2011.0008.6709-4, tendo como Requerido:EDIMILSON RODRIGUES DE SOUSA, brasileiro, casado, natural de Tocantinópolis/To, nascida aos 06/02/1981, filho de João Marques de Sousa e Maria Consola Rodrigues de Sousa, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento nos artigos 329 e 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 16 de Dezembro de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2011.0008.6709-4, tendo como Requerido: URDILAN DA SILVA MENDES, brasileiro, união estável, autônomo, natural de Presidente Vargas/MA, nascido aos 17/11/1981, filho de Martinho Correa Mendes e Maria José Pereira da Silva, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando a decisão que concedeu as medidas protetivas. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 28 de Novembro de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2010.0010.7592-4, tendo como Requerido: VALDECI COSTA DOS SANTOS, brasileiro, casado, funcionário público, nascido aos 23/10/1970, natural de Caxias/MA, filho de José Raimundo dos Santos e Domicia Costa dos Santos, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267,

VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 19 de Abril de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2011.0007.9522-0 tendo como Requerido: JOÃO PAULO NOGUEIRA ROMARIZ, brasileiro, união estável, nascida aos 15/10/1979, natural de Maceió/AL, filho de José Romariz Sobrinho e Limeuza Nogueira, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão que concedeu as medidas protetivas. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se(se for o caso, por edital). Decorrido o prazo recursal, archive-se. archive-se. Palmas(TO), 10 de Fevereiro de 2012.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2011.0000.1029-0 tendo como Requerido: RUBENS SOARES DE SOUSA, brasileiro, solteiro, filho de Elizeu Alves Costa e Irani Soares Sousa, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 06 de Maio de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

O juiz substituto Luatom Bezerra Adelino de Lima, respondendo pela Vara Especializada no combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas – TO faz saber a todos que, tramitam neste Juízo os autos de Medida Protetiva de Urgência n. 2010.0002.0206-0, tendo como Requerido: JOSÉ MAURO DA SILVA DE SOUSA, qualificação ignorada, o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica INTIMADO pelo presente edital, da sentença proferida conforme trecho a seguir transcrito: “(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, revogando, por conseguinte, a decisão que concedeu as medidas protetiva. Sem custas. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo recursal, archive-se. Palmas(TO), 19 de Abril de 2011.”. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 7 de novembro de 2012. Eu, ____ Marilene Nascimento Costa, Técnica Judicial, digitei e subscrevo.

PALMEIRÓPOLIS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2012.0002.9281-2

Ação: Embargos A Execução

Embargante: INSS

Embargado: Vilma da Silva Alves

SENTENÇA: O INSTITUO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS aforou EMBARGOS Á EXECUÇÃO, em face de VILMA DA SILVA ALVES, sob o fundamento, em suma, de que os cálculos do embargo apresentam valores em excesso. Aduziu, que foram aplicados índices de correção monetária não prevista em lei a partir da competência de 07/2009, devendo-se observa, porquanto os índices previsto na forma da Lei nº 11.960/2009.Intimado a manifestar sobre os embargos, a embargada concordou com a planilha elaborada pela Autarquia embargante, conforme se verifica às fls. 12.Vieram-me conclusos.É o relatório. DECIDO.O feito comporta JULGAMENTO ANTECIPADO ante a prescindibilidade de dilação probatória, haja vista que a matéria em discussão é tão somente de direito, conforme preceitua o art.330, inciso I, 1a parte do Caderno Instrumento Civil. Os embargos são PROCEDENTES, tendo em vista que a embargada reconheceu o alegado excesso do valor exequiando e manifestou concordância com os cálculos apresentados pela Autarquia. POSTO ISTO, sem maiores delongas, com fulcro no artigo 740, do Caderno Instrumental Civil, julgo PROCEDENTES os EMBARGOS Á EXECUÇÃO e, HOMOLOGO os cálculos apresentados pela embargante às fls. 07/08, no montante de R\$ 19.490,08 (dezenove mil quatrocentos e noventa reais e oito centavos). De consequência, JULGO EXTINTO OS EMBARGOS COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 269, II, do Código de Processo Civil.Defiro os benefícios da Gratuidade da Justiça ao embargado, razão pela qual deixo de condená-lo á sucumbência. Assim, EXPEÇA-SE a Requisição de pequeno Valor - RPV, conforme requerido às fls. 12 e, nos termos do art. 364, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Região e conforme o Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos

de Precatórios e Requisição de Pequeno Valor da Justiça Federal (Conselho da Justiça Feral).A contadoria para cálculo das custas processuais, nos termos da sentença de fls. 114/135 dos autos em apenso. Após, expeça-se também, ofício requisitório para pagamento.P.R.I.C. Após o pagamento, arquivem-se os autos. Palmeirópolis, 31 de outubro de 2012. . Manuel de Faria Reis Neto – Juiz de Direito.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS : 2011.0012.0636-9 –AÇÃO PENAL.

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO.
Denunciada: GERUSA LOURENÇO DAS NEVES.
Advogado: DR. CICERO DANIEL DOS SANTOS - OAB/GO 12.030.
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "...Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12/12/2012, às 13:00 horas. Intimem-se. Cumpra-se. Pals., 05/11/2012- Manuel de Faria Reis Neto – Juiz de Direito.

PARAÍSO

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2012.0003.6256-0/0
Ação: Ação de Execução de Título Extrajudicial.
Exequirente(s): HSBC BANK BRASIL – BANCO MÚLTIPLO.
Advogada.: Dr(a). Aleksander Ogawa da Silva Ribeiro - OAB/TO nº 2549 e outros.
Executado(s): Charles Fleuri Mattos e Giuliano Fleuri Matos
Adv do Executado(s): N i h i l
Intimação: Intimar o(s) advogado(s) da parte (REQUERENTE), para no prazo de CINCO (5) DIAS, manifestar-se da **Certidão da Oficial de Justiça de fls. 54**, que citou os executados, mas deixou de PROCEDER A PENHORA em bens de propriedade do devedor, haja vista não localizar bens livre e desembaraçado de propriedade dos mesmos para penhorar. Ficando ainda intimada a manifestar-se no prazo legal, requerendo o que entender de útil ao andamento do feito, sob pena de extinção e arquivo.

- **Autos nº 2011.0011.4695-1/0.**
Ação: Consignação em Pagamento.
Requerente: WANDERSON ALVES FRERES.
Advogado(a): Dra. Iara Maria Alencar – OAB/TO nº 78 - B.
Requerido: LOJAS REALEZA.
Advogado: Nihil.

INTIMAÇÃO: Fica(m) o(a) parte(s) **REQUERENTE**, por seu/sua advogado(a)(s) – Dra. Iara Maria Alencar – OAB/TO nº 78 - B, intimado(a)(s) para no prazo de **CINCO(5) DIAS** depositar/consignar em dinheiro no valor ofertado mais correção monetária e juros de mora de 12% ao contados do vencimento em 23/04/2008, tudo nos termos da decisão liminar cujo teor segue parcialmente transcrito: **DECISÃO:** "... Assim determino: **1.** Deposite/consigne o autor, no prazo de até **CINCO (5) DIAS**, contados da intimação deste despacho, **em dinheiro, no valor ofertado mais correção monetária 9INPC/IBGE) e juros de mora de 12% ao ano, contados do vencimento em 23-ABRIL-2008**, no cartório deste juízo do 1º ofício cível que deverá, em seguida, imediatamente, por medida de segurança, ser efetivado/recolhido na Caixa Econômica Federal, agência 1141 (Paraíso do Tocantins/TO), em conta bancária judicial conta vinculada a este processo e juízo; **2. Após o depósito, Oficie-e ao SP/SERASA**, com cópias da inicial, dos documentos de f. 10/12 e desta decisão liminar, **para providenciarem o cancelamento e retirada do nome do autor do seu Cadastro relativamente à inscrição efetivada pela ré LOJAS REALEZA; 2.1** Não ofertado o depósito, no prazo assinalado, à conclusão imediata; **3.** Somente após efetuado o depósito **CITE(M)-SE** o(s) réu(s) por EDITAL a ser publicado no DJTO e jornal de circulação estadual, nos termos do art. 232, III, do CPC (*único meio para atingir sua finalidade*), para receberem e levantarem o depósito; **3.1** Comparecendo o(s) réu(s) e recebendo, os honorários advocatícios, de 10% (dez por cento) do depósito e as custas e despesas de sua responsabilidade deverão ser retidos no ato pela escrivania, descontando-se do montante do pagamento, de tudo lavrando-se termo; **3.2** O prazo de RESPOSTA/CONTESTAÇÃO, no caso de não recebimento, é de QUINZE (15) DIAS contados da juntada aos autos do AR, a menos que compareça(m) antes da citação/depósito, caso em que o prazo se contará data do depósito; **3.3** Conste da citação as advertências dos artigos 285, 297 e 319 do CPC; **4.** Advirto a autora e sua advogada que se o EDITAL DE CITAÇÃO não for publicado nos moldes determinados (CPC, art. 232,II), no prazo de TRINTA (30) DIAS após o depósito/consignação (*itens 1 e 3 deste despacho*), será a liminar revogada e extinto o processo sem resolução de mérito, com retorno da restrição cadastral; **5. Intime-se a autora por seu advogado**, deste despacho, **urgentemente**. Paraíso do Tocantins (TO), 08 de fevereiro de 2012. Juiz **ADOLFO AMARO MENDES** – Titular da 1ª Vara Cível". *Eu,Glacyneide Borges Rocha, Escrevente o digitei e subscrevi.*

Processo nº 2010.0001.0896-9/0
Natureza: **Ação de Execução.**
Exequente: BANCO BRADESCO S/A.
Advogado(a): Dr: Osmarino José de Melo – OAB/TO nº 779-B
Executado(s): Empresa – D. C. R., COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, e seus avalistas: DIOMILSON DE JESUS SANTOS E CHRISTIANE CHAGAS SANTOS.
Advogado(a): N h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte (EXEQUENTE), – Dr: Osmarino José de Melo – OAB/TO nº 779-B, do inteiro teor do Despacho proferido nos autos às fls. 42, cujo teor segue transcrito na íntegra: **DESPACHO: 1.** Aguarde-se cumprimento do acordo até 08-JULHO-2014, ou até manifestação do credor exequente; Vencido o prazo de pagamento e ultrapassados CINCO dias dessa data, sem manifestação do credor, se presumirá adimplido o acordo, com homologação do mesmo e extinção do processo executivo; **2.** Vencido o prazo, sem manifestação do credor exequente, **a CONCLUSÃO imediata em**

16-JULHO-2014; 3. Intimem-se credor, pessoalmente e seu advogado (OS DOIS); 4. intime(m)-se Cumpra-se. Paraíso do Tocantins/TO, 28 de junho de 2011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª Vara Cível.

AUTOS: 2009.0007.7248-2/0
AÇÃO: Ação de Execução de Sentença/Ação de Cumprimento de Sentença.
Exequente(s): ANA CLEIDE DO NASCIMENTO e outros.
Adv. Exequente(s): Dr. José Erasmo Pereira Marinho – OAB/TO nº 1.132-B.
Executado(s): Antonio Carlos Borges.
Advs. Executado(s): Dr. Aleksander Ogawa da Silva Ribeiro – OAB/TO nº 2.549 e Dr. Rogério Magno de M. Mendonça – OAB/TO nº 4.087-B.
Intimação: Intimar o(s) advogado(s) da(s) parte(s) EXECUTADA - Dr. Aleksander Ogawa da Silva Ribeiro – OAB/TO nº 2.549 e Dr. Rogério Magno de Macedo Mendonça – OAB/TO nº 4.087-B, intimados para **IMPUGNAR(EM) A EXECUÇÃO** no prazo de **QUINZE (15) DIAS. Ficando ainda intimado(s)** do inteiro teor do **Despacho de fls. 294**, que segue parcialmente transcrito: DESPACHO: 1....2. Assim determino a PENHORA ON LINE via BACENJUD, do valor da execução, acrescido de multa de 10% (CPC, art. 475-J) **no valor total de R\$ 345.459,38** conforme indicação do credor às f. 137/138 dos autos; 3. Após, se **penhorados bens**, INTIME-SE, imediatamente, ao EXECUTADO DEVEDOR **na pessoa de seu advogado de f. 290/292, para IMPUGNAR A EXECUÇÃO** no prazo de QUINZE (15) DIAS; 4. **Se NÃO PENHORADOS VALORES, intimem-se ao exequente pessoalmente/correios (AR) e seu advogado (OS DOIS)**, com cópia deste despacho, **para se manifestarem em CINCO (5) DIAS**, sobre o processo requerendo o que entenderem, **OBSERVANDO ao credor que não será admitido novo pedido, caso a penhora on line tenha resultado infrutífera**, eis que só possível novo pedido de utilização do sistema BACEN-Jud, demonstrando o credor, justificadamente, provas ou indícios de modificação situação econômica do executado, sob pena de perpetuação da execução (Precedentes: ST.J, REsp 1284587/SP, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 01/03/2012; REsp 1145112/AC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/10/2010, DJ e 28/10/2010) e se comprovar que encetou diligências visando a procura de outros bens penhoráveis, **TUDO sob pena de extinção e arquivo.5.** Intimem-se. Paraíso do Tocantins/TO, 06 de JUNHO de 2012.

Autos nº: 2010.0006.8242-8/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: VALTERVAN FERREIRA MENDES.
Advogado. Dr. Jacy Brito Faria – OAB/TO nº 4.279
Requerido: ANGELA MARIA LEITE - FRUTAS.
Advogado: Dr. Rodney Almeida de Macedo - OAB/SP nº 167.578.
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes (Requerente e Requerido), Dr. Jacy Brito Faria – OAB/TO nº 4.279 e Dr. Rodney Almeida de Macedo – OAB/SP nº 167.578, do inteiro teor do Despacho proferida nos autos às fls. 237, que segue transcrito na íntegra. Despacho. 1 – Cumpra-se **IMEDIATAMENTE a decisão de fls. 176/178 dos autos** que declinou da competência para a Comarca de SÃO PAULO-CAPITAL (Vila Leopoldina, a quem pertencer), enviando-se os autos pelos correios (AR) anotando-se a remessa, extraindo-se antes cópia autêntica (capa-a-capa) para arquivo em cartório, por medida de segurança, em caso de extravio; 2 – Cumpra-se. Paraíso do Tocantins – TO, 01 de novembro de 2.012. Juiz ADOLFO AMARO MENDES - Titular da 1ª Vara Cível.

Autos nº: 2010.0006.8242-8/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: VALTERVAN FERREIRA MENDES.
Advogado. Dr. Jacy Brito Faria – OAB/TO nº 4.279
Requerido: ANGELA MARIA LEITE - FRUTAS.
Advogado: Dr. Rodney Almeida de Macedo - OAB/SP nº 167.578.
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente, Dr. Rodney Almeida de Macedo – OAB/SP nº 167.578, do inteiro teor da Decisão proferida nos autos às fls. 189, que segue transcrito parcialmente. Decisão... O caráter infringente a cujo efeito se atribui aos embargos declaratórios, por parte da doutrina e jurisprudência, em caráter excepcional, ocorre quando manifesto o equívoco e não existindo no sistema legal outro recurso para a correção do erro cometido, ainda que tal implique em modificação da decisão anterior (STJ-RSTJ 103/187, 663/172), o que, evidente, não eé o caso dos autos. **Embargos conhecidos, mas rejeitados, liminarmente. Persiste a sentença tal como está lançada, integralmente, às fls. 176/178 dos autos.** Intimem-se. Paraíso do Tocantins – TO, 11 de março de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES - Titular da 1ª Vara Cível.

Autos nº: 2010.0006.8242-8/0 – AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: VALTERVAN FERREIRA MENDES.
Advogado. Dr. Jacy Brito Faria – OAB/TO nº 4.279
Requerido: ANGELA MARIA LEITE - FRUTAS.
Advogado: Dr. Rodney Almeida de Macedo - OAB/SP nº 167.578.
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente, Dr. Rodney Almeida de Macedo – OAB/SP nº 167.578, do inteiro teor da Decisão proferida nos autos às fls. 176, que segue transcrito parcialmente. Decisão... ISTO POSTO, conhecendo da exceção e a julgo procedente para declarar competente o Juízo da Comarca do Estado de São Paulo, Município de São Paulo, no FORO REGIONAL a quem pertencer o bairro VILA LEOPOLDINA, como competente para processar e julgar a presente ação e **determino a remessa dos autos principais àquela Comarca**, para a distribuição ao Juízo Cível competente, com baixas nos registros. Custas e despesas processuais pelo excepto. Sem verba honorária. Após **preclusão desta decisão** (trânsito em julgado) e **certificado nos autos, remetam-se os autos ao Juízo da Comarca de SÃO PAULO-CAPITAL**, para ser distribuída a uma das varas cíveis da comarca da Capital de São Paulo/SP, a quem pertencer o bairro VILA LEOPOLDINA, domicílio da ré, arquivando-se a exceção de incompetência, com baixas nos registros. Determino, outrossim, que se extra-ia cópia destes autos (capa-a-capa), para arquivo neste juízo, por medida de segurança e suprir eventual necessidade de restauração dos autos. Intimem-se e cumpra-se. Paraíso do Tocantins – TO, 24 de fevereiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES - Titular da 1ª Vara Cível.(j.B).

Autos nº 2006.0002.0549-4/0
Ação: AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Exequente(s): ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO e JAKELINE DE MORAIS E OLIVEIRA.

Advogada.: Dr(a). Jakeline de Moraes e Oliveira - OAB/TO nº 1634
Executado(s): SILVIO DOMINGUES FILHO E DALVANI DIAS DOMINGUES
Adv do Executado(s):.Dr. Jacy Brito Faria - OAB/TO nº 4279
Intimação: Intimar a advogada da parte (REQUERIDA) - Dr(a).Jakeline de Moraes e Oliveira - OAB/TO nº 1634, para no prazo de CINCO (5) DIAS, manifestar-se da **Certidão da Oficial de Justiça de fls. 438**, que deixou de cumprir a presente ordem, em virtude da parte não providenciar as custas de locomoção tendo em vista que o requerido atualmente reside em sua propriedade rural no Distrito Judiciário de Santa Rosa, bem como, não recolheu as custas judiciais pertinentes ao funjuris. Ficando ainda intimada a manifestar-se no prazo legal, requerendo o que entender de útil ao andamento do feito, sob pena de extinção e arquivo.

Autos nº 2010.0006.1570-4/0.
Ação: Cancelamento de Protesto.
Requerente.: JOÃO DE ABREU NASCIMENTO.
Advogado....: Dr(a). Ercílio Bezerra de Castro Filho – OAB/TO nº 69 e Dr(a). Jakeline de Moraes e Oliveira – OAB/TO nº 1634.
Requerido....: MAGRIL – COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA
Advogado....: Nihil.
Requerido....: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS TATU S/A
Advogado....: Dr(a). Sayuri Sandra Takigahira – OAB/SP nº 163.340 e Dr(a). Tiago Esteves da Cunha – OAB/SP nº 266.999.

INTIMAÇÃO: Fica(m) o(a) parte(s) **REQUERIDA(S) (Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S/A)**, por seu/sua advogado(a)(s) – Dr(a). Sayuri Sandra Takigahira – OAB/SP nº 163.340 e Dr(a). Tiago Esteves da Cunha – OAB/SP nº 266.999, , intimado(a)(s) da Sentença prolatada nos autos em epígrafe, cujo teor segue parcialmente transcrito: **SENTENÇA:** "... Relatei. Decido. Conheço dos embargos e rejeito-os, *ad limine, ab ovo*, visto que não foi omitida qualquer ponto constante dos autos, carreados à inicial e resposta, que não foram alvo de apreciação na sentença de mérito, bem como não há na sentença qualquer obscuridade, contradição ou erro material evidente (CPC, artigo 535, I e II). A utilização dos embargos, neste caso, tem apenas o condão e finalidade elícita e manifesta de adiar a efetividade da decisão proferida, senão em aberta e manifesta tentativa de fraude processual, com certeza com intuito absolutamente procrastinatório e ou protelatório. É verdade que os embargos não consubstanciam crítica ao ofício judicante, mas servem-lhe de aprimoramento; que tem a parte o direito indelével à entrega da prestação jurisdicional de forma clara e precisa; mas, contudo, não têm os mesmos o condão de ser mera fonte de consulta, de alterar a decisão ou reexaminá-la, não podendo, enfim, revestir-se de caráter infringente, posto que não se prestam à correção de erro de julgamento ou dos fundamentos da decisão, só possível através dos meios recursais e/ou processuais pertinentes. O caráter infringente a cujo efeito se atribui aos embargos declaratórios, por parte da doutrina e jurisprudência,, em caráter excepcional, ocorre quando manifesto o equívoco e não existindo no sistema legal outro recurso para a correção do erro cometido, ainda que tal implique em modificação da decisão anterior (STJ – RSTJ 103/187, 663/172), o que, evidente, não é o caso dos autos. **Embargos conhecidos, mas rejeitados, liminarmente. Persiste a sentença tal como está lançada nos autos.** Intimem-se. Paraíso do Tocantins/TO, 22 de FEVEREIRO de 2012. Juiz **ADOLFO AMARO MENDES**". *Eu,Glacyneide Borges Rocha, Escrevente o digitei e subscrevi.*

Autos nº: 2012.0003.9847-5/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO PELO DECRETO-LEI 911/69.
Requerente: AYMORE, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
Advogado. Dr. Alexandre lunes Machado – OAB/TO nº 4.110-A
Requerido: EDVAM DANTAS LEAL.
Advogado: Dr. Whillam Maciel Bastos - OAB/TO nº 4.340.
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes (REQUERENTE E REQUERIDO), Dr. Alexandre lunes Machado – OAB/TO nº 4.110-A e Dr. Whillam Maciel Bastos - OAB/TO nº 4.340., do inteiro teor da Sentença proferida nos autos às fls. 85, que segue transcrito parcialmente. Sentença...RELATEI.DECIDO. Face ao pagamento do débito pelo executado devedor, confessado pelo credor/exequente, JULGO EXTINTO o processo executivo na forma dos artigos 794, I e 795 do CÔC. Expeçam-se (I) a favor do credor exequente AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A ou seu advogado alvará de levantamento da quantia de R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais) e, após, (II) expeça-se outro Alvará de levantamento a favor do réu EDVAN DANTAS LEAL ou seu advogado dos valores remanescentes depositados e rendimentos de fls. 50 dos autos. Levante-se eventuais constrições judiciais (arresto, penhora, inclusive on line e etc) sobre os bens dos devedores/executados, neste processo, oficiando-se, se necessários. Autorizo o desentranhamento do(s) original(is) do(s) título(s) de crédito(s) que deu origem à execução, somente pelo(s) devedor(es), mediante recibo e substituindo-o(s) por cópia(s) autêntica(s), correndo por sua conta as despesas e certificando-se. Custas e despesas ex legis. Transitado em julgado, certificado nos autos, ao arquivo com baixas nos registros, distribuição e tombo. P.R.I. Paraíso do Tocantins TO, 06 de novembro de 2.012. Juiz ADOLFO AMARO MENDES - Titular da 1ª Vara Cível.

Processo nº 2007.0006.4522-0/0
Natureza: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
Procurador(a): Dr. André Luiz de Matos Gonçalves – Procurador Geral do Estado.
Executado(s): **Empresa:** Trijota Papelaria Ltda e seu(s) sócio(s) – João José Veloso Barbosa e Jacilma Mendes da Silva .
Advogado(a): Dr(a). Mayana Araújo Cunha – OAB/TO nº 5.247
INTIMAÇÃO: Fica a advogada da parte EXECUTADA(S) – Dr(a). Mayana Araújo Cunha – OAB/TO nº 5.247, intimada do inteiro teor do **Decisão proferida nos autos às fls. 29/32**, cujo teor segue na íntegra: **DECISÃO:** 1. O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que esse agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa, não se incluindo o simples inadimplemento de obrigações tributárias. 2. Precedentes da Corte: ERESP 174.532/PR, DJ 20/0/2001; REsp 513.555/PR, DJ 06/10/2003; AgRg no Ag 613.619/MG DJ 20.06.2005; REsp 228.030/PR, DJ 13.06.2005. 3. A jurisprudência da Primeira Seção desta Corte Superior ao concluir o julgamento do ERESP nº702.232/RS, da relatoria do Ministro Castro

Meira, publicado no DJ de 26.09.2005, assentou que: a) se a execução fiscal foi ajuizada somente contra a pessoa jurídica e, após o ajuizamento, foi requerido o seu redirecionamento contra o sócio-gerente, incumbe ao Fisco a prova da ocorrência de alguns dos requisitos do art. 135, do CTN: a) quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa; b) constando o nome do sócio-gerente como co-responsável tributário na CDA cabe a ele o ônus de provar a ausência dos requisitos do art. 135 do CTN, independentemente se a ação executiva foi proposta contra a pessoa jurídica e contar o sócio ou somente contra a empresa, tendo em vista que a CDA goza de presunção relativa de liquidez e certeza, nos termos do art. 204 do CTN c/c o art. 3º da LEI Nº 6.830/80. Assim adoto as seguintes providências: a) O cartório para cadastrá-los no SPROC, se já não estiverem; b) retificar a autuação para nessas ações fiscais também constarem os nomes dos sócios como coobrigados; c) em sendo positivo o resultado do BACENJUD vista dos autos às partes; em sendo negativo, vista dos autos à Exequente pelo prazo de 05(cinco) dias. Cumpra-se. Paraíso - TO, 26 de março de 2012. Juiz Substituto - LUATOM BEZERRA ADELINO DE LIMA – Titular da 1ª Vara Cível.

Processo nº 2007.0004.8694-7/0- AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PEDIDO LIMINAR E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.
Requerente: ADESCRUP – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E RURAL DE PUGMIL.
Advogada: Drª. Jakeline de Moraes e Oliveira – OAB/TO nº 1.634 e outros.
Requerido: MUNICÍO DE PUGMIL - TO.
Advogado: Dr. Luiz Carlos Lacerda Cabral – OAB/TO nº 812.
Intimação: Intimar a advogada da parte requerente, Drª Jakeline de Moraes e Oliveira – OAB/TO nº 1.634, para comparecer perante este juízo à **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 06-DEZEMBRO-2012, às 13:30 horas**, na sala de audiência da 1ª Vara Cível, no Fórum de Paraíso do Tocantins TO. (Rua 13 de maio nº 265-1º Andar, Centro. Ed. do Fórum – Paraíso do Tocantins TO). Ficando ainda intimada do inteiro teor do Despacho de fls. 202, que segue transcrito na íntegra; 1 – Inviável a audiência de conciliação (§, art. 331) e saneando o feito e declarando as partes legítimas e bem representadas, designo **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, para o dia 06-DEZEMBRO-2012, às 13:30 horas**; 2 - Advirta-se aos advogados das partes a trazer suas testemunhas a juízo independentemente de intimação e/ou requeiram, expressamente, suas intimações pessoais, apresentando o respectivo **ROL TESTEMUNHAL** em Cartório, em até DEZ (10) DIAS antes da audiência, sob pena de presumir-se terem delas desistido (artigos 407 e 412 § 1º, CPC); 3 – Intime-se as partes e seus advogados, inclusive para prestarem depoimento pessoal e advertidas de que o não comparecimento ou recusa ao depoimento pessoal, importará em confissão (CPC, art. 342 e 343 e §§); 4 – **Intime-se** o Agrimensor **ANTONIO NOGUEIRA FILHO** a comparecer à audiência como testemunha do juízo (CPC, art. 130); 5 - Arroladas TESTEMUNHAS residentes noutras comarcas, expeçam-se, logo, CARTAS PRECATÓRIAS para suas oitivas, com prazo de TRINTA (30) DIAS para cumprimento, intimando-se da remessa, para preparo e acompanhamento aos ADVOGADOS das partes; 6 - Cumpra-se e intemem-se. Paraíso do Tocantins TO, 01 de novembro de 2.012. Juiz ADOLFO AMARO MENDES. Titular da 1ª Vara Cível. (J.B).

2ª Vara Cível, Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos 2012.0004.6281-5 – Ação de Alimentos
Requerente: Lucas Silva Tavares, por sua mãe Gabriela Priscila /Alves silva
Advogado: José Pedro da Silva, OAB/TO- 486
Requerido: Luiz Gustavo Tavares
Fica o Advogado da parte autora intimado para a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento dia 27 de fevereiro de 2013, às 14:30 horas

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2008.0007.7008-2 Ação Penal
Acusada: Lidiane Garcia Alencar
Vítima: Angela Maria Matos Rodrigues Botelho
Infração: Art. 155, § 4º, II do CPB.
Advogado: Dr. Raphael Brandão Pires
INTIMAÇÃO: Fica o advogado da acusada Dr. RAPHAEL BRANDÃO PIRES , brasileiro, inscrito na OAB/TO sob nº 4094, advogado militantes nesta comarca, INTIMADO, para comparecer na sala de audiências do Edifício do Fórum local, no dia 12 de dezembro de 2012, às 16:30 horas, para a audiência de instrução e julgamento nos autos epigrafado.

PARANÃ

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2010.0000.2238-0
Ação: Reintegração de Posse
Requerente: Conrado Ferreira da Silva
Advogada: Dra. América Bezerra Gerais e Menezes OAB/TO 4368 A e OAB/GO 21470
Requerido: Deuzeni Francisco da Conceição
Advogado: Dr. Adalcindo Elias de Oliveira OAB/TO 265 A
NTIMAÇÃO: DESPACHO: Ouça-se o autor em 10 (dez) dias. Paranã, 22/10/2012. as) Márcio Soares da Cunha – Juiz de Direito. Eu, Altina Nunes Barbosa Filha Alves – Técnica Judiciária o digitei.

Autos nº 2009.0008.1202-6
Ação: Interdito Proibitório

Requerente: Lincoln Mesiaara Costa
Advogada: Ilma Bezerra Geraís OAB/TO 30-B
Requeridos: Francisco Gomes de Sales e José Maria de Barros
Advogado: Lourival Venâncio de Moraes OAB/TO 171
INTIMAÇÃO: TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: DESPACHO: O despacho de fls. 205 as partes foram intimadas para, além de se manifestarem quanto à possibilidade de se entabular um acordo, quanto à especificação das provas. No caso, somente a parte requerida especificou prova testemunhal. Defiro a prova especificada e desígnio audiência de instrução e julgamento para o dia 29/01/2013, às 14:00 horas. Intime-se. Paraná, 06/11/2012. as) Márcio Soares da Cunha – Juiz de Direito. Eu, Altina Nunes Barbosa Filha Alves – Técnica Judiciária o digitei.

PEDRO AFONSO

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Processo nº: 2010.0011.5745-9/0
Ação: Queixa-crime
Autor: Arlene Andreoli
Advogado: Dr. Elton Valdir Schmitz – OAB-TO 4364
Réus: Maria Aparecida Marta de Jesus e Francisco Xavier Saraiva
Advogado: Dr. Raimundo F. dos Santos – OAB-TO 3138
DESPACHO: “Redesígnio o ato para o dia 22 de novembro de 2012, às 14h00min. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público e ao defensores da querelante e querelados. Cumpra-se. Pedro Afonso, 18 de outubro de 2012. Ass) JUIZ M. Lamenha de Siqueira”.

Processo nº: 2012.0003.0023-8/0
Natureza da ação: Revogação de Prisão Preventiva

Requerente: Breno Sardinha Milhomem
Advogado: Flávio Suarte Passos – OAB-TO 2137
DECISÃO: (...) Desta forma, falecendo fundamento para a manutenção da prisão do requerente, REVOGO O DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA EXPEDIDO CONTRA BRENO SARDINHA MILHOMEM. Recolham-se os mandados de prisão. Após o cumprimento do contido nesta decisão, proceda-se baixas necessárias e arquite-se os autos. P.R.I. Pedro Afonso, 23 de julho de 2012. Ass) M. Lamenha de Siqueira – Juiz de Direito.”

EDITAL

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

FINALIDADE: EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS. O Doutor Milton Lamenha de Siqueira, Juiz de Direito da Vara Criminal desta Comarca de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital de Intimação ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Cartório Criminal a Ação Penal nº 50000274-78.2012.827.2733 que o Ministério Público Estadual ofereceu Denúncia contra ABIMAE L PINHEIRO MARTINS, brasileiro, filho de Iltam Pereira Martins e Meiridalva Pereira Martins, portador do RG nº. 979212 e CPF nº. 044.089.131-03, estando atualmente em lugar incerto e não sabido. E não sendo possível notificá-lo pessoalmente, fica por meio deste edital NOTIFICADO, o denunciado ABIMAE L PINHEIRO MARTINS, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a defesa prévia, conforme artigo 55 da Lei nº 11.340/06. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminar e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, arrolar até cinco (cinco) testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Caso não apresentada à resposta no prazo legal, ou se o acusado não constituir defensor, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para oferecer a Defesa Escrita, concedendo-lhe vista dos autos pelo prazo legal. Para conhecimento de todos será publicado o presente edital no Diário da Justiça e no Placard do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (05/11/2012). Eu, Regina Célia Pereira Silva Venderleis- Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.

Juiz M. LAMENHA DE SIQUEIRA

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (quinze) DIAS

Ação Penal nº 2011.0001.3898-0/0
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusado: CRISTOVAM JUNIOR ALVES COELHO
FINALIDADE: EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS. O Doutor Milton Lamenha de Siqueira, Juiz de Direito da Vara Criminal desta Comarca de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital de Citação ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Cartório Criminal a Ação Penal nº 2011.0001.3898-0/0 que a Justiça Pública, como Autora, move contra o denunciado CRISTOVAM JUNIOR ALVES COELHO, brasileiro, união estável, ajudante de carpintaria, nascido aos 20/11/1986, natural de Miranorte-TO, filho de Cristovam Colombo Coelho e Maria Creusa Alves Reis, incurso nas penas do artigo 14 da Lei 10.826/03, estando atualmente em lugar incerto e não sabido; e não sendo possível CITÁ-LO pessoalmente, fica por meio do presente, CITADO para no prazo de 10 (dez) dias, oferecer a resposta à acusação, nos termos dos artigos 396 e 396-A, do CPP. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário. Caso não apresentada à resposta no prazo legal, ou se o acusado não constituir defensor, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para oferecer a Defesa Escrita, concedendo-lhe vista dos autos pelo prazo legal. Para conhecimento de todos será publicado o presente edital no Diário da Justiça e no Placard

do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze (07/11/2012). Eu __, Grace Kelly Coelho Barbosa – Técnica Judiciário, que o digitei e subscrevi. JUIZ M. LAMENHA DE SIQUEIRA.

Família, Infância, Juventude e Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2007.0002.5451-5 – INDENIZAÇÃO
Requerente: EDIVALDO MACAHDO DA SILVA
Advogado: JOSÉ PEREIRA DE BRITO – OAB/TO 151-B
JACKSON MACEDO DE BRITO – OAB/TO 2934
Requeridos: VILMAR VILI STEINDORF – ILGA COZZLER E MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA
Advogados: JESUS FERNANDES DA FONSECA – OAB/TO 2112-B
JAIME AUGUSTO MARQUES – OAB/BA 9446
JOSE CARLOS SILVEIRA SIMÕES – OAB/TO 1534
DESPACHO - INTIMAÇÃO – “Considerando que não foi concedido efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pelos requeridos, conforme notícia o Ofício do E. TJTO (fls. 360/364) e, ainda, que ficou determinado na decisão agravada (fls. 310) que as partes deveriam apresentar suas considerações acerca da prova pericial da Rede Sarah (fls. 266/272), oportuno às partes que não se manifestaram naquela oportunidade, o façam, impreterivelmente, no prazo de 5 (cinco) dias, em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa. Pedro Afonso, 15 de outubro de 2012. Ass) Luciana Costa Aglantzakís – Juíza de Direito.”.

AUTOS Nº 2007.0001.8816-4 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO

Requerente: LUSOMAR SOARES E LUSOMAR SOARES JUNIOR
Advogado: JAIR DE ALCANTARA PANIAGO – OAB/TO 102-A
TATIANNA FERREIRA PANIAGO – OAB/TO 1169
Requerido: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado: ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1334- a
DESPACHO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DOS REQUERENTES — “Recebo a apelação. Intime-se o apelado para apresentar contrarrazões...Pedro Afonso, 16 de maio de 2012.. Ass) Luciana Costa Aglantzakís – Juíza de Direito.”

PEIXE

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AP nº: 2010.0005.4427-0/0
Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados: Réu: MARCIO GEISEL SOARES DE SOUZA.
ADVOGADO: WILSON WONNÉ PEREIRA CAVALCANTE– OAB/TO 576.
INTIMAÇÃO: Vistas dos autos para apresentar suas alegações finais através de memórias no prazo de 05 (cinco) dias. (as) Cíbele Maria Bellezzia - Juíza de Direito.

2ª Cível Escrivania de Família, Sucessões Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS nº 2010.0006.9907-0/0
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
Advogado: Dr. LÁZARO JOSE GOMES JÚNIOR – OAB/TO nº 4.562-A
Requerido: ANTONIO LUIZ BORGES DA SILVA
Advogado: Não consta
Fica a parte Autora, por seu Procurador, INTIMADA da DEVOLUÇÃO da carta precatória, uma vez que o requerido não foi encontrado no endereço indicado conforme certidão de fls. 51, para requerer o que for de direito, no prazo de 5(cinco) dias.

PORTO NACIONAL

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2012.0004.1815-8
Ação: Mandado de Segurança
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO(A): Dr. Murilo Sudre Miranda – OAB/TO 1536
REQUERIDO: PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL – TERESA MARTINS
ADVOGADO: INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISAO: ...Diante do exposto, indefiro a liminar pleiteada. Notifique-se a autoridade nominada coatora para fim da abertura do prazo de dez dias para prestação de seus informes, com ciência ao representante judicial da pessoa jurídica interessada nos moldes da Lei 12.016/2009, art. 7º. Intime-se. Porto Nacional/TO, 22 de maio de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2009.0002.7096-7

Ação: Depósito
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): Dr. Celso Marcon – OAB/ ES 10990 e Drª. Núbia Conceição Moreira – OAB/TO 4311
REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISÃO:....Consigne-se no mandado que, em caso de inércia, presumir-seão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (artigos 287 e 319 do CPC). Por fim, não vejo necessidade de complementação das custas frente o valor dado à causa (fls. 05 e 63). Intime-se a parte autora para conhecimento. Expeça-se o necessário. Porto Nacional/TO, 16 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2012.0003.5627-6
Ação: Consignatória c/c Revisional de Cláusulas Contratuais – Pedidos de Tutela Antecipada
REQUERENTE: SEBASTIANA APARECIDA PEREIRA ALVES
ADVOGADO(A): Dr. Antônio Honorato Gomes – OAB/TO 3393
REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISÃO:...Diante do exposto: 1)- Defiro parcialmente a antecipação pleiteada para determinar à parte acionada que se abstenha de inscrever, ou, caso já o tenha feito, que providencie a exclusão do nome da requerente junto aos cadastros de órgãos de restrição de crédito – no que diz respeito ao contrato discutido aqui – enquanto perdurar este litígio e/ou até ulterior deliberação judicial. 2)- Fica deferido também o depósito integral das parcelas vencidas na forma apresentada (no prazo de 10 dias) e mensal da quantia contratada, em conta judicial vinculada aos autos. 3)- Deixo de conhecer do pedido de permanência na posse do bem financiado via alienação fiduciária, por entender caracterizada a inadequação da via eleita – devendo o assunto ser discutido em sede de eventual Busca e Apreensão, se o caso. Cite-se a parte requerida, consignando o prazo de quinze dias para resposta e que na ausência de contestação, presumir-se-ão aceitos por verdadeiros os fatos articulados na peça de ingresso (artigos 285 e 319 do CPC), notificando ainda a instituição acerca da presente decisão, para fiel cumprimento. Não vejo a necessidade de, por ora, cominar multa, sem prejuízo disto em havendo o descumprimento comprovado. Defiro a assistência pleiteada. Expeça-se o necessário. Intime-se. Porto Nacional/TO, 11 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2012.0003.5581-4
Ação: Consignatória c/c Revisional de Cláusulas Contratuais – Pedidos de Tutela Antecipada
REQUERENTE: ADRIANA MONTEIRO SOUZA
ADVOGADO(A): Dr. Antônio Honorato Gomes – OAB/TO 3393
REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISÃO:...Diante do exposto: 1)- Defiro parcialmente a antecipação pleiteada para determinar à parte acionada que se abstenha de inscrever, ou, caso já o tenha feito, que providencie a exclusão donome da requerente junto aos cadastros de órgãos de restrição de crédito – no que diz respeito ao contrato discutido aqui – enquanto perdurar este litígio e/ou até ulterior deliberação judicial. 2)- Fica deferido também o depósito integral das parcelas vencidas na forma apresentada (no prazo de 10 dias) e mensal da quantia contratada, em conta judicial vinculada aos autos. 3)- Deixo de conhecer do pedido de permanência na posse do bem financiado via alienação fiduciária, por entender caracterizada a inadequação da via eleita – devendo o assunto ser discutido em sede de eventual Busca e Apreensão, se o caso. Cite-se a parte requerida, consignando o prazo de quinze dias para resposta e que na ausência de contestação, presumir-se-ão aceitos por verdadeiros os fatos articulados na peça de ingresso (artigos 285 e 319 do CPC), notificando ainda a instituição acerca da presente decisão, para fiel cumprimento. Não vejo a necessidade de, por ora, cominar multa, sem prejuízo disto em havendo o descumprimento comprovado. Defiro a assistência pleiteada. Expeça-se o necessário. Intime-se. Porto Nacional/TO, 11 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2006.0004.7661-7
Ação: Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): Dr. Fabrício Gomes – OAB/TO 3350
REQUERIDO: LUIZ ROCHA DA SILVA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DO DESPACHO: Fls. 55,69 e 72/73: providencie-se o necessário com ciência à parte autora viabilizando a quitação das eventuais custas pendentes. Int. Após, retomem os autos conclusos.Porto Nacional/TO, 21 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2008.0000.0392-8
Ação: Execução Fiscal
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIAS
ADVOGADO(A): Dr. Rodrigo Nogueira Ferreira – OAB/GO 20.682
REQUERIDO: SYNARAH DE OLIVEIRA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISAO:...CONVERTO DE PLANO O BLOQUEIO EM PENHORA, nos termos e para os fins do CPC, art. 475-J, 1º: ...Providencie-se o necessário quanto à intimação respectiva, certificando-se para o caso de ausência de impugnação. Após, voltem conclusos para apreciação. Porto Nacional/TO, 19 de abril de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 322/2012

Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados.
UTOS/AÇÃO: 2007.0003.3785 – 2 – PENSÃO POR MORTE.
Requerente: JOÃO FERREIRA PINTO.
Procurador (A): DR. JOÃO ANTONIO FRANCISCO. OAB/GO: 21331.
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: Para comparecer perante esta Comarca de Porto Nacional/TO, na sala das audiências da 1ª Vara Cível, no dia 15/01/2013 às 13hs15min, para audiência de instrução.

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 321/2012

Fiquem as partes, através de seus Procuradores intimados dos atos processuais abaixo relacionados.
UTOS/AÇÃO: 2007.0002.6358 – 1 – APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.
Requerente: JOSÉ LUIZ VIANA GALVÃO.
Procurador (A): DR. JOÃO ANTONIO FRANCISCO. OAB/GO: 21331.
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA: Para comparecer perante esta Comarca de Porto Nacional/TO, na sala das audiências da 1ª Vara Cível, no dia 15/01/2013 às 16hs15min, para audiência de instrução.

AUTOS: 2012.0003.5580-6
Ação: Consignatória c/c Revisional de Clausulas Contratuais – Pedidos de Tutela Antecipada
REQUERENTE: ANTONIO RENATO FERREIRA
ADVOGADO(A): Dr. Antônio Honorato Gomes – OAB/TO 3393
REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISAO: ...Diante do exposto: 1)- Defiro parcialmente a antecipação pleiteada para determinar à parte acionada que se abstenha de inscrever, ou, caso já o tenha feito, que providencie-se a exclusão do nome da requerente junto aos cadastros de órgãos de restrição de crédito – no que diz respeito ao contrato discutido aqui – enquanto perdurar este litígio e/ou até ulterior deliberação judicial. 2)- Fica deferido também o depósito integral das parcelas vencidas na forma apresentada (no prazo de 10 dias) e mensal da quantia contratada, em conta judicial vinculada aos autos. 3)- Deixo de conhecer do pedido de permanência na posse do bem financiado via alienação fiduciária, por entender caracterizada a inadequação da via eleita – devendo o assunto ser discutido em sede de eventual Busca e Apreensão, se o caso. Cite-se a parte requerida, consignando o prazo de quinze dias para resposta e que na ausência de contestação, presumir-se-ão aceitos por verdadeiros os fatos articulados na peça de ingresso (artigos 285 e 319 do CPC), notificando ainda a instituição acerca da presente decisão, para fiel cumprimento. Não vejo a necessidade de, por ora, cominar multa, sem prejuízo disto em havendo o descumprimento comprovado. Defiro a assistência pleiteada. Expeça-se o necessário. Intime-se. Porto Nacional/TO, 11 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2009.0004.0721-0
Ação: Civil por Ato de Improbidade Administrativa com Pedido de Liminar
REQUERENTE: MUNICIPIO DE SILVANOPOLIS
ADVOGADO(A): Dr. Marison de Araújo Rocha – OAB/TO 1336-B
REQUERIDO: ALBERTO PEREIRA GOMES
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DO DESPACHO: Certidão supra e folhas 89 e 92: Vista à parte autora para que promova a citação da parte requerida, no prazo de trinta dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Providencie-se o necessário. Porto Nacional/TO, 23 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2009.0002.1983-0
Ação: Execução Fiscal
REQUERENTE: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
ADVOGADO(A): Procurador Estadual
REQUERIDO: TEREZA MELQUIADES VIEIRA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DO DESPACHO: Folha(s) 19: ...após, intime-se a parte executada com oportunidade de cumprimento do julgado. Providencie-se o necessário. Int. Porto Nacional/TO, 10 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0004.0557-0
Ação: Execução Fiscal
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 18ª REGIAO GO/TO
ADVOGADO(A): Dr. Bruno Garibaldi Fleury – OAB/GO 17.212
REQUERIDO: ALAISA RODRIGUES CAVALCANTE
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISAO:...Intime-se a parte autora para proceder à citação da parte requerida, em dez dias, e nada sendo requerido em um ano, aguarde-se em arquivo provisorio o eventual impulso – sem baixas (LEF, art. 40). Porto Nacional/TO, 04 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2010.0002.5181-8
Ação: Reintegração de Posse
REQUERENTE: MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL
ADVOGADO(A): Dr. Rafael Ferrarezi- OAB/TO2942-B
REQUERIDO: GERSI ROCHA BORGES
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISAO:...Após, vista à exeqüente e transcorridos trinta dias sem manifestação, arquivem-se. Porto Nacional/TO, 23 de agosto de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0004.4752-4
Ação: Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): Dr. Lindinalvo Lima Luz – OAB/TO 1250-B
REQUERIDO: INACIO LUCIANO DE SOUSA
ADVOGADO: Defensoria Pública
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISAO:...Diante de todo exposto, conheço os Embargos de Declaração e nego-lhes provimento. Intime-se. Porto Nacional/TO, 21 de maio de 2012. ANTIOTGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2012.0005.7370-6
Ação: Busca e Apreensão
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO(A): Dr. Hudson José Ribeiro – OAB/TO 4998
REQUERIDO: ERCITON AIRES AMARAL
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISAO:...,Diante do exposto, nos termos do CPC, art. 284, fica aberto o prazo de dez dias para complementação da inicial – com a respectiva complementação das custas processuais. Intime-se. Porto Nacional/TO, 27 de agosto de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 207.0002.9021-0
Ação: Monitoria
REQUERENTE: AMINTAS ANTONIO DE SOUZA
ADVOGADO(A): Drª. Fabíola Aparecida de Assis Vangelatos - OAB/TO 1962
REQUERIDO: ANTONIO R. LIRA DA CUNHA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DO DESPACHO: Fl. 26: Em face da certidão supra, proceda-se com a citação da parte requerida nos endereços indicados, fazendo consignar ambos os endereços. Em sendo infrutífera a tentativa, cite-se via edital como requerido. Providencie-se o necessário. Porto Nacional/TO, 03 de maio de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 207.0002.9021-0
Ação: Monitoria
REQUERENTE: AMINTAS ANTONIO DE SOUZA
ADVOGADO(A): Drª. Fabíola Aparecida de Assis Vangelatos - OAB/TO 1962
REQUERIDO: ANTONIO R. LIRA DA CUNHA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DO DESPACHO: Fl. 26: Em face da certidão supra, proceda-se com a citação da parte requerida nos endereços indicados, fazendo consignar ambos os endereços. Em sendo infrutífera a tentativa, cite-se via edital como requerido. Providencie-se o necessário. Porto Nacional/TO, 03 de maio de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2008.0011.1866-4
Ação: Execução Fiscal
REQUERENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO(A): Drª. Bibiane Borges da Silva – OAB/TO 1981-B
REQUERIDO: GOMES OLIVEIRA E NEGRE
ADVOGADO: Dr.
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISÃO: ... Diante do exposto, fica deferida a solicitação de informes junto à receita federal e justiça eleitoral, na busca do paradeiro da parte acionada – como forma de esgotamento das tentativas de localização. Providencie-se o necessário. Porto Nacional/TO, 03 de junho de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0008.7165-2
Ação: Obrigação de Fazer de Preceito Cominatório e Pedido de Tutela Especifica com Liminar Inaudita Altera Parte
REQUERENTE: MARIANO INACIO DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADO(A): Drª. Adriana Prado Thomaz de Souza – OAB/TO 2056
REQUERIDO: ITPAC PORTO – INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA
ADVOGADO: Drª. Belize Martins Pinheiro – OAB/TO 4802-B e Drª. Barbara Cristine Cardoso C. Monteiro – OAB/TO 1068-A
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISÃO: ..Folha 176/180: Intime-se a parte devedora com margem dão cumprimento do julgado, consignando que a multa de 105 (CPC, art. 475-J) incidirá tão só no caso da ausência de quitação no prazo de quinze dias (STJ – REsp 1265422). Providencie-se o necessário, ciente a parte exequente. Porto Nacional/TO, 29 de outubro de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0000.5863-3
Ação: Monitoria
REQUERENTE: ANADIESEL S/A
ADVOGADO(A): Dr. Erlane Marques – OAB/GO 30957
REQUERIDO: ERICO RICARDO RIBEIRO CORREA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISÃO: ...Após, vista à parte requerente para o que lhe aproveitar com prazo de 30 dias, sendo que a inércia será acatada como desistência. Intime-se. Porto Nacional/TO, 06 de setembro de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0004.9412-3
Ação: Consignação em Pagamento c/c Modificação de Cláusula Contratual com Pedido de Liminar de Tutela Antecipatória
REQUERENTE: ALDA BARREIRA DA LUZ
ADVOGADO(A): Drª. Silvana de Souza Alves – OAB/GO 24.778
REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE DA DECISÃO: ...Diante do exposto: 1) Com fulcro no CPC, art. 296, utilizo do juízo de retratação, pelo que defiro o processamento da ação. 2) Defiro parcialmente a antecipação pleiteada para determinar à parte acionada que se abstenha de inscrever, ou, caso já o tenha feito, que providencie a exclusão do nome da requerente junto aos cadastros de órgãos de restrição de crédito – no que diz respeito ao contrato discutido aqui – enquanto perdurar este litígio e/ou até ulterior deliberação judicial. 3) Fica deferido também o depósito integral das parcelas vencidas na forma apresentada (no prazo de 10 dias) e mensal da quantia contratada, em conta judicial vinculada aos autos. 4) Deixo de conhecer do pedido de permanência na posse do bem financiado via alienação fiduciária, por entender caracterizada a inadequação da via eleita – devendo o assunto ser discutido em sede de eventual Busca e Apreensão, se o caso. Cite-se a parte

requerida, consignando o prazo de quinze dias para resposta e que na ausência de contestação, presumir-se-ão aceitos por verdadeiros os fatos articulados na peça de ingresso (artigos 285 e 319 do CPC), notificando ainda a instituição acerca da presente decisão, para fiel cumprimento. Não vejo a necessidade de, por ora, cominar multa, sem prejuízo disto em havendo o descumprimento comprovado. Expeça-se o necessário. Intime-se. Porto Nacional/TO, 16 de maio de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2012.0004.1790-9
Ação: Busca e Apreensão
REQUERENTE: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADO(A): Dr. Edemilson Koji Motoda –OAB/SP 231747
REQUERIDO: JAMISON PEREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE REQUERENTE: Nestes autos verifica-se a divergência entre os valores calculados pela Contadoria Judicial e os efetivamente pagos pela parte interessada. Diante do exposto, nos termos do CPC, art. 284, fica aberto o prazo de dez dias para complementação da inicial – com o respectivo preparo. Intime-se. Porto Nacional/TO, 22 de maio de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2009.0011.4243-1
Ação: Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO(A): Dr. Fabrício Gomes – OAB/TO 3350
REQUERIDO: EROMAR DIAS LOPES
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE AUTORA DO DESPACHO: Nestes autos verifica-se a inocorrência da citação da parte requerida, conforme certificado à folha 51v. Intime-se a parte autora para proceder à citação da parte requerida, em dez dias, consignando que a inércia será acatada como desistência. Porto Nacional/TO, 23 de maio de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

AUTOS: 2012.0004.1709-7
Ação: Busca e Apreensão
REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO(A): Dr. Hudson José Ribeiro – OAB/TO 4998
REQUERIDO: TERCIO MARCOS COSTA FLORES
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO À PARTE AUTORA DA SENTENÇA: ...Diante do exposto, homologo a desistência para os fins do previsto no artigo 158 parágrafo único do Código de Processo Civil e por consequência, julgo extinto o presente processo sem resolução e mérito, fulcrado no artigo 267, VIII do diploma citado. Arcará a parte autora com as eventuais custas pendentes por inteligência do CPC, art. 26 e, em não havendo manifestação da parte contraria, deixo de fixar honorários. Fica deferido o desentranhamento das peças que instruíram a inicial, independentemente de cópias, mas sob recibo. Também, o levantamento de valores depositados a título de locomoção não realizada, além do desbloqueio alusivo à eventual restrição decorrente do processado, se o caso. P.R.I. e, transitada em julgado, certifique-se a respeito da quitação alusiva às custas. Se pagas, arquivem-se com as respectivas baixas. Se não, observe-se o disposto no Provimento 02/2011 – CGJ/TO, 2.5.2.2 com as providências que se fizerem necessárias e depois, arquivem-se. Porto Nacional/TO, 29 de outubro de 2012. ANTIOGENES FERREIRA DE SOUZA – Juiz de Direito.

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0003.9579-6 – Usucapião
Requerente: Jose Lopes Sampaio
Advogado: Clairton Lucio Fernandes OAB/TO 1308
Requerido: Luiz Odenir Coelho de Souza e Outros
Despacho: “Certifique o Cartório sobre resposta ao ofício de folhas 130v. Após, vista a parte autora para manifestar sobre a defesa de folhas 143/147 e documentos que a acompanham. Posteriormente, vista ao Ministério Público. Cumpra-se. Jose Maria Lima. Juiz de Direito.”

AUTOS: 2012.0003.5497-4 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A – CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: HUDSONM JOSE RIBEIRO – OAB /TO 4998
Requerido: TERCIO MARCOS COSTA FLORES
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
ATO PROCESSUAL: Intimação da parte autora para que proceda ao pagamento das custas finais, no importe de R\$ 13,00 (treze reais).

AUTOS: 2006.0008.5742-4 – USUCAPIÃO
Requerente:AMELIA NUNES SANTANA
Advogado: CLAIRTON LUCIO FERNANDES – OAB/TO 1308
Requerido: VIGARINO AIRES DA SILVA
Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA
ATO PROCESSUAL: Nos termos do Provimento 002/2011-CGJ, fica a parte autora intimada a se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre a contestação e documentos apresentados de fls.91/96, pela parte requerida nos autos acima descritos.

AUTOS: 2010.0006.6764-0
Requerente: CLARICE VALENTE FANTIN
Advogado: ADARI GUILHERME DA SILVA – OAB/TO 1729
Requerido: VANIA APARECIDA DOS SANTOS E INA DOS SANTOS
Advogado: CRESIO MIRANDA RIBEIRO – OAB/TO 2511
INTIMAÇÃO: Intimação das partes envolvidas acerca da audiência de instrução e julgamento, designada nos presentes autos para o dia 07/02/2012, às 13:30 horas.

DESPACHO

AUTOS: 2007.0002.6432-4 – AÇÃO APOSENTADORIA
Requerente: MARTINHO JOSÉ BATISTA
Advogado: ROBERTO HIDASI – OAB/GO 17260
Requerido: INSS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DESPACHO: Digam as partes sobre o retorno dos autos. Int.. ds. JOSÉ MARIA LIMA, Juiz de Direito

ERRATA

Autos: 2011.0004.9393-3 – Consignação em Pagamento
Requerente: Israel Jose dos Santos
Advogado: Antonio Honorato Gomes OAB/TO 3393
Requerido: BV Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon OAB/TO 4009 A
A **2ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional / To**, resolve retificar parte da Intimação aos advogados nos **Autos nº 2011.0004.9393-3 –CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**, publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2989, QUARTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2012, página 56, **onde se lê: “Despacho: Intime-se o autor para complementar o valor referente as custas processuais. D.s. JOSE MARIA LIMA. Juiz de Direito.”, leia-se: “Despacho: Diga o requerido quem esta na posse do bem. Int. Jose Maria Lima. Juiz de Direito”**.
Porto Nacional / TO, 08 de novembro de 2012. **Leandro Pereira Rodrigues. Técnico Judiciário.**

SENTENÇA

AUTOS: 2011.0012.7639-1 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A – CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: CRISTIANE BELINATTI GARCIA LOPES – OAB/TO 4258-A
Requerido: JURACI NUNES CARVALHO
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: “Posto isto, julgo extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Custas pelo requerente. Cumpra-se. P.R.I. JOSÉ MARIA LIMA, Juiz de Direito.”

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2012.0003.3467-1
Protocolo Interno: 10.964/12
Ação: INDENIZAÇÃOPOR DANOS MORAIS
Requerente: EMMELYNE PAOLA AZEVEDO PINTO
Procurador: DR(A). ONILDA DAS GRAÇAS SEVERINO-OAB/TO: 4133-B
Requerido: SUPERMERCADO QUARTETO E OUTRO
Procurador: DR(A)ANDRÉ RICARDO TANGANELI-OAB:2315
DESPACHO:..Desentranhe-se a peça extemporânea e restitua ao subscritor. Após, presentes os pressupostos de admissibilidade, remeta-se aos autos do processo à 1ª Turma Recursal, com as homenagens deste Juízo. P. Nac. (ass.) Adhemar Chufalo Filho - juiz de Direito.

TAGUATINGA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS 2010.0009.0974/0-AÇÃO-CARTA PRECATÓRIA DE PENHORA E AVALIAÇÃO
Requerente:Augusto Urias da Cruz
Advogado: Dr. Antônio Marcos Ferreira- OAB/TO 202-A
Requerido: Osmar Honorato Borges, sua mulher e Outros
INTIMAÇÃO: Intimeção dos advogados da Decisão de fls. 317: I. Anote-se a prioridade na tramitação do feito (fl. 204/8).II. Renumerem-se os autos a partir das fls. 312, exclusive.III.Os devedores OSMAR HONORATOS BORGES e NILMA RODRIGUES SILVEIRA já se manifestaram sobre a penhora e a avaliação do bem hipotecado, tendo inclusive aviado sua discordância com o valor atribuído pelo senhor meirinho (fls. 210/30). Em razão disso, desnecessária a sua intimação, eis que preclusa a questão. IV. Ademais, de acordo com o § 4º do art. 652 do Código de Processo Civil “a intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado”, o que efetivamente ocorreu. V. A avaliação pretendida pelas partes não é tão simples, bastando ver o tamanho da área, a quantidade de benfeitorias e a complexidade dos quesitos apresentados pelas partes (fls. 286/9 e 310/1), principalmente à vista do esboço apresentado pelos devedores em fls. 216/30. Portanto, ACOLHO o valor dos honorários pretendidos pelo experto.VI. Intime-se o credor para depositar o valor integral dos honorários em 10 (dez) dias. VII. Em seguida intime-se o perito para indicar a data de início dos trabalhos com antecedência necessária para cientificar as partes (CPC, art. 431-A), podendo levantar 50% dos honorários quando do início do exame. Intimem. Se. Taguatinga/TO, 7 de novembro de 2012.

AUTOS N.º: 2011.0011.8442-2/0 – AÇÃO: INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE DANOS MORAIS CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: Maria Albelina Alves de Oliveira
Advogado: Dr. Paulo Afonso Mendes Paraguassu Lemos OAB/DF 7271
Requerido: Americel S.A (Operadora de Telefonia Móvel Claro)
Advogado: Dr. Nalo Rocha Barbosa OAB/TO 11.857-A
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “I- Sobre a penhora de numerário via Bacenjud, digam as partes em 15 dias (CPC, 475-J, § 1º). II- Se não houver impugnação, defiro o levantamento do valor apreendido. III- Após, arquivem-se. Intimem-se. Taguatinga/TO, 7 de novembro de 2012”.

AUTOS N.º: 2012.0005.8444-9/0 (ANTIGO 879/2005) – AÇÃO: NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA COM PEDIDO DE LIMINAR
Requerente: José Cordeiro Martins
Advogado: Dr. Nalo Rocha Barbosa OAB/TO 1857-A
Requerido: Virgílio Rodrigues da Cunha
Advogado: Dr. Ronaldo Ausone Lupinacci OAB/TO 1.316 A
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Calcule-se o valor das custas judiciais devidas pela parte vencida. Intime-se a parte devedora **na pessoa do seu advogado constituído nos autos** ou pessoalmente, se não tiver procurador, para efetuar espontaneamente o pagamento da dívida (crédito do exequente e despesas processuais) no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo que o não adimplemento voluntário da obrigação implicará ainda na majoração do débito em relação: à multa coercitiva de 10% do valor do débito (CPC, art. 475-J); e honorários advocatícios de 5% sobre o valor da dívida, conforme entendimento pacífico do STJ. Se não houver cumprimento voluntário da obrigação: tendo em vista que o dinheiro precede outros bens na gradação legal (art. 655 do CPC), defiro a expedição ao BANCO CENTRAL (Bacenjud) de ordem eletrônica de penhora de ativos financeiros titularizados pela parte devedora (CPC, art. 655-A); acaso resulte infrutífera a diligência acima referida, expeça-se ofício ao DETRAN, via sistema RENAJUD, solicitando informações sobre a existência de veículos em nome da parte devedora e o bloqueio da transferência; restando ainda impago o débito, oficie-se à RECEITA FEDERAL DO BRASIL, via sistema INFOJUD, solicitando cópia das três últimas declarações de renda e bens da parte executada, a qual deverá ser arquivada em pasta própria a ser disponibilizada somente às partes, face a natureza sigilosa de que se reveste, mediante certidão nos autos. No caso do item “c”, havendo bens declarados expeça-se mandado de PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quantos bastem à satisfação do débito, cujo valor deverá constar do termo ou auto, bem como INTIMEM-SE na mesma oportunidade o executado e seu cônjuge, se casado for. O executado poderá, querendo, oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, contados do depósito integral da dívida ou da juntada aos autos do mandado de intimação da penhora de bens suficientes para a satisfação do débito (CPC, 475-J, § 1º). Defere-se ao senhor oficial de justiça as prerrogativas do artigo 172, §2º, do CPC. Intimem-se. Taguatinga /TO, 20 de outubro de 2012.”

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2012.0003.6365-5/0 AÇÃO: DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: Neilton Fernandes de Deus
Advogado: Dr. Hélio Francisco de Miranda OAB/GO 9.512
Requerido: Juarez Alvares da Silva Filho
Advogado: Dr. Clóvis Silva Junior OAB/GO 10.269
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Com fundamento nos arts. 125, IV, e 331 do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o **dia 22 de novembro de 2012, às 13:30 horas**. Intimem-se as partes, via Diário da Justiça. Taguatinga/TO, 7 de novembro de 2012”.

2ª Vara Cível e Família

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2008.0000.7865-0 e 2007.0004.0298-0
AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/ RESOLUÇÃO CONTRATUAL C. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS E DEVOLÇÃO DE TÍTULOS
REQUERENTE: Marcelo Carmo Godinho /Celestina Gonçalves de Freitas
ADVOGADO: Dr. Marcelo Carmo Godinho OAB/TO nº 939
REQUERIDOS: Jander Almeida Pessoa e Fernanda Dias Martins
ADVOGADO: não constituído

OBJETO: Intimação do despacho de fls. 94: “Deposite-se o cheque dado em pagamento do preço em conta à disposição do juízo, eis que decorrido o prazo de 15 dias vindicado pelo arrematante (CPC, 690).Intime-se também a parte devedora acerca da arrematação, por seu advogado ou, não havendo, pessoalmente, para os fins do art. 746 do CPC.Decorrido o prazo de 5 dias, façam-se os autos conclusos.Intimem-se.Taguatinga/TO, 6 de novembro de 2012.”

AUTOS Nº 2008.0006.3658-0
AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA
REQUERENTE: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
ADVOGADO: Dr.Ségio Fontana - OAB-TO 701
REQUERIDO: Município de Taguatinga
ADVOGADO: Erick de Almeida Azzi- OAB/TO 4050

OBJETO: Intimação do advogado do autor/réu da decisão de fls. 102: “I — REJEITO os embargos de declaração da CELTINS.A Lei nº 9.494/97 é lei especial e posterior à Lei nº10.438/2002 (ao menos em relação ao art. 1º-F, ora guerreado), razão pela qual juros e correção monetária contra a Fazenda Pública são regulados pela primeira norma e não pela segunda.Issso restou expresso na decisão, devendo ter sido atacada por meio de apelação e não embargos.II — REJEITO os embargos de declaração do MUNICIPIO DE TAGUATINGA.A falta de recursos orçamentários não desobriga o devedor de pagar suas dívidas. A possibilidade de parcelamento acordo não obsta o processamento da ação e a condenação do devedor, embora possam as partes ajustarem seus direitos a qualquer tempo.A fixação de honorários em 20% foi levada a efeito em consideração ao § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, notadamente tendo em conta o tempo decorrido desde o vencimento das faturas e também o tempo que ainda vai demorar até que o Município quite o precatório correspondente (lapso que sequer ousou prever). III — somente não vou fixar multa por protelação porque ela em nada contribuirá, já que as duas partes abusaram do direito de embargar.Intimem-se. Taguatinga/TO, 30 de outubro de 2012.”

AUTOS Nº 2010.0011.4436-5
AÇÃO: ADOÇÃO
REQUERENTE: André Luiz Gomes e Maria Isabel de Toledo Gomes
ADVOGADO: Dr. Nalo Rocha Barbosa- OAB/TO 1857-A

OBJETO: Intimação do advogado do autor para manifestar sobre o relatório apresentado pela Psicóloga (fls. 61) , conforme parte conclusiva do despacho de fls. 59 verso: “ Apresentados os relatórios, intinem-se as partes, para manifestarem-se no prazo de 5 (cinco) dias. Após, dê-se vistas dos autos ao Representante do Ministério Público para manifestação. Em seguida conclusão. Taguatinga/TO, 15 de setembro de 2.12. “

AUTOS Nº 2009.0000.1554-1
AÇÃO: EXECUÇÃO DE SENTENÇA COM REINTEGRAÇÃO DE CARGO PÚBLICO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E DANOS MORAIS
REQUERENTE: Manuelina Cardoso Cirqueira
ADVOGADO: Dr. Irason Carlos Aires Júnior - OAB/TO nº 2426
REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus-TO
ADVOGADO DO REQUERIDO: Dr. Saulo de Almeida Freire OAB-TO 164-A

OBJETO: Intimação da sentença de fls. 108/109: “Decido.Segundo os doutos, prescrição é a perda da pretensão de reparação de um direito violado, em razão da inércia do seu titular durante o lapso temporal estipulado pela lei. No dizer de Câmara Leal, é a extinção de uma ação ajuizável. Entrementes, este último conceito não se coaduna com a moderna teoria do direito de ação, que nele vê a faculdade de obter do Estado um pronunciamento judicial, o que significa que este direito nunca se extingue, ele é perene e acompanha toda pessoa. O que se extingue é a pretensão, ou, no dizer de Camelutti, a exigência de subordinação do interesse alheio ao próprio, fenômeno que acompanha todos os direitos subjetivos de caráter patrimonial disponível. Neste sentido é que o Código Civil de 2002 tratou a matéria, pois reza o art. 189 que a prescrição extingue a pretensão, nos prazos estabelecidos naquele diploma, corrigindo uma antiga falha terminológica.Pois bem, cumpre salientar que a pretensão executória é objeto da súmula nº 150 do STF, segundo a qual “prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação”. Ora, a pretensão executória da parte Autora no caso em apreço nasceu (actio nata) com o trânsito em julgado do acórdão publicado no Diário da Justiça nº 299, em 8MAI1995.Entretanto, manteve-se inerte em buscar o cumprimento da obrigação e o pedido de reparação de danos daquela decisão até a data de 7JAN2009, quando requereu o cumprimento do julgado. Todavia, já era tarde, eis que transcorrido o lapso prescricional quinquênal que fulminou a pretensão, consoante regra estabelecida pelo Decreto nº 20.910/32:“Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram”.Trata-se de lex specialis em relação ao Código Civil, razão pela qual deve regular o caso sub examen.Outrossim, cuida-se de matéria cognoscível de ofício pelo juiz, nos termos do § 5º do art. 219 do Código de Processo Civil.DISPOSITIVO: Posto isto, DECLARO EXTINTO o feito com resolução do mérito (CPC, 269, IV).Sem custas ou honorários. P. R. I. Taguatinga/TO, 29 de outubro de 2012.”

AUTOS Nº 2008.0011.0446-9
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
REQUERENTE: Inocêncio de Oliveira Bispo
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagoli - OAB/TO nº3685
REQUERIDO: INSS
ADVOGADO DO REQUERIDO: Barbara Nascimento de Melo

OBJETO: ntimação do advogado do autor da sentença de fls. 89/91: “Ante o exposto, ACOLHO a pretensão deduzida e condeno o INSS:a conceder ao Autor o benefício previdenciário aposentadoria por invalidez no valor de 1 (um) salário mínimo, desde a Data do requerimento administrativo (DER), ou seja, 9MAI2008, no prazo de 60 (sessenta) dias, pena de multa diária por descumprimento no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do art. 461 do CPC;b) a pagar-lhe o valor das prestações vencidas entre a data supra e a implantação do benefício, inclusive o abono anual (LB, art. 40), corrigido monetariamente e acrescidos de juros moratórios pelos “índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança”, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, contados da citação (súmula nº 204 do STJ).Em consequência, resolvo o mérito do processo (CPC, 269, I).Condeno, ainda, o INSS ao pagamento (1) das custas processuais, conforme súmula nº 178 do STJ, e (2) dos honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da condenação (CPC, 20, § 4º), ou seja, o valor das prestações vencidas até o trânsito em julgado desta sentença (STJ, súmula nº 111).Sentença ilíquida, sujeita ao reexame necessário (CPC, 475).P. R. I. Taguatinga, 29 de outubro de 2012.”

AUTOS Nº 2008.00110450-7
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
REQUERENTE: Ana de Souza Santana
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagoli - OAB/TO nº3685
REQUERIDO: INSS
ADVOGADO DO REQUERIDO: Márcio Chaves de Castro

OBJETO: Intimação do advogado do autor da sentença de fls. 114/115. “ Ante o exposto, REJEITO a pretensão deduzida neste processo.Em consequência, resolvo o mérito do processo (CPC, 269, I).Outrossim, condeno a parte Autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º do CPC. Ressalto, porém, que execução destas despesas será condicionada à melhora das condições financeiras das Autoras, no prazo de 5 (cinco) anos, eis que beneficiário da assistência judiciária (Lei nº 1.060/50, arts. 3º, 11 e 12).Não havendo recurso, arquivem-se os autos.P. R. I. Taguatinga, 30 de outubro de 2012.”

AUTOS Nº 2008.0007.5514-8
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE AMPARO SOCIAL.
REQUERENTE: Liandra Torres da Silva
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagoli - OAB/TO nº3685
REQUERIDO: INSS
ADVOGADO: Dra. Patrícia Bezerra Medeiros Nascimento

OBJETO: Intimação do advogado da autora da sentença de fls. 93/95: “ Ante o exposto, ACOLHO o pedido da parte Autora e condeno o INSS:a) a conceder-lhe o benefício de prestação continuada no valor de um salário mínimo, desde a data do requerimento administrativo (DER), ou seja, 2JUN2008, no prazo de 60 (sessenta) dias, pena de multa

diária por descumprimento no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do art. 461 do CPC; b) a pagar-lhe o valor total das prestações vencidas entre a data supra e a implantação do benefício, corrigido monetariamente e acrescidos de juros moratórios pelos “índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança”, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, contados da citação (súmula nº 204 do STJ). Em consequência, resolvo o mérito do processo (CPC, 269, I).Condeno, ainda, o INSS ao pagamento (1) das custas processuais, conforme súmula nº 178 do STJ, e (2) dos honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da condenação (CPC, 20, § 4º), ou seja, o valor das prestações vencidas até o trânsito em julgado desta sentença (STJ, súmula nº 111).Sentença ilíquida, sujeita ao reexame necessário (CPC, 475).P. R. I. Taguatinga, 31 de outubro de 2012.”

TOCANTÍNIA

Diretoria do Foro

PORTARIA

PORTARIA Nº. 38/2012-DF de 25.10.2012

Constitui Comissão de Avaliação de Bens pertencentes ao Fórum da Comarca de Tocantínia.

O **Dr. Jorge Amancio de Oliveira**, MM. Juiz de Direito da Comarca de Tocantínia/TO, no uso das suas atribuições legais e, ainda,

CONSIDERANDO o teor do artigo 55º da Portaria nº 145/2011 – GAPRE;
CONSIDERANDO o teor do artigo 17, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências;
CONSIDERANDO o teor da Informação contida no Processo SEI – 12.0.000091166-4, evento 88538, da lavra do Senhor Carlos Henrique Drumond Soares Martins Diretor Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
RESOLVE
Art. 1º - Constituir comissão com a finalidade de proceder o levantamento, avaliação, alienação e baixa dos bens móveis, inservíveis e irrecuperáveis do Fórum da Comarca de Tocantínia/TO.
Art. 2º - Designar para comporem a Comissão de Avaliação de Bens os servidores:
I - José Nunes Oliveira, matrícula 352985, como Presidente;
II - Adriana Barbosa de Sousa, matrícula 229446, como Membro;
III - Valmir Rodrigues dos Santos, matrícula 105373, como Membro;
Art. 3º - A referida comissão não terá remuneração pelas avaliações.
Art. 4º - O presidente da comissão, a qualquer momento, poderá solicitar a substituição dos membros.
Art. 5º - Os servidores lotados na Comarca de Tocantínia deverão prestar todo o apoio necessário ao bom andamento dos trabalhos.
Art. 6º - Conceder o prazo de 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos.
Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIÊNCIA a todos os Servidores lotados no Fórum da Comarca de Tocantínia.
DIVULGUE-SE, publicando-se no Diário da Justiça e afixando-se um exemplar no placar do fórum.
CUMPR-SE.
DADA E PASSADA nesta comarca de Tocantínia, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze (25/10/2012).

JORGE AMANCIO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito/Diretor do Foro

1ª **Escrivania Cível**

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0006.3380-0 (1264/06)
Natureza: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: L.B.DE A. REP/ POR I.B.DE A.
Advogado(a): DEFENSORIA PÚBLICA DE TOCANTÍNIA - TO
Requerido(a): J.L.C.S.
Advogado(a): DRA. MARIA MENDES DOS SANTOS – OAB/TO – 3931/TO
OBJETO: INTIMAR o requerido do despacho de fl. 74 a seguir transcrito: “1 - Expeça-se ofício ao Cartório de Registro Civil de Lizarda/TO, requisitando informações sobre a averbação da paternidade no assento de nascimento do menor, no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Sem prejuízo, manifeste-se o requerido o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. 3 – Após conclusos. Cumpra-se. Tocantínia, 31 de outubro de 2012 (a) Jorge Amancio de Oliveira – Juiz de Direito.

AUTOS Nº: 2010.0001.2779-3 (2882/10)
Natureza: INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: PEDRO PEREIRA ALVES E ALDENI PEREIRA CRUZ ALVES
Advogado(a): DR. ROBERTO NOGUEIRA – OAB/TO 726-B e CLÉZIA AFONSO GOMES RODRIGUES – OAB/TO 2164
Requerido(a): MARTINS COMERCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO LTDA
Advogado(a): DR. FABIANO MARQUES ANDRÉ – OAB/SP 248.480 e ALEXSANDRO DOS REIS FERNANDES – OAB/MG 73.747
OBJETO: INTIMAR as partes da redesignação da audiência de conciliação a ser realizada no **dia 22 de novembro de 2012 (22/11/2012), às 10:45 horas**, conforme despacho proferido à fl. 158: “Tendo em vista a justificativa apresentada e considerando que se trata de conciliação retire da pauta, verifique pauta de 22/11/2012 ou outra data. Tocantínia, 07/11/2012. Jorge Amancio de Oliveira – Juiz de Direito”.

TOCANTINÓPOLIS

Diretoria do Foro

SENTENÇA

PA 42861- SENTENÇA LAURO RODRIGUES DE ASSUNÇÃO requereu administrativamente a redução de sua carga horária por motivo de doença. O pedido administrativo foi distribuído em 15 de abril de 2011 e tramitou na assessoria da Presidência do TJTO até que em 19 de setembro de 2012, Sua Excelência determinou a remessa dos autos a Diretoria do Foro de Tocantinópolis, entendendo que a atribuição para analisar a pretensão do servidor é do Diretor do Foro.É o relato do necessário, decido. Não obstante as razões invocadas pelo servidor, constato a tramitação de processo administrativo com data de distribuição posterior a este, no qual foi deflagrada a aposentadoria por invalidez do mesmo servidor, sendo oportuno ressaltar que, consoante decisão n.º 403/2012-GAPRE, da Presidência do TJTO, deferiu-se o afastamento do servidor do cargo até a conclusão do processo de aposentadoria. O pedido posterior de aposentadoria por invalidez ocasiona perda superveniente do interesse de agir do servidor neste processo de redução da carga horária, razão pela qual, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. P. R. I. Tocantinópolis, 01 de outubro de 2012. Juiz de Direito Arióstenis Guimarães Vieira.

WANDERLÂNDIA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO PENAL Nº 2009.0011.2359-3
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: REGIS RIBEIRO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000020-52.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

EXECUÇÃO DE PENA Nº 2010.0006.9306-3
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: EXECUÇÃO PENA L
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: WEMERSON SOUSA SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000030-96.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 26 de outubro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO PENAL Nº 2010.0006.3184-0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE:AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE:MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO:EDILSON HENRIQUE DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000037-88.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum

AÇÃO PENAL Nº 2009.0009.3087-8
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: LUCIANO CONCEIÇÃO DE SOUSA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000037-25.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por

digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2011.0005.5067-8
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADOS: FRANCISCO OTAVIO DO NASCIMENTO , CRISTINO CARRETO NETO
ADVOGADO: DR. ALDO JOSÉ PEREIRA OAB/TO 331

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000036-69.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2009.0010.0974-0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: DEUSDETE BARBOSA DOS SANTOS

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000036-40.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS Nº 2010.0006.9247-4
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS
REQUERENTE: WATILA ALVES FERREIRA DE SOUSA
ADVOGADA: DRA. MARIA JOSÉ RODRIGUES DE ANDRADE PALACIOS OAB/TO 1139/B

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000036-06.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum

INQUÉRITO POLICIAL - Nº 2011.0012.3862-7
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: INQUERITO POLICIAL
DENUNCIADO: LEOMAR LINHARES DA SILVA

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000035-84.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0002.3261-9
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINSTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: FRANCISCO MAURICIO DA SILVA
ADVOGADO: IRON MARTINS LISBOA OAB/TO 535

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000035-21.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum

AÇÃO PENAL Nº 2010.0002.3258-9
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINSTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: RUBENS FERREIRA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000034-36.2010.827.2741,

oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum

AÇÃO PENAL Nº 2011.0012.3875-9
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINSTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: LEOMAR LINHARES DA SILVA
ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE BATISTA DA SILVA OAB/MA 4.866

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000034-02.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum

AÇÃO PENAL Nº 2010.0008.2670-5
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINSTÉRIO PÚBLICO
DENUNCIADO: JUSCELINO PEREIRA LOPES DA COSTA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000033-51.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0009.2558-4
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINSTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: CLEONE FERREIRA SILVEIRA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000032-66.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

INQUÉRITO POLICIAL Nº 2011.0012.8760-1
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: INQUÉRITO POLICIAL
VITIMA: JUSTIÇA PÚBLICA
INDICIADO: HERMES MACIEL GOMES

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000032-32.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA Nº 2009.0006.4310-0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA
REQUERENTE: WEMESSON SOUSA SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000032-03.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2009.0007.9229-7
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: DIVINO EDIO BISPO MADEIRA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de

Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000031-18.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

EXECUÇÃO PENAL Nº 2011.0006.7498-9
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: EXECUÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
INDICIADO: KIERK ANDRADE GONÇALVES

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000030-62.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

EXECUÇÃO PENAL Nº 2009.0006.4331-3
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: EXECUÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINSTERIO PÚBLICO
INDICIADO: ADÃO DIAS DIORGES
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000030-33.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

INQUÉRITO POLICIAL Nº 2011.0005.5071-6
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: INQUÉRITO POLICIAL
INDICIADO: KIERK ANDRADE GONÇALVES

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000029-77.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

EXECUÇÂ DE PENA Nº 2009.0000.4364-2
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: EXECUÇÃO DE PENA
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
REÚ: DENILSON ALVES DE SOUSA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000016-20.2007.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE Nº 2011.0005.5048-1
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE
AUTOR DO FATO: KIERK ANDRADE GONÇALVES

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000028-92.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2009.0010.1031-4
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: EDSIVALDO PEREIRA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000028-63.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

INQUERITO POLICIAL Nº 2009.0011.2215-5
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: INQUERITO POLICIAL
VITIMA: IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO DA MADUREIRA
AUTOR DO FATO: FRANCISCO BARBOSA FILHO
ADVOGADO: DR. ALVARO SANTOS SILVA OAB/TO 2022
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000027-78.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0002.3259-7
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: CARLOS ALBERTO TELES RIBEIRO
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000027-44.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUSNTACIADO Nº 2009.0003.0275-3/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO
VITIMA: COLETIVIDADE
AUTOR DO FATO: CICERO JUNIOR GOMES SOBRINHO
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000026-93.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 07 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2007.0010.3169-20/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: JUSTIÇA PÚBLICA
AUTOR DO FATO: JUSCELIO FERNANDES DE SOUSA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000010-08.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2009.0007.9165-7/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: ESTADO DO TOCANTINS
AUTOR DO FATO: ANTONIO SOUSA DA SILVA
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000010-42.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2010.0011.0177-1/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA

VITIMA: AMÉLIO DE FREITAS ARAÚJO
AUTOR DO FATO: HILÁRIO LOES DE AQUINO
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000010-08.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2009.0011.2169-8/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: VALDECI FERREIRA DOS SANTOS, ANTONIO CLEISON MOREIRA E LUIZ CARLOS PEREIRA DE SOUSA
ADVOGADO: DR. ANTÔNIO JOSÉ MORAIS SIMAS
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000009-57.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2007.0010.3076-9/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: FAUNA BRASILEIRA
AUTOR DO FATO: PAULENE FERREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: DR. ALFEU AMBROSIO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000009-28.2007.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0002.0390-2
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: JADIHEL VAZ
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000025-74.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2011.0008.4708-5
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: JOSE GONÇALVES ANTONIO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000025-40.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA Nº 2009.0004.3422-6/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA
REQUERENTE: PEDRO LOPES BARROS
ADVOGADO: DR. FABIANO CALDEIRA LIMA OAB/TO 2.493-B
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000025-11.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0011.0190-9
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: PAULO HENRIQUE GOMES DE ARAUJO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000024-89.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

PROCEDIMENTO ESP.DO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL Nº 2009.0003.0234-6/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: PROCEDIMENTO ESP.DO JUIZADO ESPECIALCRIMINAL
VITIMA: MANOEL JOSE DE SOUZA ALMEIDA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
ACUSADA: MARIA FRANCISCA BARBOSA AGUIAR
Em face da digitalização deste feito,objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos,ficam as partesINTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000024-26.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP.Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO,06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2009.0011.2326-7/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: WELTON PINTO DOS SANTOS
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000023-41.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2010.0011.0158-5
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: COLETIVIADE
AUTOR DO FATO: PAULO DE ASSIS CASTRO RABELO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000023-07.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

INQUERITO POLICIAL Nº 2011.0005.5029-5
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: INQUERITO POLICIAL
VITIMA: SARLEIDE PEREIRA DA SILVA, JOCELIA SOUSA FERREIRA
AUTOR DO FATO: FRANCISCO CONCEIÇÃO DA SILVA
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000022-85.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2009.0011.2327-5/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: OVERTINA BARBOSA DA SILVA
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde

tramitando exclusivamente sob nº 5000022-56.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0002.3272-4
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADOS: GESIONE BRUNO PEREIRA DA SILVA, ANTONIO BEZERRA DOS SANTOS, DOMINGOS DA GUIA DA SILVA COSTA, NATANAEL RODRIGUES DA SILVA, BRAZ RAPOSO CHAGAS, JOSE CARDOSO DE ALMEIDA FILHO
ADVOGADO: GIOVANI MOURA RODRIGUES TO732
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000022-22.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2009.0011.2304-6/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: HAROLDO SALES DE SOUZA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000021-71.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0011.0174-7/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: JARLIS LOPES DA CONCEIÇÃO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000021-37.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2011.0008.4570-8
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: PAULO DE ASSIS CASTRO RABELO
ADVOGADO: DR. HÉMEDES MIRANDA S. TEIXEIRA OAB/TO 2092/A
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000021-03.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum

AÇÃO PENAL Nº 2009.0011.2170-1/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: ROBERTO ALVES DA SILVA E PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA
ADVOGADO: DR. JOSÉ PINTO QUEZADO OAB/TO 2.263
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000009-23.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do

Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0006.3203-0/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: ADRIANO GOMES DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: DR. FERNANDO FRAGOSO DE NORONHA PEREIRA
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000020-52.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2011.0002.3030-4
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: COLETIVIDADE
AUTOR DO FATO: PAULO DE ASSIS CASTRO RABELO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000020-18.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2010.0009.2719-6/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: COLETIVIDADE
AUTOR DO FATO: ISRAEL AGUIAR DE AQUINO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000019-33.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2011.0008.4578-3
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: HELIATRÍCIA VIANA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
AUTOR DO FATO: LEYLANE GOMES MADEIRA
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº5000019-33.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2009.0006.4344-5/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: RAVERSON GABRIEL PEREIRA DUARTE
AUTOR DO FATO: COSME DOS SANTOS DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000019-04.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2010.0006.9275-0/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: EMIVALDO DIAS DE SOUSA
AUTOR DO FATO: JERRI ADRIANO PINHEIRO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845

Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000018-82.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL Nº 2011.0002.2989-6/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: REPRESENTAÇÃO CRIMINAL
REQUERENTE: SIMONE APARECIDA DE MELO
REQUERIDO: RUBERVAL SOARES DOS REIS
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000018-48.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2009.0011.2295-3/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: MARCIA MENDES DE CARVALHO
AUTOR DO FATO: MARIA DALVA BATISTA DA SIVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000018-19.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA Nº 2010.0005.0992-0/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA
VITIMA: FAUNA BRASILEIRA
AUTOR DO FATO: DOMINGOS GONÇALVES NETO
ADVOGADO: PAULO ROBERTO DA SILVA
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000017-97.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL Nº 2011.0008.4319-4/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL
REQUERENTE: DULICOUROS IND. E COM DE COUROS EXP E IMPORTAÇÃO LTDA E PAULO ROBERTO MEDEIROS.
ADVOGADO: ALBINO CESAR DE ALMEIDA OAB/SP 56.178
DENUNCIADA: BRASIL TELECOM S/A
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000017-63.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 26 de outubro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUSNTACIADO Nº 2009.0012.8221-7/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO
VITIMA: MARIA APARECIDA NUNES PEREIRA
AUTOR DO FATO: NAILZA NASCIMENTO SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000017-34.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por

digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUSNTACIADO Nº 2010.0012.4380-0/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO
VITIMA: NIFAN MARQUES A. E JOÃO BATISTA RODRIGUES VIANA
AUTOR DO FATO: MIGUEL JUNIOR MELO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: DR. LEONARDO DIAS FERREIRA OAB/TO 4810
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000016-78.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUSNTACIADO Nº 2009.0005.6328-0/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO
VITIMA: LUCELIA SILVA SOUSA
AUTOR DO FATO: IRACI FERREIRA LIMA
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000016-49.2009.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUSNTACIADO Nº 2007.0000.8333-8
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO
VITIMA: ELSON MORAES DA SILVA E CARLOS ROBERTO NUNES DA SILVA
AUTOR DO FATO: VALDEMAR RIBEIRO CAMPOS JUNIOR
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000016-20.2007.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUSNTACIADO Nº 2010.0002.4872-8/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO
VITIMA: LUIZ CARLITO DE CARVALHO
AUTOR DO FATO: WEBE DOS REIS DA SILVA SALES
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000016-15.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

TERMO CIRCUSNTACIADO Nº 2011.0005.5051-1/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: TERMO CIRCUNSTANCIADO
VITIMA: FAUNA BRASILEIRA
AUTOR DO FATO: CRISTINO CARRETO NETO
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000015-93.2011.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

AÇÃO PENAL Nº 2010.0003.4443-3/0
ORIGEM COMARCA DE WANDERLÂNDIA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL
REPRESENTANTE: MINISTERIO PÚBLICO
DENUNCIADO: MANOEL PEREIRA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CLEITON MARTINS DA SILVA DP8864845
Em face da digitalização deste feito, objetivando a publicidade dos atos processuais e para conhecimento de todos, ficam as partes INTIMADAS da

seguinte ocorrência: Em cumprimento ao art. 1º§, da Instrução Normativa nº 07/2012 de 04/10/2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os presentes autos foram digitalizados e inseridos no E-PROC por onde tramitando exclusivamente sob nº 5000012-75.2010.827.2741, oportunidade em que após a publicação desse acontecimento os autos serão baixados por digitalização no SICAP. Diretoria Judiciária do Tribunal e Justiça do Estado do Tocantins, Wanderlândia/TO, 06 de novembro de 2012. José Eustáquio de Melo Júnior Juiz de Direito e Diretor do Fórum.

XAMBIOÁ

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

INVENTÁRIO 2007.0000.6176-8/0
Requerente: João da Cruz Carvalho.
Advogado: Dr. Raimundo Fidelis O. Barros, OAB/TO 2274.
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora, por seu advogado, intimada do inteiro teor do r. despacho a seguir transcrito: “Vistos. Em decorrido o prazo, intime-se a parte inventariante para se manifestar, sob as penas do art. 996 do CPC. Cumpra-se. 05/11/12. Ricardo Gagliardi. Juiz de Direito.”

BUSCA E APREENSÃO 2011.0005.3794-9/0
Requerente: Banco Itaucard S/A.
Advogado: Dr. Ivan Wagner Melo Diniz, OAB/TO 4.618-A.
Requerido: José de Oliveira Granjeiro.
Advogado: Dr. Adonias Pereira Barros, OAB/GO 16.715.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes, por seus advogados, intimadas do inteiro teor da r. sentença a seguir transcrita: Vistos os autos. Trata-se de uma Ação de Busca e Apreensão promovida pela parte autora em face da requerido, ambos qualificados na inicial. A inicial veio acompanhada dos documentos, fls. 06/29. As custas processuais foram pagas. A parte autora peticionou desistindo da ação em; virtude de composição extrajudicial entre as partes. A parte requerida foi intimada para manifestar,sobre a desistência da parte autora e nada réquereu, fl. 60. É o relatório. Passo a decidir. Verifica-se que houve desistência por parte do autor. O requerido foi intimado para manifestar da referida desistência e nada réquereu. O direito é disponível. Tendo em vista a desistência da parte autora, o processo deve ser extinto, nos termos do artigo 267, VIII do CPC. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas cautelas. P.R.I.C. Xambioá, 29/10/2012. Ricardo Gagliardi. Juiz de Direito.

EXECUÇÃO FISCAL 2007.0004.7155-9/0
Exequente: Fazenda Nacional.
Executado: Francisco Castro de Araújo.
Advogado: Dr. Raimundo Fidelis O. Barros, OAB/TO 2274.
INTIMAÇÃO: Fica a parte executada, por seu advogado, intimada do inteiro teor da r. sentença a seguir transcrita: Vistos. Há informação da parte autora nos autos de que o requerido efetuou o pagamento do débito, fl. 174. É o relatório deciso. Verifica-se que a parte requerida efetuou o pagamento da dívida, conforme informação da parte autora. A situação processual acima impede o prosseguimento do feito. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fulcro nos artigos 269, III e 794, I do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas cautelas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Xambioá, 24/10/2012. Ricardo Gagliardi. Juiz de Direito.

PUBLICAÇÕES PARTICULARES
PARAÍSO DO TOCANTINS

1ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO (CPC, artigos 285, 297 e 319) Prazo: 20 (vinte) dias

ORIGEM: **Processo: Nº 5000045-27.2012.827.2731**; Natureza da Ação: Ação de Cobrança Requerente:Empresa - Medeiros Comércio Varejista de Combustível Ltda; Adv. Autor: Dr. Raphael Brandão Pires - OAB/TO nº 4.094; Requerido: FERNANDO PEIXOTO CARDOSO; Valor da Causa: R\$ 9.369,36 (nove mil e trezentos e Sessenta e nove reais e trinta e seis centavos); CITANDO: FERNANDO PEIXOTO CARDOSO, brasileiro, inscrito no CPF nº 022.589.011-97 e CI-RG nº 863.193 – SSP/TO, com endereço atualmente em lugar incerto e não sabido. OBJETIVO/FINALIDADE: CITAÇÃO DO REQUERIDO/RÉU: FERNANDO PEIXOTO CARDOSO, aos Termos da Ação de Cobrança, para, PAGAR o débito no valor de R\$ 9.369,36 (nove mil e trezentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos), e/ou para querendo RESPONDER/CONTESTAR os pedidos contidos na ação no prazo de QUINZE (15) DIAS, contados da 1ª Publicação do Edital. ADVERTÊNCIAS: Não pagando em nem respondida/contestada à ação no prazo de QUINZE (15) DIAS, contados do vencimento do prazo deste Edital, permanecendo omisso, será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos relatados pelo autor/Requerente, sob pena das sanções de revelia e confissão quanto à matéria de fato, na forma dos artigos 285, 297 e 3 19, do CPC: SEDE DO JUÍZO: Rua 13 de maio, nº 265, 1º andar, Centro – Ed. Fórum de Paraíso, fone/fax (63) 3361-1127. Paraíso do Tocantins – TO, aos vinte e cinco (25) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e doze (2.012)

Juiz ADOLFO AMARO MENDES
Titulas da 1ª. Vara Cível

<div><div>PODER JUDICIÁRIO</div><div>TRIBUNAL DE JUSTIÇA</div><div><div><div>PRESIDENTE</div><div>Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA</div></div><div><div>CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA</div><div>ROSANA APARECIDA FINOTTI DE SIQUEIRA</div></div><div><div>VICE-PRESIDENTE</div><div>Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI</div></div><div><div>CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA</div><div>Desa. ÂNGELA PRUDENTE</div><div><div>JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA</div><div>Drª. FLAVIA AFINI BOVO</div></div><div><div>TRIBUNAL PLENO</div><div>Desª. JACQUELINE ADORNO (Presidente)</div><div>Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA</div><div>Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA</div><div>Des. AMADO CILTON ROSA</div><div>Des. JOSÉ DE MOURA FILHO</div><div>Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY</div><div>Desª. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA</div><div>Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI</div><div>Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ</div><div>Desª. ÂNGELA PRUDENTE</div></div><div><div>JUIZES CONVOCADOS</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Des. AMADO CILTON)</div><div>Juíza ADELINA GURAK (Des. CARLOS SOUZA)</div><div>Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Des. LIBERATO PÓVOA)</div><div>Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Desª. WILLAMARA LEILA)</div><div>Juiz. PEDRO NELSON DE M. COUTINHO (Des. ANTÔNIO FÉLIX)</div><div>Juiz AGENOR ALEXANDRE DA SILVA (Des .BERNARDINO LIMA LUZ)</div><div><div>Secretário: WAGNE ALVES DE LIMA</div><div>Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês (14h00)</div></div><div><div>1ª CÂMARA CÍVEL</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente em substituição)</div><div>ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)</div><div>Sessões: quartas-feiras (14h00)</div></div><div><div>1ª TURMA JULGADORA</div><div>Juíza ADELINA GURAK (Relatora)</div><div>Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Vogal)</div></div><div><div>2ª TURMA JULGADORA</div><div>Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Revisor)</div><div>Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)</div></div><div><div>3ª TURMA JULGADORA</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Relator)</div><div>Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)</div></div><div><div>4ª TURMA JULGADORA</div><div>Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)</div><div>Juíza ADELINA GURAK (Vogal)</div></div><div><div>5ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)</div><div>Juíza ADELINA GURAK (Revisora)</div><div>Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)</div></div><div><div>2ª CÂMARA CÍVEL</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Presidente)</div><div>ORFILA LEITE FERNANDES, (Secretária)</div><div>Sessões: quartas-feiras, às 14h00.</div></div><div><div>1ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. MOURA FILHO (Relator)</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Revisor)</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)</div></div><div><div>2ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Relator)</div></div></div></div></div></div>	<div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)</div><div><div>3ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Relator)</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)</div><div>Juiz. PEDRO NELSON DE M. COUTINHO (Vogal)</div></div><div><div>4ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)</div><div>Juiz. PEDRO NELSON DE M. COUTINHO (Revisor)</div><div>Des. MOURA FILHO (Vogal)</div></div><div><div>5ª TURMA JULGADORA</div><div>Juiz. PEDRO NELSON DE M. COUTINHO (Relator)</div><div>Des. MOURA FILHO (Revisor)</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Vogal)</div></div><div><div>1ª CÂMARA CRIMINAL</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Presidente)</div><div>WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)</div><div>Sessões: Terças-feiras (14h00)</div></div><div><div>1ª Tª TURMA JULGADORA</div><div>Des. MOURA FILHO (Relator)</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Revisor)</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)</div></div><div><div>2ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Relator)</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)</div></div><div><div>3ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Relator)</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)</div><div>Juiz. PEDRO NELSON DE M. COUTINHO (Vogal)</div></div><div><div>4ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)</div><div>Juiz. PEDRO NELSON DE M. COUTINHO (Revisor)</div><div>Des. MOURA FILHO (Vogal)</div></div><div><div>5ª TURMA JULGADORA</div><div>Juiz. PEDRO NELSON DE M. COUTINHO (Relator)</div><div>Des. MOURA FILHO (Revisor)</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Vogal)</div></div><div><div>2ª CÂMARA CRIMINAL</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente)</div><div>SECRETÁRIA: MARIA SUELI DE S. AMARAL CURY (Secretária)</div><div>Sessões: Terças-feiras, às 14h00.</div></div><div><div>1ª TURMA JULGADORA</div><div>Juíza ADELINA GURAK (Relatora)</div><div>Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Vogal)</div></div><div><div>2ª TURMA JULGADORA</div><div>Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Revisor)</div><div>Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)</div></div><div><div>3ª TURMA JULGADORA</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Relator)</div><div>Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)</div></div><div><div>4ª TURMA JULGADORA</div><div>Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)</div><div>Juíza ADELINA GURAK (Vogal)</div></div><div><div>5ª TURMA JULGADORA</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)</div><div>Juíza ADELINA GURAK (Revisora)</div><div>Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)</div></div><div><div>CONSELHO DA MAGISTRATURA</div><div>Desa.JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA</div><div>Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI</div><div>Desa.ÂNGELA PRUDENTE</div><div>Des. DANIEL NEGRY</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS</div><div><div>Secretária: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR</div><div>Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês, 09h00.</div></div></div></div>
---	---

<div><div>COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO</div><div>Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)</div><div>Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)</div><div>Desa. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)</div><div>Desa. (Suplente)</div><div>Des. (Suplente)</div><div><div>Sessão de distribuição: Diariamente às 16h00 em sessões públicas.</div></div><div><div>COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO</div><div>Des. MOURA FILHO (Presidente)</div><div>Des. DANIEL NEGRY (Membro)</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Membro)</div></div><div><div>COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO</div><div>Juiz EURÍPEDES LAMOUNIER (Presidente)</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)</div><div>Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Membro)</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Suplente)</div></div><div><div>COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA</div><div>Des. MOURA FILHO (Presidente)</div><div>Des. LUIZ GADOTTI (Membro)</div><div>Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)</div><div>Des BERNARDINO LIMA LUZ (Suplente)</div></div><div><div>COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO</div><div>Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)</div><div>Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)</div><div>Des. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)</div><div>Des. (Suplente)</div><div>Des. (Suplente)</div></div><div><div>DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</div></div><div><div>DIRETOR GERAL</div><div>JOSÉ MACHADO DOS SANTOS, DIRETOR ADMINISTRATIVO</div><div>CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS</div><div>DIRETORA FINANCEIRA</div><div>MARISTELA ALVES REZENDE</div><div>DIRETORA DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</div><div>VANUSA BASTOS</div><div>DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</div><div>MARCO AURÉLIO GIRALDE</div><div>DIRETOR JUDICIÁRIO</div><div>FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO</div><div>DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS</div><div>ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DE REZENDE</div><div>DIRETORA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS</div><div>ROSANE HELENA MESQUITA VIEIRA</div><div>CONTROLADOR INTERNO</div><div>SIDNEY ARAUJO SOUSA</div><div>ESMAT</div><div>DIRETOR GERAL DA ESMAT</div><div>DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS</div><div>1º DIRETOR ADJUNTO: Des. BERNARDINO LIMA LUZ</div><div>2º DIRETOR ADJUNTO: Juiz JOSÉ RIBAMAR M. Jr</div><div>3º DIRETOR ADJUNTO: Juiz HELVÉCIO B. MAIA</div><div>DIRETORA EXECUTIVA</div><div>ANA BEATRIZ DE O. PRETTO</div></div></div>	<div><div><div>Divisão Diário da Justiça</div><div><div>JOANA P. AMARAL NETA</div><div>Chefe de Serviço</div></div><div><div>KALESSANDRE GOMES PAROTIVO</div><div>Chefe de Serviço</div></div></div><div><div>Expediente: segunda à sexta-feira, das 08h às 11h / 13h às 18h</div></div></div>
---	--

Diário da Justiça

Praça dos Girassóis s/nº.

Palmas, Tocantins - CEP 77.015-007

Fone/Fax: (63)3218.4443

www.tjto.jus.br